

**Universidades Lusíada**

Alves, Marco António Relvas do Nascimento  
Fernandes, 1965-

**A relação Portugal-EUA durante os conflitos  
no Ultramar português entre 1968-1974 :  
convergência e divergência estratégica entre  
Marcello Caetano e Richard Nixon**

<http://hdl.handle.net/11067/7660>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2024

**Resumo**

O objecto desta investigação é a relação entre a administração de Richard Nixon e o governo presidido por Marcello Caetano, durante os conflitos armados no Ultramar português. O objectivo principal do trabalho é demonstrar que o relacionamento entre os Estados Unidos da América e Portugal durante o governo do Professor Marcello Caetano não terá sido uniforme, coincidente e constante, tendo passado por diversas fases ao longo dos cinco anos em que ambos coincidiram no poder. Essas fases de aprox...

The object of this research is the relationship between the administration of Richard Nixon and the government presided by Marcello Caetano, during the armed conflicts in the Portuguese Overseas colonies. The main objective of the research is to demonstrate that the relationship between the United States of America and Portugal during the government of Professor Marcello Caetano was not equable, coincident and constant, having gone through several phases over the five years in which both coincid...

**Palavras Chave**

Caetano, Marcelo, 1906-1980 - Visão política e social, Nixon, Richard, 1913-1994 - Visão política e social, Portugal - Relações Externas - Estados Unidos, Estados Unidos - Relações Externas - Portugal, Portugal - Política e governo - 1933-1974, Estados Unidos - Política e Governo - 1969-1974

**Tipo**

masterThesis

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FD] Dissertações



UNIVERSIDADE LUSÍADA

FACULDADE DE DIREITO

Mestrado em Relações Internacionais

**A relação Portugal-EUA durante os conflitos no  
Ultramar português entre 1968-1974:  
convergência e divergência estratégica entre  
Marcello Caetano e Richard Nixon**

**Vol. 1**

**Realizado por:**

Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves

**Orientado por:**

Prof. Doutor João de Castro Fernandes

**Constituição do Júri:**

Presidente: Prof. Doutor José Alberto Rodríguez Lorenzo González  
Orientador: Prof. Doutor João de Castro Fernandes  
Arguente: Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta

Dissertação aprovada em: 16 de outubro de 2024

Lisboa

2024



**U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A**

**FACULDADE DE DIREITO**

**Mestrado em Relações Internacionais**

**A relação Portugal-EUA durante os conflitos no  
Ulamar português entre 1968-1974:  
convergência e divergência estratégica entre  
Marcello Caetano e Richard Nixon**

**Vol. 1**

**Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves**

Lisboa

Junho 2024



**U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A**

**FACULDADE DE DIREITO**

**Mestrado em Relações Internacionais**

**A relação Portugal-EUA durante os conflitos no Ultramar  
português entre 1968-1974:  
convergência e divergência estratégica entre  
Marcello Caetano e Richard Nixon**

**Vol. 1**

**Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves**

Lisboa

Junho 2024

Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves

A relação Portugal-EUA durante os conflitos no  
Ultramamar português entre 1968-1974:  
convergência e divergência estratégica entre  
Marcello Caetano e Richard Nixon

**Vol. 1**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da  
Universidade Lusíada para a obtenção do grau de  
Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor João de Castro Fernandes

Lisboa

Junho 2024

## Ficha Técnica

**Autor** Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves  
**Orientador** Prof. Doutor João Castro Fernandes  
**Título** A relação Portugal-EUA durante os conflitos no Ultramar português entre 1968-1974: convergência e divergência estratégica entre Marcello Caetano e Richard Nixon  
**Local** Lisboa  
**Ano** 2024

### CASA DO CONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ALVES, Marco António Relvas do Nascimento Fernandes, 1965-

A relação Portugal-EUA durante os conflitos no Ultramar português entre 1968-1974: convergência e divergência estratégica entre Marcello Caetano e Richard Nixon / Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves; orientado por João de Castro Fernandes. – V. 1. - Lisboa : [s.n.], 2024. - Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade Lusíada.

I - FERNANDES, João Paulo Santos de Castro, 1963-

#### LCSH

1. Portugal - Relações externas - Estados Unidos
2. Estados Unidos - Relações externas - Portugal
3. Portugal - Política e governo - 1933-1974
4. Estados Unidos - Política e governo - 1969-1974
5. Caetano, Marcelo, 1906-1980 - Visão política e social
6. Nixon, Richard, 1913-1994 - Visão política e social
7. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Teses
8. Teses - Portugal - Lisboa

1. Portugal - Foreign relations - United States
2. United States - Foreign relations - Portugal
3. Portugal - Politics and government - 1933-1974
4. United States - Politics and government - 1969-1974
5. Caetano, Marcelo, 1906-1980 - Political and social views
6. Nixon, Richard M. (Richard Milhous), 1913-1994 - Political and social views
7. Universidade Lusíada. Faculdade de Direito - Dissertations
8. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

#### LCC

1. DP557.U6 A48 2024

Dedico esta obra a  
minha mãe e ao amor da minha vida  
sem os quais não teria concluído a mesma



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de endereçar os meus agradecimentos, em primeiro lugar, aos meus dois notáveis orientadores desta tese, o Professor Doutor Luís Eduardo Marques Saraiva, com quem iniciei esta jornada, e o Professor João de Castro Fernandes, sem o qual (e sem os seus sábios conselhos, constante disponibilidade e preciosos ensinamentos) não teria sido possível concluir esta investigação.

Desejaria igualmente manifestar o meu mais profundo reconhecimento à Universidade Lusíada, uma Academia nascida pela vontade da sociedade civil portuguesa livre em 1986, que se soube desembaraçar do modelo planificado de ensino superior, espartilhado pelo *numerus clausus* que impedia que em Portugal jovens como eu pudessem livremente escolher e prosseguir os estudos da sua preferência. Sob o lema *SOL LUCET OMNIBUS* e o gosto pelo ensino de excelência, pude ter o privilégio de beneficiar de um conjunto de docentes inesquecíveis, aos quais também pretendo estender o meu agradecimento, nomeadamente aos Professores Doutores Carlos Motta e Joaquim de Carvalho, que chefiaram o Departamento de Relações Internacionais da Lusíada (quer na fase em que fiz o mestrado, quer quando ingressei na Universidade em 1986), assim como aos meus ilustres e distintos Professores Doutores Cristiano Cabrita, Fernando Reboredo Seara, José Pavia, Luís Cabral Moncada, Luís Saraiva, Manuel Monteiro, Nuno Rogeiro, Ramon Fernandes, Sérgio Vieira da Silva e Teresa Leal Coelho, entre outros, pelos seus inestimáveis ensinamentos. Igualmente a todos os meus colegas da licenciatura e mestrado, com quem partilhei grandes momentos nesta Academia, gostaria de estender este meu agradecimento pelo caminho, pelo desfrute e pelo companheirismo que juntos vivemos nesta instituição.

Ao Professor Dr. Major-General João Jorge Botelho Vieira Borges não posso deixar de igualmente agradecer pelas amáveis, muito sábias e úteis indicações bibliográficas que me recomendou quando tive oportunidade de expor a minha intenção de investigação.

Por fim, um último agradecimento, não menos sentido, pelo profissionalismo, conhecimento e empenho de todos os colaboradores com que contactei no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, no Arquivo Histórico Diplomático do MNE e no Arquivo Histórico da Presidência da República, bem como aos funcionários da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e Mediateca da Universidade Lusíada, pela paciência, ajuda e colaboração sem as quais não teria sido possível o acesso a tanta documentação que necessitei de consultar no decorrer desta investigação.



## APRESENTAÇÃO

### **A relação Portugal-EUA durante os conflitos no Ultramar português entre 1968-1974: Convergência e divergência estratégica entre Marcello Caetano e Richard Nixon**

Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves

O objecto desta investigação é a relação entre a administração de Richard Nixon e o governo presidido por Marcello Caetano, durante os conflitos armados no Ultramar português. O objectivo principal do trabalho é demonstrar que o relacionamento entre os Estados Unidos da América e Portugal durante o governo do Professor Marcello Caetano não terá sido uniforme, coincidente e constante, tendo passado por diversas fases ao longo dos cinco anos em que ambos coincidiram no poder.

Essas fases de aproximação e fases de afastamento, além de representarem natural fonte de *stress* relacional, poderão ter contribuído para o condicionamento das opções do marcelismo e para o enfraquecimento do regime de Lisboa, o que, dessa forma, potenciou as condições favoráveis para o golpe militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal, apesar da aparente convergência política entre as duas administrações.

Um objectivo específico deste estudo será demonstrar que a estratégia de *Détente* de Richard Nixon e Henry Kissinger não foi compatível com a estratégia marcelista para o Ultramar português.

**Palavras-chave:** Marcelismo, Estratégia, Guerra Fria, *Détente*, Realismo.



## PRESENTATION

### **The Portugal-USA relationship during the Portuguese Overseas conflicts between 1968-1974: Strategic convergence and divergence between Marcello Caetano and Richard Nixon**

Marco António Relvas do Nascimento Fernandes Alves

The object of this research is the relationship between the administration of Richard Nixon and the government presided by Marcello Caetano, during the armed conflicts in the Portuguese Overseas colonies. The main objective of the research is to demonstrate that the relationship between the United States of America and Portugal during the government of Professor Marcello Caetano was not equable, coincident and constant, having gone through several phases over the five years in which both coincided in power.

Those were approaching and distancing phases that, in addition to representing a natural source of relational stress, may have contributed to the conditioning of Caetano's and the weakening of the Lisbon's regime and, in this way, potentiated or reinforced the favorable conditions for the military coup of April 25, 1974 in Portugal, despite the apparent political convergence between the two administrations.

A specific objective in this study is to demonstrate that the *Détente* strategy of Richard Nixon and Henry Kissinger was not compatible with the Marcelist strategy for the Portuguese overseas colonies.

**Keywords:** Marcelismo, Strategy, Cold War, *Détente*, Realism.



## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AG	-	Assembleia Geral da ONU
ANP	-	Acção Nacional Popular (Ex-União Nacional)
CECA	-	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEMGFA	-	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CGDN	-	Conselho Superior Defesa Nacional
CINCLANT	-	Commander-in-Chief Atlantic Fleet
COMMONWEALTH	-	Commonwealth of Nations
COREMO	-	Comité Revolucionário de Moçambique
CS	-	Conselho de Segurança da ONU
DGS	-	Direcção-Geral de Segurança (ex-PIDE)
EUA / USA	-	Estados Unidos da América
FA	-	Forças Armadas (Portuguesas)
FO	-	Foreign Office
FRELIMO	-	Frente de Libertação de Moçambique
GUMO	-	Grupo Unido de Moçambique
MDN	-	Ministério da Defesa Nacional
MNE	-	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	-	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO / OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NSC	-	National Security Council
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OUA	-	Organização de Unidade Africana
PAIGC	-	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
RAS	-	República da África do Sul
RFA	-	República Federal da Alemanha
SADF	-	South African Defense Forces
SALT	-	Strategic Arms Limitation Treaty
SGDN	-	Secretariado-geral da Defesa Nacional
TNA	-	Territórios Não Autónomos (conceito ONU)
UK	-	United Kingdom (Reino Unido / Grã-Bretanha)
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US DEP. STATE	-	United States Department of State (Departamento de Estado)
US SENATE	-	Senado dos Estados Unidos da América
WASG	-	Grupo de Ações Especiais de Washington



## SUMÁRIO

1. Introdução .....	17
2. Estado da Arte .....	21
3. Enquadramento e Contexto .....	25
3.1. A formação da contestação externa ao Ultramar português.....	25
3.1.1. O Estado Novo: da origem à II Guerra Mundial .....	25
3.1.2. A normalização externa de Portugal e o ingresso na NATO e na ONU ....	31
3.1.3. A contestação externa ao Ultramar: de Kennedy até 1968 .....	39
3.2. Grandes estratégias de Portugal e dos EUA entre 1969 e 1974 .....	51
3.2.1. Os objectivos estratégicos de Marcello Caetano .....	52
3.2.1.1. Os eixos da grande estratégia de Marcello Caetano .....	59
3.2.2. Os objectivos estratégicos de Richard Nixon.....	71
3.2.2.1. Os eixos da grande estratégia de Richard Nixon.....	78
4. Os três períodos de relacionamento entre Caetano e Nixon .....	83
4.1. Primeira Fase: da aproximação à formalização do acordo das Lajes .....	83
4.1.1. A reaproximação e a situação militar ultramarina em Setembro de 1968 .	83
4.1.2. A nova estratégia diplomática: procurando novos amigos enquanto se cimentam velhas amizades .....	88
4.1.3. A nova estratégia do grupo de países afro-asiáticos na ONU .....	97
4.1.4. A nova postura militar no Ultramar e o Exercício ALCORA na sequência das decisões do NSC .....	102
4.1.5. A nova constituição de 1971 e o impacto interno e externo das grandes operações militares.....	112
4.1.6. A formalização das Lajes e o artigo que arrefeceu o relacionamento com os EUA .....	116
4.2. Segunda Fase: da divulgação da <i>Tar Baby Option</i> ao Watergate.....	122
4.2.1. O dilema Portugal para os EUA em ano eleitoral e a mudança estratégica de Spínola.....	122

4.2.2. As mudanças nas frentes política e militar e o efeito da reeleição de Nixon no Conselho de Segurança da ONU .....	130
4.2.3. A fuga em frente do Departamento de Estado dos EUA com a nova Carta do Atlântico e o caso Watergate .....	133
4.2.4. A ebulição no país, na Guiné, em Moçambique e nas Forças Armadas .	137
4.2.5. A luta entre o congresso e a administração Nixon na sequência do Watergate e o início da guerra do Yom Kippur.....	141
4.3. Terceira Fase: da vertigem do pós-Yom Kippur ao 25 Abril de 1974 .....	145
4.3.1. A Guerra do Yom Kippur, a importância das Lajes e as suas consequências no relacionamento EUA-Portugal .....	145
4.3.2. O agravamento da ebulição nas Forças Armadas, Spínola e Kaúlza de Arriaga em Lisboa, a revogação dos decretos-lei e o novo governo.....	153
4.3.3. As negociações das Lajes, o livro <i>Portugal e o Futuro</i> e o último CSDN de Marcello Caetano.....	159
4.3.4. O acompanhamento negocial das Lajes por parte dos EUA após a publicação do livro de Spínola.....	163
5. Conclusões .....	173
Referências e fontes.....	179
Anexos.....	231
Anexo A .....	233
Anexo B .....	253

## 1. INTRODUÇÃO

Quando, no final do ano de 1968, Nixon ganhou as eleições com a promessa de acabar com a participação americana na guerra no Vietname e, em Lisboa, ascendeu ao poder alguém com um perfil mais reformista, liberal e com um pensamento próprio e evolutivo para o problema ultramarino, parecia estar encontrada a flexibilidade necessária para acontecer uma aproximação entre as duas administrações.

Ambos os políticos pareciam coincidir na vontade de se livrarem do pesadelo de uma guerra distante, consumidora de recursos materiais e humanos, o que se revelava uma importante convergência. Perceber a razão pela qual essa convergência foi mais aparente do que real, e de que forma a estratégia de Richard Nixon e Henry Kissinger eventualmente não era compatível com a estratégia marcelista para o Ultramar português, urge ser compreendida.

A negociação mantida em aberto e pendente do acordo da Base das Lajes, que se arrastava desde 1962, parecia ser um bom ponto de partida para uma aproximação efectiva entre os dois países. Lisboa, por um lado, acalentava, dessa forma, e em contrapartida, ter o apoio americano inequívoco e a esperança de ver ser anulado um embargo de armas, pelo menos numa forma ou formato que lhe permitisse adquirir o equipamento sofisticado e repor o desgastado pelo uso intensivo na guerra que já durava há oito anos.

Assim, este trabalho tem como objectivo central a demonstração de que o relacionamento entre os Estados Unidos da América e Portugal durante o período dos conflitos armados no Ultramar português, nos mandatos de Marcello Caetano e Richard Nixon, não foi constante, havendo diversas fases e com características diferentes, fases de aproximação e afastamento, e que contribuíram para o condicionamento das escolhas do chefe do governo de Lisboa e para o enfraquecimento do regime que caiu com o golpe militar de 25 de Abril de 1974.

É também objectivo deste estudo demonstrar que a estratégia da *Détente* de Richard Nixon e Henry Kissinger não foi compatível com a estratégia marcelista para o Ultramar português, apesar de algumas reaproximações tentadas nesse período.

O objecto da presente investigação é a análise política e histórica da relação entre a administração de Richard Nixon e o governo presidido por Marcello Caetano, durante o período dos conflitos armados no Ultramar português.

As perguntas principais de investigação a que este trabalho procura responder são duas: foram convergentes as estratégias de Richard Nixon e Marcello Caetano no tempo?; e qual a razão dessa oscilação estratégica americana perante o governo de Lisboa? A linha de investigação que se procura conduzir tem como finalidade analisar se as estratégias de Nixon e Caetano eram compatíveis entre si, sendo os EUA e Portugal dois estados que partilham a mesma esfera geo-política.

A hipótese de resposta colocada para esta inconstância de relacionamento visa analisar se a esperada sintonia e compatibilidade estratégica entre estes dois países foi impactada pelo surgimento da *Détente* norte-americana e a sua consequência para a estratégia ultramarina de Lisboa, bem como se a importância dos Açores (com o emergir da necessidade para os EUA – ou não – da base das Lajes) teve alguma relação directa nessa oscilação de interesse/desinteresse norte-americano em relação a Lisboa.

O que motivou a proposta deste projecto de pesquisa foi o facto de este período histórico da diplomacia portuguesa ter ainda elementos por explorar relativamente ao período político anterior, que não são habitualmente objecto de estudo no domínio académico, pois normalmente os períodos históricos intermédios – neste caso, o período que se situa entre o salazarismo e o 25 de Abril – tendem a ser menos conhecidos na sua plenitude.

Os dilemas, os equívocos e as aparentes convergências estratégicas entre as duas administrações, a portuguesa e a americana, que surgem plausivelmente no ano de 1968, devido a circunstâncias históricas e opções próprias, devem ser conhecidas, estudadas e aprofundadas nas suas causas, o que eleva a necessidade e a relevância do tema que nos propomos tratar, procurando assim trazer mais alguma luz a esta realidade.

A presente dissertação divide-se numa primeira parte de enquadramento da temática em análise, procurando fazer inicialmente um enquadramento histórico da problemática do Ultramar do ponto de vista diplomático; e, por outro lado, procura abordar o ângulo estratégico que tanto Richard Nixon como Marcello Caetano procuraram implementar quando chegaram ao poder.

No que diz respeito às questões relativas ao objectivo do trabalho, e que afectaram o relacionamento entre os dois estadistas e as duas administrações, dividimos temporalmente esse período em três fases, analisadas em três subcapítulos do capítulo quarto, que corresponderam a três momentos distintos, que se verificaram em termos de proximidade e afastamento entre administrações.

Uma primeira fase corresponde ao período no qual se deu uma aproximação de pontos de vista e interesses comuns, quando os EUA procuravam normalizar a utilização do acordo da base das Lajes, retomando um acordo formal com Lisboa, enquanto Portugal viu os EUA modificarem a sua política de longo prazo para a região centro-austral de África, que se traduziu na formalização do Exercício Alcora, o que representou uma forma de Lisboa poder prover as capacidades e cumplicidades necessárias que a mudança de estratégia militar que o seu ultramar requereu.

Numa segunda fase, o relacionamento entre os dois países voltou a esmorecer, vítima do período eleitoral das presidenciais americanas que coincide com a percepção que nasceu em Lisboa de que afinal, garantida que estava a Base das Lajes, Washington não parecia disposta a correr riscos político-diplomáticos que se traduzissem em actos e suporte com que o regime de Lisboa contava.

Numa terceira fase, já com o Watergate a fazer-se sentir em toda a sua força e o esboroar inerente do peso político de Nixon, a simultânea ascensão da relevância de um Congresso Democrata, fazia perigar definitivamente as relações com Lisboa, quando uma inesperada guerra – o Yom Kippur – voltou a colocar a centralidade da base das Lajes no complexo sistema militar norte-americano. Facto que Lisboa soube aproveitar para reganhar poder negocial junto de Washington – mas que, apesar disso, não evitou a queda do regime a 25 de Abril de 1974.

O trabalho foi elaborado tendo em conta os conhecimentos técnicos e científicos apreendidos ao longo do curso de mestrado, assim como a utilização de bases teórico-metodológicas que dão suporte e contexto à presente investigação. Nesta, foi usado um conjunto de fontes de suporte em que são identificadas múltiplas referências – documentais, bibliográficas e outras –, apresentadas como fonte relevante.

A análise de diversos arquivos nacionais e internacionais, nomeadamente o Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o Arquivo Histórico Militar português, o Arquivo Histórico da Presidência da República portuguesa, entre outros, assim como o acesso a inúmera documentação, nomeadamente norte-americana, contribuíram também para a recolha de elementos necessários e evidências vastas que permitiram uma análise mais exaustiva e profunda sobre o tema em referência.

Outros documentos foram obtidos através de acessos a múltiplas fontes, tais como bibliotecas públicas e privadas, portais governamentais nacionais e estrangeiros, trabalhos académicos ou publicações periódicas nacionais e internacionais da época

em causa. Esta documentação foi acedida quer *online* quer fisicamente nas instituições visitadas. Do mesmo modo, a consulta da bibliografia referente às obras publicadas para o estudo do período temporal identificado e relacionadas com a temática trouxe igualmente valor acrescentado à investigação.

Relativamente às limitações e dificuldades sentidas durante a realização deste trabalho, podemos referir que alguma documentação diplomática americana expedida e recebida de Lisboa continua, parte dela, infelizmente, sob segredo e inacessível, assim como nos deparámos com a inacessibilidade de partes importantes do arquivo PIDE/DGS, presumidamente destruída ou fora do país, que provavelmente poderiam explicar muito do que ocorreu no último semestre do Estado Novo. Estas circunstâncias não permitiram por isso aferir, como desejado, com mais profundidade algumas questões importantes, como aquela que se prendia com a forma como o 25 de Abril foi efectivamente condicionado ou acelerado pela irregularidade, imprevisibilidade, eventual intencionalidade ou omissão político-diplomática dos EUA.

Este trabalho enquadra-se igualmente no contexto de Teoria das Relações Internacionais e centra-se no relacionamento bilateral entre Portugal e os EUA. Assim, foi importante enquadrar o comportamento dos intervenientes principais no âmbito de um sistema político internacional, ou seja, num conjunto de centros independentes de decisão política de interacção mútua. Tendo em conta os protagonistas, torna-se por isso pertinente aproximar a nossa perspectiva na orientação teórica baseada na escola realista.

## 2. ESTADO DA ARTE

Por estado da arte designa-se o estado do conhecimento actual de um determinado assunto que está sob estudo ou vai ser analisado. No caso presente neste capítulo, pretende-se retratar qual o conhecimento sobre a matéria desta investigação que até ao momento foi alcançado na academia. Pretende-se igualmente estabelecer um ponto de partida para o estudo aqui proposto, de forma a dar a conhecer, no momento em que este trabalho foi realizado, o estado do conhecimento sobre esta matéria. O marcelismo e as relações deste período histórico entre Portugal e os Estados Unidos da América, directa ou indirectamente, foram objecto de estudo de alguns autores essenciais para o conhecimento deste período nas relações entre os países, como por exemplo José Freire Antunes, Pedro Aires Oliveira, Pedro Emanuel Mendes, Luís Nuno Rodrigues, Tiago Moreira de Sá, Freitas do Amaral, Adriano Moreira, Bernardo Futscher Pereira, Henry Kissinger, Raymond Leonard Garthoff, John Lewis Gaddis, Walter Russell Mead, entre outros. Neste período histórico, os conflitos militares ocorridos nos territórios ultramarinos portugueses, e a contestação externa subjacente, condicionaram enormemente o relacionamento entre os dois países. Recorde-se que estes se iniciaram num período anterior ao que Marcello Caetano e Richard Nixon chegaram ao poder, o que permitiu a elaboração de um enquadramento histórico, uma vez que esses conflitos se tinham iniciado na sequência dos massacres da UPA no Norte de Angola, no dia 15 de Março de 1961.

Freire Antunes deixou uma significativa obra sobre este momento histórico, e em particular sobre a forma como se processou o relacionamento pessoal e institucional entre as duas administrações, sendo essa obra elaborada num período em que as principais fontes, estando vivas e acessíveis, deixaram elucidativos e preciosos contributos para compreender e conhecer os processos ocorridos no decurso desta época, e os actores considerados nesta tese. Antunes apresenta-se como o autor e investigador da história da administração Nixon que mais a fundo penetrou nas *nuances* temporais do relacionamento entre as duas partes, chegando a concluir que a transição do ultramar português para a esfera de influência soviética «foi também» um dos preços históricos da *Détente* de Nixon (Antunes, 2000, p. 101). O que nos pode levar a concluir que, por essa razão, o Presidente do Conselho pode ter sido uma vítima indirecta dessa política, o que faz deste um dos pontos a que este trabalho tenta trazer luz; para além de tentar entender que a *Détente* de Nixon possa ter sido, ou não, sido incompatível com a estratégia de Marcello, e de que forma a evolução da política externa de ambas as administrações foram ou não incompatíveis.

Outro autor fundamental para este estudo foi Henry Kissinger, um teórico e um académico do realismo, devido tanto à sua obra como à sua própria acção na Casa Branca durante o período estudado. Íntimo conhecedor de Richard Nixon, constitui-se no seu principal teorizador, artífice e condutor da política externa norte-americana, servindo o Presidente na definição das suas estratégias de longo prazo quando encabeçou o NSC<sup>1</sup> - *National Security Council* (Conselho de Segurança Nacional), e posteriormente quando assumiu o lugar de Secretário de Estado norte-americano, em 1973.

Para Henry Kissinger, o Presidente Nixon, sendo claro nas suas análises e nos seus objectivos, utilizou como instrumento fundamental da formação coerente das suas políticas o NCS, o que permitiu ao Presidente dos EUA e à sua administração devolver coerência à política externa dos EUA, redefinindo-a e transformando-a, nesses anos de 1969 a 1974, quando abraçaram um conceito geopolítico de interesse nacional. Segundo Kissinger, desde Theodore Roosevelt<sup>2</sup> mais nenhum Presidente o tinha conseguido fazer tão eficazmente, através de uma abordagem do conceito de ordem mundial, de uma forma tão sistematizada que devolveu aos EUA um ideário de equilíbrio de poder fundador de uma política externa, conhecida por *Détente* (Kissinger, 2023, pp.165-181).

O próprio Kissinger, no seu livro *Diplomacia*, referiu que o Presidente procurou orientar-se segundo um conceito de interesse nacional, em que as potências principais, incluindo os Estados Unidos, deviam prosseguir os interesses próprios de uma forma racional e previsível, como o espírito do iluminismo do século XVIII, quando o equilíbrio

---

<sup>1</sup> O Conselho de Segurança Nacional (NSC) é o principal fórum do Presidente norte-americano para as questões de segurança nacional e política externa, constituído por uma equipa de conselheiros seniores e funcionários da administração dos EUA. Criado no tempo de Truman, e durante o tempo em que Nixon foi Vice-Presidente de Eisenhower, constituiu-se um habitual utilizador, era um órgão que tinha por função principal aconselhar e auxiliar o Presidente a estudar, coordenar, decidir e implementar decisões sobre questões de segurança nacional. Neste órgão, no tempo da administração Nixon, as questões eram estudadas e aprofundadas na forma de NSSM – National Security Study Memoranda, e posteriormente determinados assuntos importantes aí levantados, depois de ser debatidos internamente, assumiram o formato de decisões e políticas oficiais da Casa Branca, através de NSDM – National Security Decision Memoranda, que representavam declarações e decisões presidenciais que estabeleciam políticas e que informavam os outros departamentos e agências sobre essas políticas de longo prazo, e das decisões presidenciais, clarificando as responsabilidades de cada um, e de cada órgão e agência estatal com elas relacionadas.

<sup>2</sup> No tempo do Presidente Roosevelt, entre 1901 e 1909, como explicou Kissinger no seu livro *Diplomacia*, os dois oceanos já não eram suficientemente vastos para isolarem a América do resto do mundo. Os Estados Unidos tinham as condições para se tornarem num actor protagonista do palco internacional, sendo Roosevelt quem impôs essa posição histórica da abordagem norte-americana nas suas relações internacionais. Nenhum outro Presidente, segundo o mesmo autor, definiu tão completamente o papel da América no mundo em termos de interesse nacional, ou identificou tão abrangentemente o interesse nacional como equilíbrio do poder. Segundo Kissinger, a América não significava uma causa mas sim uma grande força na cena mundial, de tal forma que o século XX seria moldado do mesmo modo que a Grã-Bretanha moldou o século XIX (Kissinger, 2007, p. 30).

prevaleceu, emergindo do choque entre interesses antagónicos (Kissinger, 2007, pp. 614-615).

Pedro Aires Oliveira é outro autor importante neste âmbito, em especial no texto «Política externa do marcelismo: A questão africana» (Oliveira, 2001), assim como noutro texto publicado no ano seguinte no mesmo sentido, intitulado «Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo» (Oliveira, 2002), no qual basicamente refere que a diplomacia de Marcello Caetano teria sido inconsequente nos seus propósitos. Nestes contributos, Oliveira pretende demonstrar de que forma a política externa, e em particular a questão africana, condicionou as opções governativas de Marcello, chegando à conclusão de que, apesar de a política externa deste ser mais flexível do que a de Salazar, essas opções não foram suficientes para provocar uma ruptura com o passado.

Outro autor que publicou diferentes textos e estudos sobre o marcelismo é Pedro Emanuel Mendes, designadamente o artigo «Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: Do Outono ao Inverno» (Mendes, 2020), no qual o autor se foca nos anos finais da governação do Presidente do Conselho, e nos dilemas por ele vividos, nomeadamente na forma como tentou renovar dentro da continuidade e se debruçou sobre a dificuldade encontrada para gerir os constrangimentos e anacronismos do regime.

Entre diversos outros, devo salientar mais dois autores centrais que formam relevante base teórica e científica estudada, como é o caso de Manuel Lucena e Luís Nuno Rodrigues. O primeiro pela obra fundamental que desenvolveu sobre o Estado Novo e sobre o que ligou e separou os dois protagonistas maiores desse período, Oliveira Salazar e Marcello Caetano, através do estudo da evolução do sistema e edifício corporativo português. O autor estabelece essas diferenças entre os dois modelos, permitindo conhecer melhor as evoluções no Estado Novo, nomeadamente com a entrada de alguém que vem propondo uma prudente actualização legalista e liberalizante do regime, que, segundo o autor, o marcelismo inaugurou de forma dinâmica, apesar de renovar na continuidade, sem mudanças bruscas, e prometendo um Estado Social, dando conta de que o marcelismo foi oscilando entre anos mais favoráveis à renovação e outros mais confinados à continuidade (Lucena, 1976 b, pp. 219-224).

Relativamente a Luís Nuno Rodrigues, outro autor-chave pelo conjunto de obra dedicada às relações entre Portugal e os EUA, tendo em conta os Açores e a sua

importância no relacionamento entre ambos os países, assim como pelas biografias dos dois homens fortes que Marcello colocou na chefia das Forças Armadas para conduzir a guerra das três frentes, o que constituem dados essenciais para se entender de modo mais cabal este período, nomeadamente as relações entre Portugal e os EUA nos anos aqui analisados. Relativamente à importância e perenidade da questão dos Açores na história diplomática entre ambos os países, este autor chega a concluir, no que respeita às relações entre eles o período mais crítico desse relacionamento, teria tido origem no início da década de 60. Na sua opinião, os portugueses não se encontravam «orgulhosamente sós», mas antes «temporariamente sós», uma vez que, mesmo considerando os momentos mais complexos de fricção e de crise diplomática entre Portugal e os EUA, originados com a ascensão de Kennedy à Casa Branca, esta não terá durado mais de um ano e que, após aquele «ano horrível de 1961», Portugal não sentiu da parte dos EUA uma pressão suficientemente incómoda para fazer perigar a estabilidade do regime e a continuação das guerras coloniais, como refere no seu trabalho «A solidão na política externa portuguesa no início da década de 60: O caso dos Estados Unidos» (Rodrigues,2000, p. 224).

Por fim, outro autor fulcral para o estudo das relações entre os EUA e Portugal é Tiago Moreira de Sá, sobretudo com a sua obra referencial *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. O autor, nas conclusões da referida obra, indica que o objectivo da mesma «consistiu em perceber em que medida o diálogo entre Lisboa e Washington convergiu ou divergiu» (Sá, 2016, p.577), ao longo do quarto de milénio deste relacionamento que se encontra amplamente explanado neste seu livro.

O presente trabalho, analisando apenas um curto ciclo do relacionamento entre ambos os estados (1968-1974), aborda igualmente as causas próximas dos afastamentos e aproximações diplomáticas no curto espaço de tempo que duraram as administrações Nixon e Caetano. Refira-se que iguais oscilações de relacionamento diplomático foram amplamente dissecadas por Tiago Moreira de Sá na sua obra, quando afirma que a «principal conclusão a tirar é que a maior parte do tempo as relações entre portugueses e norte-americanos é de enquadramento na dinâmica dos ciclos de separação, reencontro e tentativa de unidade atlântica» (Sá, 2016, p.577).

### 3. ENQUADRAMENTO E CONTEXTO

#### 3.1. A FORMAÇÃO DA CONTESTAÇÃO EXTERNA AO ULTRAMAR PORTUGUÊS

##### 3.1.1. O ESTADO NOVO: DA ORIGEM À II GUERRA MUNDIAL

O Estado Novo foi instaurado em Portugal na sequência dos anos agitados da I República, os quais se pautaram por uma instabilidade institucional retratada tanto nos oito presidentes eleitos quanto nos mais de quarenta governos, que tiveram em média, cada um deles, uma duração inferior a cinco meses. Assim, em 1926, a República não estava mais prestigiada do que a monarquia se encontrava em 1910. A ocasião criou a oportunidade para se instalar um novo regime de modelo corporativo que misturou modelos de representação, quer orgânicos quer parlamentares, constituindo as bases institucionais de um estado autoritário, anti-partidário, católico e tradicionalista<sup>3</sup>. Com o crescente apoio dos militares e da Igreja, estavam criadas as condições para se institucionalizar o Estado Novo, um regime nacionalista, autoritário e corporativo.

Assente numa liderança pessoal do Estado, a sociedade foi estruturada como um monopólio e privatização da actividade das organizações políticas, cívicas e sindicais, regulado por um regime, por via de um Estado forte, vigilante e controlador, corporizado na futura Constituição de 1933. Esta seria plebiscitada pelos portugueses a 19 de Março desse ano, com cerca de 719 mil votos favoráveis, entrando em vigor menos de um mês depois, consagrando esse nacionalismo autoritário e corporativo em Portugal. A referida Constituição reflectiu o Integralismo Lusitano<sup>4</sup>, a doutrina social da Igreja, a doutrina

---

<sup>3</sup> Jorge Borges de Macedo, na sua colaboração em *Dicionário Político do Ocidente*, organizado por António Marques Bessa, escreveu no artigo «Salazar e salazarismo», onde defende que todo o pensamento de Salazar tem por base a doutrina nacionalista de Charles Maurras e os ensinamentos do catolicismo social dos Papas, sobretudo Leão XIII, e que estas duas linhas fundamentais definiam a doutrina do Estado Novo (Bessa, 1979, p. 288). O mesmo sublinha ainda que Salazar, partindo de uma sensibilidade nacionalista, escolheu, no conjunto das ideias do seu tempo, aquelas que considerou garantirem melhor a unidade da Nação e a força do Estado, lançando nelas as bases institucionais do seu regime, e que em consequência, conseguiria restaurar o prestígio do país no exterior, restabelecendo a ordem abalada por anos e anos de convulsões e confrontações ideológicas (Bessa, 1979, p. 287). Na *Enciclopédia Verbo* editada em 1974, o mesmo autor referiu ainda que Salazar porém não conseguiu subordinar o Estado à moral e ao direito, nem deu oportunidade às diferenças de opinião, apostando em medidas repressivas para manter o Estado Novo, reforçando a censura e a polícia política, as quais limitaram o papel da opinião pública (Macedo, 1974, pp. 287-288)

<sup>4</sup> O Integralismo Lusitano foi um movimento político português, de raiz monárquica e tradicionalista, bastante influente no país no início do século XX. Nasceu como reacção à implantação da República e durou até ao início do Estado Novo. Foi um movimento que, apoiado na doutrina social da Igreja Católica, foi marcadamente anti-republicano, defendendo uma monarquia tradicional em vez do formato constitucional dos últimos reinados, rejeitando por isso o parlamentarismo como forma de representação política e visando a restauração de uma grandeza perdida da nação portuguesa, conforme defendeu a principal referência doutrinária do Integralismo Lusitano, António Sardinha, que era da opinião que se impunha restituir à Pátria o sentimento da sua grandeza — não de uma grandeza retórica ou enfática, mas

corporativa italiana, e atribuía ainda à presidência do Conselho de Ministros um conjunto de competências reforçadas, mas subordinadas à autoridade do Presidente, que poderia nomear ou demitir o chefe do governo. Esta Constituição como que representou um regresso à Carta Constitucional, restituindo ao chefe de Estado a posição dominante nos órgãos de soberania e um repúdio ao parlamentarismo partidário. O Estado Novo conservou a bandeira, o hino e os feriados da República, manteve formalmente a separação republicana da Igreja e do Estado, a divisão de poderes e a independência dos magistrados. Com a novidade de uma Câmara Corporativa consultiva que agregou os portugueses organicamente, por forma a adicionar a sua opinião aos projectos-lei emanados pelo novo regime.

Na ocasião, foi também instituído o Acto Colonial, que definiu o conceito de Império Colonial Português e que reestruturou a organização ultramarina do país. Esta nova lei-quadro do Império na prática “nacionalizou as colónias”, blindando-as contra o capital estrangeiro, centralizando no Terreiro do Paço a sua direcção, subordinando aos interesses da metrópole os dos colonos e dos povos colonizados (Barreto e Mónica, 2000, p. 330). Este Acto Colonial que agradou à elite militar politicamente influente, ao demonstrar a forma mais solene e a determinação de preservar o império seduzindo igualmente os interesses económicos organizados como reserva de mercados e matérias-primas com acesso privilegiado (Alexandre, 1993).

Ainda no ano fundacional de 1933, viram “a luz do dia” a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a reforma administrativa ultramarina, na sequência do Acto Colonial entretanto inserido na Constituição de 1933. Para Salazar, tanto a Constituição de 1933 quanto o Acto Colonial foram estruturantes para a construção do novo regime, conforme salientou e sublinhou no seu livro *Como se levanta um Estado*, onde referiu que a Constituição de 1933, conjuntamente com o Acto Colonial, encerravam os princípios fundamentais da organização política e social (Salazar, 1977, p. 64). Nessa obra, Salazar expõe com algum detalhe a origem e os princípios norteadores do Estado Novo. Com 70 páginas e um sugestivo título, dividido em quatro capítulos e uma conclusão, Salazar explanou as suas ideias e detalhou a situação que levou ao golpe militar de 28 de Maio de 1926 (Salazar, 1977, pp. 49-60), não deixando de, acintosamente, criticar sempre que necessário o *american way of life*.

António Oliveira Salazar governou 38 anos consecutivos, dos quais 36 como chefe do governo, até ao momento em que um súbito acidente vascular-cerebral o incapacitou

---

de uma grandeza que se desprendia da vocação superior, que a Portugal assistia dentro da lógica de um plano providencial de Deus, como nação ungida para a dilatação da Fé e do Império (Sardinha, 1959).

para o exercício das suas funções. Este período, segundo apreciação de António Barreto e Filomena Mónica, foi caracterizado por um «tenaz e minucioso despotismo» (Barreto e Mónica, 2000, p. 284). Contudo, muitos dos que defendem o legado salazarista consideram que a sua doutrina foi assente num despotismo de natureza benévola, esclarecido e providencial, no sentido em que permitiu restaurar a independência e a dignidade nacionais perante o exterior, por um lado, e, por outro, conseguiu repor a ordem internamente perdida durante a I República.

Enquadrando historicamente o Estado Novo, este coincide no tempo com subida ao poder de Mussolini em Itália, em 1925, com a ascensão de Hitler na Alemanha, em 1932, e com a emergência da Frente Popular, de raiz comunista, em 1936, que originou a guerra civil, primeiro, e o franquismo, depois, na vizinha Espanha. O carácter nacionalista, corporativista, anticapitalista, antiliberal e anticomunista do fascismo italiano, combinado com a censura e a propaganda, foram importantes fontes de inspiração para o Estado Novo, como refere Manuel Lucena. O autor, porém, adverte que vão «grandes distâncias da Itália de Mussolini ao Portugal de Salazar», uma vez que, para ele, o salazarismo foi um fascismo sem movimento fascista (Lucena, 1976 a, p. 38)<sup>5</sup>.

A Europa viveu, na ocasião, momentos conturbados que influenciaram as opções políticas internas e a construção de alianças externas. A junção das esquerdas com o anarquismo numa frente popular, no país vizinho, no início do ano de 1936 foi objecto de grande preocupação para o regime. Salazar compreendeu que seria importante para a sua política não hostilizar o general Franco, tendo de início mantido uma discreta neutralidade<sup>6</sup>, sujeita a alterações imediatas como viria a acontecer. Mas o seu talento diplomático revelou-se sobretudo na II Guerra Mundial, não só durante o conflito, como

---

<sup>5</sup> Este autor considerava Mussolini um subversivo, oriundo da luta de classes, um socialista que evoluiu e que chegou ao poder catapultado num movimento de massas, distinguindo-se por isso do conservador católico Salazar, o qual recebeu o poder por via de um golpe militar. Considerou ainda que, enquanto em Itália a revolução ocorreu de baixo para cima, Salazar impôs o Estado Novo a partir e sentado em São Bento. Como referiu Lucena, o movimento fascista italiano precede a conquista do poder, enquanto a União Nacional nasce com a ditadura e, por isso, com Salazar a ideologia é incomparavelmente mais vaga, não um movimento de massas, que se constituiu, quando muito, e tal como refere o autor, num grupo de notáveis às ordens do Presidente do Conselho (Lucena, 1976 a, pp. 38-39). Outra distinção entre ambos: segundo o mesmo autor, o fascismo italiano foi expansionista e agressivo, enquanto o salazarismo fugia de se envolver a fundo nos conflitos europeus (Lucena, 1976 a, p. 43). Por outro lado, o referido investigador defende que, enquanto para Salazar o Estado Novo devia ser forte e era acima de tudo um meio, o fascismo italiano exaltava o absoluto do estado. (Lucena, 1976 a, p. 52).

<sup>6</sup> Salazar na ocasião fechou os olhos à passagem de material de guerra no seu território para os franquistas, e tolerou as emissões de onda curta a partir de Portugal para o país vizinho, consentindo ainda a partida dos Viriatos, milícia portuguesa apoiante de Franco, cujo número se situou entre os cinco e os 20 mil homens, conforme as fontes, assim como prendeu, e posteriormente entregou ao generalíssimo, milhares de republicanos refugiados no Alentejo.

ao conseguir convencer Espanha a adoptar uma posição neutral na guerra que se desenvolvia junto da sua fronteira oriental, conseguindo dessa forma levar a península Ibérica a ficar de fora dos teatros de operações dos contendores (Fernandes, 2016, pp. 256-298)<sup>7</sup>.

O fim da guerra suscitou em Portugal um sentimento ambivalente: se a reorganização e a recuperação das finanças e a política de neutralidade ibérica eram créditos reconhecidos a Salazar, o fim do conflito provocou um sentimento de necessidade de mudança. Por outro lado, internacionalmente, eclodia um novo ambiente pró-democracia, em que as autocracias, vencidas pelos aliados, eram percebidas como regimes do passado. A ordem internacional via nascer a ONU em Outubro de 1945, a organização substituta da SdN, uma entidade bem menos permissiva em relação à manutenção das colónias por parte dos países europeus vencedores do que a sua antecessora.

A ONU, nascida sob o impulso wilsoniano do Presidente Roosevelt, trazia uma visão diferente. Anteviam-se por isso anos difíceis para o regime de Salazar. Franco Nogueira descreve-nos o essencial do que ocorreu nessa altura<sup>8</sup>:

«Saudada como abertura de uma era nova [...] a Carta, no preâmbulo, declarava ser objectivo da ONU preservar «as gerações futuras do flagelo da guerra» e todos os dissídios seriam resolvidos por negociação... Na paz e na concórdia, e em público, seriam debatidos os interesses das potências, e, destruídos os sistemas totalitários, o mundo governar-se-ia por regimes democráticos e de assembleia parlamentar. Era a *unidade ideológica mundial*. Ao mesmo tempo era aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, baseada na igualdade absoluta deste e na regra de um homem – um voto: estava lançado o anticolonialismo. Era a emergência do Terceiro Mundo. [...] no fundo representava um] *mundo novo*.» (Nogueira, 1971, pp. 481-491).

---

<sup>7</sup> Portugal ficou de fora da guerra, e convenceu Espanha de que também não era do seu interesse entrar no conflito quando tinha acabado de sair de um outro. O Pacto Ibérico de Março de 1939 seria um dos veículos dessa vontade. Assim, e ainda antes da Segunda Guerra Mundial se ter iniciado, Salazar anunciou a sua posição de neutralidade, alicerçado no facto de que, apesar de o regime ter identificações políticas com um dos lados, Portugal conservava na política externa um alinhamento tradicional com a Inglaterra, se bem que impreciso. Salazar alegou a existência de uma centenária aliança com os ingleses, resguardando-se logo no início da Guerra de ter de alinhar com qualquer um dos blocos. Só em 1943, quando a guerra esboçou uma tendência de vitória para os Aliados, Portugal concedeu facilidades militares nos Açores ao Reino Unido, enquanto continuava a exportar volfrâmio para os alemães, até Junho de 1944.

<sup>8</sup> A este propósito, Franco Nogueira referiu que, ainda durante a guerra, em Agosto de 1941, Roosevelt e Churchill tinham assinado na Terra Nova a Carta do Atlântico, que previa um sistema de segurança colectiva, de base mais ampla do que a Sociedade das Nações. Depois, em 1944, reuniram-se em Dumbarton Oaks os grandes aliados para lançarem os alicerces da organização da comunidade internacional do após-guerra. Mais tarde na Conferência de Ialta, complementaram-se as sugestões anteriores, ampliando o papel a desempenhar pelas potências principais; e finalmente, em Junho de 1945, na Conferência de S. Francisco, foi firmada pelos países vencedores a Carta que criou a Organização das Nações Unidas (Nogueira, 1971, p. 489).

Este mundo novo formalmente começou com a assinatura da Declaração das Nações Unidas a 1 de Janeiro de 1942, naquela que foi a primeira conferência de Washington, na sequência da Conferência Arcádia.

A dimensão ultramarina de Portugal, uma espécie de ideia-força do regime, começou assim a ser posta em causa directamente com o fim da Segunda Guerra Mundial. Prevaleceu o interesse convergente dos dois polos vencedores da guerra, que pensavam numa divisão e redistribuição de novas áreas de influência, e na acessibilidade a novas fontes de matérias-primas, querendo-se assim substituir às grandes potências coloniais europeias como a Grã-Bretanha e França.

Estas, destruídas dentro de portas e em posição geopolítica subalterna, não tiveram muitas possibilidades de contrariar a consagração internacional do princípio da autodeterminação a que todos os povos têm direito, que a ONU consagrou com a ideia do anticolonialismo, na sua Carta. É neste panorama político que se compreende a pretensão do regime em querer normalizar as relações com o resto do mundo, a qual teria de se consubstanciar com a sua entrada na ONU, apesar de ter havido quem, no país, alertasse para o perigo que essa adesão poderia vir a representar para o Ultramar.

Ainda antes de Portugal formalizar o seu pedido de adesão, o general Norton de Matos, num conjunto de artigos publicados no jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*, advertiu para o perigo da internacionalização dos territórios coloniais portugueses e, subsequentemente, para os artigos do capítulo XI da Carta das Nações Unidas<sup>9</sup>.

Assim, sobre a entrada de Portugal na ONU, duas teses se confrontavam, e por isso importa saber como se processou o interesse e a vontade do regime em querer ingressar na lista dos países signatários, tendo em conta as especificidades da nova organização e do conteúdo da própria Carta; ou se, pelo contrário, a isso foi o regime induzido. Uma das teses refere que foi com relutância que Portugal anuiu a entrar; a outra, é a dos que viram ali a oportunidade de normalizar as relações exteriores nacionais, com a entrada na nova organização. Entre os defensores da primeira tese esteve Franco Nogueira que, a propósito do primeiro pedido de adesão apresentado por

---

<sup>9</sup> O general Norton de Matos procurou alertar o regime para os perigos que constituía a nova organização. Tendo escrito logo no início do ano de 1946 sobre a ameaça da internacionalização dos territórios, querendo alertar o país e os poderes públicos para o risco que corriam as colónias portuguesas de ficar sob mandatos, como aconteceu às colónias dos perdedores da Primeira Grande Guerra. Africanista, republicano e opositor a Salazar, o general alertou em três artigos, publicados consecutivamente no jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*, para a possibilidade do ressurgimento no mundo de ideias como os mandatos coloniais, na nova organização multilateral acabada de constituir pelos vencedores da II Guerra Mundial, a ONU, sugerindo que se devia ter cuidado e enfrentar essa internacionalização desses territórios (Matos, 1946). Ver estes artigos em ANEX.001, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 31.

Portugal em Agosto de 1946, rejeitado pelo veto da URSS e pelo voto negativo da Polónia, referiu no seu livro *As crises e os Homens*:

«Oliveira Salazar, desconhecendo ainda o funcionamento daquela [organização] e convencido de que não era essencial à política portuguesa o ingresso no organismo, abster-se do pedido de adesão; mas, em face do perigo soviético, os governos de Londres e de Washington solicitaram que o fizéssemos; e comprometeram-se a apoiar a nossa entrada com o peso da Inglaterra e dos EUA. Anuímos» (Nogueira, 1971, p. 495).

Como exemplo de defensor da tese oposta, a de que Salazar viu com bons olhos a entrada imediata nas Nações Unidas, temos o estudioso David Castaño, que afirma:

«[Apenas] dez dias depois da rendição da Alemanha e dez dias antes do décimo oitavo aniversário do 28 de Maio, Salazar fez um discurso na Assembleia Nacional, intitulado «Portugal, a guerra e a paz», que nos permite obter alguns elementos sobre a visão que o chefe do Governo tinha sobre o posicionamento de Portugal na nova situação internacional. Depois de se referir à evolução da neutralidade portuguesa durante o conflito, Salazar afirmou que «finda a guerra, acabou também a neutralidade, e Portugal é, como outro qualquer, um país membro da comunidade internacional» (Castaño, 2015, p. 13).

A URSS vetou a entrada de Portugal na ONU com o argumento de este ser um regime fascista, responsável pela vitória dos nacionalistas em Espanha (que, na conferência de Potsdam, ficariam impedidos de entrar na ONU), e também por ter sido um regime colaboracionista de Hitler, Mussolini e Pétain durante a Segunda Guerra Mundial. Conforme Franco Nogueira afirmou, fora a pedido da Inglaterra e dos Estados Unidos que Portugal solicitou a admissão na ONU, confiando no poder daquelas nações, que por sua vez acreditavam na colaboração soviética para a concretização desse desejo (Nogueira, 1985, pp. 54-55).

Por essa altura, contudo, a URSS evoluíra rapidamente de aliado importante na derrota de Hitler para uma potência rival, competidora e inimiga do Ocidente, tendo na ocasião o Presidente Truman anunciado uma nova doutrina conhecida por *Containment*<sup>10</sup>, cuja linha política visou exactamente o combate ao comunismo e às «suas iniciativas expansionistas», dando início ao período histórico conhecido por Guerra Fria<sup>11</sup>. Por

---

<sup>10</sup> A doutrina do *Containment* é da autoria do diplomata norte-americano George Kennan, que a explicitou na revista *Foreign Affairs* de Julho de 1947, num artigo não assinado, intitulado *Fontes da Conduta Soviética* (Kennan, 1947, pp. 566-582). Já em Fevereiro de 1946, no designado “Longo Telegrama”, o mesmo autor, na altura colocado em Moscovo, alertou, num texto de mais de oito mil palavras, para a natureza expansionista do regime soviético, refletindo sobre a necessidade de “conter” a sua influência (Kennan, 1946). Estes documentos, assim como as teses explanadas por Mackinder e Spykman, inspiraram Truman na definição da sua política como Presidente dos EUA na sequência do fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>11</sup> A transformação do relacionamento entre EUA e a URSS após o fim da Segunda Guerra Mundial, e a transição do estatuto de aliados para o estatuto de competidores, foi um processo político confrontacional conhecido por Guerra Fria. Já em Junho de 1945, George Marshall, Secretário de Estado americano, lançou

outro lado, entre Agosto e Outubro de 1947, foram proclamadas duas independências marcantes: a da Índia e a do Paquistão, que resultaram de um processo de autodeterminação conduzido pelos ingleses, que dividiu a União Indiana em dois países por, alegadamente, serem considerados religiosamente incompatíveis. Estes factos pronunciaram um movimento imparável que foi desencadeado dentro das potências coloniais europeias. O Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e até Espanha iniciaram processos de autodeterminação e independência das suas colónias, que culminaram, no início dos anos 60, no ingresso de dezenas de novos países de pleno direito na ONU.

### **3.1.2. A NORMALIZAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL E O INGRESSO NA NATO E NA ONU**

A 4 de Abril de 1949 foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, de que resultou a NATO, organização que agrupou os EUA, o Canadá e mais sete países ocidentais europeus, incluindo Portugal, o que representou um sucesso diplomático de Salazar, no seu objectivo de normalização e inserção do país no bloco vencedor da guerra, na qual não havia participado directamente. Depois de ter ajudado a criar condições para que no país vizinho Franco vencesse a guerra civil, Salazar conseguiu convencer o generalíssimo a embarcar numa neutralidade comum na Segunda Grande Guerra, e conseguia agora reentrar no *inner circle* militar dos vencedores sem ter que alterar o regime<sup>12</sup>.

Marcello Caetano seria o representante de Portugal na cimeira fundacional da NATO, em Paris, na qual afirmou que aquela organização baseara a sua política na convicção de que, para prevenir uma agressão soviética, era indiscutível a sua existência num mundo livre que se desejava inequivocamente forte (ANI, 1957). Isto equivalia a dizer que Portugal, mesmo não sendo uma democracia parlamentar de base partidária, estava ali para contribuir com um papel na defesa do Ocidente, criando-se desta forma um longo cisma, equívoco ou dogma, no regime sobre a importância e o contributo nacional para com os seus novos aliados e bloco ocidental: o Estado Novo haveria de confundir a real intenção dos seus aliados, que era não tanto a relevância do seu todo ultramarino para a defesa do Ocidente, mas a centralidade e importância da base das

---

a ideia de um programa de apoio e ajuda económica, que assumiu o seu nome (Plano Marshall), com vista à reconstrução da Europa, e que politicamente visava desde logo impedir o alastrar da instauração de regimes comunistas no Velho Continente, por via de convulsões sociais motivadas pela fome e pela miséria, espoletadas pela crise social que se vivia na Europa.

<sup>12</sup> A dimensão da vitória diplomática do Estado Novo de Salazar fez valer a importância dos Açores para se tornar membro imprescindível da aliança, numa conclusão retirada pelos próprios aliados, aduzida pela experiência do último conflito, no qual ficou demonstrado que nenhum sistema de defesa atlântico era eficaz sem as Lajes (Oliveira, 2007, p. 53).

Lajes, e fundamentalmente estas, que constituíam provavelmente a principal ou o interesse *core* dos seus aliados NATO.

Noutro espaço geográfico, a maior nação muçulmana do mundo, a Indonésia, viu a sua independência ser reconhecida pelos EUA, e, em conjunto com outros países importantes e também recém-independentes (a Índia, o Paquistão, o Vietname do Norte), assumiu um papel importante na cena internacional ao ser anfitrião em 1955, na sua cidade de Bandung, com a ocorrência de uma histórica e disruptiva conferência internacional<sup>13</sup>.

A década de 1950 iniciou-se com a guerra entre as duas Coreias, quando a do Norte – fortemente apoiada pela URSS e não aceitando a divisão do território coreano – invadiu o Sul, motivando, em resposta, a deslocação do Exército americano estacionado no Japão, dando início a um importante conflito militar internacional. Enquanto isso, a China invadiu o Tibete, e a Índia apresentou a Lisboa uma proposta de integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana.

O regime entretanto tentando precaver a sua posição e a sua inserção neste novo ambiente internacional reagiu preventivamente, com a revisão constitucional de 1951, a todos estes acontecimentos e movimentações internacionais ocorridos e/ou previsíveis de ocorrerem, num futuro próximo, onde trocou o conceito de Império pelo de Ultramar, transformando os territórios administrados por Portugal e espalhados pelo mundo em pedaços territoriais nacionais, no formato de províncias ultramarinas.

Esta alteração, contudo, veio no futuro não só tornar impossível qualquer cedência de soberania sobre os territórios de além-mar, mas também dificultar a adopção de quadros políticos mais ágeis de tipo federal, confederal ou comunitário, ou projectos de «novos Brasis» (Barreto e Mónica, 2000, p. 285). Essa opinião foi reiterada por outro analista, que sublinhou a falta de unanimidade dentro do regime, à época, com este desenvolvimento constitucional, nomeadamente pelo parecer negativo do constitucionalista Marcello Caetano<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> A Conferência de Bandung ocorreu entre os dias 18 e 24 de Abril de 1955 na cidade indonésia com o mesmo nome, onde 29 estados asiáticos e africanos, que à época correspondiam a quase metade da população mundial (1,4 mil milhões de seres humanos), deram início à emergência do que se veio a designar como Terceiro Mundo. A maioria dos países participantes nesta conferência eram recém-autodeterminados, e reuniram-se para identificar pontos fortes, objectivos, posicionamentos e para conciliar estratégias comuns. Com esta iniciativa constituíram-se num bloco político, propondo uma postura diplomática e geopolítica, que pretendia ser de equidistância em relação às duas superpotências que emergiram no fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>14</sup> O argumento de que para Portugal, a partir de 1951, esses territórios eram meras províncias, deixando por isso de ser um império, e, por esta lógica, de que Portugal já não teria colónias, mas apenas unidades

Entretanto, e passada uma fase negocial com Salazar que se revelaria longa, exasperante e infrutífera, a União Indiana resolveu, em Julho de 1954, invadir os dois pequenos enclaves de Dadra e Nagar-Avely, dependentes do território de Damão, depois de primeiramente ter impedido o acesso aos mesmos, o que repôs os problemas ultramarinos portugueses nas agendas nacional e internacional.

Nesse mesmo mês, Holden Roberto, e um pouco mais tarde, em Novembro do mesmo ano, Amílcar Cabral, fundaram os dois primeiros movimentos de independência no espaço lusófono – em Angola, a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), e na Guiné, o MING (Movimento para a Independência Nacional da Guiné), embriões da FNLA e do PAIGC, respectivamente.

Estando os territórios não autónomos (ou TNA) dos países europeus na ordem do dia, a 22 de Outubro de 1954 começou a guerra na Argélia, a jóia da coroa ultramarina francesa. Na semana seguinte, França abandonou as suas posições nos quatro enclaves de Pondichéry, no subcontinente indiano, o que motivou que Nova Deli fizesse uma exigência similar ao governo português em relação aos territórios de Goa, Damão e Diu<sup>15</sup>.

Nessa altura, por iniciativa de países afro-asiáticos, e com o apoio do bloco socialista, a situação da Argélia foi discutida na Assembleia-Geral da ONU, o que levou à indignação da delegação francesa (lembre-se que a França é uma potência com direito a veto no Conselho de Segurança), na ocasião abandonando a sala em protesto.

No ano seguinte, em 1955, entre 17 e 24 de Abril, deu-se um acontecimento diplomático muito importante nas relações internacionais, e que muito influenciou Portugal: a Conferência de Bandung. Dessa conferência nasceu um novo bloco alternativo, ou uma oposição aos designados primeiro mundo (Ocidente) e segundo mundo (de influência soviética), que se posicionou como um espaço não-alinhado. A maioria dos países que ali participaram vinham de recentes e marcantes experiências de colonização e, por terem vivenciado e sentido o significado de terem sido colónias, fizeram da autodeterminação uma das suas principais bandeiras. Apesar de se terem constituído

---

político-administrativas dispersas por vários continentes e integradas num Estado unitário, servia para ingressar na ONU. Porém, essa proposta de revisão constitucional foi objecto de um parecer negativo e controverso de Marcello Caetano, o qual teve um efeito atordoante nos corredores do poder, pois foi claramente contrário ao sentido da proposta governamental (Silva, 2019, p. 156).

<sup>15</sup> Nada tendo sucedido após esse pedido de Nova Deli para abandonar os territórios de Goa, Damão e Diu, passados dois meses, no começo do ano de 1955, deu-se início aos movimentos satya-agraha, ou seja, as tentativas de invasões pacíficas de indianos desarmados dos territórios da Índia portuguesa, o que na ocasião foi impedido pelas autoridades coloniais.

como um pólo alternativo às duas superpotências, politicamente optaram quase sempre pelas posições internacionalmente mais próximas das da URSS.

Isto aconteceu num momento histórico em que dois pólos se confrontaram e procuravam alargar e consolidar as suas áreas de influência, agregando esses países como novos aliados. Foram os anos iniciais da Guerra Fria. Assim, quer os EUA quer a URSS lutaram abertamente nessa altura pela conquista de influência dessas jovens nações.

Porém, aparentemente a dicotomia socialismo-capitalismo não era a dicotomia perspectivada em Bandung. Ali preconizou-se um conflito Norte-Sul, em que esse grande Sul encarava as potências localizadas a norte, as ditas industrializadas, como países que oprimiam e inibiam o desenvolvimento das nações localizadas mais a sul, procurando comercializar manufacturas industrializadas a norte, usando as matérias-primas do Sul, num comércio desigual e pouco valorizado. A emergência deste terceiro grande bloco político acentuou a necessidade de mudar a agulha diplomática ocidental, agora carente e interessada em seduzir o emergente Terceiro Mundo para a sua zona de influência.

Em consequência, as grandes potências do Ocidente como que reinterpretaram o conceito de autodeterminação, inscrito no ponto 3.º da Carta do Atlântico, considerando-o agora de uma forma diferente e mais abrangente. Aparentemente, esse conceito, à época, ainda na Segunda Guerra Mundial, restringia-se a garantir a independência dos territórios que estavam ou tinham estado ocupados pelos países do Eixo. Agora, na alvorada da década de 60, no pós-guerra e em plena época do direito internacional consagrado na ONU, o conceito de autodeterminação tornava-se mais abrangente e abarcava outras geografias e continentes, como o africano e o asiático.

Foi à luz desta nova intenção que os Estados Unidos forçaram Inglaterra<sup>16</sup> e França<sup>17</sup> a ajustar definitivamente os seus conceitos e as suas opções diplomáticas aos seus interesses permanentes, afinando as suas hipóteses e pensando seriamente em

---

<sup>16</sup> Na assimétrica cimeira de Washington entre Truman e Churchill, no pós-guerra, foram dados uns primeiros sinais de que o Império Britânico «estaria em liquidação» (Dobson, 2017), mas um acontecimento internacional marcou uma espécie de golpe fatal nas pretensões coloniais das grandes potências europeias e acelerou o fim das colónias britânicas e francesas. O desastroso desembarque franco-britânico em Port Said, não autorizado pelos EUA, feito em resposta à nacionalização do canal do Suez no Egipto de Nasser, seria alvo de forte repreensão americana. Esta intervenção marcou a última vez que ambos os países interferiram noutro sem terem a “autorização” dos EUA.

<sup>17</sup> França, nessa altura, ainda foi ambivalente nos seus propósitos. Nesse ano de 1955, enquanto nos Camarões se assistia a motins motivados pela recusa de França em negociar o processo de independência, na Tunísia, após a libertação de Habib Bourguiba e da sua entrada triunfal em Tunes, deu-se início ao processo negocial francês com vista à independência do país.

desfazer-se das suas colónias, fazendo com que esses países aceitassem trocar bandeiras, hinos e soberania por alianças, matérias-primas e mercados preferenciais.

Como disse Franco Nogueira numa entrevista no dia 6 de Maio de 1987 à RTP, Portugal, não sendo uma Inglaterra ou uma França, não podia nos anos 60 seguir o exemplo destes países, por razões que se prendiam com o seu poder económico e militar. Segundo Franco Nogueira, Inglaterra e França puderam dar-se ao luxo de abdicar das antigas colónias, porque, pelo seu poder de atracção, se manteriam presentes nesses países mesmo depois de aqueles territórios se tornarem independentes. O que, na sua opinião, não aconteceria com Portugal se tivesse seguido o mesmo caminho.

Volvidos menos de três meses após a conferência de Bandung, deu-se em Genebra, no dia 18 de Julho de 1955, um importante encontro internacional entre os chefes de Estado e de governo dos EUA, da URSS, do Reino Unido e da França, que, aproveitando o momento de distensão diplomática pós-Estaline, consideraram que seria possível acordar a entrada de um conjunto de países na ONU, negociada em bloco, sem que nenhuma potência contrariasse, com o direito de veto, qualquer uma das entradas propostas por cada um dos blocos. Desta forma, Portugal viu finalmente abertas as portas para cair no que muitos no regime sentiram mais tarde como a “armadilha” da ONU. Até porque, pouco tempo depois de Portugal ter entrado nas Nações Unidas, deu-se o desembarque franco-britânico em Port Said<sup>18</sup> que marcou definitivamente o fim das aspirações imperiais de Londres e Paris.

E, pelas consequências que teve, convém compreender como se acentuou esta viragem estratégica destes países, em particular do aliado inglês de Lisboa, que, ao contrário da crença manifestada nos jornais por Norton de Matos uma década antes, agora parecia disposto a abandonar o seu Império. Assim, e após conhecer um conjunto de estudos encomendados em 1957, ainda antes de ser primeiro-ministro, Macmillan tomou a decisão de optar pelas independências na sequência da avaliação que fez quanto a vantagens e desvantagens que poderia representar<sup>19</sup> a perda do Império para o Reino Unido.

---

<sup>18</sup> Pedro Aires Oliveira dá-nos a sua visão sobre os acontecimentos, afirmando que em 1956 a expedição do Suez foi asperamente criticada pelo Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, e pelo Primeiro-Ministro indiano, Jawaharlal Nehru, como manifestação de um colonialismo anacrónico, o que levou muita gente no Reino Unido a concluir que doravante qualquer repressão pela força de insurreições nacionalistas nas suas colónias seria objecto de uma condenação universal (Oliveira, 2007, pp. 192-198).

<sup>19</sup> Harold Macmillan foi Primeiro-Ministro do Reino Unido entre 1957 e 1963, é considerado o grande descolonizador do império britânico em África e o seu mais veemente acelerador, por ter sido alguém que teve a consciência exacta das limitações do poderio britânico, uma vez que enquanto Ministro estudou as implicações da manutenção daquele império, nomeadamente as consequências da redução de dois terços

Na sequência dessa avaliação, por sugestão de Nkrumah<sup>20</sup> e aproveitando a sua própria presença em África, Macmillan resolveu fazer uma declaração dramática para denotar a orientação pós-imperial britânica. A 3 de Fevereiro de 1960, na Cidade do Cabo, Macmillan proferiu o célebre discurso «Vento da mudança»<sup>21</sup>, dizendo:

«O vento da mudança está a soprar pelo continente fora e, quer isso nos agrade ou não, o amadurecimento da consciência nacional é um facto político. Devemos aceitá-lo como tal, e as nossas políticas devem dar conta disso mesmo. [...] Tal como eu vejo as coisas, a grande questão desta segunda metade do século XX consiste em saber se os povos não comprometidos da Ásia e da África se inclinam para o Leste ou para o Ocidente. Será que se deixarão arrastar para o campo comunista? Ou será que as experiências de autogoverno em curso na Ásia e na África, especialmente no seio da Commonwealth, se revelarão tão bem-sucedidas que os pratos da balança penderão a favor da liberdade, da ordem e da justiça? A disputa começou, e é uma disputa pela mente dos homens» (Macmillan, 1960).

Este novo posicionamento britânico foi muito mal recebido em Lisboa. Porém, o pior para Portugal estava para chegar. Apenas 72 dias depois de Portugal ter entrado na ONU, no dia 24 de Fevereiro de 1956, numa sexta-feira negra para as Necessidades, o sueco Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral das Nações Unidas, considerado pelo Presidente Kennedy «o maior estadista do nosso século», enviou a famosa missiva para Lisboa na qual questionou se Portugal administrava algum território que se enquadrava na categoria do artigo 73.º da Carta da ONU.

Esta missiva da ONU só foi respondida a 6 de Novembro de 1956, uma semana depois de as tropas franco-britânicas terem ocupado o Suez. De uma forma muito curta, Lisboa afirmou que Portugal não administrava territórios que configurasse a categoria indicada no artigo 73.º da Carta.

Sublinhe-se que esta resposta demorou oito meses a ser redigida, e que só saiu do papel depois de ter começado a desastrada bravata franco-britânica do Suez. O regime,

---

das Forças Armadas britânicas nas colónias e a respectiva implicação financeira, cuja avaliação pesou favoravelmente na sua decisão de acelerar a descolonização a partir de 1960. (Oliveira, 2011, pp. 210-211).

<sup>20</sup> Francis Kwame Nkrumah (1909 - 1972) nasceu no Gana, foi Primeiro-Ministro desse território em 1952, ainda na fase que era colónia do Reino Unido, declarou a independência do seu país no ano de 1957, conferindo ao Gana o estatuto de primeiro estado africano a tornar-se independente. Politicamente próximo da URSS, desempenhou um papel liderante nas relações internacionais africanas durante esse período das descolonizações daquele continente, sendo considerado precursor das dezenas de independências britânicas e francesas africanas subsequentes, ao longo das décadas de 60 e 70. Foi o primeiro Presidente do Gana em 1960, era defensor do pan-africanismo e foi um dos fundadores da OUA - Organização da Unidade Africana. Em 1964, com uma alteração constitucional, transformou o Gana num estado de partido único, tornando-se Presidente vitalício do país e do seu partido, até 1966 altura que foi deposto num golpe de estado, exilando-se posteriormente na Guiné, onde foi nomeado Co-Presidente honorário (Stanek, 2020).

<sup>21</sup> Discurso «Vento da mudança» do Primeiro-Ministro britânico Harold Macmillan, proferido no dia 3 de Fevereiro de 1960 na Cidade do Cabo, no parlamento sul-africano. Ver ANEX.002, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 39.

embalado por essa aventura franco-britânica no Suez, e em vez de enviar alguns dados estatísticos solicitados pela ONU, encontrou respaldo para afirmar que não administrava territórios não autónomos. Ou seja, que não tinha colónias, que era tudo território nacional descontínuo, com um argumentário que seria, ao longo da década de 60, profusamente explanado por parte de Franco Nogueira<sup>22</sup> e de Adriano Moreira<sup>23</sup>.

Perante esta resposta de Portugal, o Ceilão, a Libéria, a Grécia, o Nepal e a Síria propuseram a criação de um comité para estudar as réplicas recebidas pela ONU, nomeadamente a sua conformidade com o artigo 73.<sup>o</sup>. Esta atitude foi o embrião do longo litígio que Lisboa enfrentou com a ONU. Portugal, até ao final dos anos 50, ainda beneficiou da aplicação da regra dos dois terços para a votação de assuntos importantes, o chamado princípio estabilizador da ONU.

Mas este equilíbrio veio a alterar-se radicalmente em 1960, com a entrada maciça nas Nações Unidas de novos países do continente africano. Entre os anos de 1956 e 1958 deu-se a independência de quatro países africanos: Sudão e Tunísia em 1956, Gana em 1957, Guiné Conacri em 1958. No ano de 1960 nasceram mais 17 novos Estados africanos e entre 1961 e 1968 tornaram-se independentes mais outras 14 nações no continente africano<sup>24</sup>.

Desta forma, no fim do ano de 1968, quando o novo Presidente do Conselho de Lisboa assumiu o poder, as nações africanas representavam um terço do total dos votos de todas as Nações Unidas. E esses votos eram frequentemente adicionados aos do bloco soviético, aos do bloco asiático e aos do restante bloco dos não-alinhados, que várias

---

<sup>22</sup> Franco Nogueira explicou o racional dessa resposta de Lisboa frisando que, segundo o artigo 73.<sup>o</sup> da Carta, são não autónomos os territórios cujas populações se não administrem a si próprias, constituindo responsabilidade das potências administradoras conduzir tais territórios à independência ou autonomia, devendo aquelas informar as Nações Unidas das medidas tomadas para o efeito (Nogueira, 1971, nota 1, p. 500), o que na opinião de Lisboa não era o caso, sustentado pelo facto da revisão constitucional de 1951 prever que, segundo ele, Portugal era uma nação politicamente unitária, com uma soberania indivisa, e os seus órgãos eram os mesmos para todo o conjunto do território nacional (Nogueira, 1961, pp. 101-102).

<sup>23</sup> Adriano Moreira apresentou outro tipo de argumentos, diferentes dos de Franco Nogueira. Como membro da delegação portuguesa nas Assembleias Gerais da ONU (de 1957 a 1959), e representante do Ministério do Ultramar, Adriano Moreira deixou à época um testemunho premonitório, a propósito dos problemas que a Carta iria ou poderia trazer a Portugal, salientando o carácter predominantemente político e não jurídico da mesma. O mesmo autor, como que ilustrando a discricionariedade da ONU contra Portugal, questionava igualmente se os territórios não autónomos são apenas os territórios ultramarinos, bem como se carta da ONU tinha em vista territórios ou populações. Segundo o autor, os territórios russos onde decorria uma situação colonial, designadamente os territórios da Ásia Central, não eram ultramarinos, perguntando se, por essa razão, estariam ou não abrangidos pelo mesmo artigo 73.<sup>o</sup>. (Moreira, 1957, pp.1-6).

<sup>24</sup> No ano de 1960, ingressaram na ONU os seguintes novos estados: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo Brazzaville, Congo Kinshasa, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Senegal, Somália e Togo. Entre os anos de 1961 e 1968 entraram na ONU mais 14 novos países africanos: Serra Leoa e Tanzânia (1961); Argélia, Burundi, Ruanda e Uganda (1962), Quênia (1963), Malawi e Zâmbia (1964), Gâmbia (1965), Lesoto (1966), Maurícias, Suazilândia e Guiné Equatorial (1968).

vezes votavam juntos contra as argumentações jurídicas de Portugal. Em consequência, e como frisa o investigador António Duarte Silva, a situação na ONU alterou-se radicalmente em 1960, com a aprovação da resolução n.º 1514, do chamado Relatório dos Seis e da resolução n.º 1512. De facto, os anos 1959 e 1960 foram cruciais para a política colonial e para a política externa portuguesa (Silva, 1995, pp. 6-7).

A este propósito, Franco Nogueira referiu ainda outro tipo de implicação diplomática originada com esta mudança, e pela existência de novos estados independentes no continente africano, pois muitos destes novos países recém-autodeterminados faziam fronteira com os territórios ultramarinos portugueses, e estavam dispostos a criar problemas a Lisboa<sup>25</sup>. Pedro Aires Oliveira, na obra *Os Despojos da Aliança*, refere (a propósito do desconforto que a ONU começou a criar em Lisboa) que Stirling<sup>26</sup> não antecipava tempos fáceis para a diplomacia portuguesa e que, em privado, tanto Cunha<sup>27</sup> como Salazar confessaram ao embaixador as suas dúvidas acerca da permanência de Portugal na ONU por muitos mais anos (Oliveira, 2007, p. 194).

Entretanto, em Portugal, 1958 seria um mau ano político para Salazar, porque o país testemunhou a maior crise que o regime vivera até a esse momento. O General Humberto Delgado avançou com uma candidatura presidencial que visava afastar o Presidente do Conselho. Este General no activo, antigo adido militar nos EUA, e que até então tinha sido um indefectível de Salazar, apesar de apresentar um programa continuador dos conceitos essenciais do regime, como o ultramarino, anunciava mudanças e evoluções que fizeram estremecer o Estado Novo.

A sua agitada e participada campanha eleitoral deu nota ao regime que este, eventualmente, estaria a perder o apoio popular de décadas anteriores, por conta das denúncias que Delgado fazia e do entusiasmo contagiante que era bem patente por todo o lado por onde a sua campanha passava. Porém, essas demonstrações de apoio popular não se traduziram em votos contados nas eleições do dia 6 de Junho de 1958, que elegeram o almirante Américo Tomás como Presidente da República. A contestação

---

<sup>25</sup> Como refere Franco Nogueira, com o impulso dado pelas grandes potências ao princípio anticolonialista, multiplicaram-se as soberanias com que tinham contiguidade territorial e, «Até então, as províncias ultramarinas haviam estado em contacto com três ou quatro soberanias somente: à parte do caso especial da China em Macau e da África do Sul, era com a Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica que discutíamos os problemas ultramarinos» (Nogueira, 1971, pp. 515-516).

<sup>26</sup> Sir Charles Norman Stirling nasceu no dia 19 de Novembro de 1901, e foi diplomata britânico entre 1925 e 1961, tendo sido colocado em Lisboa como embaixador no período em que Portugal entrou na ONU, testemunhando os primeiros anos dessa relação nessa privilegiada posição.

<sup>27</sup> Paulo Cunha foi Ministro dos Negócios Estrangeiros português entre 1950 e 1958, e acompanhou o processo de entrada de Portugal na ONU, que ocorreu no ano de 1955.

assumiu contornos que se estenderam a vários níveis da sociedade e motivou, por parte de Salazar, um conjunto de decisões que fechou o regime um pouco mais em si<sup>28</sup>.

### 3.1.3. A CONTESTAÇÃO EXTERNA AO ULTRAMAR: DE KENNEDY ATÉ 1968

Como já foi referido, a década de 60 foi pródiga em acontecimentos políticos que afectaram o futuro de vários continentes e, como vimos, proporcionou o nascimento de mais de três dezenas de nações independentes. Logo em Janeiro de 1960, França concedeu a independência aos Camarões e três meses depois fez o mesmo em relação ao Senegal e ao Togo.

Estes factos, mas principalmente o que se passou na Argélia, originaram o regresso do General de Gaulle ao poder em França, o que foi o mote para o célebre discurso «África e o Futuro» de Marcello Caetano, no Instituto de Altos Estudos Militares, em Lisboa, em meados desse ano de 1960, no qual alertou para a possibilidade de uma futura guerra no Ultramar e para a necessidade do país se preparar para o efeito, especialmente as Forças Armadas. Nessa palestra, sugeriu em particular que se «estudasse cuidadosamente a lição da Argélia»<sup>29</sup>.

De facto, na Argélia desenrolou-se um longo e complicado processo político-militar de separação dolorosa desse território ultramarino<sup>30</sup>. Conhecedor de todos estes

---

<sup>28</sup> Uma semana depois de Delgado ter sido aparentemente derrotado nas urnas, o Bispo do Porto escreveu e enviou uma longa missiva de 16 páginas a Salazar. Intitulada «Pró-memória», constituiu uma severa exposição acusatória contra o regime, em especial à restrição das liberdades e à falta de justiça social no país. Esta carta originou o exílio do bispo, durante anos. Mesmo dentro do governo, não havia total coesão nem unanimidade. À época, dentro do regime, existiam duas facções antagónicas, a chamada ala dos reformistas, ou civil, e a ala dos ultras, ou militar, lideradas, respectivamente, por Marcello Caetano, Ministro da Presidência, e Santos Costa, Ministro da Defesa. Salazar, avesso a conflitos e com intenção de reganhar o protagonismo e a liderança, salomonicamente despediu os dois ministros, presumidamente os dois chefes das alas civil e militar. Foi desta forma que o relacionamento entre Salazar e Marcello Caetano se rompeu definitivamente, fazendo Marcello cortar a sua colaboração com Salazar e interromper a sua carreira política por uma década. Marcello Caetano assumiu, por pouco tempo, o lugar de reitor da Universidade de Lisboa, no ano de 1959, e assistiu de longe, durante a década de 1960, ao agonizar do regime, dando aqui e ali palestras, entrevistas ou proferindo discursos onde pontuava as suas ideias mais progressistas e as suas visões alternativas para o rumo do país.

<sup>29</sup> No exacto dia em que, em Los Angeles, a Convenção Democrata Americana escolheu Kennedy como candidato democrata às eleições presidenciais norte-americanas, Marcello Caetano fez o pedido de se «estudar cuidadosamente a lição da Argélia». Disse o professor, nesse dia 11 de Junho de 1960: «A lição da Argélia tem de ser cuidadosamente estudada pelas Forças Armadas portuguesas que podem ver-se de um dia para o outro empenhadas numa acção com muito pouco de guerra clássica e em que tenham de ponderar a preparação psicológica, a contra-ofensiva ideológica, a conquista da confiança das populações» (Caetano, 1971 b) Recorde-se que a guerra na Argélia durou 8 anos, tendo começado em 1954, levando na altura da palestra, já seis longos anos de duração, sem que até então houvesse sinal de estar para terminar (na realidade duraria ainda mais dois anos, até 1962, terminando após um processo negocial).

<sup>30</sup> Recorde-se que a Argélia era a joia da coroa ultramarina francesa que se assemelhava no seu significado e importância ultramarina, a Angola para Portugal. O conflito na Argélia começou na sequência da ocorrência de atentados anti-árabes ao longo de três anos, e no primeiro dia do mês de Novembro de 1954, a FLNA (Frente de Libertação Nacional Argelina) que levou a cabo um conjunto de atentados terroristas na

acontecimentos, Marcello Caetano aconselhou por isso que se estudasse a lição daquele território magrebino, e, naturalmente, que os destinatários da sua recomendação não fossem apenas os militares naquela plateia, mas igualmente os mais altos dignitários políticos do regime.

No fundo, Marcello Caetano quis, nessa conferência, chamar a atenção dos militares, do governo e das elites em geral, quer na metrópole portuguesa quer no Ultramar, para o facto de que em breve poderia haver um problema semelhante em Portugal, e que por essa razão havia que o debater atempadamente, tendo em conta os tais “ventos da mudança” que Macmillan anunciara meses antes na Cidade do Cabo, garantindo as condições para que os territórios ultramarinos portugueses pudessem ascender à posição de “novos Brasis”<sup>31</sup>.

Entretanto, do outro lado do Atlântico, e no dia em que Kennedy foi eleito Presidente dos EUA, a 8 de Novembro de 1960, o Presidente Eisenhower, ainda em exercício, advogou, num encontro com seus colaboradores, uma concepção sobre Portugal comprovadamente desfasada daquela que Kennedy viria a defender, relativamente às teses de Salazar e à importância prática do regime instalado em Lisboa. Na altura, o ainda Presidente dos EUA, referindo-se a Portugal, afirmou que ditaduras daquele tipo são por vezes necessárias em países cujas instituições políticas não eram tão avançadas como «as nossas» (Antunes, 1992, p. 20), evidenciando critérios diferentes que prenunciavam a chegada de tempos mais difíceis para Lisboa.

Mas, como refere Luís Nuno Rodrigues, sabemos que com a Administração Kennedy as relações entre ambos os países conheceram «o período mais difícil do seu relacionamento bilateral», numa altura em que a Casa Branca assumiu uma política de apoio à autodeterminação e independência dos territórios coloniais, o que implicou um choque claro com o governo de Oliveira Salazar, que enfrentava, precisamente nesta

---

Argélia que assinalou o início das hostilidades com a França, ainda antes de esta, deixar de ser soberana quer em Marrocos quer na Tunísia.

<sup>31</sup> Marcello Caetano pressentiu, um ano antes de a guerra ter começado em Angola, que o país e as suas elites, civis e militares, deviam preparar-se para estudar e tomar decisões necessárias, e talvez difíceis, para as quais não estariam à espera. Do que se conhece do seu pensamento, provavelmente o futuro chefe de estado intuiu que aquele era um momento histórico. Aproveitando a lição da Argélia, era eventualmente chegada a hora de estudar, relativamente aos grandes territórios ultramarinos que pudessem ter potencialidade de chegar a ser “novos Brasis”, a forma como isso seria atingido. Desse modo, Marcello Caetano pediu nesse dia que se «estudasse a lição da Argélia», como um desafio impulsionador à reflexão nacional. Outra lição da Argélia para a qual Marcello Caetano talvez tenha tentado chamar a atenção foi a mudança de natureza da República Francesa operada e referendada a 28 de Setembro de 1958, a qual continha uma solução integradora de uma comunidade francesa, que visou manter o Ultramar francês ligado a França, denotando que talvez fosse aquela uma boa altura para se estudar outras mudanças constitucionais que acomodassem soluções diferentes das que ele próprio contestou em 1951.

altura, as primeiras revoltas armadas contra a presença colonial portuguesa em Angola (Rodrigues, 2004, p. 99).

Mas não foi apenas na Casa Branca que os ventos da história se fizeram notar. Internacionalmente, se durante o período entre 1955 e 1960 a natureza do debate nas Nações Unidas, por parte de Portugal, se centrou em aspectos de índole histórico-jurídica, agora, com o início da guerra em Angola, com Kennedy na Casa Branca e com Salazar irredutível, a discussão entrou num domínio eminentemente político, como o qualificou Adriano Moreira. E assim se iniciou a fase das sucessivas resoluções condenatórias contra Portugal na ONU.

A 14 de Dezembro de 1960 foi aprovada pelas Nações Unidas a chamada Declaração Anticolonialista, a resolução n.º 1514, que condenou todas as formas de colonialismo e afirmou o direito à autodeterminação (UN General Assembly, 1960)<sup>32</sup>, com óbvias implicações para os territórios portugueses considerados sob administração. No dia seguinte, seriam também aprovadas na ONU mais duas resoluções, a n.º 1541 e a n.º 1542. A primeira definiu o que era um «território não autónomo», desmontando o argumento e a tese portuguesa de que aqueles territórios eram províncias e não colónias.

A resolução das Nações Unidas n.º 1542, definida na sua XV Assembleia Geral, declarou em concreto que os territórios de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e dependências, São João Baptista de Ajudá, Angola (incluindo Cabinda), Moçambique, Goa e dependências, Macau e dependências, Timor e dependências, eram considerados pela comunidade internacional, territórios não autónomos sob administração portuguesa (UN General Assembly, 1960 b). A segunda resolução, a n.º 1542, indicou e clarificou os termos, a forma e o conteúdo das informações a prestar por parte dos países que dispusessem de territórios não autónomos sob sua administração, que deveriam estar de acordo com os termos do artigo 73.º da Carta das Nações Unidas (UN General Assembly, 1960 c)<sup>33</sup>.

Estes dias marcaram o início da formalização das hostilidades diplomáticas na ONU, listando o caderno de encargos conflitual, por assim dizer. A propósito desta resolução, e em jeito de comentário político, Franco Nogueira sublinhou que «após a adopção de mais esta resolução, ficou claramente definido o contorno de um plano de guerra contra Portugal» (Silva, 1995, pp. 11-12). E, sobre o mesmo assunto, deu nota da dupla

---

<sup>32</sup> Ver resolução no ANEX.003, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 45.

<sup>33</sup> Ver ambas resoluções em ANEX.004, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 49.

reação interna que estas resoluções e todos estes debates da ONU provocaram no país: «em Portugal, na Metrópole e no Ultramar, houve uma reacção generalizada e viva na opinião pública. Mas a habitualidade tão querida do chefe do governo não se alterou» (Nogueira, 1984, pp. 173-174).

No momento em que o Presidente Kennedy iniciou o seu mandato, com um tumultuoso relacionamento diplomático com Portugal, Henrique Galvão, em Janeiro de 1961, apoderou-se, com um grupo de homens armados, do paquete português *Santa Maria*, com o claro objectivo de criar embaraço em Lisboa<sup>34</sup>.

No dia 15 de Março de 1961, desencadeou-se uma revolta na zona dos Dembos, em Angola, que marcou o início da guerra no Ultramar, com os massacres perpetrados pela UPA de Holden Roberto, vinda do Congo belga, em que milhares de pessoas morreram ou foram mutiladas. Nesta zona de plantações de café habitavam e trabalhavam mais de um milhão de pessoas, das quais 15 mil eram nacionais de ascendência metropolitana<sup>35</sup>.

Poucos dias depois destes perturbadores acontecimentos, o Ministro da Defesa, Botelho Moniz, exprimiu a opinião dos comandos militares, nomeadamente do Ministro do Exército, ao escrever uma carta a Salazar na qual afirmou que se caminhava para uma situação insustentável, face à qual Portugal poderia ficar com forças dispersas por quatro continentes, sem meios suficientes, e com uma missão suicida da qual não teria capacidade de sair (Lemos, 1977, p. 42).

---

<sup>34</sup> O sequestro do navio *Santa Maria* (o primeiro sequestro de um paquete de passageiros no mundo), quando este navegava ao largo de Curaçau, teve como objectivo chamar a atenção mundial para a natureza do regime português e para as condições difíceis da oposição política em Portugal, o que foi amplamente conseguido. Na sequência, os governos britânico e americano não aceitaram o argumento de Lisboa de que se tratava de um acto de pirataria marítima, e inclusivamente os americanos deram início à sua política contrária aos interesses de Lisboa, lendo o facto como eminentemente político, e portanto legítimo, não acatando o pedido luso de interceptar o curso do barco.

<sup>35</sup> Estes acontecimentos demoraram algum tempo a ser dominados militarmente, e terminaram apenas no dia 9 de Agosto, quando o Exército retomou a última vila ocupada pela UPA em Nambuangongo. Esta revolta colocou em causa o domínio militar português numa área territorial com mais de 100.000 quilómetros quadrados, na zona dos Dembos, no Norte de Angola, e resultou na morte de 800 fazendeiros e trabalhadores, entre brancos, mulatos e negros, não tendo poupado mulheres ou crianças. O massacre perpetrado nos distritos do Zaire e Uíge começou no dia 15 de Março, e traduziu-se por uma onda de brutalidade tribal que resultou em assassinatos à catanada em massa, incêndios, violações de mulheres e crianças, bem como na destruição e roubo de inúmeros bens. Tal calamidade provocou a decisão do reforço do aparelho militar em Angola, com a partida de Lisboa de quatro companhias de caçadores para fortalecer a guarnição da província de Angola, e representou o início e a abertura da primeira frente da guerra do Ultramar.

Recorde-se que essa geração de militares NATO, do gabinete de Botelho Moniz, desenvolveu, entre 1959 e 1961, um estudo estratégico que desaconselhava a via militar como forma de solucionar a questão colonial<sup>36</sup>.

Na sequência dos acontecimentos ocorridos em Angola, poucos dias depois, entre 10 e 13 de Abril de 1961, deu-se o conhecido golpe de estado de Botelho Moniz, que não lhe teve um desfecho favorável<sup>37</sup>, resultando, ao terceiro dia, no seu afastamento do cargo de Ministro da Defesa, bem como na intervenção de Salazar na televisão, onde abordou a questão angolana, e, na sequência, colocou Adriano Moreira como Ministro do Ultramar.

O novo Ministro iniciou, nessa altura, um mandato reformista, no qual sobressaiu a sua iniciativa de abolir o regime de indigenato, transformando automaticamente, em teoria, todos aqueles que viviam nas províncias ultramarinas em cidadãos portugueses. Simultaneamente, aplicou também medidas relativas ao regime de trabalho, aos salários e à autonomia administrativa e financeira dos territórios ultramarinos, com vista a melhorar as condições de vida no Ultramar.

Provavelmente foram acções insuficientes e demasiado tardias para surtir o efeito pretendido, uma vez que o processo conducente à autodeterminação tinha sido desencadeado e parecia agora irreversível, depois de se ter perdido a oportunidade de pensar e discutir com tempo o problema, quando Marcello Caetano um ano antes sugeriu que aquele era o momento de se estudar «a lição da Argélia».

Uma semana depois do golpe abortado do General Botelho Moniz, Portugal foi novamente visado na Assembleia Geral da ONU com a Resolução n.º 1603, de 20 de Abril de 1961, denominada «*The situation in Angola*» (UN General Assembly, 1961)<sup>38</sup>,

---

<sup>36</sup> Recorde-se que, à época, a ideia prevalecente no regime era a de que estava iminente uma «terceira Guerra Mundial com a origem na Europa», ideia essa que vinha já desde o tempo do anterior Ministro da Defesa, Santos Costa, o qual, nesse âmbito, tinha prevista a possibilidade «de as províncias de Angola e Moçambique mandarem uma divisão cada uma para combater na Europa, nessa previsível terceira Guerra Mundial». Apesar de a equipa de Botelho Moniz, onde figurava Costa Gomes, acreditar também dessa iminência de conflito mundial, não concordava com esse dispositivo pensado por Santos Costa, tendo em conta a evolução do panorama internacional, pelas consequências do conflito do Suez e, acima de tudo, pelo deflagrar da guerra na Argélia (Rodrigues, 2013, p.41).

<sup>37</sup> O Ministro da Defesa Nacional, General Botelho Moniz, no dia 10 de Abril de 1961, numa inicial tentativa para resolver o assunto, alertou o Presidente da República sobre a gravidade da situação, procurando levar Américo Tomás a demitir Salazar, por lhe parecer que o Presidente do Conselho não «quisesse resolver o problema». A 13 de Abril, convocou os chefes militares, pensando «seriamente num golpe de estado». Depois de tomar conhecimento que o Presidente da República se recusou a afastar Salazar, Botelho Moniz tentou substituir o Presidente pelo anterior, o marechal Craveiro Lopes (Lemos, 1977, pp. 42-48).

<sup>38</sup> Ver Resolução em ANEX.005, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 55.

a qual criou um subcomité, composto por cinco membros, com vista a investigar o que se estava a passar naquele território, na sequência dos acontecimentos ali verificados.

No dia 9 de Junho de 1961, no Conselho de Segurança, o delegado norte-americano, Adlai Stevenson, votou pela primeira vez com o bloco afro-asiático-soviético, contra Portugal, uma resolução que declarou Angola um território abrangido pelo artigo 73.º da Carta das Nações Unidas. Seguidamente, Washington informou Lisboa que passava a pôr em prática um embargo de armas que pudessem vir a ser usadas fora da área geográfica da NATO. Esta decisão durou até ao 25 de Abril e veio a limitar e a dificultar muito o esforço de guerra e as operações de Portugal nas três frentes de batalha em África. Foi por esta altura decidida a reabertura do campo do Tarrafal, pela portaria n.º 18539 de 17 Junho, assinada por Adriano Moreira, que fez daquele espaço o local que tinha o objectivo de reter os elementos subversivos oriundos do Ultramar.

Mas o *annus horribilis* de Salazar em 1961 ainda estava longe de terminar. No dia 15 de Dezembro, o chamado Relatório dos Seis especificou as regras que deviam estar subjacentes à obrigação de os Estados transmitirem informação sobre os territórios não autónomos, definindo o que é um território não autónomo e as condições de transição para uma situação de governo próprio. Ou seja, a partir daquele momento a Assembleia Geral da ONU atribuiu a si própria a competência para determinar discricionariamente o que seriam territórios não autónomos, e portanto aqueles que ficavam abrangidos pelo artigo 73.º da Carta da ONU, assim como os termos em que um território, na sua opinião e com os votos da maioria, deixaria de ter tal estatuto.

Embalada pelas notícias, três dias depois, a União Indiana invadiu os territórios de Goa, Damão e Diu, tomando pela força a primeira parcela do império<sup>39</sup>, originando o fantasma no Exército português de ser considerado o bode expiatório das falhas e hesitações da liderança civil, que culpava os militares quando as coisas corriam mal.

A ONU, depois de inicialmente ter instituído um comité apenas para Angola, a 19 de Dezembro instituiu um novo Comité Especial, agora para todos os territórios administrados por Portugal, alargando assim o seu escrutínio aos restantes espaços ultramarinos portugueses. Mas 1961 não terminaria sem que ocorressem mais momentos embaraçosos para Salazar. No fim do ano, um avião da TAP seria desviado

---

<sup>39</sup> A invasão dos territórios da Índia Portuguesa iniciou-se após o afundamento de um navio que não acatou a ordem de rendição vinda das forças militares indianas, mas depois disso as tropas portuguesas renderam-se, apesar de terem recebido de Lisboa ordens para resistir pelo menos por uma semana, até que os mecanismos internacionais pudessem ser desencadeados, de forma a conseguir paralisar a invasão, diplomaticamente.

para distribuir folhetos subversivos pela região de Lisboa e, dias depois, a 30 de Dezembro, Humberto Delgado entrou clandestinamente no país, e no dia seguinte foi para Beja, aguardando o desfecho do golpe militar planeado para derrubar o regime<sup>40</sup>, golpe esse que falhou os seus intentos.

Ainda antes de o mês de Janeiro de 1962 ter terminado, foi aprovada pela XVI Assembleia Geral das Nações Unidas a Resolução n.º 1742, com apenas dois votos contra e uma abstenção, que constatou a falta de implementação das resoluções anteriores por parte de Portugal, e que apelava simultaneamente à libertação dos presos políticos, reafirmando o direito à autodeterminação e independência dos TNA, e deplorando, por fim, a falta de cooperação de Portugal com a ONU (UN General Assembly, 1962 a)<sup>41</sup>.

Em Junho de 1962, o Secretário de Estado americano Dean Rusk fez uma visita a Lisboa, para conversar com Salazar e Franco Nogueira (MNE, 1962 a) e (MNE, 1962 b), numa iniciativa que marcou uma tentativa de degelo no relacionamento bilateral, motivado pela importância estratégica que as Lajes constituíam para os EUA. Na sequência desses encontros, os EUA solicitaram ao governo de Lisboa um apontamento sobre os métodos de autodeterminação que Portugal referiu existirem em Angola, conforme o telex diplomático de Portugal, enviado da sua embaixada em Washington para o MNE a 12 de Julho de 1962 (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1962), com vista a continuar o aprofundamento do processo negocial entre as partes.

Na ONU, entretanto, o cerco diplomático ao país apertou-se, e antes do ano terminar, nos dias 14 e 18 de Dezembro, foram aprovadas as resoluções n.º 1807 [UN General Assembly, 1962 b)] e n.º 1819 [UN General Assembly, 1962 c)], na XVII sessão da Assembleia Geral da ONU, que visavam os «*Territories under Portuguese administration*», nas quais, entre outras coisas, se declarou que «a atitude de Portugal é incompatível com a Carta das NU». Numa outra resolução, sobre «*The situation in Angola*», era condenado «o extermínio em massa da população em Angola e a guerra colonial em curso»<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> A operação «caixa de fósforos» consistiu em tomar o quartel militar de Beja e, com o seu equipamento, fazer sair colunas militares com vista a sublevar populações da região Sul do país. O golpe que juntou um grupo misto de militares e civis (por exemplo, Edmundo Pedro, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Piteira Santos, entre outros notórios militantes do PCP) falhou, motivando novamente a saída do General Delgado do país.

<sup>41</sup> Ver resolução no ANEX.006, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 59.

<sup>42</sup> Ver estas resoluções no ANEX.007 e ANEX.008, no Vol. 2 - Anexos na pág. 63 e 67, respectivamente.

O ano de 1963 começou com o alargamento de uma segunda frente de guerra em África, desta feita na província da Guiné. Este facto deu o ensejo aos americanos para avançar, em meados desse ano, com a vinda a Lisboa do Subsecretário de Estado George Ball, para apresentar um plano com vista à resolução do problema ultramarino português. O Plano Ball, espécie de antecessor do Plano Anderson, propunha a adopção de um programa que permitisse o exercício da autodeterminação nos territórios africanos portugueses «num prazo de dez anos». George Ball explicou o racional da ideia, afirmando que, por compreender a dificuldade de Lisboa em aceitar prazos muito definidos, os EUA propunham que Portugal aceitasse um plano que permitiria ao governo americano ficar em conformidade com os seus princípios constitucionais, o que implicava que o objectivo final seria a autodeterminação desses povos, mesmo que não fosse estabelecida qualquer data limite ou período temporal para que esse objectivo fosse atingido (Rodrigues, 2004, pp. 100-101).

Salazar pronunciou o famoso discurso de 12 de Agosto de 1963, habitualmente designado como o discurso do «vamos a ver se nos entendemos»<sup>43</sup>, no qual, tal como Duarte Silva esclareceu, Salazar «terá hesitado sobre a realização de um plebiscito, como acto solene e público», em que o povo português se pronunciaria «sobre o que pensa da política ultramarina que o governo tem prosseguido» (Silva, 1995, p. 19). Mas ficou a dúvida se o discurso foi apenas uma forma estilística ou se foi mesmo hesitação.

O que é facto é que o único sinal público de apreço popular à política ultramarina do governo se limitou a uma manifestação no Terreiro do Paço, em 27 de Agosto de 1963. Desse modo, conforme Duarte Silva concluiu, com esse discurso de Salazar a questão colonial, sendo o núcleo duro da sua política, não se discutiria, nem se faria qualquer cedência, fechando-se as portas a qualquer discussão sobre a mesma (Silva, 1995, p. 20). Assim, Salazar, em conformidade, recusou o plano americano e em Dezembro definiu um *modus vivendi* que manteve os americanos nas Lajes de forma precária, e sob a discricionariedade de Lisboa, sem o formalismo de um acordo em vigor. Desta forma, Lisboa procurou condicionar e moderar a posição americana em relação à política ultramarina portuguesa com a possibilidade de virem a perder os benefícios que tinham na base das Lajes nos Açores.

O ano de 1963 ficou ainda marcado pela minimização que o regime procurou fazer do isolamento português consubstanciado na derrota da «táctica diferente» que Franco

---

<sup>43</sup> Nesse discurso, Salazar afirmou não ter «muitas dúvidas sobre o sentimento do povo português, aqui e no Ultramar, acerca da defesa da integridade da nação».

Nogueira defendeu junto de Salazar<sup>44</sup>. Aliás, a oposição política organizada em Portugal apresentava especificidades próprias que os americanos tentavam acompanhar, como se pode ver pelo relatório que a CIA elaborou na época com uma avaliação sobre o estado da oposição em Portugal, num documento denominado *Assessment of the Portuguese Opposition*<sup>45</sup>.

Entretanto, a crítica constante aos interesses de Portugal na ONU continuou, sendo aprovadas mais três resoluções condenatórias de Portugal, desta vez no Conselho de Segurança: a resolução n.º 178 (24.04.63) (UN Security Council, 1963 a)<sup>46</sup>, a resolução n.º 180 (31.07.63) (UN Security Council, 1963 b)<sup>47</sup> e a resolução n.º 183 (11.12.63) (UN Security Council, 1963 c)<sup>48</sup>. Nessas resoluções, o conceito português de província ultramarina foi rejeitado, a política ultramarina portuguesa foi declarada contrária à Carta das Nações Unidas, exortando-se Portugal a proclamar uma amnistia, a encetar negociações com vista a conceder independência imediata aos TNA portugueses e, simultaneamente, reafirmando-se as resoluções n.º 1514 e n.º 1542 da XV Assembleia Geral, que, recorde-se, não só estabeleciam a autodeterminação dos povos em geral, como enumeravam e identificavam em concreto os TNA portugueses sujeitos a esse processo de autodeterminação a realizar. No fim desse ano, na XVIII Assembleia Geral da ONU, foi igualmente apreciada e votada a resolução n.º 1913 (03.12.63) (UN General Assembly, 1963)<sup>49</sup>, na qual era também reconhecido o direito à autodeterminação

---

<sup>44</sup> Freitas do Amaral, a propósito deste assunto, escreveu que «após a recusa do chefe do governo, [Franco Nogueira] passou a adoptar a linha dura» (Amaral, 1994, p. 57), acabando com essa opção táctica alternativa. Recorde-se que, à época, outras vezes contestatórias fizeram-se igualmente ouvir no país, como a de Cunha Leal, um notório opositor ao regime, que nesse mesmo ano escreveu que Salazar, com o seu garrote financeiro, sacrificou o desenvolvimento económico quer na metrópole quer no Ultramar e, pior, considerando a intransigência colonial do regime (fruto do que designou de «intermináveis noites de insónia, entrecortadas de pavor e de rancor»), que o tinham isolado do mundo e que por isso não estava disposto a ouvir as razões «no fundo ilógicas» que levaram Portugal a uma situação de «miserável condição de abulismo por obra e graça de intermináveis décadas de tirania» (Leal, 1963, p. 78).

<sup>45</sup> O documento da CIA, datado de Abril de 1963 e encontrado nos arquivos diplomáticos do MNE, entre outras análises debruçava-se sobre o papel do PCP e sobre o golpe militar de Beja, ocorrido um ano e meio antes, estimando que nessa altura o partido teria uma força aproximada de 8 a 10 mil militantes. A CIA concluía a sua análise dizendo que a lição que podiam tirar de Beja é a de que existiam muitas facções políticas dispostas a unir-se em movimentos deste tipo, e que seria um erro tentar definir os revolucionários em termos de uma facção política singular (CIA, 1963). Recorde-se que esse golpe de Beja, que fez regressar temporariamente Humberto Delgado ao país, e que resultou na neutralização de um membro do Comité Central do PCP, Francisco Miguel, por parte do regime, constituiu a prova da colagem momentânea do General Delgado a acções subversivas do PCP em território nacional. Esta conclusão não deixa de ser curiosa (e do conhecimento do regime, tal como prova o documento a que tivemos acesso no Arquivo Histórico Diplomático português) pela sua pertinência e correcção, e tendo em conta a forma como terminou o regime em Abril de 1974. Uma lição que o regime esqueceu com o tempo.

<sup>46</sup> Ver resolução no ANEX.009, no Vol. 2- Anexos, na pág. 71.

<sup>47</sup> Ver resolução no ANEX.010, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 75.

<sup>48</sup> Ver resolução no ANEX.011, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 81.

<sup>49</sup> Ver resolução no ANEX.012, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 85.

imediate dos TNA, exortando que Portugal cessasse a repressão, retirasse os seus militares de África e concedesse «imediatamente a independência» a esses territórios.

Simultaneamente, no outro lado do mundo, no continente asiático, o incidente naval do Golfo de Tonquim<sup>50</sup> deu origem à escalada na guerra do Vietname. Após autorização do Congresso, o Presidente Johnson iniciou a intervenção directa das Forças Armadas americanas naquele conflito. Isto fez com que Salazar sentisse que os ventos desta vez poderiam correr um pouco mais a favor de Lisboa.

No fim de Agosto, cerca de três semanas antes de se alargar uma terceira frente da guerra em África, agora em Moçambique, Marcello Caetano proferiu o seu famoso discurso «Portugal e a Europa», que deixou muitos ultras ou integristas<sup>51</sup> perplexos com a opção alternativa pela Europa, ao invés do Ultramar, lançando nas entrelinhas, numa atitude de grande ousadia, a intenção de salientar o indesmentível facto de Portugal ser um país europeu.

Coincidindo no tempo com o início da experiência política europeia da CEE, neste discurso Marcello venceu o seu pensamento na possibilidade e na importância de se considerar a opção europeia como rumo para o país, resumindo a inevitabilidade europeísta do país, sublinhando: «Eis, minhas senhoras, meus senhores, como afinal estais num país bem europeu: europeu pela posição e sobretudo pelo Espírito» (Caetano, 1964, p. 7).

Por esta altura, o regime, com necessidade de suprir as carências de equipamento militar, pareceu ouvir o conselho e voltou-se efectivamente para os dois maiores países da Europa Ocidental, visto estar impossibilitado de se equipar nos EUA, por conta do embargo de armas em vigor. Assim, estabeleceu um acordo com a RFA para utilização das instalações da Base Aérea de Beja, essencial para o treino militar alemão e para o

---

<sup>50</sup> A 2 de Agosto de 1964, quando o *destroyer* norte-americano *Maddox*, em missão de vigilância na costa do Vietname, entrou no Golfo de Tonquim, deu início a um de dois incidentes sequenciais, que supostamente confrontaram meios navais dos EUA com forças da República Democrática do Vietname (Vietname do Norte). Esses dois incidentes, o de dia 2 e o de dia 4, criaram as condições que induziram uma imediata e forte reacção do Congresso Americano, o qual, com a aprovação da resolução do Golfo de Tonquim, deu a autorização legal ao Presidente Lyndon Johnson para entrar directamente na guerra, marcando assim o início do envolvimento directo dos EUA, colocando tropas americanas a lutar no Vietname.

<sup>51</sup> Por “integristas” designam-se aqueles que são partidários do integrismo, ou seja, os que desejam manter o sistema intacto e que são intransigentemente contra mudanças ou reformas, manifestando um conservadorismo excessivo, no sentido de manter as coisas como estão. O termo “ultras” é, neste sentido, sinónimo daqueles que são integristas, e é referido para designar todos os que no regime eram apologistas de manter o sistema Ultramarino intacto.

abrigo dos seus aviões em caso de ataque soviético, em virtude da proximidade geográfica à designada “cortina de ferro”.

Portugal acordou igualmente com França a cedência de uma base na Ilha das Flores, alargando assim o seu pilar aliado europeu. Estes acordos, por um lado não deixaram de fazer alguma pressão no aliado transatlântico e, por outro, possibilitaram romper o embargo de armas e encontrar uma fonte alternativa para obter algum equipamento militar necessário para a guerra, que agora se estendia em três frentes africanas separadas por milhares de quilómetros.

Foi neste novo enquadramento que o embaixador americano em Lisboa, o almirante George Anderson, propôs formalmente a 2 de Setembro de 1965 uma segunda iniciativa diplomática, com um novo plano norte-americano com vista a conseguir-se uma descolonização controlada e programada do Ultramar português.

O plano previa que, num prazo máximo de dez anos, Portugal aceitaria a autodeterminação a troco de um pacote financeiro e da garantia que os EUA enquanto os outros aliados da NATO conseguiriam que os países vizinhos do Ultramar português suspendessem o apoio que davam aos movimentos independentistas nos seus territórios fronteiriços. Esse plano foi assumindo formas que se ajustaram ao longo do tempo, com variações relativamente à sua ideia inicial<sup>52</sup>.

A resposta não foi imediata, nem dada de uma só vez<sup>53</sup>, tendo chegado formalmente seis meses depois da apresentação inicial, em Março de 1966. Como referiu Luís Nuno Rodrigues, o governo de Lisboa rejeitou o plano com base no facto de que seria impossível fazer qualquer declaração pública admitindo a autodeterminação, pois isso iria desencadear acontecimentos que deixariam a situação fora de controlo. O

---

<sup>52</sup> O Departamento de Estado norte-americano, menos pró-Lisboa do que o embaixador dos EUA na capital portuguesa alterou a ideia original do diplomata, reduzindo a proposta de dez para oito anos, considerando também excessiva a oferta de garantia dos países fronteiriços cessassem o apoio aos independentistas, propondo «encorajar» em alternativa. O plano previa a necessidade de Portugal fixar uma data para a realização de um plebiscito livre, vigiado internacionalmente, e em contrapartida, e no caso de Portugal ser vítima de agressão, era prometido o levantamento do embargo de armas norte-americanas para que pudessem ser usadas no Ultramar. Não se sabe se as alterações do plano pelo Departamento de Estado foram a causa da resposta negativa de Lisboa, mas provavelmente essas mudanças não foram no sentido mais oportuno para se conseguir a adesão de Salazar à ideia.

<sup>53</sup> Numa primeira resposta informal, a posição portuguesa fez notar que, para ser reconhecido, o plebiscito obrigaria à retirada da presença militar e de segurança dos territórios, além da concessão de amnistias, permitindo a entrada dos líderes dos movimentos independentistas nesses territórios, o que seriam passos difíceis de serem aceites ou dados por Lisboa. Noutra reacção, seis semanas mais tarde, quando o plano foi apresentado pessoalmente a Salazar, este discordou da opinião dos norte-americanos, que estavam convencidos de que «civilizar os povos africanos ao ponto de eles se poderem governar a si próprios de forma adequada» era algo que podia ser alcançado numa questão de anos. Salazar referiu na oportunidade ter uma opinião menos optimista referindo que pelo contrário, e exagerando na consideração, estimava serem necessários «séculos» para que tal evolução se verificasse (Rodrigues, 2004, p. 107).

embaixador americano, numa declaração e conclusão premonitória dada aos seus pares da diplomacia norte-americana, afirmou que o melhor seria «deixar esta panela a ferver em lume brando até que algum acontecimento significativo torne uma nova abordagem aconselhável» (Rodrigues, 2004, p. 108).

Entretanto, na ONU adensavam-se os danos na imagem de Portugal, com as resoluções do CS n.º 204 (19.05.65) (UN Security Council, 1965 a)<sup>54</sup>, n.º 218 (23.11.65) (UN Security Council, 1965 b)<sup>55</sup> e n.º 226 (14.10.66) (UN Security Council, 1966)<sup>56</sup>, obtendo duas destas, inclusivamente, votações unânimes de todos os membros do CS.

A XX Assembleia Geral da ONU, reunida nesse mesmo período, aprovou igualmente a Resolução n.º 2107 (21.12.65) (UN General Assembly, 1965)<sup>57</sup>, que consistiu talvez na mais veemente condenação a Portugal feita até então. Nessa ocasião, todos os estados-membros da ONU eram instados a romper relações diplomáticas com Portugal, a fecharem os portos e aeroportos a navios e aviões portugueses, e a boicotar todo o comércio de e para Portugal e seus TNA. Ao mesmo tempo, essa resolução reafirmou o direito das populações desses territórios portugueses à liberdade e à independência, reconhecendo-se, para o efeito, a legitimidade da luta que travavam contra Portugal. No ano seguinte, no decurso da XXI Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a Resolução n.º 2184, a 12 de Dezembro de 1966 (UN General Assembly, 1966)<sup>58</sup>, que, subindo a escalada verbal, classificou a política portuguesa nos TNA como «crimes contra a humanidade».

A agressividade verbal e condenatória parecia não ter fim e, no ano seguinte, em 1967, na XXII Assembleia Geral da ONU, Portugal foi inclusivamente identificado como «uma ameaça séria à paz e segurança internacionais», com a Resolução n.º 2270 (17.11.67) (UN General Assembly, 1967)<sup>59</sup>. Simultaneamente, os movimentos independentistas que lutavam contra as forças de Lisboa passaram a ter o direito de representação própria em diversas instituições especializadas da ONU, excluindo Portugal de representar esses mesmos territórios.

---

<sup>54</sup> Ver resolução no ANEX.013, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 89.

<sup>55</sup> Ver resolução no ANEX.014, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 93.

<sup>56</sup> Ver resolução no ANEX.015, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 97.

<sup>57</sup> Ver resolução no ANEX.016, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 101.

<sup>58</sup> Ver resolução no ANEX.017, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 105.

<sup>59</sup> Ver resolução no ANEX.018, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 109.

Se o mundo até então parecia ganhar um ritmo vertiginoso, o ano de 1968 trouxe uma tal sucessão de acontecimentos, politicamente expressivos e particularmente ameaçadores para o Ocidente, que naturalmente causou no regime português e em Salazar séria preocupação. A paz na rua, que tinha sido um dos pressupostos em que assentava o Estado Novo pacientemente erigido por Salazar, parecia poder ficar abalado caso o imobilismo perdurasse<sup>60</sup>.

### **3.2. GRANDES ESTRATÉGIAS DE PORTUGAL E DOS EUA ENTRE 1969 E 1974**

Como sublinha o General António Barrento, «estratégia não é a preparação e condução da guerra – é muito mais do que isso» (Barrento, 2010, p. 94). Ao longo dos tempos, diferentes autores fizeram evoluir a definição do conceito de estratégia, e da grande estratégia, como é que a ela se chega, qual o seu significado, e como se circunscreve a sua actuação<sup>61</sup>.

Na nossa opinião, o General Abel Cabral Couto é o mais relevante pensador estratégico português do nosso tempo, e importa, por isso, conhecer o seu pensamento. Para o General, a propósito da relação entre a política e a estratégia, esta última deve estar subordinada à primeira, referindo-se à estratégia como o meio para atingir a política. O mesmo autor indica ainda que esta concepção de subordinação da estratégia à política,

---

<sup>60</sup> Logo ao abrir o ano de 1968, em Janeiro, deu-se no Vietname a ofensiva do *Tet*, que marcou a viragem da opinião pública americana que passou a repudiar a guerra de modo cada vez mais audível e incontornável. Pouco tempo depois e num espaço de oito semanas, nos EUA, foram assassinados à queima-roupa primeiro Martin Luther King e depois Robert Kennedy, eliminando dois protagonistas moderados essenciais na vida dos EUA. Em consequência da fraqueza exibida pelo Ocidente, a URSS considerou esse o momento oportuno para invadir a rebelde Checoslováquia, aproveitando para fazer afirmar a sua recente Doutrina Brejnev, que determinava que do seu lado da Cortina de Ferro quem mandava era Moscovo e ninguém tinha o direito de querer deixar de ser comunista só porque lhe apetecia. Mas o pior estava para chegar em Maio desse ano, quando ocorreu um movimento popular conhecido por “Maio de 68”, que revolucionou por completo a sociedade e as ruas de França. Este movimento de massas descontroladas conteve aspectos de desordem e imprevisibilidade difíceis de compreender em Lisboa. Este movimento urbano de massas abalou decerto os alicerces de Salazar, que, com forte cariz rural, via apenas na aldeia os bons valores da moral tradicional. Assim a monotonia política habitual parecia estar em perigo com um contágio de um movimento que tinha todas as características para se alastrar pelo Ocidente.

<sup>61</sup> Liddell Hart define estratégia como a «arte de coordenar todos os recursos de uma nação» e Edward Mead Earle refere-se-lhe como a arte de «controlar e utilizar os recursos de uma nação» (Barrento, 2010, pp. 101-102). Já outro autor de referência, André Beaufre, nos anos 60 do século XX, preferiu actualizar a definição de estratégia como «a arte de utilizar a força para a concretização dos objectivos políticos», numa referência particularmente evidente à situação que se vivia na Argélia (Beaufre, 2020, p. 35). Beaufre fez igualmente referência à estratégia total como aquela que tem como finalidade conduzir os conflitos violentos e insidiosos empreendidos simultaneamente nas várias áreas: política, económica, diplomática e militar (Barrento, 2010, p. 145). Assim, em resumo, conceptualmente consideramos grande estratégia «aquela que se pratica no vértice do pensamento e da acção estratégica, ao nível da política e, na maioria dos casos, pelos mesmos agentes, chegando por isso a confundir-se com esta» (Barrento, 2010, p. 122). Do ponto de vista académico, a grande estratégia deverá incluir e desenvolver um sistema de informações que lhe possibilite o conhecimento das situações, por forma a poder tomar as suas decisões estratégicas com a maior racionalidade (Barrento, 2010, p. 122).

não sendo unânime, é a dominante no pensamento ocidental (Couto, 2020, pp. 230-232). Assim, Cabral Couto, na sua obra, e numa abordagem conceptual, baseou estes conceitos, partindo da concepção de política de Marcello Caetano, que a definiu como a actividade que, a partir dos órgãos do Estado, tem como objecto directo e imediato a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou exigirem. Partindo desta definição, o autor inferiu ainda que daqui resultam dois grandes fins da política: a conservação da segurança e a prossecução do interesse geral ou progresso e bem-estar social (Couto, 2020, p. 234). Tira daí como consequência a existência de uma hierarquia entre os diferentes tipos de estratégias.

Apoiando-se ainda nos trabalhos de Beaufre, Abel Cabral Couto colocou no topo da pirâmide estratégica a definição de *Estratégia Total*, seguida de um patamar intermédio com as chamadas *Estratégias Gerais*, como sejam a Política, a Económica, a Militar ou a Psicológica e, dentro de cada uma destas, as designadas *Estratégias Particulares*, dando como exemplo destas a política interna ou a diplomática (dentro das estratégias políticas), as de produção, de comércio ou financeiras (dentro das estratégias económicas), e aquelas ligadas à propaganda, contrapropaganda ou informação pública (dentro das psicológicas) (Couto, 2020, pp. 235-246).

É partindo destes conceitos que procuraremos expor quais terão sido as estratégias dos dois responsáveis políticos dos EUA e de Portugal neste período, para se poderem entender as dinâmicas do seu relacionamento. É igualmente a partir destes conceitos que analisaremos os principais eixos estratégicos de Caetano e Nixon.

### **3.2.1. OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE MARCELLO CAETANO**

Analisemos então qual foi o pensamento estratégico que levou Marcello Caetano à definição da sua grande estratégia. A grande estratégia de um país está sempre subjacente aos interesses nacionais.

No caso de Portugal, os interesses nacionais definidos por Marcello Caetano como base dessa estratégia foram garantir a independência, a integridade territorial e o bem-estar das populações.

Para definir a estratégia de Marcello Caetano, existindo pouca documentação oficial que a suporte ou documente, enquanto tal, partimos dos seus escritos e das ideias e acções que foi expressando ao longo do tempo. São estes elementos que permitem perceber os objectivos últimos da sua política e as componentes desta, e assim

compreender e formular a estratégia que, acreditamos, visou implementar quando esteve no poder. Para isso procuramos primeiro determinar o(s) objectivo(s) central(ais) que quis atingir com a sua acção e os recursos ou meios que teve ou tentou mobilizar para os atingir.

Ainda antes de ter integrado o governo em Setembro de 1944, Marcello Caetano apresentou a necessidade de reformar o sector social do país como tarefa primordial a realizar, numa esclarecedora palestra intitulada «Predições sem Profecia sobre Reformas Sociais», 24 anos antes de assumir a Presidência do Conselho de Ministros em 1968.

Nesse discurso, Marcello Caetano deixou algumas pistas sobre o que considerava prioritário para quem exercia o poder em Portugal quando referiu a necessidade de apostar no desenvolvimento social e na necessidade de colaboração entre trabalhadores e patrões, a par de uma aposta intensa na educação, «ensinando não só a ler e a escrever». Segundo Marcello Caetano, havia que mobilizar todos os recursos, esforços e meios para combater a baixa natalidade, a miséria e as doenças, assim como acudir «à juventude desamparada», tendo chegado a hora de agir socialmente no país (Caetano, 1944, pp. 176-181).

O progresso social, a melhoria económica, o bem-estar da população, a aposta na educação e o acesso a ela foram metas que preconizou mesmo antes de ter chegado a Ministro ou Presidente de Conselho, como sublinha Manuel Braga da Cruz, que refere ainda que o fim último do mandato de Marcello Caetano era atingir o progresso e a repartição justa das riquezas nacionais, através do encurtamento das diferenças entre os ricos e os pobres e da dignificação do trabalho (Cruz, 2012, p. 8).

Marcello Caetano enquanto Presidente do Conselho procurou transformar o país, torná-lo mais desenvolvido, criar uma sociedade e uma economia mais liberais, mais abertas e integradas com o estrangeiro. Quis distanciar-se da política expressa no lema de 1965 do «orgulhosamente sós». Já enquanto Ministro da Presidência, nos anos 50 do século XX, teve papel preponderante na implementação dos planos de fomento no país. Nessas décadas de 1950 e 1960, mesmo antes de chegar a São Bento, sublinhava a inevitabilidade da opção europeia e como seria fundamental a liberalização da indústria nacional para conseguir desenvolver o país.

Como Presidente do Conselho executou políticas nesse sentido e apostou forte na liberalização económica, na industrialização, no fim do condicionamento industrial, procurando dessa forma afastar o país do subdesenvolvimento. Como evidência desse

ideário, em 1972 sentiu que seria essencial a integração na Europa. Por isso assinou um acordo entre Portugal e a Comunidade Europeia, que permitiu a Portugal, no primeiro dia do ano de 1974, ser membro da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), o tratado fundacional da Comunidade Europeia, naquele que foi o primeiro passo de uma maior integração futura que visava prosseguir.

Em simultâneo, um outro grande objectivo foi resolver um obstáculo que impedia, pelos recursos que consumia, o mais rápido desenvolvimento do país, ou seja, o problema da guerra em África. Esta questão diminuía os recursos financeiros e humanos necessários para o programa de desenvolvimento que traçou, sobretudo porque Marcello Caetano tinha a convicção de que uma sociedade mais desenvolvida e menos pobre aceitaria mais facilmente o inevitável papel de «dar novos Brasis ao mundo», deixando essa sociedade de estar focada na redutora ideia de que a riqueza nacional só proviria dos territórios de África<sup>62</sup>.

Encontrar uma solução para o problema da guerra foi talvez o que mais o ocupou, a par do combate ao subdesenvolvimento nacional. Como recorda Felipe Fernandes sobre o que Marcello Caetano escreveu, e de alguma forma previu, a Rogério Martins<sup>63</sup> em 1972: «tentar reformar, sem resolver a questão da guerra [é uma impossibilidade], não se resolve a questão da guerra, mata-se a reforma, esvazia-se a reforma e com isso precipita-se a queda do próprio regime» (Fernandes, 2018, p. 20). Esse pensamento denotava que «resolver» a guerra era provavelmente o objectivo central na política do chefe do governo, sendo determinante no desenho da sua estratégia.

Em 1968, Portugal era a última potência colonial e a sociedade vivia numa espécie de realidade virtual. Enquanto a Europa e o mundo avançaram para realidades e conceitos

---

<sup>62</sup> O conjunto dos territórios portugueses externos relativamente a Portugal continental, tinha uma dimensão duas dezenas de vezes superior à dimensão do rectângulo peninsular. Em 1968, continha uma população três vezes maior quando comparada com a da metrópole. Porém, esta grande potencialidade era também o seu maior problema. O Ultramar consumia os recursos financeiros desviando-os do investimento em infra-estruturas, como o próprio Marcello Caetano revelou nas reuniões do CSDN, chegando a dizer, junto do Presidente da República, que o custo da acção militar portuguesa em África pesava consideravelmente no orçamento do Estado, encontrando-se «o país no limite das suas possibilidades orçamentais» (CSDN, 1969 a, p. 16), e que, relativamente à «descontrolada» despesa militar provocada pela guerra, em particular com o «aparecimento de sucessivos saldos negativos», esta situação podia «tornar impossível realizar uma boa administração dos dinheiros públicos». Recomendou que se gerisse melhor o dinheiro alocado à guerra, por forma a não perturbar «o eficiente planeamento financeiro e orçamental» (CSDN, 1969 h, p. 12). Por outro lado, a guerra empenhou os recursos humanos metropolitanos, necessários para as actividades produtivas, sentindo-se por esses anos a escassez de mão-de-obra, agravada pelo fenómeno dos refractários que, emigrando, aumentavam ainda mais esse défice de recursos humanos fundamentais para a industrialização em curso.

<sup>63</sup> Rogério Martins foi Secretário de Estado no governo de Marcello Caetano entre 1969 e 1972, sendo considerado um dos agentes reformistas e um actor principal da chamada primavera marcelista pela acção disruptiva governativa que desenvolveu na área da indústria, dando corpo à visão progressista de Marcello Caetano ao introduzir elementos de modernização e desenvolvimento no tecido económico nacional que Marcello procurou implementar como Presidente do Conselho (Passos, 1988, pp. 21-42).

pós-coloniais, internamente o regime insistiu em fórmulas políticas internacionalmente inaceitáveis. Com a revisão constitucional de 1951, o regime cristalizou-se na fórmula geográfica do país «do Minho a Timor».

Quando Marcello Caetano ascendeu ao poder, Portugal encontrava-se numa guerra com três frentes, sob um embargo de armas que impediu um necessário abastecimento das suas Forças Armadas e sob um intenso ataque diplomático na ONU, que tornava cada vez mais rarefeito o número de países amigos dispostos a ajudar, isolando Portugal durante décadas.

Marcello Caetano compreendeu então que o país e ele próprio, enquanto chefe de governo, precisavam de angariar mais amigos e aliados, quer internos quer externos. Enquanto internamente procurou liberalizar e abrir o regime, e tentou convencer os mais ortodoxos de que a situação do Ultramar, tal como estava, era insustentável, na frente externa, junto dos aliados, promoveu uma política menos confrontacional, menos impositiva, mais consensual.

Marcello fez nesta circunstância uma revisão estratégica da política externa portuguesa apostando num realinhamento com os EUA. Afastadas que estavam as administrações democratas de Kennedy e Johnson, espreitou a oportunidade originada pela ascensão de Nixon à Casa Branca. Ao contrário de Salazar, que apostou na disputa e no confronto, Marcello Caetano procurou evitar a tensão política numa altura em que as Lajes serviam os americanos de forma precária<sup>64</sup>.

Institucionalista, e sentindo que, em 1968, chegara à Casa Branca uma administração aparentemente mais benevolente para com as políticas ultramarinas portuguesas, fez saber que teria interesse em ver a questão das Lajes resolvida, propondo negociações. Esta abertura teve alguma razão de ser, como podemos perceber pelo conteúdo do telex diplomático n.º 648, de Vaz Pinto<sup>65</sup>, expedido dos EUA a 7 de Outubro de 1968.

Nessa correspondência diplomática recebida no MNE apenas dez dias depois de o Presidente do Conselho tomar posse, foi dado conta que «um dos principais

---

<sup>64</sup> Em 1968, os EUA careciam de autorizações anuais de Lisboa para permanecerem na base das Lajes, nos Açores. Quando, em 1962, o acordo suplementar de defesa de Portugal com os EUA terminou, Salazar mostrou sinais de não aceitar a sua renovação, emitindo uma nota que permitia aos americanos ali estacionar apenas «enquanto as negociações durassem», acreditando ser esta a forma mais eficaz de exercer pressão diplomática sobre a administração norte-americana.

<sup>65</sup> Duarte Vaz Pinto era o diplomata português responsável pela missão portuguesa junto da ONU em Nova Iorque nos EUA entre Junho de 1967 e Agosto de 1970, ocupando a posição de Encarregado de Negócios Interino (MNE, 2023 a).

conselheiros para política externa do candidato Nixon considerava “os nossos territórios africanos” *a new frontier* para Portugal» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 a)<sup>66</sup>.

Marcello Caetano procurou mais aliados, especialmente dentro de África, além do Malawi, com vista a obter o horizonte temporal necessário ao sucesso das suas reformas de pendor eminentemente gradualista, como afirma Pedro Aires Oliveira na sua obra (Oliveira, 2007, p. 382).

Por outro lado, no livro *O 25 de Abril e o Ultramar*, que reproduz as entrevistas concedidas por Marcello Caetano no Brasil em 1976, este explicou, com detalhe, esta ideia, afirmando que qualquer solução que pensou para o problema ultramarino teve em atenção duas condições: a formação de sociedades multirraciais e a sua integração numa comunidade lusíada. Na ocasião, Marcello reforçou a ideia de que o Ultramar foi um problema político e não militar e que por isso propôs levar a cabo uma estratégia de autonomia progressiva e participada nesses territórios. Não alcançou a concretização plena do plano porque «as ideias construtivas levam tempo para se pôr de pé» e o processo político que tinha em curso foi interrompido em Abril de 1974.

Segundo o que Marcello Caetano referiu nessa entrevista, rapidamente se apercebeu de que no mundo inteiro, incluindo entre os aliados de Portugal, não se aceitava outra solução que não fosse a independência para o Ultramar<sup>67</sup> e, nessas circunstâncias, «[teve] de admitir que a política a seguir deveria conduzir à independência dos grandes territórios como Angola e Moçambique».

A fórmula político-jurídica para o atingir, na sua opinião, seria secundária, desde que salvaguardasse o conceito de sociedades multirraciais em que os negros e os brancos colaborassem conjuntamente em todos os aspectos, «incluindo no governo e na administração» (Caetano, 1976, pp. 11-13), como frisou na altura.

Apesar de condicionado pelos ultras do regime, o que o obrigou a manter uma política ultramarina imutável, o então chefe de governo não tinha grandes ilusões, como sublinhou na mesma entrevista, ao referir que a história indicava que a vocação natural dos territórios era a independência política, mas que, quando tomou posse, viveu um dilema: ou criava uma solução de autonomia progressiva de sociedades multirraciais com vista a que esses territórios chegassem ao patamar do Brasil, ou teria de se «render

---

<sup>66</sup> Ver telegrama diplomático no ANEX.021, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 151.

<sup>67</sup> No seu livro *As Crises e os Homens*, Franco Nogueira expõe com clareza esse confronto diplomático que Portugal teve de enfrentar na ONU relativamente ao Ultramar e as suas consequências (Nogueira, 1971, pp. 500-504).

às injúrias das Nações Unidas» (Caetano, 1976, p. 65), explicando assim o desenho estratégico que ocupou a sua actividade nos anos em que foi Presidente do Conselho relativamente ao problema dos territórios de África.

Marcello sempre teve poucas dúvidas de que as ideias integracionistas e fundamentalistas estavam condenadas ao fracasso<sup>68 69 70</sup>. Por isso, a partir de 1968, avançou por caminhos que visaram preparar e transformar Angola e Moçambique, apostando no investimento estrangeiro e na autonomia política desses territórios que, pela sua dimensão e pelos seus meios, seriam auto-suficientes, para que um dia, quando tivessem a massa crítica necessária, pudessem ambicionar ser dois «novos Brasis» na região centro-austral de África – isto apesar da resistência daqueles que, dentro do regime, não aceitavam essa evolução.

Marcello Caetano, para conseguir incluir todos no seu projecto e atrair todos os segmentos da sociedade, criou o *slogan* que exprimia a necessidade de «evoluir na continuidade». É importante realçar que toda a sua acção política foi um balancear de movimentos de acção-reacção, condicionada pela vontade de evolução dos reformistas e pela resistência ou oposição dos integristas que tudo queriam manter e continuar.

---

<sup>68</sup> Logo nos anos 40 do século XX, Marcello Caetano afirmava: «Só literária ou sentimentalmente se pode dizer que Angola ou Timor são províncias portuguesas como o Minho ou o Algarve» (Caetano, 1948, p. 14). Na década seguinte, na revisão constitucional de 1951 e com a transformação do estatuto dos territórios coloniais em províncias, elaborou um parecer em que se opôs ao mesmo, uma vez que essa opção constitucional limitava as soluções do problema ultramarino. No parecer da Câmara Corporativa que elaborou nessa ocasião, Marcello perguntava se Portugal «tem necessariamente a função de colonizar? [...] Mas isso seria negar que a Nação haja existido antes da expansão colonizadora [... até porque] Mesmo que esses territórios fiquem para sempre integrados na Nação Portuguesa, é admissível a hipótese de um dia se poder considerar passada a fase da colonização» (Caetano, 1951, p. 28). Noutra momento, em Junho de 1960, na conferência realizada no Instituto de Altos Estudos Militares ainda antes de a guerra começar no Ultramar e em Angola, explicou a sua tese de que seria preciso dar novos Brasis ao mundo na forma de sociedades plurirraciais onde homens de todas as raças convivessem e colaborassem sem distinção, com excepção das capacidades e méritos de cada um, ao sublinhar que o Brasil e a fórmula de entendimento entre os homens ali estabelecida «desenvolveu um clima singularmente feliz» e, por essa razão, era um modelo a seguir (Caetano, 1971 b, pp. 48-49).

<sup>69</sup> Brandão de Brito refere que Marcello Caetano, na revisão constitucional de 1951, que consagrou o integrismo colonial, liderou o ponto de vista descentralizador, advogando que a Constituição devia ter um dispositivo legal que desse maior margem de manobra futura ao Estado Português face a previsíveis ataques internacionais e que mais tarde, em Julho de 1954, Marcello enquanto membro do Conselho de Estado, destoou da linha geral do regime e da ideia de confrontação com a União Indiana, ao insistir na exploração de uma política de diálogo e contactos com a União Indiana que adiassem a agressão e viabilizasse uma solução negociada (Brito, 1999, pp. 30-31).

<sup>70</sup> Uma das expressões mais claras desta visão tão antagónica com a posição integrista foi expressa por Marcello Caetano na publicação do seu livro *Renovação na Continuidade* em pleno mandado executivo, no ano que fez alterar a Constituição e assumiu a sua discordância com aqueles que sustentavam que a defesa do Ultramar era imprescindível e que a sua perda implicava a perda da independência nacional, sublinhando até que «com pouco ou muito território, Portugal subsistirá», uma vez que Portugal não é a quantidade de terra nem se extinguirá se for amputada ou lhe «tirarem alguma parcela» (Caetano, 1971 c, p.10).

Para ilustrar as dificuldades e a resistência à evolução, Marcello Caetano, na sua obra *Minhas Memórias de Salazar*, revelou como o seu pensamento não coincidia com o dos ultras do regime. Segundo Marcello Caetano, nem ele nem o seu colega Raul Ventura<sup>71</sup> duvidavam, já na década de 1950, da inevitabilidade de, um dia, Angola e Moçambique se tornarem independentes. Só divergiam quanto aos processos e na forma como poderia acontecer. Já nessa altura, Marcello Caetano defendeu que, para se chegar a uma independência controlada, não abrupta e que mantivesse o carácter multirracial e inclusivo dos territórios, teria de se passar por uma via de autonomia progressiva, depois de ter equacionado a opção federalista<sup>72</sup> que a lição dos acontecimentos o fez abandonar (Caetano, 1977, pp. 516-518).

Por isso, no primeiro rascunho que fez do discurso de apresentação do plano do seu governo à Assembleia Nacional, o novo Presidente do Conselho incluiu a sua ideia de sempre: levar a cabo a missão de proporcionar «novos Brasis ao mundo». Este seria um objectivo intermédio<sup>73</sup> com vista a resolver a questão do Ultramar e assim canalizar os recursos financeiros e humanos ali despendidos para atingir o objectivo último, que era desenvolver economicamente e socialmente o país. Mas essa referência «aos novos Brasis», no seu discurso inaugural, ficou omissa a pedido do MNE Franco Nogueira, um dos ortodoxos do regime, que ocupou, por mais um ano, a decisiva pasta dos Negócios Estrangeiros. Marcello Caetano, surpreendido, anuiu e descreveu a circunstância em que essa referência foi retirada do seu discurso<sup>74</sup>.

Outros passos seriam igualmente necessários para corporizar a sua grande estratégia, de modernizar e fazer progredir economicamente o país. Nessa linha, permitiu o

---

<sup>71</sup> Raul Ventura (1919-1999) foi professor catedrático e director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido Subsecretário e Ministro do Ultramar de Salazar entre 1953 e 1958.

<sup>72</sup> Marcello Caetano, em Fevereiro de 1962, uma dúzia de anos antes de o General Spínola escrever o livro *Portugal e o Futuro*, quando o governo português lhe solicitou ideias e soluções para uma guerra que acabara de eclodir em Angola, emitiu um parecer onde, em nome da necessidade de obter uma melhoria no ambiente internacional e na atitude dos governos amigos e de não comprometer os interesses de Portugal, defendeu a transformação do Estado Unitário Português num estado federal (Brito, 1999, p. 31). Foi o famoso memorando não assinado, mas elaborado com o seu papel timbrado, no qual apresentou uma sugestão constitucional para enfrentar os problemas originados no vertiginoso ano de 1961, ideia essa que foi repescada, mais tarde, em 1974, por Spínola no já referido *Portugal e o Futuro*.

<sup>73</sup> Este objectivo estratégico intermediário era levar primeiro Angola e Moçambique a terem estatuto de autonomia administrativa e política, por serem territórios com potencial de auto-suficiência, e assim, um dia, seguirem o curso da independência, tal como o Brasil, mantendo um carácter multirracial e com uma ligação económica e de valores à metrópole. Essa fase seria considerada ideal assim que estes países estivessem dotados de massa crítica própria e necessária para o efeito.

<sup>74</sup> Considerando-a como frase expressiva e apta para circular nos meios diplomáticos, Marcello quis inseri-la no discurso do projecto do governo na Assembleia Nacional, mas não o fez, como explicou mais tarde, porque após ter lido «a minuta do discurso a um grupo de ministros e dirigentes políticos, essa frase causou escândalo nalguns. O Dr. Franco Nogueira pediu-me [...] que a suprimisse. Surpreendido pela reacção acedi a cortá-la» (Caetano, 1976, p. 64).

regresso ao país de exilados políticos tão notórios como Mário Soares ou o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a realização de eleições «tão livres quanto possível», ambicionando a participação da oposição, alargando o conceito de eleitor<sup>75</sup> e a reforma das principais instituições que alicerçavam o regime, nomeadamente a União Nacional e a PIDE. Considerando a PIDE essencial ao esforço de guerra no Ultramar, Marcello não pode deixar de contar com ela, enquanto durasse a guerra. Quanto ao movimento político que dava suporte ao governo, procurou modernizá-lo, para o tornar um movimento mais popular e mais representativo da sociedade, com a substituição da União Nacional pela ANP – Acção Nacional Popular de que a inclusão da chamada Ala Liberal nas suas listas eleitorais em 1969 foi uma evidência. Esta estratégia de Marcello Caetano corporizou-se num propósito governativo que ficou conhecido como a *primavera marcelista*.

### 3.2.1.1. OS EIXOS DA GRANDE ESTRATÉGIA DE MARCELLO CAETANO

Para melhor analisar a grande estratégia de Marcello Caetano, vamos dividi-la nos três principais eixos da sua acção governativa: os diplomáticos, os militares e os políticos.

#### 3.2.1.1.1. EIXO DIPLOMÁTICO – INICIATIVA DIPLOMÁTICA

Com uma situação diplomaticamente insustentável na ONU, com os seus principais aliados da NATO de costas voltadas, Marcello tentou, com habilidade, reforçar e aprofundar alianças e estabelecer uma diplomacia mais criativa para ganhar tempo e adaptar novos meios que acreditou serem necessários à implementação da sua estratégia.

Nomeadamente, restabeleceu e reforçou pontes de diálogo com velhos e novos amigos, e aliados tais como os EUA e o Reino Unido, enquanto, simultaneamente, procurou pontos de entendimento com alguns países africanos fronteirizos<sup>76</sup> como o Senegal, a República Democrática do Congo (RDC) e a Zâmbia, por serem países do *hinterland* que necessitavam dos portos de Angola e Moçambique para escoar as suas

---

<sup>75</sup> Apesar da legislação eleitoral de 1933, dar a possibilidade de voto à “mulher solteira, maior ou emancipada, com família própria e reconhecida idoneidade moral”, apenas em 1968, com a aprovação da Lei n.º 2137, se estabeleceu que “são eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na Lei e, os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015, desde que satisfaçam os requisitos nela fixados”.

<sup>76</sup> Rui Patrício, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marcello Caetano, que ocupou estas funções entre Janeiro de 1970 e Abril de 1974, diria mais tarde, a propósito deste interesse, haver estados africanos que mantiveram com Lisboa «relações equívocas, variáveis ou evolutivas» (Cruz e Ramos, 2012, p. 294), categoria onde incluiu a Zâmbia, a República Democrática do Congo (RDC) e o Senegal.

exportações e, no caso do Senegal, com um Presidente não alinhado com a URSS e mais aberto ao diálogo.

### *Relações com os EUA*

Os Estados Unidos da América, enquanto nação líder do Ocidente, eram o aliado mais forte e necessário, tendo em conta que a guerra das três frentes em África era o principal problema do regime. Isto requeria não só o apoio diplomático dos EUA, indispensável no Conselho de Segurança da ONU, como o seu armamento sofisticado, consistente com as incrementais necessidades de Portugal, tendo em conta o desgaste que o tempo e a obsolescência provocaram no equipamento em uso<sup>77</sup>, e também o apoio dado aos independentistas por URSS e China.

Historicamente, na presidência de Truman, com a estratégia de *containment*, e posteriormente, após o NSC 68<sup>78</sup>, Portugal tinha um papel claro, atribuído no contexto de uma estratégia global de contenção comunista. Contudo, com o fim de linha dos impérios ultramarinos europeus, após a aventura do Suez, e, em particular, com a ascensão do liberal Kennedy e do seu governo tecnocrático, wilsoniano e idealista, esse papel esmoreceu, sobretudo por se acentuar em Washington uma antipatia e resistência naturais em relação ao regime de Lisboa.

Durante a sua presidência, Kennedy decretou um embargo de venda de armas a Portugal, que perdurou até o Ultramar se tornar independente. Mas, no rescaldo da crise de Cuba, e com o fim do acordo das Lajes, o Presidente americano tentou ainda um entendimento com Salazar sobre o destino a dar aos territórios do Ultramar português, nomeadamente através do memorando Ball. Essa estratégia norte-americana de aproximação a Lisboa foi prosseguida pelo seu Vice-Presidente e sucessor, Lyndon Johnson, que haveria de apresentar outra iniciativa diplomática no mesmo sentido: o

---

<sup>77</sup> A necessidade de aquisição de equipamentos militares era uma preocupação crescente pela obrigação de repor os equipamentos em uso à medida que a guerra se prolongava. A decorrer desde 1961, a maior parte do material em uso já apresentava um nível de desgaste assinalável e o seu prazo de vida útil tinha muitas vezes sido ultrapassado (Silva, 2020, p. 53). Em 1968, esse problema era profundo e estava na ordem do dia.

<sup>78</sup> O NSC 68 representou um incremento em grande escala das capacidades militares e de defesa do mundo ocidental com a intenção de conter o perigo soviético, estendendo a doutrina Truman da Europa à Ásia. Nesse período, com a sua presença estratégica no Atlântico, no Índico e junto aos mares da China, com Macau e Timor, Portugal tinha um papel importante. Originalmente, o NSC 68 foi um documento secreto elaborado pelos departamentos de Estado e da Defesa dos EUA, apresentado ao Presidente Truman em Abril de 1950. Intitulado «Objectivos e Programa dos EUA para a Segurança Nacional», influenciou várias presidências dos EUA. O documento, fortemente expansionista, apostava no reforço orçamental da defesa para combater na Guerra Fria o contendor soviético, apontando como objectivo central a reversão e o aplacamento da expansão comunista a nível mundial.

plano Anderson. Ambas as iniciativas pretendiam, de forma negocial, terminar o contencioso entre as duas capitais, mas Salazar rejeitou ambas<sup>79</sup>.

A ascensão simultânea de um governante em Lisboa mais liberal, flexível e aberto ao diálogo, e de um Presidente em Washington conservador, realista e prático, augurou uma oportunidade de mudança da situação e da relação. Contudo, houve durante esse período o conflito diplomático da base das Lajes, que, desde 1962, emperrou as relações diplomáticas entre os dois países, uma vez que o acordo caducara e a sua utilização pelos EUA era concedida anualmente, com carácter precário e casuístico.

Na visão do Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, Franco Nogueira, essa precariedade beneficiou Portugal, pois obrigava os americanos a pensar duas vezes antes de tomarem alguma decisão diplomática, nomeadamente na ONU, contra Portugal.

Marcello abandonou esta posição de fazer da precariedade um modo de pressão e apostou em negociar as Lajes para tentar retirar benefícios financeiros e materiais necessários para a guerra no Ultramar, obter mais cumplicidade diplomática e fortalecer a aliança com os EUA. Rui Patrício<sup>80</sup> confirmou que Marcello Caetano seguiu uma política diferente à de Salazar por entender que as instalações militares das Lajes deveriam ser cedidas em troca de compensações materiais (Xavier, 2010, p. 166). Assim, no fim do ano de 1971, foram assinados acordos de curta duração que regularizaram o uso das Lajes. Esses acordos (que terminariam em Fevereiro de 1974), segundo Rui Patrício, deveriam ser renovados numa altura em que Nixon estivesse mais liberto de pressões políticas internas para, então, se ir mais longe em relação ao que tinha sido possível nas negociações de 1971.

### *Relações com o Reino Unido, a França e a Alemanha*

A mais velha aliança do mundo emperrou desde o discurso do «vento de mudança» de Macmillan, o qual assinalou o fim do império britânico. Se em 1961 o Reino Unido e a

---

<sup>79</sup> Lisboa interpretou estas iniciativas diplomáticas dos EUA como resultado da crise dos mísseis de 1962, e do crescente envolvimento militar dos EUA no Vietname, que evidenciavam aos olhos de Salazar a iminência de uma eventual Terceira Guerra Mundial, a qual lhe poderia salvar o império e preservar o Ultramar. Como José Medeiros Ferreira assinalou, esta potencial guerra constituiu o «impasse doutrinário estratégico e político do Estado Novo» (Nogueira e Borges, 2006, p.165), uma vez que Lisboa, vendo-se no papel do defensor do Ocidente naquela região centro-austral de África, com este conflito mundial teria o potencial de colocar, novamente, Lisboa no lado dos vencedores e de novo perto das decisões diplomáticas importantes, tal como historicamente aconteceu em 1944/1945.

<sup>80</sup> Rui Patrício foi MNE de Portugal entre 1970 e 1974, substituindo Franco Nogueira, e tornou-se actor e testemunha principal das relações entre Portugal e EUA nesse período. Foi nomeado para o lugar depois de ter trabalhado durante três meses com Marcello Caetano, no último trimestre de 1969, quando este acumulou, após a saída de Franco Nogueira, a pasta dos Negócios Estrangeiros com a chefia do governo.

França foram os únicos dois países que deram apoio a Portugal no Conselho de Segurança, abstendo-se numa votação crucial contra o nosso país, o mesmo não se passou em metade das outras votações posteriores, no mesmo órgão, até 1968, período no qual passaram a votar ao lado do bloco afro-asiático.

Estas diferenças de atitude sobre o destino a dar ao Ultramar, entre os aliados que configuram a mais antiga aliança do mundo, são evidenciadas por Pedro Aires Oliveira, que referiu que, ao contrário de Portugal, a Grã-Bretanha desejou o envolvimento dos EUA nas suas colónias e tradicionais esferas de influência, por conta da diferença que os dois países europeus fizeram do conceito de soberania, e que isso terá levado os britânicos a redefinirem a sua missão imperial a tempo (Oliveira, 2007, p. 480).

Na fase final do consulado de Salazar, em 1965, o contencioso com a Grã-Bretanha agravou-se ainda mais com a crise da independência branca unilateral da Rodésia. Portugal colocou-se contra os interesses de Londres, apoiando, se não mesmo estimulando, a secessão branca da Rodésia contra Londres (Nogueira, 1986, p. 141).

Em Setembro de 1968, o novo chefe do governo herdou um problema adicional com o seu mais antigo aliado, que estava descontente e tinha razões de queixa de Lisboa. Foi a ascensão ao poder, em Londres, do conservador Edward Heath, em 1970, que deu a Marcello Caetano a oportunidade para relançar a mais velha aliança do mundo.

O Primeiro-Ministro britânico, tal como Marcello Caetano, vinha de um meio social baixo e conhecia a necessidade da prosperidade como meio de satisfazer uma sociedade inquieta e pobre. Heath teve um mandato marcado por lutas sindicais, e fez da adesão à CEE um grande objectivo. A sua ascensão representou, para Lisboa, uma possibilidade de reaproximação. A comemoração dos 600 anos da velha aliança foi o pretexto e a resposta positiva dada a essa iniciativa por parte do Reino Unido. Conforme aponta Oliveira, Marcello Caetano aproveitou as celebrações para propor uma modernização dos tratados de aliança (Oliveira, 2007, p. 389). O chefe do governo português beneficiou de uma certa expectativa por parte do Reino Unido, baseada no factor Rodésia e na desilusão do governo conservador de Heath face ao «sequestro» da Commonwealth pelos Estados africanos mais militantes (Oliveira, 2007, p. 484).

Entretanto, Marcello Caetano trabalhava também no sentido de aprofundar a relação de Portugal com os membros fundadores da CEE, nomeadamente com a França e a República Federal Alemã, que começaram a desenhar entre si uma centralidade nas instituições europeias. Marcello aproveitou a conjuntura internacional para solidificar estas relações.

Desde meados da década de 1960, a França dispunha de uma base de telemetria situada na ilha das Flores, nos Açores, evidenciando a boa relação com Lisboa. Um sinal deste bom relacionamento foi a escolha dos Açores, por Paris e Washington, para uma importante cimeira EUA-CEE<sup>81</sup>, entre Nixon e Pompidou, para dirimirem as divergências decorrentes da crise do dólar, originada quando Nixon decidiu colocar um fim no padrão-ouro em meados de 1971.

Os alemães, por outro lado, beneficiaram de contrapartidas estratégicas e logísticas garantidas por Lisboa, satisfazendo em troca os pedidos portugueses de armamento, que o embargo americano impedia. A partir de 1970, a Força Aérea da RFA começou a utilizar a base de Beja, que dispunha de 800 hectares e que foi construída com a finalidade de corresponder aos acordos bilaterais entre Portugal e a República Federal da Alemanha. Este apoio alemão a Portugal só não foi mais relevante por efeito da *Ostpolitik* de Willy Brandt que, nessa década de 1970, se aproximou da RDA e, por conseguinte, dos países da Europa de Leste e da URSS, tendo em conta a sua realidade geográfica e o problema da indesejada divisão da Alemanha.

Recorde-se que a França e a Alemanha vinham, desde meados da década de 1960, a constituir um apoio alternativo a Lisboa no seu esforço de guerra em África. Por isso, em termos de comparação, como afirma Pedro Aires Oliveira, Londres nunca foi tão longe como outras potências europeias (como a França ou a Alemanha Ocidental) «no amparo político-militar à política colonial» (Oliveira, 2007, p. 482), até por causa do já referido apoio de Lisboa à declaração de independência unilateral da Rodésia, um diferendo diplomático que o novo chefe do governo português procurou resolver.

### *Relações com Espanha*

Outro aliado com quem Marcello Caetano procurou melhorar as relações foi Espanha. Apesar de ser o único país que partilha uma fronteira comum terrestre com Portugal continental e de ter um regime político semelhante, as relações eram dificultadas pela circunstância de existir uma corrente iberista em Madrid e outra contrária em Lisboa.

O modelo de desenvolvimento tecnocrático seguido em Espanha era também muito diferente do modelo seguido em Portugal por Salazar, uma vez que a estratégia de

---

<sup>81</sup> A Cimeira dos Açores, que contou com a presença dos presidentes da França e dos EUA, ocorreu ali em Dezembro de 1971 por se tratar de um território neutro, mas amigo, para ambos os países que se reuniam para analisar as consequências da decisão de Nixon de 15 de Agosto de 1971 que determinou o fim do padrão-ouro do dólar. Esta decisão afectou economicamente o comércio entre os dois lados do Atlântico. A cimeira teve igualmente a particularidade de desbloquear a questão da formalização da base das Lajes entre Portugal e EUA.

Franco era criar uma classe média que tirasse uma parte significativa dos espanhóis da pobreza visando acabar com o subdesenvolvimento e as chagas criadas pela guerra civil, que alimentaram extremismos políticos e oposições.

Aos olhos do desenvolvimentista Marcello Caetano, que gostaria também de ver, em Portugal, despontar uma classe média a partir dos estratos sociais mais precários esta era uma visão atraente. Desde os anos 40 do século XX que o agora chefe do governo via no progresso e na existência de uma classe média as chaves para o futuro do país.

Marcello era conhecedor da realidade espanhola devido à profunda amizade com Laureano López Rodó<sup>82</sup>, Ministro primeiro sem pasta e, depois, a partir de 1973, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha. Desde a Segunda Guerra Mundial que os dois políticos eram amigos, confidentes e partilhavam interesses comuns, nomeadamente cumplicidades religiosas. Naturalmente, esse relacionamento favoreceu e marcou uma aproximação a Espanha.

O novo Presidente do Conselho, sendo adepto da ideia de que a geografia se aceita e não se escolhe, não era, igualmente, um anti-iberista como Franco Nogueira. Segundo Rui Patrício, uma das orientações que recebeu de Marcello Caetano em 1970 foi para melhorar as relações com Espanha, que estavam um pouco frias no tempo de Franco Nogueira (Xavier, 2010, p. 171). O país vizinho era agora visto como um parceiro chave para desenvolver a economia e para constituir um futuro bloco peninsular numa potencial aproximação comum à Europa.

Por outro lado, Marcello Caetano acreditava que, economicamente, a solução para o desenvolvimento de Portugal não passava exclusivamente pela dependência da manutenção do Ultramar, mas também pelo reforço das ligações económicas com a Europa, que nesse período crescia e se afirmava, quer institucionalmente quer economicamente, ano após ano. Como refere Pedro Emanuel Mendes, a emergência da questão europeia no marcelismo foi uma condicionante da liberalização do regime (Mendes, 2012, p. 12). Ou seja, essa aproximação à Europa era uma das principais faces da «evolução» que pretendia implantar, dentro da sua fórmula política governativa da «evolução na continuidade».

---

<sup>82</sup> Laureano López Rodó (1920-2000), político influente espanhol, foi amigo de Marcello Caetano desde os anos 40, altura em que ingressou na Opus Dei. Foi Ministro do Desenvolvimento Económico e Social entre 1965 e 1973 e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1973 e 1974. Posteriormente, entre 1974 e 1976, foi embaixador de Espanha em Viena de Áustria (Martins, 2014, pp. 262-263).

Assim, Marcello intuiu que haveria vantagens na aproximação a Espanha, pensando eventualmente nas vantagens de numa futura integração comum na Europa a que ambos os países pertenciam geograficamente, sendo, no entanto, um obstáculo o facto de Espanha ainda não pertencer à NATO.

A propósito da importância que Espanha teve para Marcello Caetano, não deixa de ser relevante a resposta dada por este a Nixon sobre o uso das Lajes durante a crise do Yom Kippur, em Outubro de 1973. Na carta-resposta que autorizou a utilização da base, o Presidente do Conselho referiu que essa decisão obrigaria a consulta dos países com os quais Lisboa tinha pactos de defesa, nomeadamente Espanha. Não o fez devido aos termos de urgência no apelo de Nixon, não deixando tempo para esses contactos diplomáticos prévios (MNE, 1973 d).

Por outro lado, registre-se que, desde os anos 50 do século XX, altura em que Espanha cedeu também aos EUA o direito de instalação de bases militares em solo espanhol<sup>83</sup>, surgiu algum sentimento de rivalidade com as Lajes, fomentado pelos próprios EUA.

Desde essa altura que ambos os países se vigiavam mutuamente durante os períodos de negociação com os norte-americanos para renovação dos respectivos acordos, no sentido de perceberem as vantagens que cada um conseguia obter (MNE, 1969 c, pp. 1-5 e Embaixada Portuguesa em Espanha, 1973 c, pp. 1-4).

#### *Relações com África e os países africanos aliados e/ou potenciais aliados*

Com a erupção dos nacionalismos em África e as quase quatro dezenas de novos países africanos independentes, nascidos ao longo da década de 1960, o grosso dos países que fazia fronteira com o Ultramar português no continente africano era frontalmente contra o colonialismo e fazia de Lisboa um alvo a abater.

O Presidente do Conselho caracterizou esse condicionamento diplomático que viveu no seu mandato, referindo que os termos de solução propostos eram «inaceitáveis» (Caetano, 1976, p. 18) e salientando que Portugal estava intimado pela ONU a reconhecer, de forma imediata, o direito à autodeterminação, a dar a independência a esses territórios, a retirar-se militarmente, bem como retirar todas as suas forças de

---

<sup>83</sup> Entre outras bases, os norte-americanos passaram a contar com uma base aérea de referência, em Torrejón, onde alojaram uma força estratégica que os EUA detinham na Europa. Esta detinha a maior pista de aviação militar americana do continente europeu, que, conjuntamente com outras bases militares em Espanha, representava um poderoso dispositivo militar. Estando Espanha geograficamente menos exposta à URSS, pela maior distância quando comparada com as bases americanas na Turquia e em Itália, estes eram equipamentos bastante importantes para os EUA.

segurança e outras, concedendo amnistia política aos independentistas e transmitindo-lhes o poder de forma imediata e unilateral (Caetano, 1976, p. 18).

Foi nessa conjuntura que o Presidente do Conselho procurou novas alianças e novos parceiros no continente africano, que tivessem posições pelo menos não-hostis em relação a Lisboa<sup>84</sup>. Marcello Caetano pretendia alargar e melhorar diplomaticamente as relações com hipotéticos parceiros.

Durante o seu mandato, países como o Malawi, a Suazilândia, a Rodésia ou a África do Sul enviaram a Lisboa delegações ministeriais, enquanto alguns países-chave fronteiriços de Angola, Moçambique e Guiné, como a República Democrática do Congo (RDC, também conhecida como Zaire durante algum tempo), o Senegal e a Zâmbia, foram alvo de uma estratégia diplomática elaborada por Lisboa com vista a desbloquear apoios na região<sup>85</sup> (Caetano, 1976, p. 18).

Como foi sublinhado por Pedro Aires Oliveira, a diplomacia flexível de Marcello Caetano possibilitou uma espécie de *Détente* com Mobutu, Senghor e Kaunda, «para tentar desanuviar a pressão sobre Portugal e que lhe desse um horizonte temporal para implantar com sucesso as reformas graduais» pensadas pelo novo chefe de governo, com vista a implementar uma autonomia progressiva e participada (Oliveira, 2007, pp. 381-382) naqueles territórios.

Como testemunhou o Presidente do Conselho, procurou-se inclusivamente envolver alguns líderes operacionais dos movimentos independentistas, nomeadamente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A ideia era seduzir Jonas Savimbi com uma consistente colaboração com o governo de Lisboa, visando uma autonomia progressiva até à independência (Caetano, 1976, p. 25). Rui Bonita Velez, no seu livro *Caetano, Spínola e Mobutu*, sublinha também a aproximação praticada por Marcello Caetano, a partir de 1969, aos estados africanos que não hostilizavam Lisboa (Velez, 2017, p. 16).

---

<sup>84</sup> Um dos exemplos dessa evolução na postura diplomática foi a manutenção, ao longo do mandato de Marcello Caetano, de múltiplos encontros entre Mark Shona, o assistente pessoal do Presidente Kaunda para as relações exteriores, e diversos diplomatas portugueses, em Londres, Otava e Nova Iorque, marcando uma diferença em relação à postura menos dialogante de Salazar (Couto, 2011, p. 202).

<sup>85</sup> Países do *hinterland* como o Zaire, a Zâmbia e o Malawi, com os acessos de comunicações como estradas, caminhos-de-ferro e portos nas mãos de Lisboa, pareciam entender a importância do diálogo e, aproveitando um novo interlocutor em Lisboa, moderaram as suas posições. No caso da RDC de Mobutu, não foi indiferente a linha de caminho-de-ferro de Benguela, que ligava a província mais rica daquele país ao porto atlântico do Lobito e que contribuiu, por exemplo, no ano de 1970, para escoar cobre e cobalto, que juntos representavam cerca de 95% das exportações da RDC. Recorde-se que, desde 1966, os canais diplomáticos entre Portugal e o Zaire estavam encerrados. Só a partir de 1970 é que a fronteira entre Angola e o então Zaire foi reaberta.

Outros autores exprimiram a ideia de que a primordial tarefa de Marcello Caetano era ganhar tempo para que essa *Détente* austral pudesse surtir efeito nos movimentos independentistas, habituando-os à ideia de que Portugal «não tinha hora marcada» para sair de África e de que a sua presença na região podia inclusivamente exercer uma influência positiva, pela sua diferença relativamente aos regimes segregacionistas quer da Rodésia quer da África do Sul (Oliveira, 2002, pp. 106-107).

No continente africano, Portugal estava em melhor situação quando comparado com a situação criada pelas políticas da Rodésia e da RAS em ruptura com a Grã-Bretanha, e também pelo facto de Marcello Caetano ter ficado «moralmente» reforçado com as conclusões da cimeira da OUA em Lusaca, em 1969, que reconheceu que os portugueses não prosseguiram uma política racista e concluiu que os dirigentes africanos acolhiam a possibilidade de se chegar a referendos no Ultramar português, admitindo manter um vínculo constitucional com Lisboa caso isso fosse decidido pelas populações.

Outros dois aliados em África, que constituíam o que os norte-americanos designavam por «reduto branco na África Austral», partilhavam interesses comuns com Portugal: África do Sul e Rodésia. Sendo duas repúblicas chefiadas por uma minoria branca, estes países vizinhos do Ultramar português partilhavam inimigos comuns. Assim, foi lógico chegar, de modo secreto e sob a forma de «exercício militar», ao acordo Alcora<sup>86</sup>, que reuniu Portugal, a África do Sul e a Rodésia em Outubro de 1970, com vista a melhorar a articulação dos esforços bélicos entre os três países (Brandão, 2020, p. 234).

Este acordo, do ponto de vista de Portugal, visou em especial, e em relação aos movimentos independentistas, a coordenação de acções no Sul de Angola (apoiada pela RAS) e na zona de Tete em Moçambique (apoiada pela Rodésia), assim como a obtenção de equipamento militar e/ou linhas de financiamento que permitissem a sua aquisição e a continuação do esforço de guerra.

### **3.2.1.1.2. EIXO MILITAR – INICIATIVA MILITAR**

Do ponto de vista militar, a guerra, que se desenrolou em três frentes operacionais no continente africano, começou em 1961 e foi um conflito do tipo subversivo em que as

---

<sup>86</sup> O ALCORA foi uma aliança militar e política triangular entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia para controlar e manter a soberania na região centro-austral de África, englobando territorialmente Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul no designado Exercício ALCORA. Porém, Marcello Caetano, como institucionalista que era, e sendo rigoroso no uso e no significado próprio das palavras, apesar de o ALCORA ser na realidade um acordo militar firmado entre três estados com interesses políticos, diplomáticos e militares comuns, preferiu que o acordo revestisse a forma e a designação de «Exercício». Era uma forma de desvalorizar a sua importância, até pelo receio que Lisboa tinha de, na prática, não ser tida como igual, nomeadamente perante a força que a RAS representava.

forças independentistas oponentes a Portugal usaram meios e processos muito restritos, com forças ligeiras, dispersas e clandestinas, no que se pode enquadrar como guerra assimétrica, tipicamente de guerrilha. Apostavam no desgaste e em táticas militares que, basicamente, consistiam em retirar quando os portugueses avançassem, flagelar quando parassem e perseguir quando se retirassem.

Em resposta, o Exército português colocava uma companhia de atiradores disposta em quadrícula, como sua unidade tática básica<sup>87</sup>, sendo essa a forma como o Exército Português privilegiou a sua acção nestes teatros de operações.

Como refere Francisco Proença Garcia no seu livro *A Guerra em Moçambique* (Garcia, 2010 a), o governo de Marcello Caetano soube desde o início que enfrentava uma guerra prolongada e que a guerrilha persistia devido aos apoios externos, tendo por objectivo a conquista progressiva da adesão das populações. Nesta ordem de ideias, o Conselho Superior de Defesa Nacional, para reagir, traçou uma orientação relativa às operações contra-subversivas. A contra-subversão consistia numa acção de conjunto, apoiada pelas forças militares, mas não era exclusivamente militar, sendo de realçar o papel da PIDE/DGS no Ultramar. O importante era manter o confronto, para permitir uma evolução política conveniente, resistindo à acção de desgaste da guerra subversiva, e opor à vontade do inimigo uma outra vontade mais determinada e resoluta, enquanto se procurava uma resposta política ao conflito (Garcia, 2010 a, p. 30). Só ao fim de alguns anos de operações no terreno se visou populações que pudessem potencialmente apoiar o inimigo e que pudessem cooperar com as autoridades civis.

Por outro lado, a guerra consumiu imensos recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de infra-estruturas, além de requerer a aquisição de novas armas e munições, o que, por conta dos embargos em vigor, cada vez se tornava mais difícil; em contrapartida, Portugal sofria, paradoxalmente, com o impacto da «guerra fria» nas questões africanas, donde resultava o apoio concreto e evidente da URSS e dos seus países satélites aos movimentos independentistas.

Por isso, outro objectivo político-militar de Lisboa foi a procura de fontes diversificadas para a obtenção de armas e de financiamento, nomeadamente em resultado da negociação das Lajes ou de outras fontes de empréstimos, como a RAS. Um exemplo

---

<sup>87</sup> A companhia em quadrícula era a unidade fundamental do Exército Português, onde o capitão, como comandante de companhia, era o elemento humano fundamental para as acções de natureza operacional, administrativa de defesa das populações, socioeconómica e psicossocial, evoluindo na fase final do conflito, fundamentalmente para a preservação da vida dos seus comandados, numa perspectiva de «serviços mínimos» mais ou menos rotineiros (Nogueira, 2016, p.16).

dessas operações foi a negociação que o Ministro da Defesa, Silva Cunha, encetou em Março de 1974 com o seu homólogo sul-africano em São Julião da Barra, «em completo segredo», combinando a cedência de equipamento militar e um empréstimo de seis milhões de contos em troca de ramos de petróleo que viriam de Angola (Garcia, 2010 a, p. 27).

Parece claro que o objectivo prioritário de Marcello neste eixo foi reduzir os custos humanos e materiais provocados pela guerra até conseguir uma solução para o problema ultramarino, fosse através da desistência do oponente, aceitando o *status quo* existente, da vitória na guerra (como prometeram as chefias militares de Lisboa nos primeiros anos de mandato de Marcello Caetano<sup>88</sup>), ou ainda pela via de uma negociação mitigada<sup>89</sup>, como tentou já numa fase final do mandato.

Em qualquer dos casos, fosse qual fosse o caminho seguido para atingir o seu objectivo estratégico, isso implicou um estágio intermédio, de autonomias participadas, para prover os territórios mais desenvolvidos da massa crítica necessária para se tornarem os novos Brasis ambicionados.

### **3.2.1.1.3. EIXO POLÍTICO – INICIATIVA GOVERNATIVA**

Quando Marcello Caetano aceitou a indigitação proposta pelo Presidente da República, Américo Tomás, para substituir Salazar, não estando certo do que pensava o país relativamente ao problema ultramarino, afirmou ao chefe de Estado que, caso assumisse o governo, procuraria que as eleições gerais a realizar em 1969 fossem o mais correctas possível. Queria garantir que, se ganhasse, ganharia bem, e a votação seria a oportunidade de deixar a Nação expressar o seu ponto de vista quanto ao Ultramar (Caetano, 1974, p. 14).

---

<sup>88</sup> Mal chegou ao poder, Caetano foi confrontado pelas chefias militares, que, certas do êxito militar e sem suspeitar dos problemas posteriores (encontrados na Guiné na sequência da introdução dos mísseis Stella em 1973 e com a progressão da Frelimo na zona centro de Moçambique, em 1974), requereram ao governo a necessidade de passar de uma guerra mais defensiva, «de baixo custo e feita para aguentar», para operações de grande envergadura. As chefias militares acreditavam que mais músculo nos teatros de operações de Moçambique, ou na Guiné, poderia resolver a guerra.

<sup>89</sup> As consequências destas acções militares nos territórios ultramarinos comprometeram inclusivamente o relacionamento de Lisboa com aliados próximos, como se queixou mais tarde o Ministro Rui Patrício, que deu o exemplo de que quando o General Spínola bombardeava localidades senegalesas em Casamansa, na fronteira norte do território da Guiné, em consequência recebia telegramas alarmantes do embaixador português colocado em Paris, a dizer que essa conduta poderia afectar grandemente as relações com França (Xavier, 2010, p. 151). Por outro lado, este tipo de acções e a iniciativa militar mais musculada, provocou em Moçambique massacres de populações, como o ocorrido em Dezembro de 1972 no norte do território, e cujo alarme público internacional assumiu contornos de escândalo, revelado no preciso momento em que Marcello Caetano, numa visita a Londres em meados de 1973, tentava uma normalização diplomática com o histórico aliado.

Na conversa que teve à época com o Presidente, Marcello Caetano explicou o seu raciocínio: se a votação fosse favorável à política de defesa em curso, muito bem... Se não... «Se não [interrompeu Tomaz o seu raciocínio] as Forças Armadas intervirão» (Caetano, 1974, p. 14), deixando claro a Caetano que, no seu mandato, estava condicionado<sup>90</sup> a manter o Ultramar à força. Esta condição sublinhada ainda antes de tomar posse, foi reforçada quando alguns ministros exigiram, para se manterem no governo (nomeadamente o Ministro do Exército e o dos Negócios Estrangeiros), que o novo chefe de governo mantivesse o caminho traçado por Salazar para o Ultramar.

Assim, no dia 27 de Setembro de 1968, Marcello Caetano, condicionado, vigiado, e até de certo modo «ameaçado» pelo Chefe de Estado, pelas Forças Armadas e por parte de alguma elite salazarista do país, tomou posse seguindo a política ultramarina definida pelo seu antecessor.

Num rumo «enquanto puder ser», conforme prometeu a Bettencourt, a guerra no Ultramar foi como que plebiscitada no ano seguinte, quando a oposição não elegeu um único deputado, deixando Marcello Caetano perante o que considerou um mandato «indeclinável». Se somarmos isso ao seu périplo ao Ultramar em Abril de 1969, o novo Presidente do Conselho compreendeu que o seu eterno «plano dos Brasis», e a respectiva estratégia inerente, teria de aguardar por uma melhor oportunidade<sup>91</sup> de implementação<sup>92</sup>.

Outro aspecto importante da sua estratégia governativa foi um conjunto de decisões e medidas tomadas no sentido de liberalizar o país, com vista a aproximar a sociedade

---

<sup>90</sup> O Ministro do Exército, aquando do convite de Marcello Caetano para permanecer em funções, questionou directamente o novo chefe de governo indigitado sobre o seu «grau de resolução relativamente à defesa do Ultramar». Este respondeu com uma pergunta: «até quando aguentará a nação esse esforço?», acrescentando enigmaticamente que «defenderemos o Ultramar enquanto puder ser» (Caetano, 1974, p. 16). Franco Nogueira seria pressionado pelo próprio Presidente da República a manter-se no governo como uma espécie de embaixador vigilante da posição dos ultras, como revelou posteriormente (Nogueira, 1986, p. 315).

<sup>91</sup> Adriano Moreira, reflectindo sobre a opinião de Marcello Caetano em relação aos destinos do Império, referiu que o sucessor de Salazar encarava o Ultramar como que «condenado» às independências, seguindo o exemplo do Brasil (Moreira, 2007, p. 46). Assim, a estratégia das autonomias progressivas, participadas e multirraciais de Marcelo Caetano foi implementada como estágio intermédio dessa conclusão, eventualmente a um ritmo mais lento do que inicialmente imaginou ou desejou. Começou por ser implementada com a mudança constitucional de 1971, que elevou Angola e Moçambique ao estatuto de «Estado», para que depois, quando chegasse o momento e a oportunidade, pudesse fazer evoluir estes territórios para um patamar de maior autonomia política em relação à metrópole (por serem as parcelas ultramarinas economicamente mais viáveis), chegando um dia às «inevitáveis» independências.

<sup>92</sup> Como que concordando com este ponto de vista da estratégia marcelista rumo à independência dos grandes territórios ultramarinos economicamente viáveis, Vasco Pulido Valente concluiu a este propósito que, em 1974, as condições para que se fizesse a independência de Angola eram muito melhores do que em 1968 e que, feita a independência de Angola, seria então possível abandonar a Guiné sem correr o risco de uma debandada geral, concentrando depois todos os esforços para resolver a questão de Moçambique (Valente, 1990, p. 176).

portuguesa do modelo de sociedade ocidental e europeia que sentia ser o modelo preferencial para Portugal<sup>93</sup>.

Emblemática decisão de Marcello Caetano, nesse sentido, foi a que ocorreu em 1972 com a conclusão do processo negocial de adesão à CECA, o tratado fundacional da Comunidade Europeia, representando o passo inicial para uma provável e ambicionada maior integração económica futura.

### 3.2.2. OS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE RICHARD NIXON

Para Henry Kissinger<sup>94</sup>, um dos mais importantes cientistas políticos e reputados políticos de Washington em todo o século XX, o Presidente Nixon devolveu coerência à política externa quando assumiu a Casa Branca e estava extremamente bem preparado para a redefinição do núcleo da política externa americana. Como Vice-Presidente de Eisenhower, particularmente viajado e inteligente (Kissinger, 2014, p. 348), e enquanto estadista, foi guiado pelo rigor analítico na concepção e por uma grande ousadia na acção política (Kissinger, 2023, p. 184).

O mesmo autor refere ainda que, nos anos entre 1969 e 1974, Nixon transformou a política externa dos EUA ao abraçar um conceito geopolítico de interesse nacional (Kissinger, 2023, p.165), considerando que desde Theodore Roosevelt<sup>95</sup> nenhum outro Presidente tinha abordado o conceito de ordem mundial de forma tão sistematizada e

---

<sup>93</sup> Marcello Caetano implementou um conjunto de medidas no sentido de liberalizar o regime. Politicamente, fez eleger uma Assembleia Nacional mais representativa, inserindo nela várias tendências de opiniões da sociedade portuguesa, nomeadamente através da introdução da Ala Liberal. Pela primeira vez na Assembleia Nacional existia um grupo de deputados pró-Europa, mais liberal e menos ortodoxo.

<sup>94</sup> Henry Kissinger foi um teórico e um académico do realismo que auxiliou Nixon na condução da política externa norte-americana ao longo dos seus dois mandatos presidenciais. A primeira obra de Kissinger, de 1957, *A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace 1812-1822*, ilustra bem o ponto de vista de Kissinger. Dando até a ideia de que o mundo de 1969 precisava de voltar ao tempo dos entendimentos do Congresso de Viena de 1815. Nesse período de 1969-1974, tal como nessa obra, Kissinger defendeu, relativamente à condução de uma política externa eficaz, ser mais fácil chegar à multipolaridade se houver equilíbrio entre potências. Por isso, a aproximação ao pólo mais radical do comunismo internacional, o chinês, fez parte das opções governativas de Nixon. Associar-se a Mao quando o interesse nacional dos EUA estava em jogo era não só legítimo como necessário (Britannica T. Editors of Encyclopaedia, 2023).

<sup>95</sup> No tempo do Presidente Theodore Roosevelt, entre 1901 e 1909, como explicou Kissinger no seu livro *Diplomacia*, os dois oceanos já não eram suficientemente vastos para isolarem a América do resto do mundo. Os Estados Unidos tinham condições para se tornarem um actor do palco internacional, tendo sido Roosevelt a impor essa posição histórica única da abordagem norte-americana nas suas relações internacionais. Nenhum outro Presidente, segundo o mesmo autor, definiu tão completamente o papel da América no mundo em termos de interesse nacional ou identificou tão abrangentemente o interesse nacional como equilíbrio do poder como Roosevelt. Segundo Kissinger, a América não significava uma causa mas sim uma grande força na cena mundial, de tal forma que o século XX seria moldado por ela da mesma forma que a Grã-Bretanha moldou a século XIX (Kissinger, 2007, p. 30).

ideológica como Nixon (Kissinger, 2014, p. 348), devolvendo aos EUA esse ideário de equilíbrio de poder (Kissinger, 2023, p.181).

O antigo Secretário de Estado diria ainda que, apesar de ter seguido uma política externa que concretizou muitos dos preceitos de Roosevelt, Nixon considerava-se acima de tudo um discípulo do internacionalismo de Wilson<sup>96</sup>, de quem tinha, no seu gabinete, um retrato (Kissinger, 2007, p. 43). A ilustrar essa ideia, o próprio Nixon disse, numa entrevista à revista *Time*, que as únicas épocas da história do mundo em que houve paz por longos períodos de tempo foram aquelas em que se alcançou um equilíbrio de poder, e que quando uma nação se torna infinitamente mais poderosa do que o seu adversário potencial o perigo de guerra pode surgir.

Na sua opinião, para se conseguir um mundo melhor e mais seguro, os Estados Unidos, a Europa, a União Soviética, a China e o Japão deveriam ser todos fortes e saudáveis, equilibrando-se uns aos outros, gerando entre si um equilíbrio constante, evitando que alguma potência subjugasse qualquer uma das outras (Donovan e Grunwald, 1972). A este propósito, Kissinger concluiu ainda que, se Theodore Roosevelt formulou um conceito de ordem mundial em que os Estados Unidos eram guardiães do equilíbrio mundial, Nixon foi mais além, pois considerou que os EUA deviam ser parte integrante desse equilíbrio sempre fluido e variável, não como equilibrador, mas como componente (Kissinger, 2014, p. 349). Tornou-se lógico para a presidência de Nixon «equilibrar a China com a União Soviética a partir de uma posição em que a América estava mais próxima de cada um dos gigantes comunistas do que eles estavam entre si, num evidente desenho perfeito de estratégia» (Kissinger, 2014, p. 350).

Para o auxiliar nestas tomadas de decisões, Nixon utilizou como instrumento fundamental o NCS – *National Security Council* (Conselho de Segurança Nacional), escolhendo Henry Kissinger para seu conselheiro nesses assuntos. Quando Nixon chegou à Casa Branca, o principal problema queurgia resolver era o da Guerra do Vietname, tanto mais que a sociedade dos EUA enfrentava, à época, uma situação inédita: pela primeira vez na sua história, uma elite emergente estava convencida de que o país enfrentava uma derrota militar inevitável, e que eventualmente, até seria moralmente desejável.

---

<sup>96</sup> Segundo Kissinger, o Presidente Wilson compreendeu «que o isolacionismo instintivo da América só poderia ser ultrapassado pelo apelo à crença na natureza excepcional dos seus ideais» (Kissinger, 2007, p. 34).

Esta crença como que enunciava um desejo e um novo impulso isolacionista da política externa dos EUA a que Nixon procurou responder com uma doutrina própria<sup>97</sup>. Gaddis refere, a este propósito, que a manifestação mais óbvia da doutrina de Nixon foi a retirada gradual das tropas americanas do Vietname. Entre meados de 1969 e a assinatura da paz em Paris a 27 de Janeiro de 1973, Nixon removeu tropas a um ritmo aproximadamente comparável àquele com que tinham sido introduzidas entre 1965 e 1968 (Gaddis, 2005, p. 296). Esta doutrina (Nixon, 1969) era assente na ideia de equilíbrio de poderes e, também segundo este autor, as administrações Nixon e Ford representaram o ápice da influência do realismo continental na política externa americana (Mead, 2001, p. 72).

Como resumiu Colin Dueck no seu livro *Hard Line*, tinha chegado a hora do reconhecimento dos limites para conseguir sustentar o papel de liderança dos EUA (Dueck, 2010, p. 152). Na base do racional desta estratégia esteve a ideia de que «se as duas superpotências comunistas se abstivessem de fornecer armas aos norte-vietnamitas, Hanói teria de concordar com um compromisso de paz» (Ambrose & Brinkley, 2011, pp. 228-229). Recorde-se, por outro lado, que os conflitos fronteiriços sino-soviéticos de Março de 1969 foram o preâmbulo para que os Estados Unidos e a China compreendessem que tinham interesses convergentes.

Alguns meses antes, ao ser aplicada a Doutrina Brejnev<sup>98</sup> na invasão da Checoslováquia, ficou ainda mais claro o afastamento entre Moscovo e Pequim, o que permitiu aos EUA procurar um entendimento e estabelecer interesses comuns, na referida perspectiva de equilíbrio de poderes entre potências. Assim, a viagem de Nixon à China, em Fevereiro de 1972, representou um marco histórico e um novo capítulo na Guerra Fria que «inquietou os russos», numa expressão de John Gaddis (Gaddis, 2021, p. 158), aplicando a estratégia de contenção que ficou conhecida por *Détente*.

O certo é que, do ponto de vista da URSS, como refere este autor no seu livro *A Guerra Fria*, fazia sentido procurar a *Détente* com os Estados Unidos, porque só isso poderia garantir a contínua estabilidade da esfera de influência soviética na Europa de Leste (Gaddis, 2021, p. 159).

---

<sup>97</sup> Ver doutrina NIXON no ANEX.019, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 113.

<sup>98</sup> Segundo John Lewis Gaddis, um ilustre académico e historiador especializado em assuntos da Guerra Fria e de Grande Estratégia, a Doutrina Brejnev era a forma de Moscovo afirmar «o seu direito de violar a soberania de qualquer país no qual estivesse em curso uma tentativa de substituir o marxismo-leninismo pelo capitalismo» (Gaddis, 2021, p. 156).

Da *Détente*, entretanto, resultaram alguns factos inesperados. Na sequência da Emenda Jackson-Vanik<sup>99</sup>, aprovada como retaliação pelas medidas soviéticas para impedir ou controlar a emigração dos judeus russos, chegou-se a um ponto em que a própria administração Nixon procurava a estabilidade geopolítica global apoiando a estabilidade interna da URSS. Nixon e Kissinger procuraram gerir o sistema internacional da Guerra Fria como Metternich e Castlereagh geriram a Europa depois de Napoleão – equilibrando os antagonismos no seu seio (Gaddis, 2021, p. 188).

A definição da Grande Estratégia por parte do Presidente Nixon foi também influenciada pelas diferentes escolas americanas, no sentido em que Walter Russel Mead as elaborou. Estando a grande estratégia de um país subjacente aos interesses nacionais definidos, para melhor se compreender o pensamento estratégico de Nixon veja-se a forma como a política externa norte-americana e os decisores neste país foram influenciados por estas escolas durante a sua presidência.

Em primeiro lugar, vejamos como Walter Russell Mead<sup>100</sup> identificou essas quatro escolas – hamiltoniana, wilsoniana, jeffersoniana e jacksoniana – e como elas influenciaram, condicionaram e formataram a política externa americana. Esta abordagem permite-nos concluir, em primeiro lugar, que a política externa norte-americana não foi fruto do acaso ao longo dos seus dois séculos e meio de história e, em segundo, compreender como a influência destas quatro escolas de pensamento, interagindo entre si, construíram um edifício ideológico coerente na diplomacia dos EUA.

---

<sup>99</sup> A «Emenda Jackson-Vanik» foi uma legislação norte-americana que vinculou as políticas de emigração da URSS e dos outros países comunistas na década de 1970 às relações comerciais com os EUA. Esta peça legislativa impôs custos económicos aos países que dificultavam a emigração dos seus próprios cidadãos e pretendeu combater, nomeadamente, limites à emigração da URSS, beneficiando (entre outros) judeus que procuravam emigrar da União Soviética. Por outro lado, foi uma legislação que procurou fazer frente aos abusos contra os direitos humanos nesses países. Esta Emenda foi aprovada quando a URSS estabeleceu um «imposto de diploma», que era uma taxa de emigração para aqueles que estudaram na URSS e pretendiam sair do país. Este imposto soviético era justificado como um reembolso dos custos de educação e foi projectado para combater a «fuga de cérebros» de judeus soviéticos que queriam partir para Israel e para o Ocidente em busca de uma vida melhor, mas que os críticos viam como fruto do anti-semitismo vivido na URSS de Brejnev e da propaganda anti-sionista nascida com a Guerra dos Seis Dias de 1967 na Rússia (Korey, 1972).

<sup>100</sup> Em 2001, Walter Russell Mead, na sua obra *Special Providence – American Foreign Policy and How it Changed the World*, abordou as tendências e influências da política externa americana, e como ela influenciou a América e o mundo através da identificação de quatro abordagens distintas. Coerentes e constantes ao longo da história da América, designou essas abordagens como escolas hamiltoniana, wilsoniana, jeffersoniana e jacksoniana. Profundamente enraizadas na experiência americana, estas influências são perenes ao longo do tempo e reveladoras das profundas convicções e sentimentos da tradição popular americana. Historicamente, remetem para a época da independência e para os *Founding Fathers* do sistema norte-americano. Decorrente das duas grandes guerras mundiais e da subsequente afirmação da América como potência hegemónica e tutelar do hemisfério ocidental, a partir de então estas abordagens vão ter implicação mundial (Mead, 2001).

Com raízes profundas na sociedade – e, por conseguinte, nos seus decisores e eleitores –, cada uma dessas escolas influenciou muitas decisões e motivações das administrações norte-americanas. Com focos de preocupação diferenciados, seja na procura do comércio como no modo de atingir a riqueza e a paz entre os povos, seja na crença da originalidade do modelo democrático e revolucionário irrepetível norte-americano, seja ainda no populismo associado à Segunda Emenda que tudo explica e perdoa, ou resumindo toda a acção apenas aos puritanos princípios morais, missionários e quase messiânicos, as quatro escolas descritas por Mead dão-nos um mapa para entender mais coerentemente a lógica das decisões presidenciais tomadas.

Esclarece Mead: «As quatro escolas não são tipos sanguíneos com que cada indivíduo é tipificado por um e apenas um rótulo; [pois] é raro que estadistas ou cidadãos comuns fiquem totalmente envolvidos nas ideias e valores de apenas uma das escolas» (Mead, 2001, p. 87). De uma forma sucinta, Russel Mead explicou que deu a cada uma das escolas o nome das figuras dos EUA que melhor ilustram esses traços comuns para a acção política. A escola hamiltoniana tem raiz em Alexander Hamilton<sup>101</sup>; a escola wilsoniana é inspirada em Woodrow Wilson<sup>102</sup>; a escola jeffersoniana bebida do *founding father* Thomas Jefferson<sup>103</sup>; e a escola jacksoniana sugestionada da vida e obra do sétimo Presidente americano, Andrew Jackson<sup>104</sup>.

Estas escolas influenciaram as diferentes instituições americanas entre 1969 e 1974.

---

<sup>101</sup> O nome de Alexander Hamilton é associado à escola de política externa que vê como primeira tarefa de um governo americano a promoção da saúde da empresa americana, quer domesticamente quer no exterior. Os hamiltonianos têm historicamente tentado garantir que o governo dos Estados Unidos apoie os direitos dos homens de negócios, de comércio e dos investidores americanos, tendo compreendido rapidamente a importância da ordem mundial britânica para os interesses americanos (Mead, 2001, pp. 87-88).

<sup>102</sup> A segunda escola de Walter Russel Mead inclui aqueles que acreditam que os Estados Unidos têm a obrigação e o dever moral de divulgar os seus valores e a democracia pelo mundo. Esta doutrina é chamada wilsoniana por razões óbvias, embora existissem wilsonianos muito antes do nascimento de Woodrow Wilson. Os políticos influenciados por esta escola estão mais interessados nos aspectos legais e morais da ordem mundial, no direito internacional, fazendo fé no multilateralismo mais do que na agenda económica apoiada pelos hamiltonianos (Mead, 2001, pp. 87-88).

<sup>103</sup> Uma terceira escola que este autor menciona, a jeffersoniana, é aquela que frequentemente se opõe frontalmente à política hamiltoniana, e considera a preservação da democracia americana a tarefa primordial. Tendo em conta o mundo perigoso em que vivemos, esse seria o interesse permanente mais urgente e vital do povo americano: defender a democracia americana e as suas particularidades (Mead, 2001, pp. 87-88).

<sup>104</sup> A última das quatro escolas recebeu o nome de Andrew Jackson, não sendo tanto um tributo às suas opiniões pessoais ou ao histórico da política externa do sétimo Presidente do país, mas por causa do reconhecimento do enorme apelo populista que o mesmo provocou na sociedade americana e que permitiu electrizar e transformar a política interna. A escola jacksoniana representa uma cultura popular e populista profundamente enraizada e amplamente difundida de honra, independência, coragem e orgulho militar entre o povo americano (Mead, 2001, pp. 87-88).

Nixon foi particularmente marcado pela escola jacksoniana, um político que fez um duplo apelo para agregar eleitoralmente, e em simultâneo, os brancos do Sul e os eleitores trabalhadores de classe baixa dos estados do Norte, tendo sido o primeiro político nacional a reconhecer o poder dessa corrente na vida americana (Mead, 2001, p. 230). Este autor inclusivamente considera que esta mudança da América jacksoniana em direcção ao Partido Republicano sob a direcção de Nixon foi a mudança política mais importante da vida americana desde a Segunda Guerra Mundial (Mead, 2001, p. 224).

Segundo o mesmo escritor, a época em que Kissinger foi Secretário de Estado de Nixon correspondeu ao momento em que foi retirado o elemento moral na rivalidade entre os EUA e a URSS, uma vez que a abordagem da diplomacia Nixon-Kissinger tinha bases realistas «solidamente continentais», defendendo que a vida internacional deveria ser desprovida de constrangimentos morais onde prevaleciam os interesses permanentes da nação, podendo apoiar qualquer tipo de regime, por mais distante que estivesse do modelo da democracia do tipo ocidental (Mead, 2001, p. 72). Aliás, o afastamento do Congresso dos assuntos externos durante a presidência de Nixon foi outra consequência da acção realista da diplomacia deste Presidente.

Neste período, por essa razão, assiste-se a uma concentração de poder num grau sem precedentes, com apenas uma pequena rede de funcionários a operar a real política externa, enquanto os canais tradicionais e os agentes oficiais e federais dos Departamentos do Estado eram normalmente ignorados (Mead, 2001, p. 73). No caso da presidência de Nixon, não deixa de ser curioso que alguns dos seus principais sucessos tenham a impressão digital da escola jeffersoniana. Embora as vozes jeffersonianas estivessem geralmente em minoria durante a Guerra Fria, tiveram influência na formação da política externa americana neste período.

A abordagem de Nixon para a distensão com a União Soviética – minimizando conflitos ideológicos com potencial perigoso a fim de reduzir os custos e riscos da política externa americana – podia ter sido uma política seguida por Jefferson, enquanto as credenciais anticomunistas de Nixon, tão apreciadas pela América jacksoniana, lhe possibilitaram a abertura à China.

Mas a política norte-americana teve outros protagonistas não oriundos da Casa Branca que influenciaram as relações luso-americanas ou interferiram nelas. O Departamento de Estado, com alguns integrantes ainda do tempo do Presidente Kennedy, ou alguns congressistas e senadores (democratas e republicanos), também interferiram e condicionaram as relações bilaterais. Muitos dos quais eram seguidores da escola

anticolonialista e messiânica de Wilson. Recorde-se a primeira conversa entre Nixon e Caetano, que foi descrita como «excessivamente amigável para os portugueses» (Antunes, 1992, p. 66) pelos funcionários do Departamento de Estado americano, quando estes tiveram acesso ao memorando do encontro. Dizia Mead a este propósito que, quando se tratava dos impérios coloniais europeus no terceiro mundo, os wilsonianos acreditavam que os Estados Unidos deveriam trabalhar por todos os meios pacíficos para minar o sistema colonial (Mead, 2001, p. 168).

Sublinhe-se que a presidência de Nixon representou uma época e um estilo onde o Congresso e o Senado procuraram reganhar o seu espaço na condução da política externa, e as relações luso-americanas foram um bom pretexto e uma boa arma de arremesso política nesta luta de poder entre a Casa Branca e as instituições legislativas norte-americanas. Nesta altura, a escola jeffersoniana fez o seu caminho dentro da casa legislativa americana, como por exemplo com o «War Power Act» de 1973, que impediu os EUA de enviar tropas para guerras no exterior sem o consentimento do Congresso.

Enquadramento igual surgiu com as iniciativas legislativas do Senado, influenciando igualmente as relações luso-americanas, como foi o caso das actividades denominadas por *Senate Resolution 214* ou da Emenda Tunney-Young, observadas neste período. Recorde-se que a *Senate Resolution 214* fora submetida por Clifford Case<sup>105</sup>. Por outro lado, a Emenda Tunney-Young foi originada pelo senador democrata John Tunney<sup>106</sup>, cuja linha pode ser enquadrada nas escolas wilsoniana e jeffersoniana. O outro subscritor da referida emenda foi o congressista democrata Andrew Young<sup>107</sup>, cuja actividade podemos identificar como marcada pela escola jeffersoniana. Ambos causaram muitas dificuldades bilaterais entre as administrações de Nixon e de Caetano.

Outros actores distinguiram-se igualmente na retórica anti-portuguesa ao longo deste período, como foi o caso do senador Edward Kennedy e de Hubert Humphrey, antigo Vice-Presidente americano. Ambos foram potenciais adversários de Nixon na reeleição de 1972 pelo Partido Democrata.

---

<sup>105</sup> Clifford Case foi um senador republicano ultraliberal, filho de um religioso republicano partidário do Presidente Wilson, inclusivamente chamado de «republicano comunista» por partidários de McCarthy devido ao seu registo político liberal e a um percurso claramente influenciado pela escola wilsoniana (Mcfadden, 1992).

<sup>106</sup> John Tunney foi um senador do Partido Democrata, afilhado e amigo do senador Ted Kennedy, que, enquanto legislador no Senado, se dedicou a temas como os direitos constitucionais ou a vigilância governamental (Leslie, 1971).

<sup>107</sup> Andrew Young foi um pastor em várias igrejas negras no Sul, que, no início da sua carreira, acompanhou Martin Luther King. Na presidência de Carter chegou a ser embaixador dos EUA na ONU (Moye, 2020).

No que se refere a Edward Kennedy, pelo seu percurso político podemos identificar claramente a influência familiar da idealista escola wilsoniana e, no caso do antigo Vice-Presidente Hubert Humphrey, foi a escola jeffersoniana que se fez sentir ao longo da sua carreira.

### **3.2.2.1. OS EIXOS DA GRANDE ESTRATÉGIA DE RICHARD NIXON**

Tal como se fez relativamente à estratégia do Presidente do Conselho português, no que diz respeito à grande estratégia de Nixon iremos dividir em três os principais eixos da sua acção governativa: os diplomáticos, os militares e os políticos.

#### **3.2.2.1.1. EIXO DIPLOMÁTICO – INICIATIVA DIPLOMÁTICA**

Os anos entre 1969 e 1974 ficaram conhecidos pelo surgimento de uma dupla político-diplomática comparável historicamente àquelas que no passado ligaram Woodrow Wilson ao Coronel House ou Franklin D. Roosevelt a Harry Hopkins. Nixon e Kissinger, tal como essas duplas de homens notáveis, relegaram o Departamento de Estado para um segundo plano no desenvolvimento da política externa oficial norte-americana.

O pragmatismo e a intuição estratégica de Nixon foram completados pelo conhecimento e pela respeitabilidade académica e intelectual de Kissinger. Calculistas, ambiciosos e implacavelmente tacticistas, «casaram» estratégias, planos e ideias. Realistas e com sentido de oportunidade política, Nixon e Kissinger viram na cisão entre a China e a União Soviética uma grande oportunidade para a diplomacia americana, que não deixaram de aproveitar (Schneidman, 2005, p. 155).

Em 1969, Nixon concebeu uma doutrina baseada na ideia de equilíbrio de poderes, procurando resolver a tentação do isolacionismo e orientar-se entre uma intervenção excessiva e a abdicação. Reafirmando o empenho dos Estados Unidos na defesa dos aliados, tendo em conta as obrigações decorrentes dos tratados existentes, em defender os aliados, de forma equivalente, em caso de ameaça nuclear, e procurando evitar novos conflitos como os da Coreia ou do Vietname, inflectiu a prática de apoio incondicional aos aliados com tropas americanas no terreno e exigiu que cada um assumisse a sua responsabilidade primeira na sua própria defesa (Kissinger, 2007, p. 617). Witney Schneidman caracterizou esta doutrina como uma forma de evitar que os EUA fossem atraídos para zonas problemáticas e se vissem envolvidos em problemas políticos sérios cujas consequências se repercutiam no seu poderio externo (Schneidman, 2005, p. 156).

A *Détente* foi a pedra de toque diplomática de Nixon e a abertura à China uma das suas consequências, com o despertar do Império do Meio. No primeiro semestre de 1972, Richard Nixon fez duas viagens históricas que lhe permitiram edificar a sua *Détente*. A primeira, em Fevereiro, numa inédita visita a Pequim de um chefe de Estado norte-americano e, três meses depois, num encontro com Leonid Brejnev, naquela que foi também a primeira visita de um Presidente americano a Moscovo, e a segunda à URSS, se contarmos com a ida de Roosevelt a Ialta em 1945. Assim, e de uma só vez, dividiu o comunismo internacional, enfraqueceu-o, colocando-se no meio dos dois gigantes comunistas.

Como referiu um dia Kissinger, a melhoria das relações sino-americanas tornou-se a chave da estratégia soviética da administração Nixon, frisando ainda a ideia de que, ao equilibrar a China com a União Soviética, os EUA conseguiram um desenho estratégico perfeito de equilíbrio diplomático, o que lhes permitiu, entre outras coisas, iniciar uma política de controlo de armamentos com a URSS.

#### **3.2.2.1.2. EIXO MILITAR – INICIATIVA MILITAR**

A guerra do Vietname, em 1969, começava a ser vista como uma tragédia nos EUA. O país vivia o problema com uma tal comoção nacional que urgia pôr fim àquela guerra. Assim, desde o início da presidência de Nixon, a solução passava por negociar a paz enquanto se implementava a «vietnamização» do conflito no continente asiático, para poder concretizar o regresso dos militares dos EUA a casa, de preferência vivos, estipulando, por isso, o objectivo estratégico de acabar a guerra com honra, o mais rápido e com menos sangue americano possível<sup>108</sup>.

Uma das razões para implementar o fim da guerra foi o facto de as tropas estarem cada vez mais desmoralizadas, na sequência da contestação doméstica, e com um recrutamento voluntário cada vez mais difícil de concretizar. Após a ofensiva do Tet, foi atribuído às forças militares do Vietname do Sul um papel de combate maior, que permitiu reduzir gradualmente as tropas americanas no terreno.

O Pentágono e a nova administração observaram com atenção as alterações ocorridas na URSS desde a entrada de Brejnev em 1964. A mudança de liderança na URSS alterou o conceito de coexistência pacífica de Khrushchev que deixou de ser a pedra

---

<sup>108</sup> Em Janeiro de 1969, quando Richard Nixon tomou posse, havia mais de meio milhão de militares norte-americanos, tendo-se registado até então um número de mortos em combate que ascendia a 30 mil. No fim do ano de 1971, todas as unidades de combate haviam sido retiradas e, no fim do ano seguinte, um mês antes do acordo de Paris, havia menos de 25 mil militares norte-americanos no Vietname. As baixas passaram de 17 mil registadas no ano em que Nixon foi eleito para 68 em 1972 (Kissinger, 2023, p. 201).

angular da política soviética, para ser substituído por uma política de maior ambição militar com vista a assegurar a hegemonia da URSS. Segundo Edmonds, esse era o novo duplo objectivo da política externa da nova liderança soviética: manter um papel global para a URSS e a restaurar a ordem no movimento comunista mundial (Edmonds, 1983, pp. 38-39).

No seguimento dessa política, o conceito de Khrushchev de dissuasão nuclear mínima foi abandonado e a nova liderança decidiu atingir a paridade nuclear com os EUA. Para o efeito, foram alocados recursos de Investigação e Desenvolvimento em armamento, nomeadamente vastos montantes financeiros, com vista a desenvolver novas armas como os ICBM SS9, produzindo-os e implantando-os em larga escala. Como exemplo e só para se ter uma noção quantitativa, entre 1965 e 1969 o valor de investimento no sector soviético de Espaço e Defesa foi multiplicado por cinco (Edmonds, 1983, pp. 39-41).

A implantação destas novas armas nucleares estratégicas de carácter ofensivo foi complementada com um sistema de mísseis antibalísticos para defender Moscovo em 1966. Por esta altura, foi feita igualmente uma tremenda aposta na dotação da Marinha soviética, transformando a URSS numa potência naval, com interesse nos mares quentes do Mediterrâneo, do Médio Oriente e da Ásia do Sul, assim como no oceano Índico, além de manter uma presença cada vez mais frequente no Atlântico.

A partir de 1968, frotas de cruzadores e contratorpedeiros da URSS pertencentes à frota do Pacífico fizeram incursões e passaram a ser visitas permanentes no oceano Índico. A frota naval do Mediterrâneo foi substancialmente aumentada. A infantaria naval, dissolvida mal terminou a Segunda Guerra Mundial, foi reactivada por esta altura e duplicou de dimensão entre os anos de 1966 e 1969. A estratégia final definiu que o papel da nova força naval da URSS já não estava confinada apenas a defesa costeira da URSS e do mundo comunista.

Neste período do apogeu soviético, a aposta nas Forças Armadas, nas suas capacidades, na indústria que, visava a afirmação do seu poder no mundo teve um outro passo significativo com o aumento da capacidade do apoio aéreo neste poderio naval constituído.

Nixon compreendeu essas mudanças e tentou condicionar a vontade de hegemonia da URSS, procurando uma nova política apaziguadora com a *Détente* e uma estratégia diplomática que visou o controlo de armamento da era nuclear, nomeadamente com os acordos SALT 1 e ABM, no sentido de fazer parar a corrida ao armamento nuclear entre

as superpotências. O primeiro tratado de limitação de armas estratégicas (*SALT – Strategic Arms Limitation Treaty*) foi assinado a 26 de Maio de 1972 entre os Estados Unidos e a União Soviética, regulando a questão do controlo de armas, especificamente limitando as armas nucleares estratégicas e prevendo congelar o número de mísseis balísticos de ambos os lados.

### **3.2.2.1.3. EIXO EXECUTIVO – INICIATIVA GOVERNATIVA**

Na campanha que o levou à presidência, Richard Nixon prometeu resolver o fraco crescimento económico e a galopante inflação com o clássico programa de aumento de impostos e diminuição de gastos federais. Acontece que o Congresso, de maioria democrata, recebeu mal estas propostas e não deixou outra saída ao Presidente recém-eleito senão optar por vias monetaristas como o controlo cambial. É de recordar que em 1945 os Estados Unidos possuíam fácil acesso a matérias-primas e a mercados substanciais para os seus produtos industrializados no mundo inteiro e eram responsáveis por boa parte da produção industrial do mundo. Mas no final dos anos 1960 já não era assim.

Na conferência de Bretton Woods, no longínquo ano de 1944, fora criado um sistema monetário internacional apoiado no dólar, construído com base na lógica de vincular a moeda norte-americana a um câmbio fixo e convertível ao ouro. Mas, ao entrar na parte final do século, esse esforço teve os seus efeitos na economia norte-americana.

No momento em que Neil Armstrong pisava o solo lunar, o peso americano na economia mundial, na geopolítica, na área tecnológica e até a sua preponderância cultural dava sinais de preocupante desgaste, com um abrandamento da sua capacidade de influência.

Como consequência do aumento dos orçamentos federais e crescentes défices, os preços na América não paravam de subir. A inflação que se vivia era consequência do progressivo declínio da supremacia americana no comércio mundial mas também do aumento da concorrência de outros países industrializados, como a Europa dos 9 e o Japão.

Uma balança de pagamentos negativa, o aumento da dívida pública provocado pelo Vietname e as tensões inflacionistas causadas pelas políticas da Reserva Federal tornaram o dólar cada vez mais sobrevalorizado, impossibilitando exportar produtos *made in USA*.

Os americanos pediram à Alemanha e ao Japão, países com saldos de pagamentos excedentários, que valorizassem as suas moedas, mas estes recusaram com receio que as suas exportações fossem afectadas.

Por outro lado, a fixação da cotação do ouro-dólar provocou uma drenagem nas reservas de ouro ao ponto de, em 1970, os EUA verem a sua cobertura de ouro passar de 55% para 22%. Esse facto levou os detentores de dólares a perderem a confiança na capacidade dos EUA para resolver os seus défices, quer os orçamentais quer os comerciais (Irwin, 2012).

Nos dois primeiros anos de mandato de Nixon, o custo de vida subiu 15%, deixando a sua administração sob grande pressão da opinião pública. Com a «máquina de impressão de dólares a funcionar a todo o gás» para pagar os gastos do governo, com a concretização dos programas federais militares e sociais, e na sequência de muitos milhares de milhões em activos a saírem do país, a 15 de Agosto de 1971 Nixon tomou uma decisão histórica: emitiu a Ordem Executiva que desindexou o dólar do ouro.

Sem consultar outros membros do sistema monetário internacional, nem o seu próprio Departamento de Estado, a medida-choque de Nixon representou o colapso de Bretton Woods tal como era conhecido.

A economia foi o calcanhar de Aquiles da presidência de Nixon, que não conseguiu resolver as tensões inflacionárias que retiraram poder de compra aos americanos e que corroeram a capacidade industrial instalada, agravando-se com os acontecimentos ocorridos na sequência da Guerra do Yom Kippur.

No fim de 1973, uma vertiginosa subida do preço do petróleo, de 400%, num curto espaço de tempo, provocou uma crise energética de implicações planetárias. As inúmeras dificuldades resultantes da escassez de petróleo levaram à formação de enormes filas em postos de gasolina e ao encerramento de serviços públicos norte-americanos para poupar energia.

## 4. OS TRÊS PERÍODOS DE RELACIONAMENTO ENTRE CAETANO E NIXON

### 4.1. PRIMEIRA FASE: DA APROXIMAÇÃO À FORMALIZAÇÃO DO ACORDO DAS LAJES

#### 4.1.1. A REAPROXIMAÇÃO E A SITUAÇÃO MILITAR ULTRAMARINA EM SETEMBRO DE 1968

A deterioração do relacionamento diplomático entre Portugal e os EUA iniciou-se com a presidência Kennedy, o consequente embargo de armas então decretado e a natural suspensão da revalidação do acordo das Lajes em 1962. Em 1968, e mudados os protagonistas<sup>109</sup>, o governo de Lisboa achou que seria a altura de melhorar o seu relacionamento com Washington.

O momento era auspicioso, apesar de os EUA verem o continente africano como um lugar periférico no sistema internacional e como um território de baixo envolvimento soviético, diferente e contrário, pelo menos no grau de determinação e durabilidade, da forma como os EUA viam a manutenção do *status quo* político na região centro-austral de África (Sá, 2016, p. 499).

Por ocasião do funeral de Eisenhower, em Março de 1969, Marcello Caetano foi recebido por Nixon com palavras e gestos de amizade. Um mês mais tarde, o mesmo Nixon trocou impressões em tom cúmplice<sup>110</sup> com Franco Nogueira (US DEP. STATE, 1969 b), o ainda Ministro português dos Negócios Estrangeiros, garantindo-lhe que as injustiças de que Portugal fora vítima nos anos anteriores não se iriam repetir sob a sua administração (Rosas & Oliveira, 2004, p. 309).

As expectativas em Lisboa criadas pela eleição de Nixon foram igualmente sublinhadas na obra de José Freire Antunes, que afirmou que os membros do governo português estavam convictos de que a nova administração era menos idealista que as de Kennedy e Johnson e, portanto, dedicaria a Portugal mais simpatia. Da mesma forma, Franco Nogueira pensou que o agravamento das tensões Este-Oeste, patente nas crises do

---

<sup>109</sup> A rejeição, por parte de Salazar, dos planos americanos Ball e Anderson em 1963 e 1965 – que previam incentivos financeiros em troca da retirada gradual de Portugal do seu Ultramar – retratou a posição de Lisboa, mas, numa aparente feliz coincidência, chegaram ao poder em 1968, com apenas dias de diferença, Marcello Caetano, um conservador dialogante, e Richard Nixon, um republicano realista, o que criou condições para a melhoria das relações entre dois Estados fundadores da NATO.

<sup>110</sup> Deste encontro, resultou um memorando com a conversação que está no arquivo norte-americano, elaborado por George Landau, o director do *office* para Portugal e Espanha no *bureau of European Affairs* no Departamento de Estado. Durante a conversa, Kissinger informou que, por instruções do Presidente, o NSC estaria a estudar o problema da África Centro-Austral, dando a entender que os EUA estariam a estudar a possibilidade de rever a sua política relativamente a este assunto; ver documento diplomático americano no ANEX.026, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 211.

Mediterrâneo e do Extremo Oriente e no reforço dos contingentes americanos na Europa Ocidental, levaria Washington a valorizar o papel estratégico de Angola e Moçambique (Antunes, 1992, p. 49). Contudo, como sublinhou o mesmo autor, perfilavam-se dois campos antagónicos em Washington:

«Desde os primeiros dias da administração que se avolumava nos bastidores de Washington uma batalha ideológica em torno da África Austral. De um lado, os falcões do Pentágono [que] propunham um claro alinhamento com os regimes brancos da região austral de África [considerando] que as baías naturais de Moçambique e Angola eram preciosas. [...] Por outro lado, os “africanistas” do Departamento de Estado e alguns liberais do Congresso receavam que [se] alienasse as relações dos EUA com a África não-alinhada [se apoiassem esses regimes]» (Antunes, 1992, p. 64).

Como se referiu anteriormente, o principal activo de Lisboa no relacionamento com os EUA residia no acordo da base das Lajes, o qual, desde que expirou a 31 de Dezembro de 1962, funcionou num pressuposto de utilização *ad hoc*, com os americanos a poderem apenas usufruir da base como favor político.

A sua importância estratégica enquanto importante localização militar foi reconhecida em diversas ocasiões, como aquando do envio de tropas para o Líbano em 1958, nas crises de Berlim e do Congo em 1961, ou na crise dos mísseis de Cuba em 1962. Este estatuto teve algum efeito dissuasor sobre Washington, de facto. Mas Marcello Caetano, apercebendo-se da situação, numa mutação estratégica, reactivou as Lajes como arma política activa destinada a arrancar concessões aos Estados Unidos e, dois meses após a eleição de Nixon, comunicou a intenção portuguesa de rever o estatuto das Lajes o mais depressa possível, aproveitando o facto de que, no início do seu mandato, Nixon prometeu que os EUA deixariam de «dar lições a Portugal» sobre a forma como lidava com África (Antunes, 1992, p. 66).

Esta aproximação entre os dois aliados, bem como a aparente nova postura diplomática ousada norte-americana, ficou evidenciada nos sinais que Nixon introduziu com a sua administração<sup>111</sup>, tendo em conta os interesses económicos que as grandes empresas norte-americanas detinham na região da África Centro-Austral e que a administração republicana não desconhecia nem queria ignorar.

---

<sup>111</sup> Quatro dias depois da eleição de Richard Nixon, o embaixador português nos EUA, Vasco Garin, enviou uma nota diplomática para o MNE sobre o encontro na Casa Branca entre o Presidente eleito e o Presidente norte-americano em funções. Nesse documento deu nota de que as três questões mais importantes da política externa para o Presidente eleito seriam a guerra e paz no Vietname, a crise no Médio Oriente e as relações com a URSS, nomeadamente a criação de uma política de «construção de pontes com Moscovo» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1968 b, p. 2). Numa segunda nota, passados poucos dias, o mesmo responsável diplomático fez ainda uma referência a alguma resistência do governo de Saigão em aceitar esta nova posição americana de forçar a paz com os norte-vietnamitas, em Paris (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1968 c).

Simultaneamente, para Marcello Caetano era importante começar o seu mandato conhecedor da real situação militar ultramarina. Sendo um institucionalista, recorreu ao CSDN para o efeito. Recorde-se que, desde a década de 1940, Portugal previa a existência de um órgão responsável por conduzir as operações em tempo de guerra e, por conseguinte, a defesa no Ultramar. Por isso, o novo chefe do governo de Lisboa considerou que o Conselho Superior de Defesa Nacional<sup>112</sup> era o espaço indicado para conhecer o que se passava nos teatros de operações militares, reflectir sobre a estratégia da guerra do Ultramar, assim como era o órgão próprio para definir e tomar as decisões estratégicas relativas à condução da guerra.

Como o próprio Marcello Caetano referiu mais tarde, num balanço sobre esses anos, os principais problemas que teve de enfrentar em assuntos de foro militar foram os relativos aos órgãos de comando (Caetano, 1974, p. 171).

Nos primeiros quatro meses de mandato de Marcello Caetano, ocorreram as primeiras reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional presididas pelo novo Presidente do Conselho, permitindo-lhe conhecer a real situação militar no terreno, as dificuldades enfrentadas e onde foram tomadas as primeiras decisões consideradas mais urgentes. Estas reuniões do CSDN deram a Marcello não só a oportunidade de auscultar as chefias militares e os operacionais no terreno, mas também outros actores nacionais, como por exemplo os titulares das pastas consideradas estratégicas nas áreas da defesa, da economia e dos negócios estrangeiros.

Para se inteirar da real situação no terreno e das implicações diplomáticas que a situação comportava, convocou sete reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional para tomar as primeiras orientações e tomar as decisões consideradas mais urgentes na condução da guerra.

---

<sup>112</sup> Durante o governo de Salazar, o CSDN reuniu poucas vezes, mas, quando Marcello Caetano assumiu o governo, este instrumento de consulta e decisão passou a ser convocado com regularidade. Nos seus cinco anos e meio de mandato, Marcello convocou-o mais de três dezenas de vezes para assim definir, registar e ratificar as decisões relativas à guerra, oficializando dessa forma a linha decidida pelo Estado. Institucionalista como foi e considerando a condução da guerra demasiado importante para ser decidida de forma intuitiva e solitária, Marcello resolveu não só passar a reunir o CSDN, como o alargou, em termos de presenças, a todas as pastas militares ministeriais do governo, adicionando no seu âmbito a pluralidade de opiniões. Este Conselho, entre outras funções, orientou operações de contra-subversão, decidiu sobre a africanização do aparelho militar e de segurança, constituiu quartéis-generais para cada província com poderes de chefia, uma descentralização de comandos-chefes que permitiu que estes pudessem de facto ser responsáveis e determinassem as operações militares no terreno. O CSDN foi também alargado aos comandantes-chefes responsáveis em cada uma das três províncias ultramarinas envolvidas nas frentes de guerra sempre que era necessário fazer pontos de situação específicos de cada teatro operacional. Com base na informação e relatórios apresentados, foram tomadas as decisões político-militares nucleares referentes à condução da guerra do Ultramar (Caetano, 1974, pp. 165-170).

Uma das principais conclusões destes encontros foi a imperativa permanência de Portugal na Guiné, objectivo que, para ser atingido, exigia manter o controlo sobre a população ainda fiel o que para Spínola, isto só se conseguiria «com atribuição urgente dos reforços solicitados» (CSDN, 1968 d, p. 6). Também ali se tomou a decisão de retomar as negociações formais com os EUA sobre as Lajes (CSDN, 1968 a, pp. 10-11), assim como de incrementar o processo africanização do contingente militar no Ultramar (CSDN, 1968 b, pp. 4-14; CSDN, 1968 e, pp. 2-4).

Sobre as questões de diplomacia e vizinhança, Marcello Caetano referiu que a posição de Kaunda, chefe de Estado da Zâmbia, era instável e, por isso, defendeu que Lisboa devia ter ponderação até ficarem claras as reais intenções desse interlocutor, assim como se deviam ter as maiores cautelas militares, a fim de evitar incidentes de fronteira ou de outra natureza que pudessem ser explorados internacionalmente a desfavor de Portugal, já que na sua opinião era fundamental manter uma posição inatacável (CSDN, 1968 f, pp. 13-14). Sobre o relacionamento com a RAS, Marcello Caetano recomendou que os contactos fossem cautelosos para não se criar situações embaraçosas que afectassem a soberania de Portugal e para que uma excessiva proximidade não fosse mal compreendida, provocando repercussões internacionais negativas (CSDN, 1968 f, p. 11).

É possível que a mais importante reunião do CSDN dessa altura tenha sido aquela<sup>113</sup> realizada no palácio de Belém e presidida pelo Presidente da República, em que este foi informado<sup>114</sup> e se viu envolvido num conjunto de situações que o governo acabara de conhecer e das acções consideradas necessárias e urgentes face à conjuntura internacional, num momento em que a guerra fria assumia contornos particularmente delicados.

---

<sup>113</sup> Nesta importante reunião, Marcello Caetano contou com o Presidente da República e, numa espécie de ponto de situação geral e global da situação diplomática-militar que Lisboa vivia no Ultramar, entre outras grandes conclusões, ficou-se a conhecer a situação preocupante tanto no território da Guiné como parcialmente no território de Angola, os dois piores em termos militares (CSDN, 1969 a, p. 15). Ver o relato da sessão do CSDN no Anex.023, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 159.

<sup>114</sup> Marcello Caetano manifestou o interesse em manter contacto permanente sobre as questões militares junto da Presidência, dando conta quer do andamento da situação quer das decisões tomadas neste domínio, através do registo em acta dos factos mais importantes ocorridos no âmbito das reuniões do CSDN. Segundo o Presidente do Conselho, seriam elaboradas actas escritas com o relato circunstanciado das reuniões do CSDN, das quais se extrairiam duas cópias, sendo uma destinada à Presidência da República. O acesso às 33 actas das 35 reuniões do CSDN ocorridas desde Setembro de 1968 até ao 25 de Abril de 1974 foi possível a partir das cópias depositadas no Arquivo Histórico da Presidência da República, onde foram entregues as cópias n.º 1 de todas as actas elaboradas neste período. É de salientar que a 28.ª reunião restrita do CSDN de 25 de Maio de 1972, convocada para apreciar e decidir a resposta a dar à proposta de Senghor negociada e transmitida por Spínola a Lisboa, não tem acta escrita conhecida, tal como acontece com a reunião restrita do CSDN promovida para definir a substituição do General Spínola na Guiné, em Setembro de 1973, havendo apenas diferentes relatos da ocorrência da mesma.

Neste encontro de balanço, o chefe do governo afirmou que, perante as dificuldades enumeradas, quer de ordem interna quer externa, não podia deixar de ponderar larga e maduramente a possibilidade de uma solução política que libertasse o país de «tantos sacrifícios de sangue e fazenda» que tão penosa situação diplomática provocava no país. Simultaneamente, considerou não ter outra solução que não fosse aquela que passava pelo desenvolvimento económico dos territórios e pelo desenvolvimento cultural das populações, conquistando o interesse de todos através de uma política de integração progressiva da população nativa na administração ultramarina<sup>115</sup>.

O chefe do governo referiu ainda o agravamento da situação militar de Portugal tanto na Guiné como em Angola, tanto mais que, segundo o próprio, o custo da acção militar portuguesa em África pesava consideravelmente no orçamento do Estado, chegando a afirmar mesmo que o país se encontrava no limite das suas possibilidades orçamentais (CSDN, 1969 a, p. 16).

Segundo os números apresentados naquele encontro, metade da população na província da Guiné estava controlada pelo PAIGC (ou encontrava-se refugiada fora do país). Em Angola, essa realidade representava cerca de 8% da população, o que, segundo as estimativas populacionais para o ano de 1968 nestes territórios<sup>116</sup>, significava que um em cada sete angolanos não estava sob controlo das autoridades portuguesas e que dois em cada três guineenses eram controlados pelo PAIGC ou encontravam-se refugiados fora do país (CSDN, 1969 a, pp. 13-14).

Ainda no mesmo encontro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira referiu-se às implicações diplomáticas da situação, mostrando-se apologista da tese da aquisição de «novos amigos», como eram os casos da Zâmbia e do Zaire, que, por serem zonas de *hinterland*, tinham necessidade de escoar as suas produções pelos

---

<sup>115</sup> Marcello Caetano sublinhou esta ideia dizendo que a ONU desejava a autodeterminação e a retirada total das forças militares portuguesas, uma ampla amnistia política, mediante uma consulta eleitoral nos territórios. E, segundo o seu parecer, essa retirada implicaria de imediato o «domínio dos terroristas», o que conduziria ao caos e ao sacrifício de bens e vidas dos portugueses que estavam no Ultramar. O chefe do governo afirmou ainda que, como se viu na ONU com a Rodésia, um governo racialmente minoritário significava que não haveria outra solução senão a que tinha sido adoptada por Lisboa. Segundo Marcello Caetano, a experiência demonstrou-lhe que a subversão era um perigo latente, o que exigia a captação e a adesão das populações, garantindo-lhes o desenvolvimento e as condições de promoção social de trabalho e de convivência racial. Isto justificava uma política de integração progressiva da população nativa na administração ultramarina (CSDN, 1969 a, pp. 16-19).

<sup>116</sup> Segundo os dados apurados pelo United Nations Department of Economic and Social Affairs, no estudo *Population Division. World Population Prospects: The 2015 Revision*, a população de Angola no ano de 1968 era de cerca de 5,7 milhões de pessoas, a de Moçambique era de cerca de 8 milhões de pessoas e a da Guiné, 0,58 milhões. Estes números diferem muito das estimativas apresentadas neste encontro, uma vez que, pelos dados apresentados nesta reunião e segundo as autoridades militares portuguesas, a população de Angola seria de 1,4 milhões, em Moçambique seria de 6,6, e na Guiné, 0,36 (UN. Dep. Economic and Social Affairs, 2015).

portos de Angola e Moçambique. Sobre os «velhos amigos», Nogueira fez um ponto de situação destacando uma evolução positiva relativamente à RAS e aos EUA (CSDN, 1969 a, pp. 12-15).

#### **4.1.2. A NOVA ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA: PROCURANDO NOVOS AMIGOS ENQUANTO SE CIMENTAM VELHAS AMIZADES**

Tendo em conta a realidade política internacional e a situação no Ultramar, a nova estratégia diplomática passava muito por conseguir estreitar relações com os EUA, enquadrando-as preferencialmente num acordo que envolvesse contrapartidas a obter de Washington, que deveriam consistir em material de guerra e compensações financeiras (CSDN, 1969 b, p. 10). Recorde-se que, umas semanas antes, a 19 de Novembro de 1968, tinha ocorrido um encontro entre Marcello Caetano e o ainda Secretário de Estado americano Dean Rusk<sup>117</sup>, a dois dias de este passar a pasta.

Nesse encontro, Rusk salientou que, embora os EUA preconizassem a independência dos povos africanos, não desejavam, naquele momento, excluir a presença portuguesa em África, apesar de preferirem ver essa presença sancionada pela expressão da vontade das populações africanas (MNE, 1968). Esta última observação provocou uma longa troca de opiniões sobre o significado de «expressão popular» e a forma de a observar (MNE, 1968).

Segundo o apontamento de conversa que o MNE preparou e enviou para o embaixador português Vasco Garin<sup>118</sup> no dia 26 de Novembro a propósito do encontro realizado uma semana antes, Marcello Caetano explicou que, depois de 40 anos de responsabilidades executivas de Salazar, «era natural que houvesse mudanças, mas que as mesmas teriam que ser lentas e prudentes» (MNE, 1968, p. 1).

A diplomacia portuguesa, atenta a eventuais alterações de política externa em consequência da eleição de Nixon<sup>119</sup>, procurava trilhar novos caminhos indo ao encontro

---

<sup>117</sup> Dean Rusk foi Secretário de Estado dos EUA desde 1961, tendo sido um agente activo da política externa norte-americana para com Lisboa, desde o embargo de armas de Kennedy até aos gorados planos Ball e Anderson que Salazar recusou em 1963 e 1965 durante as presidências Kennedy e Johnson.

<sup>118</sup> Vasco Vieira Garin foi diplomata de carreira português, foi o embaixador de Portugal nos EUA entre 1964 e 1971, onde acompanhou os primeiros anos do relacionamento entre as administrações de Richard Nixon e Marcello Caetano. Antes de ser colocado em Washington, foi o representante permanente de Portugal na ONU entre os anos de 1956 e 1963, acumulando entre 1956 e 1959 a posição de embaixador de Portugal no Canadá (MNE, 2023 b).

<sup>119</sup> A diplomacia portuguesa, atenta às mudanças ocorridas na Casa Branca e a partir da embaixada na Nicarágua, deu conta de que, à semelhança do antigo Presidente Eisenhower, o principal órgão de decisão em assuntos de política externa e defesa de Nixon passaria a ser o National Security Council, onde o novo Presidente trabalhou quando foi Vice-Presidente (Embaixada Portuguesa na Nicarágua, 1968).

«dos ventos que sopravam» em Washington, sem colocar em causa o seu estatuto de membro fundador da NATO, nem abdicando do seu papel de bastião na luta contra o comunismo nessa fase difícil da guerra fria.

Nessa linha de raciocínio, o embaixador português Vasco Garin, a partir de Washington, alertou Lisboa sobre eventuais novas intenções dos norte-americanos relativamente aos seus aliados, em termos militares<sup>120</sup>, concluindo que o mais provável seria que Nixon, num sentido de redução desse esforço, conservasse forças simbólicas na Europa e em parte da Ásia, mantendo só algumas bases, de modo que os EUA cumprissem as suas obrigações, apoiando-se no seu poder naval e nuclear, e com forças militares que pudessem intervir no momento necessário (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1968 d, pp. 3-4).

Essa análise da diplomacia portuguesa sobre as prováveis mudanças operadas pelo novo ocupante na Casa Branca foi-se tornando mais evidente, nomeadamente através de uma nota enviada pelo embaixador Caldeira Coelho<sup>121</sup> a partir do Palácio das Necessidades, informando o corpo diplomático sobre o significado da nomeação de Henry Kissinger para *Assistant for National Security Affairs* de Nixon<sup>122</sup>.

Evidenciando igualmente a importância que Lisboa dedicava aos desenvolvimentos diplomáticos que ocorriam na Europa, o mesmo alto quadro diplomático deu conhecimento de uma proposta surpreendente do Presidente Charles de Gaulle de edificar um grande Directório Político Europeu, constituído por uma vasta zona de

---

<sup>120</sup> Nessa nota diplomática, Vasco Garin alertou que os EUA, por se encontrarem demasiado envolvidos num esforço de defesa com outras nações, com encargos financeiros e humanos inerentes demasiado pesados, provavelmente fariam uma revisão nos métodos para prosseguirem no papel de «polícia do mundo», podendo ficar tentados a aliviar esses encargos. O embaixador português mencionou ainda que os resultados desastrosos no Vietname e os mais de 40 acordos de defesa internacionais (os EUA mantinham mais de 200 bases militares e mil outras instalações congéneres fora do seu território, albergando mais de um milhão de militares por todo mundo) obrigavam a um investimento militar colossal enquanto, simultaneamente, os EUA assistiam a um «aparente desinteresse dos países aliados em contribuir com esforço próprio de defesa» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1968 d, pp. 1-2).

<sup>121</sup> Gonçalo Luís Maravilhas Correia Caldeira Coelho, nascido em 1918, foi um importante quadro superior do MNE que, durante o Governo de Marcello Caetano, ocupou o importante lugar de Director Geral de Negócios Políticos do MNE (1969-1973). Por essa razão, acompanhou muitos processos diplomáticos importantes durante o mandato de Marcello Caetano. Foi nomeado como o primeiro embaixador de Portugal na República do Congo em 1961, passados dois meses do início do massacre da UPA no norte de Angola, assumindo posteriormente o lugar de embaixador de Portugal no Reino Unido (1973), na Santa Sé (1974) e na Ordem de Malta (1981). Desempenhou igualmente funções diplomáticas como Chefe de Protocolo do Estado Português entre 1976 e 1978 e como Encarregado de Negócios nas embaixadas portuguesas da Suíça (1950) e do Canadá (1952). Em Setembro de 1983, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

<sup>122</sup> A nota elaborou uma reflexão sobre o pensamento do nomeado, dizendo que, para este, o principal desafio para a política externa americana residia no facto de o mundo ser bipolar militarmente mas politicamente multipolar (MNE, 1969 a), reflectindo sobre a visão deste diplomata norte-americano central que então tomava posse.

comércio livre entre a França, a Grã-Bretanha, a Itália e a Alemanha, o que pressuporia o desaparecimento da NATO, do Mercado Comum e da EFTA (MNE, 1969 b).

Recorde-se que o alargamento da Europa era um assunto da ordem do dia, que, naturalmente, Lisboa acompanhava com interesse. Tanto mais que, se por um lado o Presidente francês impediu, por duas vezes, a entrada do Reino Unido na CEE, agora, com esta iniciativa, punha directamente em causa os interesses de Lisboa, uma vez que, desta forma, perdia a sua posição em duas organizações centrais quer para a sua organização económica (a EFTA) quer para a sua estratégia de alianças e de defesa (a NATO), não sendo certa, nem assegurada, uma futura entrada na nova organização.

Esta posição gaulesa representava uma alternativa ao alinhamento ocidental vigente, apresentando um modelo que assentava num desalinhamento com os EUA, apostando numa maior integração política e económica europeia, através dos seus principais países, tornando a Europa estrategicamente mais autónoma relativamente ao seu aliado hegemónico, ganhando voz própria, força e independência. Porém, a ideia de «afastar e neutralizar» o Reino Unido da esfera de influência dos EUA não foi aceite pelos seus parceiros e o próprio crescimento orgânico da CEE assumiu contornos diferentes dos aqui propostos pela França<sup>123</sup>.

Neste período em que se iniciava a aproximação entre velhos aliados de alguma forma desavindos e se procurava estreitar caminhos para conseguir novos amigos, uma sucessão de acontecimentos condicionou as opções de Marcello Caetano, nomeadamente aquilo que ocorreu logo no início do seu mandato, no dia 3 de Fevereiro de 1969, quando Eduardo Mondlane, líder da FRELIMO, que tinha estudado nos Estados Unidos e trabalhado na Organização das Nações Unidas, perdeu a vida na sequência de um atentado com um livro-bomba.

Ainda que a autoria e as causas deste atentado não se encontrem totalmente esclarecidas, as consequências foram de certa forma determinantes na evolução da guerra em Moçambique<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> A Comunidade Económica Europeia (CEE) foi criada em 1958 com o Tratado de Roma assinado entre Alemanha Ocidental, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Esta Comunidade resultou de uma primeira experiência intra-europeia, nascida no ano de 1951, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), à qual o governo de Marcello Caetano negociou a adesão em 1972 e aderiu no dia 1 de Janeiro de 1974. A CEE, que contou inicialmente com seis membros, cresceu organicamente ao longo do tempo e em 1973 foi alargada inicialmente à Irlanda, ao Reino Unido e à Dinamarca, e mais tarde, em 1981, à Grécia, e, finalmente, em 1986, num terceiro alargamento, a Portugal e Espanha.

<sup>124</sup> A sua morte é um episódio histórico envolto em mistério. É de referir que alguns indícios podem apontar para alguma participação da linha mais ultra do regime, pois, como conta Bernardo Futcher Pereira, Jorge Jardim, que colaborara com Casimiro Monteiro na crise de Goa, no dia do atentado, passou várias horas

É de notar que outros acontecimentos igualmente impactantes e misteriosos ocorreriam ao longo do mandato de Caetano. Misteriosos quanto aos propósitos, aos mandantes e aos executantes, mas claros nas suas consequências, uma vez que todos eles limitaram caminhos ou possibilidades negociais (caso estas fossem desejadas ou preconizadas por Marcello Caetano) condicionando o curso dos acontecimentos. Com o desaparecimento de actores importantes e a eliminação de interlocutores válidos e essenciais para a exploração de vias política ou negociais, restava a continuação da opção militar nesses territórios ultramarinos. Tal como aconteceu com Eduardo Mondlane, ficaram por explicar cabalmente os desaparecimentos de José Pedro Pinto Leite<sup>125</sup>, 17 meses depois nas matas da Guiné, que teve como consequência directa o início do fim da Ala Liberal, e o assassinato de Amílcar Cabral ocorrido em Conacri no início de 1973 (US DEP. STATE, 1973 b, pp. 1-4), que determinou o agravamento da postura militar do PAIGC e o consequente descontrolo da situação militar nesse território.

Entretanto, no que se refere ao relacionamento entre os EUA e Portugal, a aproximação foi ganhando forma através de um conjunto de encontros ao mais alto nível entre os dirigentes de ambos os países. No dia 1 de Abril de 1969, ocorreu o primeiro desses encontros, protagonizado por Marcello Caetano e Richard Nixon na Casa Branca.

Desta reunião existem três documentos diferentes que o descrevem. Um é um documento oficial dos EUA que se encontra no arquivo americano *National Archives* (US DEP. STATE, 1969 a)<sup>126</sup>, de conteúdo mais resumido; os outros dois apontamentos da mesma ocasião, elaborados por participantes no encontro<sup>127</sup>, são da autoria do embaixador Vasco Garin (Garin, 1969) e do director do Departamento de Estado americano pelas pastas de Portugal e Espanha, George Landau (Landau, 1969). A partir

---

na redacção do *Notícias da Beira*, de que era proprietário, «esperando com impaciência uma notícia que tardava em chegar» (Pereira, 2022, p. 265). Por outro lado, o assassinato deu-se num contexto de rivalidades internas dentro da FRELIMO e a sua substituição na liderança do movimento independentista abriu caminho a novos dirigentes mais próximos de uma linha sino-soviética, inviabilizadora de qualquer diálogo com Lisboa, como poderia ser eventualmente o caso se Mondlane permanecesse, tendo em conta a sua formação mais moderada e mais ocidentalizada. Este poderia mostrar-se eventualmente mais aberto a negociações com Lisboa, como aparentemente demonstrou no passado (Ngoenha, 2019, pp. 43-49).

<sup>125</sup> José Pedro Pinto Leite foi um dos maiores protagonistas da primavera marcelista, tendo sido eleito deputado pela ANP para a Assembleia Nacional, onde foi o líder da Ala Liberal, o agrupamento de deputados desalinhaados da maioria da Assembleia que representou uma corrente de opinião alternativa às posições mais integristas do Estado Novo. Defensor da integração na Europa, foi, enquanto estudante, Presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa e Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, onde esteve envolvido nas negociações junto da Comunidade Europeia. Faleceu num misterioso desastre de helicóptero numa visita de trabalho à Guiné, em Julho de 1970 (Leite, 2013).

<sup>126</sup> Ver apontamento da conversação existente no NA – National Archives no ANEX.024, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 191.

<sup>127</sup> Ver os dois apontamentos de conversação no ANEX.025, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 197.

do documento secreto que este último elaborou e enviou para o embaixador Garin (que consta no Arquivo Histórico Diplomático português), conclui-se que a conversação entre Richard Nixon e Marcello Caetano decorreu com grande cordialidade e aparente convergência de opiniões<sup>128</sup> (Garin, 1969), ficando evidente a vontade, por parte de ambos os estadistas, de virar a página e estreitar o relacionamento.

Nesse mesmo dia, Marcello Caetano reuniu-se com o novo Secretário de Estado, no Departamento de Estado, reunião sobre a qual existe um apontamento (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1969 a). O líder do governo português usou aí o mesmo tipo de argumentação, salientando que considerava que a NATO estava desactualizada e que lhe era difícil entender por que razão esta dividia o Atlântico em duas zonas, uma no norte, protegida, e outra a sul, desprotegida.

Ao Secretário de Estado, que queria conhecer a sugestão do Presidente de Conselho sobre a estrutura da Aliança, Marcello Caetano respondeu de forma retórica, perguntando o que aconteceria à defesa dos Estados Unidos caso os territórios de Cabo Verde e da Guiné caíssem nas mãos do adversário (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1969 a, pp. 3-4). O apontamento não registou a resposta de William Rogers, deixando margem para a possibilidade de o membro do governo americano concordar e não poder responder, ou, pelo contrário, de discordar da ideia mas, diplomaticamente, ter decidido não o dizer. O que parece certo é que, para os EUA, a defesa da Guiné obteve um silêncio como resposta, o que, no mínimo, dava conta da falta de prioridade, indiscutibilidade ou necessidade para os EUA de defenderem a Guiné, ao contrário do que Lisboa poderia pensar ou desejar.

Dez dias após estes encontros e na sequência dos mesmos, Kissinger emitiu a NSSM 39, para que o *National Security Council* estudasse o problema da presença de Portugal na região centro-austral de África, pedindo uma revisão abrangente da política dos EUA para aquela região, tendo em conta as perspectivas futuras, os grandes problemas na área, as visões alternativas considerando os interesses dos EUA nessa região de África

---

<sup>128</sup> A conversa, cujo conteúdo foi descrito por elementos do Departamento de Estado como «excessivamente amigável para com os portugueses» (Sá, 2016, p. 499) iniciou com o tema da NATO, entendendo o Presidente do Conselho que o tratado estava desactualizado, uma vez que este não cobria «a segurança do Atlântico Sul» e que, segundo Marcello Caetano, o mundo livre teria dificuldade de sobreviver se a América Latina ou África caíssem para o campo inimigo, ao que Nixon respondeu que, para o efeito, considerava importante a reunião da NATO comemorativa do 20.º aniversário da Aliança a ter lugar em breve, tendo em conta o que o mundo mudou nesses 20 anos e que seria um bom momento para decidir para onde se deveria seguir, uma vez que «20 anos [depois], a América Latina não estava como [anteriormente], nem o continente africano desempenhava o grande papel que desempenha [agora]» (Landau, 1969). Após a troca destes argumentos, ambos concordaram ainda noutra ideia avançada por Marcello Caetano, sobre o perigo de o «inimigo querer conquistar as mentes», ao que Nixon acrescentou que «era mais simples combater com armas» do que combater o efeito corrosivo da propaganda nas «mentes e no espírito» (Landau, 1969).

e solicitando uma gama completa de estratégias básicas e as opções políticas possíveis que os Estados Unidos poderiam adoptar.

A indicação do estudo recomendou ainda que esta revisão dos interesses dos EUA e a opção política a propor abrangessem a região como um todo, incluindo a Rodésia do Sul, a África do Sul, os territórios portugueses e Estados africanos adjacentes, sendo dado um prazo de duas semanas para elaborar e concluir o estudo (NSC, 1969 a).

Duas semanas depois da emissão da NSSM 39, Roger Morris<sup>129</sup> fez um ponto de situação sobre a mesma<sup>130</sup> e, no decorrer da redacção desta nova política centro-austral, o mesmo autor enviou, passadas algumas semanas, para Kissinger um documento que provava que, em determinada altura do processo, na concepção dessa nova estratégia norte-americana, se considerou a possibilidade de separar Lisboa do âmbito da RAS e da Rodésia. A ideia era dar a Portugal um tratamento diplomático mais favorável do que aquele que seria dado à RAS e à Rodésia, provavelmente por se considerar que a questão racial era tratada de forma diferenciada nos territórios sob administração portuguesa, tese essa que, no fim, não vingou, acabando por não prevalecer essa discriminação positiva na política oficial desenhada e adoptada pelos EUA<sup>131</sup> (Morris, 1969 b. p. 2).

Entre outras informações úteis para a concepção da nova política, podemos também considerar que a CIA elaborou nesse período uma análise sobre a forma como a URSS se tinha adaptado à penetração e à ameaça chinesa em África, na procura de contestar a sua supremacia do mundo comunista, o que revelou uma crescente influência do Império do Meio quer na Tanzânia quer na Guiné Conacri<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Roger Morris era membro do NSC (*National Security Council*) desde 1971.

<sup>130</sup> No dia 23 de Abril de 1969, Roger Morris elaborou um documento, enviado para Kissinger, onde informava que Dean Acheson tinha contribuído para o rascunho acreditando que o mesmo resultaria num «documento decente» para apresentar ao Presidente Nixon (Morris, 1969 a, p. 2).

<sup>131</sup> No dia 13 de Maio de 1969, Roger Morris fez novo ponto de situação para Kissinger sobre o evoluir da nova política norte-americana para a região centro-austral de África. Referindo que o estudo do NSC estava na sua fase final apesar das difíceis negociações internas, acreditava ser possível chegar a um conjunto de «várias escolhas suaves razoavelmente credíveis, bem como opções que seguiam linhas mais duras». O diplomata especificava ainda que, grosso modo, o documento apresentava uma escolha de política básica quanto à postura a tomar relativamente aos regimes das minorias brancas: se de «relaxe», se «falar duro, mas continuando a negociar» ou optando por «descartar». Porém, relativamente aos territórios portugueses, sublinhava que havia uma escolha importante a fazer pelos EUA: se deveriam seguir uma linha diferenciada e individualizada para Angola e Moçambique, tratando estes territórios de forma mais branda do se tratava a RAS e a Rodésia, tendo em conta a política racial de Lisboa ser mais consentânea com Washington, ou, caso contrário, se deveriam optar por tratar esses territórios como os outros Estados brancos da África centro-austral, independentemente de a opção final para o todo da região ser mais dura ou mais branda (Morris, 1969 b, p. 2). Ver documento no ANEX.027, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 217

<sup>132</sup> A 13 de Março de 1969, a CIA elaborou um documento onde analisou a estratégia da URSS e a aproximação entre esta e os países africanos. Segundo a CIA, na sequência de um declínio da aceitação

Neste período de aproximação entre os dois países, foram sintomáticas duas declarações que o Presidente Nixon fez ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira. A primeira referia que os EUA tinham sido injustos com Portugal, mas que as coisas iriam mudar. «Acredite que vão mudar» (Antunes, 1992, p. 66), assegurou-lhe Nixon na gala comemorativa dos 20 anos da NATO. Mais tarde, e no decorrer da audiência que Nixon concedeu a Nogueira, em Abril de 1969<sup>133</sup>, o Presidente garantiu ao Ministro português: «Lembre-se, nunca farei a Portugal o que John Kennedy fez» (Brandão J., 2008, p. 356).

Entretanto, para melhor definir as negociações sobre a base das Lajes nos Açores, a diplomacia portuguesa procurou acompanhar o evoluir das conversações sobre as bases norte-americanas em solo espanhol. Assim, o director-geral de Negócios Políticos do MNE, o embaixador Caldeira Cabral, elaborou um documento secreto datado de 14 de Maio de 1969, dirigido ao MDN, com os esclarecimentos prestados pelo Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha e dirigidos ao embaixador português em Madrid (MNE, 1969 c) sobre essa matéria.

Nesse documento, o Ministro de Espanha afirmava que Madrid tinha um ponto de vista diferente daquele que tivera 15 anos antes, pois nessa altura Espanha vivia um isolamento diplomático de que só saíra com o acordo de cooperação obtido com os EUA. Mas a situação internacional tinha-se modificado radicalmente entretanto, com a América a perder a sua superioridade esmagadora e o poderio naval russo a alastrar espectacularmente ao mediterrâneo (MNE, 1969 c)<sup>134</sup>.

---

das teses de Moscovo junto destes, os soviéticos mudaram o ênfase e deixaram de depender tanto de determinados aliados, baixando as suas prioridades ali colocadas e apostando numa maior presença diplomática, maior ajuda e treino militar, procurando assim satisfazer as elites africanas instaladas. Esta nova abordagem para África parecia ser mais flexível, mas mantinha-se contraditória aos olhos dos analistas da CIA, porque, apesar de se apresentar como uma superpotência, continuava a apostar na subversão. Por outro lado, reparava o analista norte-americano, a elite africana tendia a olhar a ideologia soviética como irrelevante por se encontrar ainda sintonizada culturalmente com o Ocidente, porém, estando estes ávidos de ajuda, viesse ela da URSS ou de outro lado, tornavam-se crescentemente nacionalistas, desconfiados relativamente aos estrangeiros e difíceis de influenciar ou controlar (CIA, 1969 a, pp. 1-9).

<sup>133</sup> Neste encontro, Franco Nogueira fez observações sobre a Rodésia que Nixon considerou surpreendentes, tendo dado nota a Kissinger para que as registasse. O Presidente, ao questionar directamente Nogueira sobre o assunto, verificou que este classificava a política ocidental de sanções contra a Rodésia como «um desastre», recorrendo ao exemplo da matéria-prima de vital interesse para os EUA, como o crómio. Na ocasião, Nogueira fez ver que, das sanções que o Ocidente impunha, resultava que a Rodésia, em vez de vender o seu crómio de alto teor para os Estados Unidos, que necessitavam dele para a sua indústria de armamento, vendia à China, enquanto os EUA compravam crómio de baixo teor e de pior qualidade à URSS, com o custo acrescido de ter de o processar depois. Terminando a ideia, mencionou: «a Rodésia não [era] prejudicada [enquanto] o Ocidente estava a agir contra si próprio», deixando Nixon atónito com um facto que aparentemente desconhecia (Tavares, 2023, pp. 243-244).

<sup>134</sup> Referiu ainda o diplomata do país vizinho, nessa ocasião, que as opiniões públicas mundial e espanhola se opunham à utilização de bases estrangeiras no seu território e, por essa razão, o próprio Generalíssimo lhe teria afirmado que, nas presentes circunstâncias, não teria assinado o acordo de 1953, nem mesmo

Para dar conta dos novos desenvolvimentos diplomáticos, teve lugar em meados de Abril mais uma reunião do CSDN, três dias antes de o chefe de governo viajar para o Ultramar<sup>135</sup>. Abordaram-se nessa ocasião as negociações com a Lufthansa para a utilização da base de Beja e a visita de uma delegação da RAS a Lisboa, a 24 de Março, da qual resultou a cedência de aviões Harvard T6 e de material rádio no valor global de 11 milhões de rands, além da negociação adicional de um empréstimo de 50 milhões de rands entre material militar e ouro (CSDN, 1969 d, p. 9). Esta reunião demonstra que, no fundo, Portugal não descurava a importância da sua vertente europeia nem tão pouco a importância da RAS para a manutenção dos seus territórios do Ultramar africano.

Apenas 76 horas depois desta reunião, e na sequência da visita histórica que fez ao Ultramar e dos problemas que verificou *in loco*, nomeadamente a forma como estavam mal organizados os comandos militares, Marcello Caetano decidiu-se por uma profunda reorganização dos comandos-chefes, posta em prática na reunião seguinte do CSDN, realizada no dia 2 de Maio<sup>136</sup>.

Ao mesmo tempo, os países moderados da OUA esperavam que a ascensão de um novo chefe de governo em Lisboa abrisse uma margem de diálogo para a concertação diplomática que nunca tinham tido anteriormente. Desta forma, os líderes da África Central e da África Oriental em Lusaca admitiram o referendo como solução e reconheceram que a independência de Angola, Moçambique e Guiné não seria a exclusiva forma de autodeterminação dos territórios (Antunes, 1992, p. 84).

---

com as vantagens adquiridas com a prorrogação ocorrida, e que os acordos só seriam renovados se fossem dadas garantias válidas de segurança para Espanha através de cláusulas políticas e depois de um sério fortalecimento do dispositivo militar espanhol (MNE, 1969 c).

<sup>135</sup> Entre os dias 14 e 21 de Abril de 1969, Marcello Caetano fez um périplo histórico pelos territórios da Guiné, de Angola e Moçambique com a ideia de romper o isolamento diplomático externo, expondo externamente a sua popularidade interna nesses territórios e querendo comprovar ser possível viajar livremente nesses territórios, teoricamente em guerra. Simultaneamente, demonstrava vontade de sentir e ouvir as populações aquém e além-mar num ano eleitoral. Marcando uma diferença com Salazar, Marcello Caetano procurou no contacto com as populações a oportunidade de passar as suas ideias e anunciar pessoalmente o seu projecto de autonomia progressiva e participada, que implicava descentralizar a burocracia, envolver na participação da gestão pública as populações autóctones, reforçando o conceito de Estado multirracial, apostando fortemente na atracção de investimentos estrangeiros com vista a proporcionar um forte crescimento económico. A última viagem de Marcello Caetano a territórios ultramarinos aconteceu no dia 23 de Fevereiro de 1971, a Cabo Verde, para se inteirar das consequências da seca vivida no arquipélago (Brandão J., 2008, p. 371).

<sup>136</sup> Nesse encontro, entre outros reparos duros, o chefe do governo notou evidentes deficiências na «máquina militar» e ordenou que se encontrassem a curto prazo soluções para as resolver (CSDN, 1969 e, p. 4), nomeadamente criando um órgão de trabalho de tipo Estado-Maior que tornasse possível e eficiente a coordenação entre os três ramos das Forças Armadas nos TO (CSDN, 1969 e, pp. 4-5). Sobre a questão da «Segurança Interna», decidiu-se pela criação de um órgão de comando para a defesa interna como um órgão operacional do CSDN (CSDN, 1969 e, p. 11).

O Presidente Nixon recebeu de Kissinger um memorando sobre o Manifesto de Lusaca<sup>137</sup> (US DEP. STATE, 1969 c) que o deixou animado. Referindo-se ao mesmo, afirmou que era um compromisso com a dignidade humana por revelar uma percepção clara da profundidade e da complexidade dos problemas raciais (Antunes, 1992, pp. 84-85). Esta tese foi suportada pelo embaixador dos EUA em Lisboa, Tapley Bennett<sup>138</sup>, num documento confidencial designado «*Caetano Announces Modified African Policy*», que enviou na ocasião para o Departamento de Estado americano a 5 de Julho de 1969. Aí afirmava que o governo português vinha esboçando posições quanto a África que, nos seus elementos essenciais, se diferenciavam das posições salazaristas.

Mas em Lisboa este optimismo e a vontade de conquistar novos amigos perseguida pelo novo Presidente do Conselho não era unânime.

O ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marcello Caetano, Franco Nogueira, referiu-se ao Manifesto de Lusaca de forma menos positiva, afirmando inclusivamente, numa conferência de imprensa a 11 de Junho desse ano em Lisboa, que este era «uma perda de tempo» (Brandão F.C., 2008, p. 358). Este gesto do MNE, antagónico com a vontade de Marcello em prosseguir com uma suave *Détente* centro-austral, levou provavelmente o chefe do governo a acreditar que Nogueira talvez não era a pessoa certa para conduzir a sua estratégia diplomática. Assim, Franco Nogueira saiu do governo de Caetano passados menos de três meses sobre esta conferência de imprensa.

Conforme João Tavares considerou no seu livro *Franco Nogueira e a Política Externa Portuguesa no Estado Novo*, o próprio Franco Nogueira considerava que existiam diferenças irreconciliáveis com Marcello Caetano em relação à condução da política externa do país, mas «acima de tudo [as divergências eram irreconciliáveis], pela forma como o chefe do governo queria gerir a política ultramarina» (Tavares, 2023, p. 244).

---

<sup>137</sup> A 15 de Maio de 1969, Kissinger elaborou um memorando sobre o conteúdo do Manifesto de Lusaca saído da V Cimeira de chefes de Estado da África Central e Oriental. Segundo Kissinger, «vale a pena examinar tendo em conta» a revisão da política dos EUA «em estudo pela NSC para a África Austral». Afirmou ainda que, apesar de o documento ser «interessante por representar um afastamento da retórica padrão e tentar uma abordagem mais branda», não se devia ler muito nele; ver documento diplomático americano no ANEX.028, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 223.

<sup>138</sup> William Tapley Bennett Jr. (1917-1994) foi um experiente diplomata norte-americano nomeado embaixador em Lisboa em Maio de 1966, cessando funções nesta capital no fim do mês de Julho de 1969. Anteriormente, tinha sido embaixador na República Dominicana no período em que decorreu uma guerra civil nesse país, tendo antes desempenhado diferentes missões nas embaixadas dos EUA em Roma, Viena e em Atenas. Depois de sair de Lisboa, no início do ano de 1972, assumiu a função de embaixador dos EUA junto do Conselho de Segurança da ONU e, mais tarde, entre 1977 e 1981, foi nomeado representante permanente dos EUA junto da NATO (US DEP. STATE, 2009 a).

#### 4.1.3. A NOVA ESTRATÉGIA DO GRUPO DE PAÍSES AFRO-ASIÁTICOS NA ONU

Entretanto, alterou-se na ONU a estratégia diplomática dos países do bloco politicamente mais alinhado com as posições independentistas, o bloco afro-asiático-soviético. Entre 1961 e 1968, tinham sido aprovadas dezenas de resoluções condenatórias contra a política ultramarina de Lisboa, quer na 4.<sup>a</sup> comissão quer nas assembleias gerais, mas bastante genéricas e conceptuais sendo as resoluções no Conselho de Segurança usadas com menos frequência para esse efeito.

Porém, aproveitando a nova postura militar mais agressiva de Spínola e Kaúlza de Arriaga nos teatros de operações da Guiné e Moçambique, que viam as fronteiras com os países fronteiriços como alvos militares legítimos por serem bastiões e zonas de refúgio do PAIGC e da FRELIMO, surgiu a oportunidade para o bloco do terceiro mundo utilizar o Conselho de Segurança da ONU como meio adequado para exprimir o seu repúdio diplomático, uma vez que esses ataques e/ou invasões territoriais de países soberanos constituíam óbvias violações ao direito internacional inscrito na carta da ONU e oportunos embaraços diplomáticos que os aliados de Lisboa dificilmente poderiam aceitar ou ignorar. Sendo este o principal órgão político-diplomático decisor da ONU, passou a ser o fórum certo para desencadear os principais esforços diplomáticos contra Portugal, com o bloco a tentar, sempre que possível, obter unanimidade, com vista a isolar Portugal dos seus tradicionais aliados, por haver a percepção de que Portugal só mantinha a sua posição em África com o apoio dos aliados ocidentais. Com esta estratégia, esse bloco afro-asiático-soviético procurou que os EUA, o Reino Unido e a França pressionassem Portugal para alterar as suas políticas e posições ultramarinas.

Assim, a 28 de Julho de 1969, foi aprovada no Conselho de Segurança a resolução n.º 268, com os votos de abstenção dos EUA, do Reino Unido, da França e de Espanha, que foi ao encontro da queixa apresentada pela Zâmbia a propósito de uma incursão e de um ataque militar português na região do Catete que, segundo os termos da queixa, resultou na perda de vidas de civis, exigindo igualmente que Portugal libertasse os presos «sequestrados» (UN Security Council, 1969 a)<sup>139</sup>. Esta queixa da Zâmbia foi analisada na sessão do CSDN realizada três dias depois, no dia 1 de Agosto<sup>140</sup> (CSDN,

---

<sup>139</sup> Ver ANEX.029, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 227.

<sup>140</sup> Na análise da evolução da situação político-militar no Ultramar deste CSDN, o Ministro da Defesa, num balanço das operações militares dos últimos quatro meses, sublinhou um agravamento sensível da situação na Guiné apesar dos persistentes pedidos de reforços do comando-chefe, que considerou atendidos «na medida do possível», e assinalou um ligeiro agravamento também na situação de Moçambique, considerando a situação estacionária em Angola (CSDN, 1969 g, p. 3). Antes desta reunião do CSDN, no dia 4 de Julho realizou-se outra reunião do CSDN, a qual teve como ponto único de ordem de trabalhos a

1969 g, pp. 1-2), com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português a concluir que, perante este sinal, era absolutamente inviável um acordo amigável com Presidente Kaunda (CSDN, 1969 g, p. 6). Com a Zâmbia a ser incluída na lista de países «inimigos» de Lisboa, onde figurava já a República da Guiné e a Tanzânia, a lista de potenciais «amigos africanos fronteiriços a conquistar» por Lisboa resumia-se à República Democrática do Congo, ao Senegal, à Rodésia do Sul e à RAS.

A nova estratégia do grupo terceiro-mundista no Conselho de Segurança da ONU teve outro desenvolvimento no dia 9 de Novembro do mesmo ano, quando, numa sessão presidida pela Zâmbia, o Senegal apresentou nova queixa contra Portugal, agora pelo bombardeamento de aldeias no Sul do Senegal, que teriam causado algumas mortes de civis senegaleses, resultando em nova condenação numa votação em que se abstiveram apenas os EUA, Espanha e França, resultando na resolução do CS n.º 273 (UN Security Council, 1969 b)<sup>141</sup>.

A fechar o ano, a 22 de Dezembro, esta estratégia teve mais um desenvolvimento no Conselho de Segurança, ainda presidido pela Zâmbia, quando se voltou a apreciar uma resolução contra Portugal, desta vez partindo de uma queixa da Guiné Conacri, que acusou as forças do General Spínola de atacarem o seu território. Nessa resolução n.º 275 do CS condenava-se a perda de civis da Guiné Conacri desencadeada por militares portugueses, apelando-se à libertação dos prisioneiros e à recuperação de um avião, apesar de os factos descritos na acusação terem ocorrido ainda no tempo em que Salazar era o Presidente do Conselho, 16 meses antes (UN Security Council, 1969 c)<sup>142</sup>.

Entretanto, o embaixador português em Washington, Vasco Garin, aconselhado pela diplomacia norte-americana, informou Lisboa da sugestão para elaborar um documento dirigido ao Secretário de Estado e a Henry Kissinger detalhando a posição de Portugal sobre os seus territórios ultramarinos. Esperançada numa evolução mais qualitativa e frutuosa na aproximação com os EUA, Lisboa elaborou um documento de 15 páginas que se tornou um importante argumentário da sua posição relativamente ao Ultramar (MNE, 1969 d)<sup>143</sup>.

---

nomeação e a promoção de militares, ocorrendo a elevação de António de Spínola de brigadeiro à posição de General (CSDN, 1969 f).

<sup>141</sup> Ver resolução no ANEX.031, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 251.

<sup>142</sup> Ver no ANEX.034, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 297.

<sup>143</sup> Ver documento diplomático intitulado «Política Ultramarina Portuguesa» no ANEX.030, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 231.

Esta esperança assentava nos alertas que Kennan, já em 1946, fizera relativamente aos perigos que enfrentavam os regimes que combatiam o comunismo internamente, assim como às pretensões e estratégia política clandestina da URSS relativamente a África, pela sua cobiça do terceiro mundo emergente em geral e pelos novos países africanos e seus recursos, ou ainda acerca da forma como os soviéticos pretendiam instrumentalizar a recém-criada ONU (Kennan, 1946, pp. 8-14).

Marcello Caetano, que pretendia fazer avançar as negociações da base das Lajes na sequência do desanuviamento das relações com a Casa Branca, não via grandes progressos provavelmente devido à influência de um Congresso norte-americano maioritariamente desfavorável às pretensões de Lisboa (Sá, 2016, p. 502). Entretanto, o embaixador Vasco Garin informou que a administração Nixon havia nomeado um novo responsável para a *African Division* na Secretaria de Estado, que parecia interessar-se pelos assuntos de Lisboa, uma vez que lhe havia confessado que as suas duas maiores preocupações e prioridades seriam a Nigéria e a África Austral (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1969 b, p. 1). Segundo uma análise preliminar feita pelo embaixador português, o Sr. Newsom<sup>144</sup>, apesar de ter dado a ideia de que não se desviaria da linha oficial do Departamento de Estado, parecia menos obstinado e mais disponível para discutir os assuntos africanos de Portugal (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1969 b, p. 3).

Entretanto, mesmo a terminar o ano de 1969, ficou finalmente definida a resposta da NSSM 39, a *National Security Study Memoranda* n.º 39, datada de 10 de Abril de 1969 e elaborada pelo National Security Council (NSC) relativamente à África Centro-Austral. Após um conjunto de reflexões estratégicas analisadas pelo pessoal sénior da Casa Branca no dia 17 de Dezembro de 1969, chegou-se à revisão da política oficial de longo prazo dos EUA para aquela região. Neste encontro da NSC foi apreciado um relatório enquadrador do problema elaborado pela CIA (CIA, 1969 b)<sup>145</sup>, que deu origem a outro documento que sintetizou o que se discutiu e que reflectiu o que se decidiu, ou seja, a

---

<sup>144</sup> David Newsom foi embaixador dos EUA na Líbia até Julho de 1969, altura a partir da qual, e até Janeiro de 1974, desempenhou as funções de chefe para a *African Division* do Departamento de Estado, sendo um actor chave nas relações entre Portugal e EUA no período em estudo. Depois dessa função, foi nomeado para embaixador dos EUA na Indonésia.

<sup>145</sup> Este documento, elaborado pelo director da CIA, Richard Helms, destinado aos membros do NSC, tinha o objectivo de enquadrar o problema e o cenário em termos de interesses dos EUA para a região centro-austral de África. Entre outras informações, referia que os brancos de Angola e Moçambique tinham raízes antigas em África e que os primeiros portugueses chegaram a Angola «ainda antes de Cristóvão Colombo ter zarpado [da Europa para o Novo Mundo]», estando em Moçambique desde 1505. Outro aspecto ressaltado pelo director da CIA era que, em Angola e Moçambique, os negros e os brancos eram cidadãos de Portugal com governos brancos fortes e determinados a manterem-se no poder (CIA, 1969 b, p. 3). Ver documento de análise preparado para a reunião do NSC de 17 de Dezembro de 1969 no ANEX.032, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 255.

nova política da Administração norte-americana para esta região de África, a qual impactou directamente os interesses de Portugal (NSC, 1969 a)<sup>146</sup>.

À época, nos EUA, havia diferentes hipóteses se apresentavam sobre a política a seguir relativamente à região centro-austral de África. A principal divisão estabeleceu-se entre «os africanistas do Departamento de Estado que repescavam as linhas gerais da política dos anteriores presidentes democratas, Kennedy e Johnson, e que se opunham ao aumento de cooperação com os estados ou territórios com governo ou administração de minoria branca, e uma outra facção, com representantes no Pentágono e na nova administração da Casa Branca, que queria evoluir para uma posição diferente da oficial e defendia uma comunicação e cumplicidade maiores e mais intensas com Pretória, Salisbúria e Lisboa, acompanhada do silenciamento das críticas norte-americanas nas Nações Unidas» (Antunes, 1992, p. 122).

O NSC fez um diagnóstico deste impasse de posições e formulou, como ponto de partida, que nem as forças independentistas iam conseguir vencer militarmente nem os portugueses conseguiriam eliminar a pulsão independentista de cariz marxista-leninista que se fazia sentir nos territórios.

Partindo deste pressuposto, o NSC elaborou um documento para análise e discussão com cinco cenários operacionais alternativos: 1. O primeiro cenário previa o ataque expresso aos grupos de guerrilha e o relaxamento do embargo de armas de modo a permitir a exportação de equipamentos para fins civis e militares; 2. Este cenário partia da premissa de que os brancos estavam lá para ficar e a única via de mudança construtiva era através deles e com eles, propondo continuar o embargo formal de armas para uso militar nos territórios portugueses, mas liberalizando as exportações desse equipamento com dupla finalidade de utilização, fosse esta civil e/ou militar (Antunes, 1992, p. 123), prevendo igualmente o aumento do comércio bilateral, a concessão de empréstimos a Portugal e o investimento norte-americano em Angola e Moçambique; 3. Defendia o aprofundamento da ligação à África negra, acompanhada de restrições das associações com os regimes «brancos», declarando, em relação a Portugal, que se deveria manter o embargo de armas mas suavizar as pressões políticas; 4. Este cenário traduzia as posições mais liberalizantes do Departamento de Estado, propondo um endurecimento para com Portugal com vista a limitar as

---

<sup>146</sup> A reunião decisiva do NSC que discutiu e decidiu a política de longo prazo dos EUA para a região da África Centro-Austral onde se situavam os territórios portugueses, iniciou-se com Richard Nixon a considerar que, apesar de aquela ser uma «questão periférica», era importante e necessário discuti-la «de uma forma franca» por envolver questões morais e domésticas, mas também por representar um problema prático para os EUA, uma vez que os brancos «estão lá para ficar» (NSC, 1969 a, pp. 259-262). Ver a acta de reunião do NSC de 17 de Dezembro de 1969 no ANEX.033, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 283.

influências comunistas sobre os movimentos de libertação no Ultramar português, mantendo sem alteração o embargo de armas de 1963 decidido por Kennedy; 5. O último cenário, totalmente neo-isolacionista, e defendido por muitos congressistas, advogava equidistância e afastamento, em relação quer aos independentistas quer aos regimes brancos.

Receando que a primeira opção fosse fonte de inúmeros problemas com o Congresso e com os países africanos mais moderados, Nixon acabou por escolher a segunda opção, mais tarde designada pejorativamente nos *media* por «Tar Baby», referindo-se a uma alegoria infantil famosa do folclore afro-americano, na qual uma raposa, pretendendo apanhar um coelho, consegue-o mascarando ou pintando um boneco, no caso um bebé, com alcatrão. Esta alegoria nasce da literatura de Joel Chandler Harris, autor de contos com animais e histórias de armadilha e fuga. Originalmente, ao usar a figura do bebé de alcatrão, o autor pretendia expor a raiva e a filosofia separatista de muitos afro-americanos durante o período histórico da escravatura na América. A história procurava igualmente demonstrar o que um trapaceiro faz para superar um adversário, no caso, colocando um bebé «armadilhado» para provocar uma reacção. Quando o boneco não lhe responde, começa a bater-lhe no corpo dele e fica colado ao alcatrão. Quanto mais bate, mais preso fica na armadilha. Esta expressão jornalística para qualificar a nova política africana foi uma crítica velada dos defensores da política oficial do Departamento de Estado relativamente à opção de Nixon, a qual, para estes, era o equivalente a tocar num bebé de alcatrão e ficar preso a ele, passando a fazer parte do problema, aumentando-o e ficando sem capacidade para fugir ou se distanciar do problema.

Na sequência do encontro decisório do NSC de Dezembro de 1969, Nixon aprovou todas as recomendações de Kissinger contidas nos memorandos secretos com as propostas de acção política, ficando definida a preferência pela opção que previa um relaxamento sigiloso do embargo através do fornecimento de material de dupla finalidade, ao invés do fim do embargo de armas que vinha do tempo de Kennedy, que seria a opção desejada por Lisboa. Como caracterizou Freire Antunes, verificou-se apenas um ligeiro relaxamento do embargo de armas, que seria útil à medida que se aproximava a negociação das Lajes (Antunes, 1992, p. 126).

Assim, no dia 28 de Janeiro de 1970, ao emitirem a NSDM 38 – *National Security Decision Memoranda* 38 (NSC, 1970 a)<sup>147</sup>, os EUA formalizaram a decisão da administração Nixon quanto ao novo rumo a seguir pela política externa norte-americana para a região centro-austral de África.

Contudo, o conteúdo destes memorandos não foi do conhecimento dos embaixadores e cônsules dos EUA colocados nos países afectados pelas decisões, nem circulou dentro do Departamento de Estado, como deu conta o então cônsul americano em Luanda<sup>148</sup>, que manifestou total ignorância sobre esta alteração de política operada em 1970 pela administração Nixon: «Tar Baby? [estranhou Post] Não sei o que é. Não tive conhecimento. [Isso era] o estilo de Nixon e particularmente de Kissinger, o de não partilhar decisões» (Antunes, 1992, p. 127).

Este *modus operandi* da Casa Branca, de não informar os diplomatas de carreira das decisões tomadas pela nova administração, retirava à diplomacia colocada em Lisboa ou Luanda alguma autonomia e capacidade negocial.

#### **4.1.4. A NOVA POSTURA MILITAR NO ULTRAMAR E O EXERCÍCIO ALCORA NA SEQUÊNCIA DAS DECISÕES DO NSC**

Após a reorganização dos comandos militares do Ultramar (CSDN, 1969 e, pp. 4-5) feita na sequência daquela que foi a penúltima viagem de Marcello Caetano a África, e a subsequente melhoria das condições de serviço das tropas no terreno (CSDN, 1969 h, pp. 7-8), nomeadamente as condições de transporte para os Teatros de Operações, que passaram ser mais ágeis e rápidas na sequência da aquisição de dois aviões Boeing (CSDN, 1970 c, p. 11), a evolução da guerra e as forças do inimigo continuavam a ser avaliadas nas reuniões do CSDN. Marcello Caetano concluiu assim que, para aumentar a eficiência das tropas, era preciso apostar em dois aspectos: na coordenação dos comandos e no âmbito da acção psicológica (CSDN, 1970 a, pp. 8-16).

---

<sup>147</sup> NSDM 38 – *National Security Decision Memoranda*, também designada «United States Policy toward Southern África» (NSC, 1970 a). Ver a *National Security Decision Memoranda* n.º 38 no ANEX.035, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 301.

<sup>148</sup> Richard Post (n.1929), diplomata de carreira, assumiu o lugar de cônsul-geral dos EUA em Angola de Julho de 1969 até Agosto de 1972, vindo da embaixada norte-americana do Lesoto, dependia organicamente da divisão africana do Departamento de Estado chefiada por David Newsom (Antunes, 1992, p. 83). Em 1972, foi convidado pelo embaixador Knight para reforçar a missão diplomática de Lisboa, como encarregado de negócios, e, no Outono de 1973, durante a crise do Yom Kippur, foi o principal diplomata norte-americano em Lisboa durante o período de 13 meses em que a capital portuguesa não contou com nenhum diplomata com o estatuto de Embaixador, na sequência da saída do embaixador Ridgway Knight no início de 1973 (Antunes, 1992, p. 241).

Na realidade, a situação estava a agravar-se em Angola<sup>149</sup> e em particular na Guiné. Neste último território, por esta altura, o PAIGC atacou Bolama no dia 3 Novembro de 1969, provocando uma reacção de Spínola, que iniciou no mesmo mês uma operação que resultou na captura do capitão cubano Pedro Peralta<sup>150</sup>, a qual teve resposta do PAIGC em Janeiro de 1970: uma grande ofensiva militar contra posições em Guilege, Guidage, São Domingos e Gadamael (Brandão J., 2008, p. 267).

Entretanto, Marcello Caetano tentava a sua *Détente* com o Senegal, reunindo em Dakar delegações de alto nível dos dois países para conversações secretas com vista a um cessar-fogo na Guiné (Brandão J., 2008, p. 268). Isto apesar das dificuldades assinaladas pelo governo português quanto à capacidade de Senghor em manter as reiteradas promessas de controlar as atitudes agressivas do PAIGC, levando Lisboa a concluir que o governo senegalês não tinha poder real para efectivar o que prometia (CSDN, 1970 a, pp. 3-4).

Enquanto as prioridades de política externa de Marcello iam sendo definidas, as escolhas de Nixon eram muito claras e estão expostas de forma bastante transparente num documento interno que o próprio elaborou nesta altura para transmitir ao seu chefe de gabinete e a Henry Kissinger que as implementassem (Nixon, 1970 b)<sup>151</sup>.

Acedendo a este documento, fica evidente o principal interesse diplomático de Nixon, do qual Portugal não consta, principalmente depois de ter ficado resolvida a questão

---

<sup>149</sup> No dia 6 de Junho de 1969, o MPLA iniciou a acção armada no Bié, na mesma altura em que, no interior de Angola, uma delegação internacional da comissão militar da OUA, presidida por Agostinho Neto, visitou a zona oeste de Angola, com representantes de Argélia, Egipto e Congo. Recorde-se que, neste período, ocorreu igualmente o maior acidente militar de toda a guerra do Ultramar, com a morte de 103 militares portugueses na sequência do afundamento de um batelão no rio Zambeze, em Moçambique (Brandão J., 2008, pp. 229-230). Estes acontecimentos passaram praticamente ao lado na reunião seguinte do CSDN realizada a 1 de Agosto de 1969, tirando uma breve chamada de atenção feita pelo Ministro Silva Cunha, que mencionou ter ideia «que o objectivo do MPLA agora é o Bié» (CSDN, 1969 g, p. 4). Nesta reunião foi ainda decidido que o Ministro de Defesa Nacional passaria a dirigir e coordenar as operações numa fase pré-insurreccional, caso esta ocorresse, prevendo uma melhor vigilância e mais eficaz coordenação dos órgãos de comando e dos meios militares dos três ramos das Forças Armadas numa hipotética fase de subversão violenta de todo o conjunto das forças militares e militarizadas (CSDN, 1969 g, pp. 8-9).

<sup>150</sup> Pedro Peralta foi o mais famoso preso militar detido pelo Exército de Portugal durante as operações militares do Ultramar. Em Novembro de 1969, durante a «Operação Jove», que tinha por objectivo capturar Nino Vieira, o já então mítico comandante do PAIGC na «frente sul», as tropas do General Spínola capturaram um capitão das Forças Armadas cubanas, Pedro Peralta de seu nome, que se encontrava na Guiné a dar formação aos homens do PAIGC, e era a prova que o regime em Lisboa precisava para comprovar o envolvimento externo do regime pró-soviético de Cuba nos conflitos militares do Ultramar. Este militar ficou detido mais de cinco anos ao cuidado das autoridades portuguesas, depois de ter sido julgado e condenado num processo muito publicitado e que teve grande exposição pública internacional.

<sup>151</sup> O Presidente Nixon, agastado por ver o seu tempo perdido em assuntos de diplomacia que considerava menor, elaborou um memorando datado de 2 de Março de 1970 no qual determinava querer implementado, uma lista de temas internacionais que eram para si prioridades. O documento fazendo um balanço do seu primeiro ano da Casa Branca, Nixon concluiu que a maior fraqueza desse período foi ter-se perdido o tempo do Presidente sem que ficassem enfatizadas as suas prioridades o suficiente (Nixon, 1970 b, p. 1-2). Ver documento no ANEX.037, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 331.

dos territórios portugueses em África com a emissão das NSDM referentes à região centro-austral de África. O seu pouco interesse e preocupação pelo continente africano em geral, e que Lisboa suscitou durante a sua administração, fica igualmente comprovado se fizermos uma análise quantitativa e qualitativa das 264 NSDM emitidas pelo NSC durante o tempo em que Nixon ocupou a Casa Branca, até à sua resignação do cargo em Agosto de 1974<sup>152</sup>, e que definiram todas as políticas norte-americanas neste período.

Por essa altura ainda durante o primeiro trimestre de 1970, o Presidente Nixon elaborou um outro documento, este destinado a um público-alvo mais alargado, intitulado «A política externa americana para a década de 70» e com o sugestivo subtítulo «construindo a paz» (Nixon, 1970). Aí identificou os interesses nacionais norte-americanos, defendeu quais eram as áreas geograficamente mais relevantes para a sua política externa na qual reafirmou a tradicional política norte-americana da manutenção do embargo de armas para a região centro-austral de África<sup>153</sup>. Isto numa altura em que Lisboa divulgava a sua visão, definindo uma grande prioridade geoestratégica reflectida no primeiro encontro de Marcello Caetano com Nixon, sobre a necessidade de alargar o âmbito da NATO à defesa do Atlântico na sua zona sul<sup>154</sup> tendo em conta os perigos da presença cada vez mais recorrente da Marinha soviética nos mares do Mediterrâneo. Perante isso, Marcello Caetano defendia que a segurança só poderia ser eficazmente

---

<sup>152</sup> Entre os meses de Janeiro de 1969 e Agosto de 1974, quase 70% dos memorandos NSDM emitidos durante toda a sua presidência, revelando onde centrou a principal atenção da sua atenção e intervenção, são matérias ligadas às relações Este-Oeste e noutras definições estratégicas genéricas com implicação económica, interna ou mundial, para os EUA e apenas sete das 264 NSDM emitidas se debruçaram sobre assuntos de África. O desinteresse diplomático da Casa Branca por assuntos africanos em geral, e com Portugal em particular, fica assim demonstrado. Porém, não deixa de ser curioso que relativamente ao continente africano dos sete memorandos NSDM emitidos quase todos (cinco deles) referiam-se à região centro-austral de África. Os tais que produziram como único resultado prático sentido por Lisboa uma subtil flexibilização do embargo de equipamento, que permitiu a aquisição pela TAP de dois Boeings, sob a capa “do duplo uso”, ou seja de uso civil-militar no período em que a sua Realpolitik da *Détente* empurrou Lisboa para os braços de Pretória e Salisbúria.

<sup>153</sup> Este documento destinado ao congresso norte-americano e à comunidade diplomática mundial em geral, foi, na altura, igualmente enviado para o governo português. Em termos de conteúdo relevante sobre África, Nixon declarava que se vivia um desafio continental em termos de construção nacional, deixando uma reflexão e explicação relativa à tradicional simpatia dos EUA para com os novos estados recém-independentes, identificando-se com estes, com aquilo que designou de «uma natural antipatia norte-americana pelo colonialismo» (Nixon, 1970).

<sup>154</sup> Em Março de 1970, a diplomacia portuguesa elaborou em um documento intitulado «Necessidade de um sistema de defesa para o Atlântico Sul» (MNE, 1970), que visou valorizar a posição geoestratégica de Cabo Verde, considerando esse arquipélago como imprescindível para a defesa do Ocidente, e, por isso, inegociável a sua cedência ou abandono. Esta visão consubstanciava as razões por que Lisboa encarava o embargo de armas norte-americano como injusto e prejudicial ao Ocidente, procurando assim mostrar aos aliados o valor geoestratégico do arquipélago. A importância que Marcello Caetano dava a este aspecto é expressa na ideia que transmitiu no CSDN de Junho 1970 (CSDN, 1970 c, pp. 5-7). Ver documento sobre a Segurança Marítima no Atlântico Sul no ANEX.036, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 305.

assegurada caso o limite sul da NATO fosse colocado numa latitude abaixo do trópico de Câncer.

Estes documentos espelhavam que, apesar da aproximação empreendida por ambas as administrações, na realidade os dois países tinham visões, interesses e prioridades diplomáticas diferentes. Resolvida a revisão da política centro-austral no início do mandato de Nixon, com um conjunto de decisões<sup>155</sup> das quais se destaca a NSDM 38, e fechado o *dossier* sobre essa região, Nixon e Kissinger queriam dedicar todo o esforço à implementação do que consideravam ser a sua grande diplomacia: a *Détente*. Apesar de considerarem Portugal um bastião anticomunista, o que, segundo o ponto de vista de quem queria implementar a *Détente* com o mundo comunista não constituía um forte argumento, os EUA olhavam para a região centro-austral de África mais sob o ponto de vista do interesse económico e das matérias-primas ali instaladas, tendo em conta o investimento feito na RAS, onde 12 das 20 maiores empresas norte-americanas se encontravam presentes. Do seu lado, Lisboa olhava para essa região sob o prisma da luta ideológica global, de territórios a defender no âmbito da Guerra Fria, com um papel a desempenhar em representação do ocidente.

Aliás, esta questão expõe um dilema e uma contradição estratégica política dos EUA, nomeadamente quando se compara a solução encontrada com a NSDM 38 e a posição do Departamento de Estado norte-americano noutra documentação oficial emitida na mesma altura, onde se afirmava ser do interesse estratégico dos EUA limitar a influência sul-africana e rodesiana em Portugal<sup>156</sup>. Porém, a administração dos EUA pouco ou nada fez para que essa influência diminuísse.

Pelo contrário, tudo o que foi feito pela administração Nixon nesta área contribuiu para um aumento da influência da RAS em Lisboa, seja pela consequência prática da

---

<sup>155</sup> Entre 29 de Janeiro de 1970 e 17 de Agosto do mesmo ano, os EUA elaboraram cinco das sete NSDM relativas a África, visando todas estabelecer a nova política de longo prazo dos EUA para a região centro-austral. As decisões plasmadas nas NSDM 38, 47, 55, 75 e 81 determinaram uma nova política que, pelos testemunhos já referidos, não seria do conhecimento da diplomacia regular dos EUA. A primeira, e a mais importante, a NSDM 38, pejorativamente apelidada de *Tar Baby Option*, escolheu, de entre as cinco opções estudadas, aquela que significava um atenuar da política oficial de condenação, mantendo o embargo de armas à região.

<sup>156</sup> Datados de Setembro de 1970, o Departamento de Estado emitiu um documento sobre Angola e outro sobre Moçambique, em que refere, entre outros objectivos políticos de curto prazo, que os EUA procuravam «a limitação da influência sul-africana» na região, estabelecendo os «próximos cinco anos» como meta. Seria do interesse dos EUA conseguir uma «limitação da influência da África do Sul» nas políticas portuguesas (US DEP. SATE, 1970 c e US DEP. SATE, 1970 d, respectivamente). Esta intenção era ainda mais clara no documento sobre Moçambique, que expressamente identificava como acção positiva em curso «distinguir as políticas raciais de Portugal da Rodésia e RAS», assim como manifestava o desejo de encorajar a aproximação dos portugueses à Europa Ocidental e à África independente, mantendo-se afastados da influência sul-africana e rodesiana (US DEP. SATE, 1970 d, p. 221). Ver documentos diplomáticos americanos nos ANEX.041 e ANEX.042, no Vol. 2 - Anexos, nas pp. 349 e 357, respectivamente.

*Détente*, desprendendo-se dos aliados de sempre com o «cada um por si» da nova doutrina Nixon, cujo único compromisso militar solidário era a protecção nuclear em caso de extrema necessidade, seja pelas determinações do NCS, seja ainda pelo que resultou dos contactos que os responsáveis de Washington mantiveram com Lisboa nesse período<sup>157</sup>.

Esta situação contribuiu para que Lisboa procurasse em Pretória e Salisbúria as soluções, o apoio e a ajuda financeira e militar que esperava receber e não encontrou nos EUA. Dito de outra forma, segundo a documentação estratégica disponível, os EUA advogavam que Portugal não se deveria deixar contaminar pelas políticas e ideias do *apartheid*, elogiando a convivência racial observada em Luanda e Lourenço Marques, mas nada fizeram para afastar a influência sul-africana e rodesiana de Portugal.

Esta contradição estratégica é ainda mais clara se tivermos em conta que, quando os EUA fecharam a sua política para a África centro-austral, rearmaram a RAS e não o fizeram em relação a Lisboa<sup>158</sup>, na mesma altura em que a influência da doutrina militar norte-americana mais musculada contaminou toda a condução da guerra portuguesa em África, nomeadamente na Guiné e em Moçambique.

A doutrina militar portuguesa nesses anos 1970-1971 representou um recrudescimento de ideias e práticas semelhantes àquelas que o Pentágono aplicava no Vietname, seja pela africanização das Forças Armadas, seja pela política de criação de aldeamentos agrupando populações dispersas no território em guerra.

Este foi um tempo em que o meio castrense nacional pensou ser possível resolver a guerra com o recrudescimento das operações no terreno. Foi igualmente o tempo em

---

<sup>157</sup> No dia 30 de Maio de 1970, o Secretário de Estado norte-americano Rogers visitou Marcello Caetano em Lisboa aproveitando para transmitir que os EUA não estavam assim tão preocupados com a expansão do comunismo, uma vez que o perigo, comparado a períodos anteriores, parecia ter diminuído, numa tradução evidente da *Détente*. Simultaneamente, não deu grande abertura para o alívio do embargo de venda de armas de 1961, desvalorizando o papel que Lisboa achava estar a cumprir em África enquanto primeira defesa do Ocidente, ao contrário daquela que era a convicção de Portugal em resultado da sua acção militar em África (US DEP. STATE, 1970 a, pp. 209-210). Ver documento diplomático americano no ANEX.038, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 337. Esta posição de Rogers era, porém, contraditória em relação à nota do Bureau de Informações e Pesquisa norte-americano, emitida a 11 de Agosto desse ano, que indicava que a URSS incrementava a ajuda aos vários movimentos de libertação em África e notava que os soviéticos tinham entrado em solo angolano «carregando armas extraordinariamente grandes» para entregar ao MPLA, aludindo ainda à abertura de um novo campo militar nesse território e especulando sobre a possibilidade de «a actividade do MPLA ter entrado numa fase mais activa» (US DEP. STATE, 1970 b, pp. 212-213). Ver documento diplomático americano no ANEX.039, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 341.

<sup>158</sup> A NSDM 81, que esclareceu e circunscreveu os termos do embargo de armas para RAS e Lisboa, enquanto apenas deixou aberta a possibilidade de Lisboa adquirir os Boeings para transporte de tropas, autorizou a RAS e as suas forças de defesa a comprar um conjunto significativo de armas norte-americanas através de autorizações nominais e expressas pelo Presidente neste Memorando, incluindo equipamento militar e diferentes tipos de aviões, nomeadamente jactos Lear, bimotores Cessna 401 e 402 e o Lockheed Orion P-3Cs. Ver NSDM 81 no ANEX.040, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 345.

que se nomeou Kaúlza de Arriaga para o comando militar em Moçambique, se nomeou Costa Gomes para o comando militar de Angola e se deu tudo e autorizou tudo o que Spínola pediu para a Guiné. O tempo em que o côsul geral dos EUA, Richard Post, assistia a *briefings* no comando-geral em Luanda, como aconteceu em Outubro desse ano (Afonso e Gomes, 2010, p. 540). O tempo em que foi accionada uma estratégia de expansão operacional aeronaval patrocinada pelo Pentágono para o cabo da Boa Esperança, que pretendia combater a influência soviética tendo sido «despachadas no Verão de 1970 equipas de especialistas em contra-subversão» que deram sugestões aos governos da África Centro-Austral para construírem aeródromos que possibilitassem a rápida movimentação de homens e materiais; neste contexto, a Marinha de guerra dos EUA veio intensificar ao longo de 1970 visitas às baías de Moçambique e Angola (Antunes, 1986, p. 125).

Finalmente, este foi o tempo em que a rede dos aeródromos construídos nesses territórios foi paga com empréstimos pedidos à RAS (MDN, 1969, pp. 1-13)<sup>159</sup>. O tempo de acções militares ultramarinas mais agressivas e musculadas de tipo *search and destroy* implementadas pelos generais Spínola e Kaúlza, em 1970, com as operações Mar Verde e Nó Górdio, respectivamente, as quais ofereceram oportunidades para os países africanos fronteiricos intensificarem a sua estratégia de desgaste diplomático de Lisboa no Conselho de Segurança condenando a *Détente* marcelista junto dos países africanos moderados.

Não é por coincidência que nessa altura circulava no SGDN um documento sul-africano sobre um plano de defesa da África Austral<sup>160</sup>, e muito menos é de estranhar que o Primeiro-Ministro Voster<sup>161</sup> da RAS tenha visitado Lisboa precisamente em Junho desse ano.

---

<sup>159</sup> Em Janeiro de 1971, começou a ser pago à RAS um empréstimo de dez anos no valor de 35 milhões de rands, conforme carta-compromisso do MDN dirigida ao Ministro da Defesa da África do Sul, P.W.Botha, encontrado no arquivo diplomático da Presidência da República, para poder fazer face à compra de inúmeros materiais e equipamentos militares que constam numa lista de 11 páginas em anexo, assim como para serem construídos vários aeródromos militares em Angola e Moçambique.

<sup>160</sup> Este documento, datado de Março de 1970, encontra-se no Arquivo Histórico Militar Português (SADF, 1970), e possui agregado um parecer do Secretariado-Geral da Defesa Nacional português relativamente à proposta da RAS, de autoria do coronel Viana de Lemos (SGDN, 1970 a).

<sup>161</sup> Balthazar Johannes Vorster (1915-1983) foi o Primeiro-Ministro da RAS entre 1966 e 1978, durante o período em que Marcello Caetano esteve no poder. Porém, não estabeleceu com este uma particular relação, nem guardou dele uma boa imagem. Na sequência desta visita a Lisboa de Junho de 1970, comentou que Marcello Caetano era «um típico professor de direito» e que o impressionou mais como académico do que como político, principalmente depois de este lhe ter dito que 12 dos 15 ministros do seu governo tinham sido seus alunos, o que o fez concluir que afinal Lisboa não tinha propriamente um governo: «Era um professor e os seus alunos que dirigiam o país.» (Oliveira, 1977, pp. 253-254).

É também significativo que, apenas dois meses depois da emissão da NSDM 81 (NSC 1970 b)<sup>162</sup>, o último desses cinco memorandos do NSC que fecharam o edifício da nova política norte-americana para essa zona de África, Portugal se tenha sentido sido empurrado para os braços de Pretória e Salisbúria pela Realpolitik por consequência do realismo político-diplomático da Casa Branca através dos designados exercícios Alcora<sup>163</sup>.

Assim com o objectivo de articular melhor os esforços bélicos na região centro-austral, e como consequência natural da nova política norte-americana para a região, foi assinado em 14 de Outubro de 1970 o documento base do designado Exercício Alcora (MDN, 1970)<sup>164</sup> entre RAS, Portugal e Rodésia. Esta aliança triangular política, diplomática e militar visava controlar e manter a soberania na região centro-austral de África, englobando territorialmente Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul. As medidas globais de defesa previstas nesses acordos incidiam no reforço da segurança interna no sentido de reduzir as ameaças externas adoptando uma estratégia que previa: 1 – A organização de uma força estratégica móvel capacitada e dissuasora de potenciais perigos; 2 – Assegurar a segurança da rota do Cabo; 3 – A edificação de uma rede de agentes de informação nos territórios fronteiriços; 4 – A preservação da integralidade territorial dos territórios usando mutuamente meios militares para evitar o alastramento da subversão na região e o desenvolvimento de campanhas psicológicas internas e externas para conquistar populações e aliados externos, respectivamente (Brandão, 2020). Este entendimento, perseguindo ambiciosos objectivos<sup>165</sup>, foi o

---

<sup>162</sup> Este foi o último dos cinco NSDM que os EUA emitiram sobre a região centro-austral de África e um dos dois que dizem respeito directamente aos seus territórios sob administração em África, NSDM 38 (NSC, 1970 a) e NSDM 81 (NSC, 1970 b). Datado de 17 de Agosto de 1970, este NSDM balizou e precisou os termos para a implantação do embargo de armas destinadas a Portugal e igualmente daquelas que os EUA poderiam vender à RAS, fazendo informar os membros do Congresso, as empresas americanas interessadas e os governos sul-africano e português. Ver documento NSDM 81 no ANEX.040, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 345.

<sup>163</sup> A base do acordo dos Exercícios Alcora foi assinada a 14 de Outubro de 1970 e ratificada pelo Ministro da Defesa de Portugal no dia 28 de Outubro do mesmo ano, pelo Ministro da Defesa da RAS a 12 de Maio de 1971 e pelo Ministro da Defesa da Rodésia a 26 de Junho de 1971 (Afonso e Gomes, 2010, p. 540).

<sup>164</sup> Ver minuta do acordo bilateral Portugal-RAS no ANEX.043, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 365.

<sup>165</sup> O acordo teve como objectivo melhorar a articulação dos esforços militares da RAS, da Rodésia e dos territórios centro-austrais sob administração portuguesa, Angola e Moçambique, e envolveu o estabelecimento de vários órgãos com estruturas semelhantes às de um Estado-maior num modelo em que sobressaíram as áreas logística, de operações e informações. Este entendimento visava essencialmente a cooperação ao nível de fornecimento de equipamento militar, estudos cartográficos e obtenção de fotografias através de meios aéreos, áreas cruciais em que os embargos à compra de equipamento militar sofisticado limitaram fortemente as forças de defesa portuguesas (Brandão, 2020, p. 234). Consistia igualmente em «investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, RAS e a Rodésia, com vista a fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral» (Brandão, 2020, p. 252). Desta forma, os três países procuravam a compatibilidade e uma coordenação política e estratégica entre Estados, perspectivando-se uma coordenação dos três ramos das Forças Armadas com actividades de natureza não militar que beneficiassem as operações militares, antevendo-se uma espécie de Estado-Maior conjunto cuja Comissão de Alto Nível com carácter permanente

culminar de uma colaboração anterior<sup>166</sup>, tendo sido inicialmente rubricado pelo Secretário-Adjunto da Defesa Nacional português, o General Paiva Brandão, os CEMG do Exército e da Força Aérea rodesianas, General Coster e *Air-Marshal* Wilson, o comandante das Forças de Combate conjuntas, o oficial sul-africano General Fraser e o Chefe de Estado-Maior da Defesa da RAS, o General Van Der Riet (MDN, 1971)<sup>167</sup>.

A extensão e profundidade dos acordos pode ser apreciada na documentação complementar onde foram definidos conceitos como defesa conjunta da África Centro-Austral ou os apoios a obter do lado português (MDN, 1972)<sup>168</sup>, (SGDN, 1971)<sup>169</sup>, (CEMGFA, 1973 a), (CEMGFA, 1973 b) e (CEMGFA, 1973 c)<sup>170</sup>.

Luís Barroso, no seu trabalho «Marcello Caetano e a origem do Exercício Alcora», afirma que os sul-africanos nutriam alguma desconfiança em relação à capacidade militar dos portugueses e receavam o efeito de uma mudança política significativa em Lisboa com a chegada ao poder de Marcello Caetano. Segundo o autor, é de admitir que a RAS quisesse propor um projecto para esta região que pudesse ela própria liderar, dado o valor estratégico que o sul de Angola tinha para a sua segurança (Barroso, 2018, p. 53). O autor refere ainda que é possível que os sinais de liberalização do chefe de governo, a prioridade militar portuguesa na defesa do norte e leste angolanos e ainda o conhecimento dos contactos indirectos entre Marcello Caetano e Kaunda possam ter sido decisivos para que os sul-africanos colocassem «tanta pressa» em avançar para o Alcora (Barroso, 2018, p. 54). Isto somado à urgência que os militares portugueses colocavam na necessidade de incrementar a guerra no terreno e à relutância norte-americana em anular substancialmente o embargo de armas a Portugal, terá contribuído para Marcello Caetano anuir em assinar o acordo Alcora.

---

deveria reunir-se duas vezes ao ano (Brandão, 2020, p. 253). Outro aspecto importante deste acordo consistia na preocupação, identificação e definição conjunta das ameaças de curto e médio prazo para todos os países envolvidos no acordo, em períodos de um e cinco anos, com ênfase no perigo do comunismo e do nacionalismo negro (Brandão, 2020, p. 266).

<sup>166</sup> Em Fevereiro de 1968, os sul-africanos já tinham cedido às Forças Armadas portuguesas cinco helicópteros Alouette III, dezenas de carros blindados e centenas de equipamentos de comunicações na forma de empréstimo (Ministro da Defesa RAS, 1968), apesar de o acesso aos helicópteros estar dependente da autorização de Paris. No ano seguinte, noutra viagem à RAS, Sá Viana Rebelo inventariou o equipamento cedido por Pretória ao seu antecessor Gomes de Araújo, assim como foi inventariado «aquele considerado necessário num futuro próximo» (Brandão, 2020, p. 247). Recorde-se que ainda antes de ter assinado a base do acordo Alcora, esta estratégia diplomática-militar de aproximação a países com interesses comuns tinha sido evidenciada em diferentes reuniões do CSDN (CSDN, 1969 c, p. 7).

<sup>167</sup> Ver acordo Alcora tripartido Portugal-Rodésia-RAS no ANEX.044, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 369.

<sup>168</sup> Ver conceito estratégico militar para territórios Alcora no ANEX.045, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 383.

<sup>169</sup> Ver avaliação da ameaça contra territórios Alcora no ANEX.046, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 387.

<sup>170</sup> Ver Conceitos África Austral / Conceitos para acordo defesa conjunta África Austral / Apoios a obter do lado Português no ANEX.047, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 391.

Deste novo enquadramento resultou uma nova postura militar de Lisboa no Ultramar, mais assertiva, que provocou, entre outras consequências, o «afunilar» de possibilidades diplomáticas, nomeadamente ao inviabilizar os planos iniciais do mandato de Marcello Caetano em relação a alguns países fronteiriços em África.

Este difícil clima diplomático agravou-se para Portugal quando, em Junho de 1970, o Papa Paulo VI recebeu numa breve audiência Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos<sup>171</sup>, acentuando ainda mais o estreitar do leque de soluções diplomáticas para o regime, tanto mais que este encontro partiu do topo da hierarquia da Igreja, um tradicional esteio do regime de Lisboa.

Praticamente em simultâneo, no mês de Julho de 1970, deu-se outro facto igualmente simbólico: o desaparecimento físico de Salazar. Isto podia até ter potenciado a agenda reformista de Marcello Caetano, caso outro acontecimento na Guiné, dois dias depois, não lhe tivesse atenuado e diluído o *élan*, tanto na oportunidade como no simbolismo.

A Ala Liberal, que consubstanciou o apoio ao europeísmo, ao reformismo e ao liberalismo de Marcello Caetano, perdeu o seu chefe natural, um homem experiente e paciente, fazendo com que este grupo de pressão perdesse fulgor, relevância e importância daí para a frente. Sá Carneiro, que sucedeu a José Pedro Pinto Leite depois do acidente que o vitimou, com um feitio mais vertiginoso, pouco contemporizador e impaciente, nunca foi capaz de fazer a ponte com Marcello Caetano.

Em consequência de todos estes factos, a condução da guerra no Ultramar passou a ser mais agressiva, quer nos territórios ultramarinos quer nos países santuários fronteiriços, mantendo Lisboa dependente da ajuda militar directa da RAS e da bênção dos EUA.

A 1 de Julho de 1970, o General Kaúlza de Arriaga colocou em marcha a maior operação militar de toda a guerra do Ultramar, envolvendo mais de oito mil militares do Exército, da Força Aérea e da Marinha, para cercar e atacar as bases da FRELIMO no Planalto dos Macondes, onde se encontrariam cerca de 2500 homens comandados por Samora Machel. Esta grande operação militar, com características convencionais, falhou pela

---

<sup>171</sup> Na sequência da Conferência Internacional de apoio aos povos das colónias portuguesas realizada em Roma, realizou-se uma audiência papal, tornada pública, com Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. Esta durou poucos minutos, mas proporcionou uma enorme notoriedade desfavorável à questão ultramarina portuguesa. Como entidade milenar e com interesses permanentes próprios a defender, o papado assinalava politicamente uma posição a pensar, provavelmente, num futuro pastoral desses territórios, numa fase em que seriam autogovernados. O cálculo e o cinismo político prevaleceram nos corredores do Vaticano em 1970, gasto que estava, aos olhos de Roma, o papel histórico que a Cruz de Cristo das naus de Lisboa teve na disseminação da Igreja no mundo em séculos anteriores.

ineficiência das forças de cerco e a inadequada missão atribuída às mesmas, uma vez que os guerrilheiros não foram impedidos de sair do núcleo central das três bases que seriam tomadas, e conseguiram, além disso, levar os seus equipamentos, tal como as equipas de sapadores da FRELIMO conseguiram ainda colocar minas e engenhos explosivos em todos os itinerários usados pela tropa portuguesa durante a operação.

Segundo o investigador Francisco Proença Garcia, depois desta operação, e em consequência directa dela, «a FRELIMO esteve sempre em permanente ofensiva» (Garcia, 2010 a, p. 56).

No fim de 1970, a 22 de Novembro, iniciou-se outra operação militar de grande dimensão e complexidade: a operação Mar Verde, preparada secretamente durante 16 meses (Brandão J., 2008, p. 230).

Aprovada por Marcello Caetano apenas cinco dias antes<sup>172</sup>, envolvendo 350 homens e diversos meios anfíbios, pretendeu atacar a capital de um país soberano e vizinho, a cidade de Conacri, para derrubar o regime de Sékou Touré, prender Amílcar Cabral, destruir a esquadilha de Migs inimigos ali estacionados e libertar presos militares portugueses das prisões da Guiné.

Também a operação Mar Verde não cumpriu os principais objectivos, de entre os quais, e talvez o mais importante seria ter conseguido «prender Cabral e trazê-lo para Bissau» (Antunes, 1986, p.139), que, como o próprio General Spínola reconheceu mais tarde, teria «falhado» (Bernardo, 1996, p. 237). Contudo, várias consequências resultaram da operação Mar Verde, que, além de ter provocado fortes repercussões em diferentes areópagos internacionais, como na ONU, implicaram um recrudescimento do apoio dos aliados do PAIGC, manifestado mais tarde no acréscimo de mais e melhor equipamento militar, tal como no apoio militar soviético directo à própria Guiné Conacri que, inclusivamente, passou a contar com uma inusitada presença da frota naval da URSS em pleno Atlântico Sul, para sua defesa.

---

<sup>172</sup> Marcello Caetano recebeu um emissário de Spínola portador de uma mensagem assinada como «admirador» do novo Presidente do Conselho onde o General pedia autorização para efectuar a operação Mar Verde. Pedindo luz verde para esta operação militar, o General referia que já se tinha avançado «demasiado para que se pudesse recuar», considerando a mesma necessária para não se perder «irremediavelmente a Guiné» e «decisiva para o desfecho da guerra na Guiné». Perante tais termos do pedido de Spínola, e havendo já «riscos» se a operação não fosse executada «pelas consequências que daí advirão» (Hortelão, Baêna e Sousa, 2012, p. 501), Marcello Caetano, perante estes argumentos, anuiu, recomendando ao portador da carta que transmitisse ao General que houvesse apudência que não fossem deixados vestígios da participação das tropas portuguesas na operação (Pereira, 2022, p. 323).

Outra consequência dessa operação falhada foram as resoluções do CS condenatórias contra Portugal n.º 289 (UN Security Council, 1970 a)<sup>173</sup> e n.º 290 (UN Security Council, 1970 b)<sup>174</sup>. Esta escalada diplomaticamente desfavorável prosseguiu na semana seguinte, no decorrer da XXV sessão da Assembleia-Geral da ONU, onde foi aprovada a resolução 2707, exortando o governo Português a não usar métodos químicos e biológicos contra os povos de Angola, Moçambique e da Guiné portuguesa e solicitando o fim do apoio financeiro para os projectos de Cahora Bassa e da bacia do Cunene (UN General Assembly, 1970)<sup>175</sup>.

No período em que se desenrolavam as operações Nó Górdio e Mar Verde, as únicas boas notícias que chegavam a Lisboa em termos militares foram a de se poder finalmente encomendar os dois aviões 707 (CSDN, 1970 e, p. 17) que possibilitavam transportar os militares mais rapidamente para o Ultramar (CSDN, 1970 e, p. 17), e ainda a da evolução militar verificada no teatro de operações considerado mais importante: Angola. Foi no decorrer do CSDN de dia 20 de Novembro de 1970 que se apreciaram os efeitos positivos das estratégias implementadas por Costa Gomes naquele território<sup>176</sup>.

#### **4.1.5. A NOVA CONSTITUIÇÃO DE 1971 E O IMPACTO INTERNO E EXTERNO DAS GRANDES OPERAÇÕES MILITARES**

Internamente, neste período o Presidente do Conselho procurava consolidar as suas promessas de avançar com as autonomias administrativas e participativas para o Ultramar, levando a cabo o processo de revisão constitucional de 1971, inaugurado nos finais de 1970 e terminado em Julho do ano seguinte<sup>177</sup>. No governo e nos meios militares, esta revisão constitucional provocou alguma agitação, como relatou o Ministro

---

<sup>173</sup> Ver resolução no ANEX.048, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 399.

<sup>174</sup> Ver resolução no ANEX.049, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 403.

<sup>175</sup> Ver resolução no ANEX.050, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 407.

<sup>176</sup> Nesta reunião do CSDN, ocorrida dois dias antes do início da operação Mar Verde, esta não foi mencionada, apesar de terem sido relatados com detalhe os efeitos operacionais da introdução dos Flechas no território de Angola e a forma como esse grupo actuava eficazmente em acções de contraguerrilha. Perante os resultados, foi decidido nesse encontro o recrutamento de mil novos Flechas (CSDN, 1970 f, p. 8) para potenciar ainda mais o efeito dessa novidade operacional.

<sup>177</sup> Com a revisão constitucional de 1971, a Lei Orgânica do Ultramar e os Estatutos Territoriais de Dezembro de 1972, o governo pretendeu dar a Angola e Moçambique o princípio da autonomia política, assembleias legislativas que não eram apenas consultivas, uma vez que, por exemplo, tinham o poder de criar impostos, ser eleitas por sufrágio universal e previam a constituição de tribunais próprios.

Sá Viana Rebelo na sequência de uma visita que efectuou às províncias de Angola e Moçambique enquanto o processo decorria<sup>178</sup>.

A posição não era unânime entre as chefias militares, havendo quem defendesse intransigentemente a manutenção da situação constitucional vigente, como Kaúlza de Arriaga e aqueles que defendiam uma solução negociada para o problema ultramarino. Outros, como era o caso de António de Spínola, defenderam, sem sucesso, que o território da Guiné ascendesse também à posição de Estado que seria atribuída aos territórios de Angola e Moçambique no âmbito da nova constituição.

As reuniões do CSDN de balanço das operações Nó Górdio e Mar Verde (CSDN, 1971 b; CSDN, 1971 c) evidenciaram a existência desta diferença de opiniões e o estado de espírito de ambos os comandantes em chefe. Enquanto Kaúlza, eufórico, concluiu que a guerra em Moçambique agora se poderia ganhar (CSDN, 1971 b, p. 20), António de Spínola não fez um balanço concreto da operação Mar Verde, trazendo em alternativa uma discussão conceptual acesa e inquietante, confrontando quer o MDN quer o Ministro do Ultramar sobre a possibilidade de a guerra subversiva contra o PAIGC poder ter, ou não, uma solução militar (CSDN, 1971 c, pp. 3-12). Isto obrigou Marcello Caetano a fazer ele próprio o balanço da operação Mar Verde, emitindo a sua opinião e salientando o desastrado efeito diplomático que as acções militares ineficazes e dispendiosas provocam (CSDN, 1971 c, pp. 12-14).

Com o fracasso da operação Mar Verde, o processo diplomático em curso com o Senegal ficou posto em causa, pelo exemplo que dava do que podia acontecer a um qualquer país soberano que fizesse fronteira com tropas portuguesas. O Senegal ficou particularmente preocupado com o que isso poderia significar na zona de Casamansa<sup>179</sup>, fragilizando todos os esforços diplomáticos de Lisboa a partir de então<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> Reunião do CSDN do dia 29 de Janeiro de 1971 (CSDN, 1971 a, pp. 4-12).

<sup>179</sup> Casamansa é a zona sul do Senegal, que representa um istmo praticamente separado do resto do território do país, entalado entre a fronteira sul da Gâmbia e a fronteira norte da Guiné Bissau, e que era cobijada territorialmente pela Guiné Conacri, que sempre viu essa parte do território senegalês, juntamente com a própria Guiné Bissau, como fazendo parte do projecto sonhado por Ahmed Sékou Touré da «Grande Guiné». Este território era uma das razões das desavenças entre Senegal e Guiné que o PAIGC sempre soube explorar em seu benefício, na prossecução da sua luta como movimento independentista. Esta região foi uma das muitas regiões vítimas das divisões *ad hoc* nascidas da Conferência de Berlim de 1885 e foi integrada no Senegal apenas no fim do século XIX, sendo até aí parte territorial da Guiné Bissau. Até hoje, aí vive uma comunidade com muitas ligações culturais e linguísticas aos povos do norte da Guiné portuguesa, num território rico em hidrocarbonetos, mas cuja população pouco usufrui do desenvolvimento correspondente e onde se fala um dialecto crioulo de base portuguesa.

<sup>180</sup> Léopold Senghor, cujo apelido tem origem portuguesa e disso fez referência até quando esteve reunido com o Presidente Nixon (US DEP. STATE, 1971 a), pela questão particular da Casamansa ou cultural, quis

Enquanto isso, no mesmo continente, mas mais a sul, a coordenação diplomático-militar ia-se aprofundando entre Portugal, a RAS e a Rodésia, com o tal entendimento desenhado para coordenar esforços comuns<sup>181</sup>.

Sob este pano de fundo, ocorreu em Junho de 1971 um importante encontro entre o Ministro Rui Patrício e o seu homólogo da RAS, Hilgard Muller, com vista à continuação da coordenação de esforços diplomáticos entre ambos os países<sup>182</sup>. Na CSDN, dias antes, a propósito deste encontro<sup>183</sup>, deu-se conta de estar praticamente concretizada a entrega em Angola do material militar sul-africano acordado (CSDN, 1971 d, p. 11) num momento em que a opção preferencial militar portuguesa para Angola divergia do desejo manifestado pela RAS (CSDN, 1971 d, p. 10), dando conta das subtilezas e dificuldades da aplicação prática do Alcora.

Porém, o estreitar do relacionamento entre os três países centro-austrais de África foi-se aprofundando e, a partir dos contactos estabelecidos, foi elaborado um estudo

---

sempre ter uma abordagem negocial com Lisboa, por isso sentiu que, com Marcello Caetano, talvez pudesse explorar esse ângulo. Em Setembro do mesmo ano, foi organizado em Genebra um encontro com o responsável do gabinete político do MNE português, Alexandre Ribeiro da Cunha, de que resultou a ressuscitação do FLING, um outro movimento emancipalista rival do PAIGC, patrocinado por Senghor e liderado por James Pinto Bull, um dos deputados da Ala Liberal que morreu no ano seguinte, num acidente de helicóptero nas matas da Guiné, juntamente com Pinto Leite. Esta acção diplomática ficou fortemente prejudicada com a acção do General Spínola, que bombardeou a aldeia senegalesa de Samine, provocando uma queixa do Senegal no CS no dia 27 de Novembro de 1969 (Pereira, 2022, pp. 278-279). Porém, os esforços diplomáticos continuaram e, por intermediação da missão sediada em Lisboa, os contactos retomaram, o que resultou na ida até à capital do Senegal de uma delegação de alto nível portuguesa, constituída por Alexandre Ribeiro Cunha e pelo chefe da DGS em Bissau, Matos Rodrigues, que reuniu durante três dias, de 9 a 12 de Fevereiro de 1970 (Pereira, 2022, pp. 317-318). Esse esforço de diálogo diplomático que, segundo Silva Cunha, previa «a hipótese de elevar Amílcar Cabral a Secretário-Geral do governo na Guiné» (Cunha, *DN* de 24 de Julho de 1999, p. 5), durou até meados de 1970.

<sup>181</sup> Numa carta datada de Maio e enviada pelo Chefe do Estado-Maior das SADF para o seu homólogo, o General Deslandes, o responsável sul-africano, deu conta a este de que estava em curso um melhoramento nos detectores de minas sul-africanos, que seriam produzidos em quantidade maior e que seriam entregues em cinco meses (Chefe Estado-Maior SADF, 1971). Esta missiva do militar sul-africano foi elaborada um mês antes do encontro do Ministro Patrício com o seu homólogo da RAS, Hilgard Muller, realizado na África do Sul em Junho de 1971.

<sup>182</sup> Do encontro que ocorreu entre 23 e 24 de Junho de 1971, existe um extenso e pormenorizado apontamento feito pelos sul-africanos, a que a diligente, atenta e sempre bem informada diplomacia americana aparentemente teve acesso em detalhe, uma vez que o mesmo se encontra nos arquivos americanos do Wilson Centre Archive (Ministério Negócios Estrangeiros RAS, 1971). A agenda desta reunião encontra-se igualmente documentada, neste caso, num arquivo nacional, no AHD do MNE (MNE, 1971 a).

<sup>183</sup> Esta cimeira determinou que ambos os países continuassem vigilantes relativamente aos perigos resultantes da penetração russa no oceano Índico; mantivessem a troca de informações em relação a desenvolvimentos sobre África como um todo; apoiassem os países africanos que endossassem políticas de diálogo, concordando ambos que o Presidente Kaunda da Zâmbia representava «um perigo para a paz e a tranquilidade na região sul de África»; adoptassem uma política comum em relação à Zâmbia, devendo esta envolver a Rodésia, tendo em conta os interesses económicos e políticos dos três países em causa. A posição de Rui Patrício assentava no seu receio em relação às consequências da conclusão do TAMZAM e no facto de, segundo informações, terem sido identificadas na Zâmbia 21 bases do MPLA e da FRELIMO, concluindo-se assim que Lisboa e Pretória deveriam harmonizar posições e iniciativas relativas à facilitação do comércio com Lusaca através de consultas prévias e discussões discretas entre ambos os países (Brandão, 2020, pp. 198-199).

profundo de análise, por parte dos três estados-maiores de Portugal, RAS e Rodésia, designado «Ameaças aos Países Alcora – Factores»<sup>184</sup>.

Pouco mais de um mês após a chamada da atenção de Marcello Caetano a Spínola relativamente às consequências da operação Mar Verde nos esforços diplomáticos junto do Senegal, Portugal voltou a ser tema de discussão no CS da ONU, na sessão de 15 de Julho, quando foi apreciada uma nova queixa do Senegal a propósito de outra violação da sua fronteira, consumada pelas tropas de Spínola na região de Casamansa.

Numa votação que contou com a abstenção dos EUA e do Reino Unido, e que resultou numa nova condenação a Lisboa, o texto final condenou a colocação ilegal de minas anti-tanque e antipessoal em território senegalês, e requereu o envio de uma missão especial para examinar a fronteira entre o Senegal e a Guiné Bissau, conforme o articulado na resolução do CS n.º 294 (UN Security Council, 1971 a)<sup>185</sup>. Dias depois, e noutra votação por unanimidade, o CS decidiu enviar uma missão especial à República da Guiné-Conacri para atestar no terreno os resultados da operação Mar Verde, consubstanciando-se na resolução do CS n.º 295 (UN Security Council, 1971 b)<sup>186</sup>.

E apesar de Lisboa, reiteradamente, discordar dos ataques que Spínola ia fazendo em território do Senegal (Brandão J., 2008, p. 322), este continuou a fazê-los. Em consequência, o Senegal apresentou nova proposta condenatória, que se converteu na resolução do CS n.º 302, nas vésperas da cimeira dos Açores, em que apenas os EUA se abstiveram (UN Security Council, 1971 c)<sup>187</sup>.

No que diz respeito ao impacto interno das grandes operações militares, nomeadamente em relação aos chefes militares no Ultramar, o espírito do chefe do governo ficou esclarecido quanto à eficácia, o irrealismo e o derrotismo apresentados, respectivamente, pelos diferentes comandantes-em-chefe, Costa Gomes, Kaúlza de Arriaga e António de Spínola, no período subsequente às referidas grandes operações e à estabilização do maior teatro operacional no Ultramar, Angola.

---

<sup>184</sup> Este extenso documento de referência, com 130 páginas, do qual foram produzidos 20 exemplares e cuja 15.ª cópia se encontra no AHM de Portugal, datado de Novembro de 1971, corresponde a uma apreciação estratégica e avaliação da ameaça aos países Alcora a curto, médio e longo prazo, e contém uma avaliação das estratégias russa e chinesa para África, entre outros aspectos de análise (SGDN, 1971). O documento, pelo expediente anexo, foi também dado a conhecer aos chefes de Estado-Maior da Armada, da Força Aérea e do Exército, assim como aos comandantes-chefes militares de Angola e Moçambique.

<sup>185</sup> Ver resolução no ANEX.053, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 449.

<sup>186</sup> Ver resolução no ANEX.054, no Vol. 2 -Anexos, na pág. 453.

<sup>187</sup> Ver resolução no ANEX.055, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 457.

Estas conclusões ficam patentes na sequência do CSDN de Junho de 1971 (CSDN, 1971 d, p. 21), onde Costa Gomes expôs uma situação de Angola militarmente estável e resolvida, contrastando com os cenários optimistas apresentados por Kaulza de Arriaga para Moçambique e com a manifestação de sinais de derrotismo apresentada por Spínola em consequência do fracasso da operação Mar Verde e pelo aumento da intensidade dos ataques do PAIGC e o consequente agravar da situação militar da Guiné.

Fora do âmbito estritamente militar, mas dentro do território nacional, notou-se também o impacto dessas grandes operações, nomeadamente com o início das acções das Brigadas Revolucionárias que, no dia 7 de Novembro, também em 1971, Isabel do Carmo e Carlos Antunes levaram a cabo na metrópole, sabotando a base da NATO na Fonte da Telha (Brandão J., 2008, p. 323).

Estas acções de sabotagem e a destruição de várias instalações da NATO no país mereceram do Presidente do Conselho uma atenção particular, sugerindo a criação de órgãos de contra-espionagem dentro das Forças Armadas<sup>188</sup> por considerar que, estando o país em guerra, havia «que acautelar todas as possibilidades» (CSDN, 1971 e, p. 28).

#### **4.1.6. A FORMALIZAÇÃO DAS LAJES E O ARTIGO QUE ARREFECEU O RELACIONAMENTO COM OS EUA**

A principal aposta diplomática de Marcello Caetano estava no melhoramento das relações com os EUA, sendo inclusivamente alvo de continuada reflexão a partir das Necessidades, como comprova o apontamento do MNE de Agosto de 1971 sobre as relações entre Portugal e os Estados Unidos (MNE, 1971 b)<sup>189</sup>, onde, apesar de

---

<sup>188</sup> Esta recomendação de Marcello Caetano, como se verificou mais tarde, não foi levada em consideração tendo em conta a relutância que a DGS demonstrava em monitorizar as actividades dos militares na metrópole. A DGS, para não ferir o bom relacionamento com os militares nas colónias, retraiu-se em vigiar as suas acções na metrópole, como explicou Pereira Carvalho, destacado dirigente da DGS que, a propósito desse assunto, afirmou que, quando foi levantada a questão de vigiar os militares, se opôs porque «a DGS trabalhava fraternalmente, lado a lado, com os militares em África, por isso, persegui-los na retaguarda seria estragar essa colaboração leal e provocaria graves problemas entre a polícia e as Forças Armadas», numa opinião que, segundo o próprio, vingou junto de Silva Pais (Antunes, 1992, p. 306) e objectivamente foi uma das causas para a falha de informação que permitiu o sucesso do golpe de estado no 25 de Abril de 1974.

<sup>189</sup> Importa visitar o documento datado de 2 de Setembro de 1971 e existente no Arquivo Diplomático do MNE, pois o conteúdo do mesmo condensa os encontros dos altos responsáveis dos dois países nesse período, como os ocorridos entre Nixon e Caetano em Março de 1969, os dois encontros de Marcello Caetano com o Secretário de Estado Rogers de 1970 e 1971, e a visita do Vice-Presidente dos EUA Spiro Agnew a Lisboa em Julho de 1971. Assinalou igualmente a lentidão com que decorreriam as negociações da bases das Lajes sob a alegação de os EUA terem «fundos disponíveis limitados», o que restringiu o volume de apoio que Portugal desejava negociar (MNE, 1971 b). Ver documento diplomático no ANEX.052, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 441.

referenciar a melhoria e a intensificação desses contactos, se sublinha a lentidão com que prosseguiram as negociações sobre a base das Lajes.

Mas por esta altura, as Lajes saíram do impasse negocial de uma forma algo inesperada. Quando Nixon provocou uma crise monetária mundial, em 15 de Agosto de 1971 – impondo restrições às importações norte-americanas, procurando defender o dólar no sentido de tentar equilibrar a balança de pagamentos norte-americana (Sá, 2016, p. 502) –, Pompidou, Presidente da República Francês, na posição de porta-voz da Europa dos Seis, pediu uma reunião com Nixon para debater e resolver o assunto. Os Açores, no meio do Atlântico, revelaram-se o lugar escolhido para uma cimeira marcada entre os chefes de Estado norte-americano e francês, encontro que ficou agendado para dia 13 de Dezembro de 1971. Como frisou Freire Antunes, a utilização do solo português para esta cimeira impôs que Washington resolvesse em primeiro lugar a questão das Lajes (Antunes, 1992, p. 164).

A diplomacia portuguesa, enquanto se preparava para um grande desafio logístico e diplomático, deu igualmente nota dos resultados de uma conferência realizada em Londres, com cerca de quatro dezenas de participantes oriundos de uma dúzia de países europeus e dos EUA, sobre o tema «A Europa e as relações entre as superpotências», que, entre outras conclusões interessantes, deu nota do interesse que África despertou no mundo comunista (Embaixada Portuguesa no Reino Unido, 1971), sendo particularmente interessantes as conclusões sobre a potencial ameaça da China<sup>190</sup>.

Conclusão semelhante foi também reportada pelos EUA num documento emitido pela CIA em Março de 1971 intitulado «O que os comunistas chineses andam a fazer na África negra»<sup>191</sup>. Este documento analisava a competição com a URSS noutra dimensão

---

<sup>190</sup> Segundo o director de planeamento do FO, «a China será um problema menor para a Europa excepto em África uma vez que o regime chinês só admite relações amigáveis com países menos poderosos». «Os iguais ou mais poderosos serão sempre tratados como inimigos, imediatos ou remotos, conforme haja ou não conflito de interesses», afirmou o conferencista e quadro superior do FO. Apresentou ainda a ideia de que a fusão da Europa interessava à China para distrair as atenções soviéticas, mas que África assumia grande importância por ser uma área geográfica «única» para o estabelecimento de relações. O alto quadro britânico concluiu que a China comercializa com os países que dela dependam e, por isso, precisaria de criar dependências em África (Embaixada Portuguesa no Reino Unido, 1971, pp. 5-6).

<sup>191</sup> A CIA elaborou uma análise a 23 de Março de 1971, onde identificou uma mudança de estratégia da China, a qual desistiu de apoiar dissidentes em países já independentes de forma a implantar a verdadeira revolução comunista, passando a preferir apoiar movimentos independentistas. Por outro lado, o documento também identificou o comprometimento da China na luta revolucionária global ao apoiar os movimentos independentistas nas zonas administradas pelas minorias brancas na África Centro-Austral, como Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul, cujos contactos eram facilitados pela cooperação firmada com vários regimes negros, também eles comprometidos com a libertação em relação ao reduto branco nessa região (CIA, 1971 a, p. 4). Ver documento no ANEX.051, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 413.

e assinalava uma mudança táctica da China, que passava a apostar na luta de movimentos independentistas contra os regimes de minoria branca e em projectos concretos de cooperação como o TAMZAM<sup>192</sup>, focalizando o apoio em dois ou três países.

O acordo das Lajes foi finalmente assinado no dia 9 de Dezembro de 1971 em Bruxelas, com Portugal a autorizar a extensão do uso da base aos Estados Unidos por um prazo de 26 meses, com final a 3 de Fevereiro de 1974, e prevendo um conjunto de contrapartidas<sup>193</sup>. A forma de curto prazo negociada pretendeu maximizar a possibilidade de melhoria na negociação seguinte, que se poderia processar com mais tempo, mais reflexão, e num segundo mandato de Nixon, o que, eventualmente, o libertaria para poder incluir equipamentos militares, algo que neste acordo não tinha sido possível. Como referiu o embaixador Hall Themido<sup>194</sup> no seu livro de memórias (Themido, 1995, p. 52), este tempo permitiria avaliar a eficácia da nova estratégia de formalização de cedência das bases através da concretização de um acordo, em troca de benefícios materiais e financeiros, em vez de manter a utilização das Lajes como um favor, sem estar formalmente assinada e sem receber nada em troca, como aconteceu entre 1962 e 1968 nos últimos anos do governo de Salazar.

---

<sup>192</sup> O TAMZAM, o mais emblemático projecto de cooperação sino-africano, ou a grande ferrovia *Uhuru* (que significa liberdade em suáli), era uma linha de caminho-de-ferro que começou a ser construída em 1970 e que ligava a capital da Tanzânia à província central da Zâmbia. Com quase 2000 kms de comprimento, seria a forma de eliminar a dependência deste país, que até então utilizava os sistemas logísticos de Rodésia, África do Sul e Moçambique para escoar as suas exportações. Sendo uma rota logística alternativa, segura e livre da influência «imperialista» para o comércio a granel do cobre da África Central, só foi possível concretizar este projecto com o financiamento da China, que o considerou um símbolo maior da «fraternidade chinesa comprometida com o desenvolvimento pan-africano».

<sup>193</sup> As contrapartidas previstas contemplavam que os norte-americanos prestassem um apoio de dois anos para a compra de cereais no valor de 30 milhões de dólares, no quadro da *Public Law 480*; assim como a possibilidade de uma linha de financiamento até 400 milhões de USD para projectos de desenvolvimento; o empréstimo do navio hidrográfico *Kellar*; a doação de um milhão de USD para projectos de educação; a venda de equipamento não militar no valor de cinco milhões de USD; e a suspensão por dois anos das despesas portuguesas no âmbito do *Military Assistance Advisory Group* estacionado em Portugal. Estas compensações conseguidas pelo governo português, num total de 436 milhões de USD para um período de pouco mais de dois anos (26 meses, uma vez que o acordo terminava em Fevereiro de 1974), representavam um montante elevado, principalmente se tivesse sido executado.

<sup>194</sup> João Hall Themido (1924-2017) foi um diplomata português de carreira, tendo sido durante dez anos o embaixador de Portugal nos EUA, entre 1971 e 1981, substituindo nesse posto o embaixador Vasco Garin. Anteriormente, e desde 1968, esteve colocado como embaixador em Roma. Nesses anos de 1971-1974, acompanhou de perto as relações entre Portugal e os EUA, tendo escrito um livro onde relatou muitos acontecimentos desse período (Themido, 1995). Mais tarde, foi nomeado embaixador português no Reino Unido, entre 1984 e 1989, tendo-se aposentado quando terminou esse posto. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique em 1984 (MNE, 2023 c).

Como Tiago Moreira de Sá sublinhou no seu livro *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*, este acordo das Lajes conheceu uma importante contestação interna nos EUA<sup>195</sup>, nomeadamente no Congresso (Sá, 2016, p. 503).

Efectivamente, passados poucos dias, era natural que um acordo desta dimensão e com este objecto fosse alvo de crítica, oposição e reacções. Apenas uma semana depois de rubricado, surgiu no Senado uma proposta legislativa, em formato de emenda bipartidária, a *Senate Resolution* n.º 214 (US SENATE, 1971)<sup>196</sup>, que visou contrariá-lo.

A intenção desta proposta legislativa era obrigar que o acordo das Lajes fosse submetido a aprovação pelo Senado, por se consubstanciar num acordo de tipo bilateral. Saliente-se que esta acção fiscalizadora do Senado perante a assinatura de Nixon estava inserida na batalha que o Congresso travada contra a metodologia secretista e absolutista do Presidente na condução da política externa (Antunes, 1992, p. 169). Segundo afirmou na ocasião o republicano Clifford Case, autor da Emenda 214, chegara o tempo de o Senado recuperar os seus poderes tradicionais na área da política externa. Como acentuaram Tiago Sá Moreira e Freire Antunes, este foi também o tempo em que começou o ataque do poder legislativo à «Casa Branca imperial» de Nixon e Kissinger (Antunes, 1992, p. 170). O acordo das Lajes era um bom pretexto e foi, possivelmente, uma vítima colateral desta guerra entre Casa Branca e Senado (Sá, 2016, p. 503)<sup>197</sup>.

Assim se chegou a 12 de Dezembro de 1971, data do segundo encontro entre Nixon e Marcello Caetano, por conta da cimeira entre os EUA e a França marcada nos Açores.

---

<sup>195</sup> Esta contestação manifestou-se de várias formas, e até dentro do Departamento de Estado a aparente, e excessiva, simpatia da administração Nixon por Lisboa não era unânime. Num documento oficial, sem data, mas aparentemente feito em Novembro de 1971, uma estrutura do próprio Departamento de Estado produziu o designado «Memorando de planeamento de políticas n.º 1», elaborado pelo Bureau dos Assuntos Africanos sob o tema «as relações dos EUA com os movimentos de libertação Africanos», que é bastante revelador do grau do descontentamento. Tratou-se de uma análise «ao efeito cumulativo de decisões *ad hoc* que afectam as relações dos EUA com os movimentos de libertação africanos e pode dar uma direcção não intencional à nossa política geral», mencionando que os EUA «têm mantido contactos discretos mas esperançosamente úteis» com os movimentos de libertação no sentido de encorajá-los a distanciarem-se da dependência excessiva da URSS. Entre outras recomendações sobre esses movimentos descritos como «símbolos de África», considerava-se que os EUA deveriam «manter o contacto discreto com a liderança destes movimentos» entre outras recomendações (US DEP. STATE, 1971 b). Ver ANEX.056, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 461.

<sup>196</sup> A emenda Case foi aprovada em Março de 1972 por uma esmagadora maioria de 50 votos a favor e apenas seis senadores contra (Sá, 2016, p. 503). Ver Proposta legislativa do Senado – *Senate Resolution* n.º 214 no ANEX.057, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 469.

<sup>197</sup> Como sublinhou Tiago Moreira de Sá, Marcello Caetano inclusivamente queixou-se ao Subsecretário de Estado para assuntos Africanos, quando este o visitou em Lisboa nesse ano de 1973, dizendo que a administração Nixon não havia cumprido as suas promessas e se recusava a fornecer o auxílio militar de que Lisboa precisava, classificando o embargo norte-americano de «unilateral», uma vez que os EUA vendiam armas a alguns países de África (Sá, 2016, p. 504), incrementando o dilema norte-americano.

Para esse encontro, o MNE preparou dez páginas com os pontos que Marcello Caetano gostaria de ver abordados com Nixon (MNE, 1971 c), um ambicioso plano temático que, se tivermos em conta o curto apontamento da conversação<sup>198</sup>, não terá sido satisfeito. No encontro apenas foram passadas em revista as visitas de Nixon a Pequim e a Moscovo e as negociações com a França que teriam lugar no dia seguinte, referindo-se que, caso se chegasse a um bom resultado, se poderia tentar suprimir a sobretaxa aplicada às importações criada pelos EUA (MNE, 1971 e).

Nesse período da cimeira, Marcello Caetano encontrou-se com o Presidente francês e, segundo o apontamento existente no AHD, esta conversa foi um pouco mais extensa do que aquela tida com Nixon (MNE, 1971 f). Para este encontro, o MNE preparou igualmente um documento com as temáticas para Marcello Caetano, seguindo basicamente o mesmo esquema preparado para Nixon (MNE, 1971 d). Pompidou afirmou que a dificuldade das próximas décadas se resumia em «compreender o desafio da Europa relativamente aos EUA», onde, segundo ele, o dilema europeu seria conseguir levar Nixon «a colaborar connosco sem o deixar comandar-nos» (MNE, 1971 f). Neste encontro, o chefe de governo português aproveitou ainda para se queixar das dificuldades sentidas na negociação com a CEE, referindo que o caminho era lento e havia egoísmos prevaletentes até na forma como a Comunidade negociava com Portugal (MNE, 1971 f). Marcello Caetano deu até um exemplo de como emperravam as negociações, pedindo uma posição de liderança da França, ao que Pompidou respondeu que ele próprio pretendia um Mercado Comum alargado, com um forte núcleo latino, e que por isso estaria disposto a apoiar os países como Portugal, que seguramente um dia dele «fará parte» (MNE, 1971 f).

Na sequência destes encontros, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, o Sr. Schumann e Rui Patrício, reuniram-se e aprofundaram o mesmo assunto da integração europeia, entre outras questões de interesse político-diplomático, nomeadamente o apoio militar gaulês ao esforço de guerra no Ultramar<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> Provavelmente por escassez de tempo, não foi possível abordar todos os temas que foram pensados e preparados pelo MNE. Segundo o plano, além das naturais relações bilaterais, Lisboa pretendia também discutir a questão da sua posição dentro do sistema defensivo ocidental, a sua política ultramarina, as características ofensivas que travavam em África, além das relações com a ONU e as nações africanas moderadas. Desta intenção inicial, tirando o lamento do chefe do governo de Lisboa por o governo americano não ter ido mais além no apoio a Portugal no acordo das Lajes, a maior parte dos temas preparados não constam no apontamento da conversa entre ambos (MNE, 1971 e).

<sup>199</sup> Segundo o apontamento diplomático da conversa que consta no AHD português (MNE, 1971 g), neste encontro foram abordados três temas: as negociações com o Mercado Comum, as relações entre Portugal e o Senegal e o fornecimento de material de guerra francês a Portugal. Sobre o primeiro tema, o Ministro francês parecia desconhecer o agravamento da posição francesa na discussão do concentrado de tomate português, uma vez que, segundo ele, já tinha tomado uma posição favorável, mas prometeu rever o assunto (MNE, 1971 g). Sobre o Senegal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de França concordou que

No âmbito das relações luso-americanas, o ano de 1972 foi uma espécie de apogeu político interno. Na realidade, o ano eleitoral de 1972 começou especialmente fulgurante para Richard Nixon, iniciando de forma disruptiva a nova diplomacia Americana e pondo em marcha a *Détente* quando viajou para a China e para a URSS. Realizou em Fevereiro a primeira dessas viagens históricas, no caso, à China, onde concluiu, bastante a propósito, que essa teria sido a «semana que mudou o mundo»<sup>200</sup>.

Em Lisboa, depois do acordo das Lajes e do novo desenho constitucional da autonomia progressiva e participada, Marcello Caetano viveu também o seu apogeu do poder (Barreto e Mónica, 1999, p. 207), num ano em que a presidência iria ser decidida, podendo o poder pender mais para São Bento do que para Belém neste fim de mandato, uma vez que Tomás precisaria do apoio de Marcello Caetano para continuar.

Contudo, no âmbito diplomático, não foi um ano bom para o Presidente do Conselho, uma vez que assinalou um agravamento na pressão diplomática sobre Portugal por parte do bloco afro-asiático na ONU com sucessivas propostas de resoluções, em particular no âmbito do Conselho de Segurança. Esses países procuraram fazer de 1972 um ano especial de desgaste diplomático, visando os regimes brancos instalados na região centro-austral de África, no chamado ano da cooperação ONU/OUA<sup>201</sup>. Por isso, conseguiram agendar e realizar uma sessão especial do Conselho de Segurança na capital da Etiópia, em vez de Nova Iorque, onde foram apreciadas várias resoluções,

---

este manifestou falta de realismo e que Portugal não poderia aceitar o plano Senghor, pelo que a única solução era limitar a discussão à resolução dos problemas de fronteira (MNE, 1971 g). Sobre a venda de equipamento militar, o Ministro reafirmou a posição tradicional de França, que inviabilizava as pretensões lusas uma vez que, por decisão presidencial, certos equipamentos com fins militares de luta anti-guerrilha, como helicópteros, eram utilizados para transporte de feridos nos campos de batalha (MNE, 1971 g).

<sup>200</sup> A propósito da sua visita à China, Nixon enviou uma missiva ao chefe do governo de Lisboa dizendo estarem criadas as condições para o fortalecimento a longo prazo das perspectivas de paz no mundo (Nixon, 1972), ao que Marcello Caetano respondeu dizendo que ele, tal como Nixon, esperava que a existência de contactos mais frequentes com os chineses pudessem servir a causa da paz no mundo (Caetano, 1972), numa leve ironia que revelava alguma dúvida sobre a sinceridade chinesa e, em especial, quanto à real eficácia da *Détente* norte-americana, quer na possível vantagem a tirar para o ocidente dessa proximidade ou frequência de contactos com o adversário ideológico, tendo em conta a sua própria experiência e os poucos resultados obtidos nos contactos com o Senegal e a Zâmbia.

<sup>201</sup> Para atingir esse objectivo, a OUA elaborou um pedido ao Secretário-Geral da ONU (subscrito por 35 países membros da ONU) para se realizarem sessões do Conselho de Segurança numa capital africana, em vez de estas terem lugar, como habitualmente, na cidade de Nova Iorque. A 20 de Dezembro de 1971, a XXVI Assembleia-Geral da ONU aprovou a ideia com 113 votos favoráveis e dois votos contra (Portugal e RAS) através da resolução n.º 2863. Assim, no ano da reeleição de Nixon, o ano em que a ONU elevou a sua cooperação com a OUA, a política externa norte-americana não deixou de ser influenciada pela linha oficial do Departamento de Estado, distanciando-se do realismo político da Casa Branca, que tinha criado uma política oficiosa para a região centro-austral de África. Não foi portanto de estranhar que, entre 28 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1972, se tenha decidido realizar um Conselho de Segurança da ONU em Adis Abeba, cidade sede da OUA.

fosse contra a Rodésia, a política de *apartheid* da RAS ou os territórios sob administração portuguesa em África.

No decorrer da mesma sessão, foi aprovada pela «maioria mínima requerida» (nove votos a favor / seis abstenções) a resolução n.º 312 do CS em Adis Abeba, em Fevereiro de 1972 (UN Security Council, 1972 a)<sup>202</sup>, que visou Portugal e em relação à qual o MNE elaborou uma nota explicativa<sup>203</sup>.

O panorama no plano diplomático escalou ainda mais quando, no mês seguinte, em Abril de 1972, o PAIGC conseguiu albergar durante uma semana no interior da Guiné, nas denominadas «zonas libertadas», uma delegação da ONU previamente convidada para aferir da capacidade militar-administrativa dessa força independentista. Um posterior relatório dessa missão desfez as dúvidas, aos olhos da comunidade internacional, sobre a efectiva capacidade militar das forças rebeldes perante o Exército português revelando alguma precariedade militar lusitana numa substancial do território da Guiné, particularmente tendo em conta quer acontecimentos no terreno quer comparadas com declarações de alguns responsáveis militares<sup>204</sup>.

## **4.2. SEGUNDA FASE: DA DIVULGAÇÃO DA *TAR BABY OPTION* AO WATERGATE**

### **4.2.1. O DILEMA PORTUGAL PARA OS EUA EM ANO ELEITORAL E A MUDANÇA ESTRATÉGICA DE SPÍNOLA**

Quando o Presidente Nixon preparava a sua segunda visita histórica ao mundo comunista, desta feita a Moscovo, no dia 2 de Abril de 1972, o jornal *New York Times* publicou na primeira página um artigo intitulado «EUA ampliam laços com os Brancos

---

<sup>202</sup> Ver resolução no ANEX.058, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 473.

<sup>203</sup> Numa circular de 9 de Fevereiro do MNE, a diplomacia portuguesa fez uma apreciação um pouco benévola dos acontecimentos e da votação em si, onde sublinhava não terem sido apresentadas inovações relativamente a anteriores resoluções do CS em termos de conteúdo (MNE, 1972 a). Recorde-se que nessa ocasião foi autorizado o envio de uma missão da ONU «às regiões libertadas» na Guiné e que, nessa sessão do CS, estiveram presentes, como convidados, representantes dos movimentos independentistas, que tomaram a palavra, e cuja presença foi de certa forma um aval à representatividade desses movimentos por parte da comunidade internacional. No dia 1 de Fevereiro, inclusivamente, Amílcar Cabral discursou pela primeira vez no CS na cidade de Adis Abeba.

<sup>204</sup> Recorde-se que, no mês anterior, no dia 9 de Março de 1972, o aeroporto de Bissalanca, perto da capital Bissau, foi alvo de um ataque do PAIGC, enquanto em Moçambique Kaulza de Arriaga proclamava a 1 de Janeiro que «a vitória está próxima», ao mesmo tempo que a FRELIMO atacava o aquartelamento de Macomia e eram denunciados massacres em Mocumbura (Brandão J., 2008, pp. 325-352).

de África» (Smith, 1972)<sup>205</sup> que teve enormes repercussões no relacionamento com Lisboa.

Segundo este artigo assinado por Terence Smith, a administração Nixon, nas costas do Departamento de Estado, mudara a política oficial norte-americana em relação a África, decidindo aproximar-se e desenvolver associações com os regimes brancos da África Centro-Austral, dando como exemplo dessa inflexão tanto o acordo dos Açores como a autorização de venda de aeronaves militares a esses regimes, que era proibida desde a administração Kennedy.

Com este artigo, e em ano eleitoral, o assunto da base das Lajes, nos Açores, passou a ser nos EUA uma arma de arremesso político e tema recorrente nos discursos dos candidatos do Partido Democrata, numa campanha para manchar a reputação e os sucessos diplomáticos de Nixon, que estava a conseguir fechar com sucesso o capítulo doloroso do Vietname.

O tema do apoio encoberto da administração americana a Lisboa, revelado pelo *New York Times*, desgastou o relacionamento entre as capitais e provocou um arrefecimento das relações. Em período pré-eleitoral, e depois de estar formalizado o acordo das Lajes, a administração americana passou a priorizar e a ter a necessidade de demonstrar os seus pergaminhos anticolonialistas.

A bomba jornalística no *New York Times* acentuou o dilema que a administração americana sentia pelo apoio «secreto» dado a Lisboa, até pela forma como a opinião pública americana ficou a conhecer, com a pior publicidade possível, que a Administração advogava agora uma proximidade com o regime do *apartheid* e os outros

---

<sup>205</sup> O artigo deu conta da revisão oficial de política externa americana executada pelo CNS ao escolher a opção «Dean Acheson», que liberalizava a relação com os regimes da «África Branca» da região centro-austral. O artigo mencionou ainda que esta opção *Tar Baby*, assim designada pelos africanistas do Departamento de Estado, que se viram ultrapassados na decisão, seguia uma via persuasiva e amigável, em vez da tradicional e oficial condenação audível dos EUA, acreditando que estes regimes modificariam por iniciativa própria as suas políticas internas e raciais. O jornal deu conta que Nixon/Kissinger preferiram a opção *Tar Baby* por considerarem que os problemas morais e políticos observados naquele continente estavam longe de serem influenciados ou controlados pela América, uma vez que nesse continente tinham uma influência marginal. Por isso, a sua nova política passaria por defender uma linguagem mais firme na ONU, enquanto permitiriam um relaxamento no embargo de armas. Segundo o articulista, a decisão fora influenciada pelo facto de 12 das 20 maiores empresas americanas terem negócios na África do Sul, movimentando o interesse de centenas de empresas, gerando mil milhões de dólares e com um retorno de 17% ao ano bastante significativo. O jornal deu ainda conta de que a NSDM 38 foi classificada e mantida desconhecida quer do público quer mesmo do Departamento de Estado, por medo da tempestade política que poderia gerar. O artigo deu voz ao senador Stevenson, que manifestou o receio de que os EUA, por conta da decisão, estivessem à beira de perder a sua influência e o reservatório de boa vontade que sempre tivera em África. Já o influente deputado Diggs referiu que o Congresso teria de dar uma resposta à governação da administração Nixon, uma vez que África toda estava a seguir uma direcção e o governo dos EUA ia noutra. Ver artigo de Terence Smith publicado no *New York Times* no dia 2 de Abril de 1972 no ANEX.059, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 477.

regimes brancos nessa região de África. Tudo isto em ano de eleição presidencial e numa matéria, a política externa, que era o prato forte da campanha de Richard Nixon.

O artigo revelou ainda a existência de uma política de contornos semifíciosos, como que paralela àquilo que o Departamento de Estado<sup>206</sup> e o resto dos órgãos legislativos americanos acreditavam ser a política oficial norte-americana, o que naturalmente acirrou os políticos democratas no Senado e os *media* mais liberais, os dois principais bastiões oposicionistas que combatiam a Administração Nixon.

Naturalmente que o tema foi impulsionado entre os múltiplos candidatos democratas desde as primárias, que entre si se digladiavam, procurando de todas as formas armas de arremesso politicamente válidas e certeiras, quer para se distinguirem quer para manchar a reputação da política externa do Presidente Nixon. Este acontecimento condicionaria fortemente a condução da política externa norte-americana na região centro-austral e marcaria um efectivo afastamento público de Nixon em relação a Lisboa<sup>207</sup>.

A utilização deste argumento veio como que demonstrar que a política externa de Nixon tinha áreas cinzentas e obscuras. Sendo assim, era um facto político útil para a agenda mediática oposicionista, que tentou evitar o passeio triunfal republicano previsível para eleições de 1972. Ou seja, a nova orientação estratégica da política externa norte-americana para a região centro-austral de África, consubstanciada no acordo das Lajes

---

<sup>206</sup> Desde o governo Kennedy que o Departamento de Estado tinha defensores de uma linha dura com Lisboa, considerando mesmo alguns deles que os EUA deveriam ter uma postura um pouco mais favorável à causa independentista e manter contactos menos *ad hoc*, mais sistemáticos, apesar de «discretos, mas úteis», com os movimentos independentistas. Num documento sem data, originado em Novembro de 1971, revisto no dia 2 de Dezembro e enviado para todos os postos diplomáticos dos EUA em África a 23 de Dezembro de 1971 (US DEP. STATE 1971 b), intitulado «Policy Planning Memorandum nº 1», o tema era a análise e a regulação das relações dos EUA com os movimentos africanos de libertação. Com ele, os diplomatas do Departamento de Estado pretendiam dar uma certa ordem ao que consideravam decisões *ad hoc* nas diferentes acções de apoio, nomeadamente os apoios aos programas implementados.

<sup>207</sup> A reeleição e os votos afro-americanos no ano de 1972 eram para Nixon provavelmente mais importantes do que defender um regime que a linha maioritária no seu Departamento de Estado achava que teimosamente mantinha políticas coloniais em contraciclo histórico, contrariando as orientações de política externa norte-americanas, fundadas pelo menos desde a doutrina de Monroe e pelo direito internacional emitido pela ONU. O realismo de Nixon procurou atenuar esta linha maioritária, mas, apesar de tudo, precisava dos votos para se reeleger, e talvez agora estivesse um pouco mais flexível a essas ideias de menor condescendência para com Lisboa, até porque, recorde-se, em tempos idos Lisboa recusara os planos norte-americanos Ball e Anderson de 1963 e 1965 para a ajudar a sair do Ultramar. Muitos dos diplomatas norte-americanos, agora como nessa altura, aguardavam serenamente que o regime caísse por si, como previu o próprio autor do último plano, o embaixador norte-americano em Lisboa em 1965, que, quando recebeu a negativa de Salazar em Março de 1966, comentou com os colegas: «O melhor seria deixarmos esta panela a ferver em lume brando até que algum acontecimento significativo torne uma nova abordagem aconselhável.» As proféticas palavras foram proferidas oito anos antes dos acontecimentos de 16 de Março e de 25 de Abril de 1974.

não ratificado pelo Congresso, seria um tema de campanha eleitoral e denotava a existência de um dilema político para a administração dos EUA.

Este agudizar do relacionamento entre os dois países ficou evidenciado no teor da audiência do embaixador norte-americano Knight<sup>208</sup> com Marcello Caetano, numa longa reunião no dia 29 de Junho de 1972, onde este informou o diplomata norte-americano de que, caso a Emenda Case se efectivasse, os EUA teriam de retirar das Lajes (NSC, 1972, p. 836). O embaixador acreditou na ameaça do chefe do governo português, não achando tratar-se de «um bluff». Neste encontro que foi dado a conhecer por um memorando que Sonnenfelt<sup>209</sup> enviou para Kissinger, Marcello Caetano observou ainda que os EUA pareciam cegos perante a «expansão da esfera de influência chinesa no Oceano Índico e na costa oriental de África, assim como à expansão da esfera soviética no Próximo Oriente e na costa ocidental africana». Na ocasião Marcello fez ainda notar que Portugal não podia desistir do Ultramar, uma vez que internamente «isso não seria aceite», e uma descolonização poderia levar a comunidade branca em África a optar por uma independência unilateral como a da Rodésia. Estas opiniões registadas pelo embaixador, transmitiram-lhe a ideia de que Caetano queria evoluir nesses territórios, mas tinha receio de o fazer demasiado depressa (NSC, 1972, pp. 836-837).

O autor deste memorando<sup>210</sup> transmitiu ainda a Kissinger que talvez o Presidente Nixon devesse ser informado destas posições de Lisboa, nomeadamente do resumo «muito competente» elaborado pelo embaixador Knight. Porém, tal não sucedeu, uma vez que Kissinger anotou pelo seu punho uma nota no documento em que se lê «não se preocupe em mandar», que o arquivo norte-americano registou no seu processo arquivístico. Igualmente, não consta no arquivo o registo do tal *report* do embaixador Knight mencionado no memorando (NSC, 1972, pp. 837-838).

É precisamente nesta altura, em meados de 1972, que o PAIGC ameaça avançar com a independência unilateral no ano seguinte<sup>211</sup>, levando à mudança de estratégia de

---

<sup>208</sup> Ridgway Brewster Knight (1911-2001) era um diplomata norte-americano de carreira, francês de nascimento, e foi nomeado embaixador dos EUA em Lisboa em Julho de 1969, tendo terminado oficialmente as funções a 24 Fevereiro de 1973. Anteriormente, havia desempenhado as funções de embaixador na Síria entre 1961 e 1965 e na Bélgica entre 1965 e 1969 (US DEP. STATE, 2009 b).

<sup>209</sup> Hemult Sonnenfeld era um membro da equipa de Kissinger do NCS. Elaborou este memorando para Kissinger com a sugestão de o seu chefe ler, pelo menos, o resumo do embaixador Knight sobre a reunião com Marcello Caetano (NSC, 1972, p. 836). Note-se ainda que foi Kissinger que afastou o embaixador Knight de Lisboa, capital que ficaria sem embaixador cinco meses depois.

<sup>210</sup> Ver este Memorando no ANEX.060, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 485.

<sup>211</sup> Na reunião do CSDN de 22 de Maio de 1972, o chefe do governo abordou o tema que considerava de maior importância: as acções de contrapropaganda e a acção psicológica que, segundo o chefe do governo, causava «sérias apreensões e desmoralização», quer na população civil na metrópole e Ultramar quer nas Forças Armadas. Outro tema discutido foi a questão dos «governos das zonas libertadas», onde o PAIGC

Spínola, como comandante-chefe da Guiné. Recorde-se que este território era o mais pequeno do Ultramar mas, simultaneamente, o mais desafiante e difícil teatro de operações militar. Em primeiro lugar, pela sua geografia, que obrigava a um dispositivo operacional exigente não só do Exército, mas igualmente de outras armas, nomeadamente da Marinha, por implicar a necessidade de uma vasta esquadilha de lanchas essenciais para abastecimento e logística do interior do território.

Esta complexidade obrigava a Marinha portuguesa a manter a cobertura e o controlo da complexa rede fluvial do território, assim como exigia um extenso apoio aéreo e helitransportado para o tipo de operações no terreno por parte da Força Aérea.

Entre 1968 e 1973, o conceito operacional aplicado na Guiné sob o comando de Spínola mudou relativamente ao que existia anteriormente. A postura passou a ser mais ofensiva e de intervenção, comparativamente ao dispositivo de manutenção de posições, mais defensivo e onde imperara a quadrícula do tempo do General Arnaldo Schulz, quando este comandou a Guiné, desde 1963 até ser substituído por Spínola.

A nova liderança ajustou o dispositivo militar, concentrando forças e abandonando as zonas onde a população rareava ou não existia, como fez na zona de Beli em 1968, e em Medina do Boé e Gandembel no ano seguinte (Duarte e Neves, 2018, p. 83), numa transição de postura militar<sup>212</sup>. De 1968 até 1972, pode considerar-se que houve um período militarmente menos atribulado nas três frentes da Guiné (Norte, Leste e Sul) quando comparado com o que viria a acontecer posteriormente, após o desaparecimento de Amílcar Cabral e o simultâneo aparecimento dos mísseis Strela nos primeiros meses de 1973.

O conceito inicial de acção estratégica desenvolvido por Spínola implicou estender a guerra, através de acções ofensivas oportunas e de maior duração, a quase todo o território e, simultaneamente, no âmbito de uma verdadeira política de cariz económico e social, dando uso à vertente psicológica, consubstanciada no programa «Por uma Guiné melhor» com que o novo comandante da Guiné procurou conquistar as populações, sendo disso exemplo os «Congressos do Povo»<sup>213</sup> (Duarte e Neves, 2018,

---

ameaçava avançar com uma independência unilateral. A propósito disso, e sobre a visita do Comité dos 24 ocorrida no dia 27 de Março de 1972 na Guiné, o MDN disse que teria sido apenas uma «tentativa», uma vez que Spínola lhe assegurou não ter acontecido (CSDN, 1972 c, pp. 2-11). Ver Projecto de Directiva Nacional – Guerra Psicológica 1972 no ANEX.020, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 117.

<sup>212</sup> Conforme o coronel pára-quedista José Moura Calheiros caracterizou nessa altura na Guiné, «passou-se de uma guerra de Companhias para uma guerra de Batalhões» (Duarte e Neves, 2018, p. 83).

<sup>213</sup> Os Congressos do Povo instituídos no território da Guiné por Spínola pretendiam incluir a participação dos diferentes povos guineenses na administração do território através de um processo de auscultação orgânica dos diferentes agrupamentos que constituíam o mosaico étnico da Guiné. Estes encontros gerais

pp. 83-84). Nessa fase, Spínola apostou em quebrar o ímpeto combativo do PAIGC, correspondendo à sua crença na via militar como solução, dando-lhe primazia, com vista a gerar impasse no desenvolvimento da acção do PAIGC. Essa durou até meados de 1972, quando Spínola mudou de estratégia por falta de resultados tácticos (Fraga, 2020, p. 165).

Esta mudança de ideias e estratégia fica clara se compararmos a linguagem e, pressupostamente, o estado de espírito de Spínola que, em Mansoa, em Março de 1970, declarou junto do Ministro Silva Cunha que «a guerra seria ganha», mas que no ano seguinte já confessou que «no campo militar não será possível conseguir uma vitória decisiva» (CSDN, 1971 c, p. 10).

Isto reflectia o seu novo estado de espírito e de ânimo e, por consequência, a actuação e moral das suas tropas no terreno. Não é de estranhar que, em Maio de 1972, Spínola tenha mantido uma conversa indirecta com o PAIGC, autorizada por Marcello Caetano, tendo como interlocutor o Presidente Senghor do Senegal, cujo resultado não foi aceite pelas autoridades portuguesas (Silva, 1997, pp. 107-108)<sup>214</sup> após uma reunião restrita do CSDN<sup>215</sup>, entre outras razões, pelo padrão de comportamento reiterado observado no interlocutor senegalês<sup>216</sup>.

Entretanto, no outro lado do Atlântico, e na sequência do referido artigo do *New York Times*, o Secretário de Estado para os Assuntos de África, David Newson, emitiu um

---

representativos da população tinham carácter consultivo e representavam um importante instrumento político e social da administração da Guiné, pois visavam sobretudo promover a dignificação dos povos e das suas culturas tradicionais (Fabião, 1985, pp. 308-309). Até Maio de 1973, foram realizados quatro Congressos do Povo anuais neste território.

<sup>214</sup> Marcello Caetano recusou a solução trazida por Spínola por reacear os efeitos que essa negociação provocaria, pela efectivação da teoria do dominó, que podia inviabilizar a sua «estratégia dos Brasis» por efeito de contaminação. Objectou formalmente a proposta por questões de oportunidade, falta de idoneidade dos medianeiros, não existência de garantias internacionais face à pressão negativa superveniente e por o acordo poder também, eventualmente, implicar a perda de Cabo Verde (Silva, 1997, pp. 107 e seguintes).

<sup>215</sup> Esta decisão foi tomada numa reunião restrita do CSDN, da qual não existe acta, onde estiveram presentes o Presidente da República, os ministros da Defesa, da Marinha, do Ultramar, dos Negócios Estrangeiros, e o CEMGFA, no dia 25 de Maio de 1972. Américo Tomás, aliás, afirmou mais tarde ter estranhado o pedido dessa reunião, marcada de véspera, mas anuiu comparecer apesar de ter confessado, após a realização da mesma, não ter ficado «com uma ideia clara e precisa da gravidade da situação» da Guiné (Tomaz, 1982, p.166), mas que em caso algum aceitaria aquelas sugestões do General Spínola (Silva, 1977, p. 107). Silva Cunha, por sua vez, registou nas suas memórias que, após o relato dos contactos com o Senegal, ouvidas as sugestões de Senghor e a forma como Spínola reagiu às mesmas, todos os presentes foram da opinião unânime que não havia «razão suficiente para seguir as sugestões do Presidente do Senegal» como Spínola nesse encontro defendeu (Cunha, 1977, p. 51).

<sup>216</sup> Estas não foram as primeiras negociações que o chefe do governo de Lisboa teve com o Senegal. Nem foram as primeiras que o Senegal deixara cair, sem dar sequência às mesmas. Um segundo encontro com Spínola seria marcado para 27 de Julho, mas Senghor acabou por não comparecer (Rodrigues, 2010, pp. 171-172). Tal como em 1971, quando ocorreram as primeiras negociações entre Portugal e Senegal, Senghor prometeu enviar um emissário a Lisboa, o qual nunca chegou (Caetano, 1974, p. 190).

*press release* oficial, a 28 de Junho de 1972, dando conta do interesse da Administração Nixon pelos assuntos de África (US DEP. STATE, 1972 a), o que, de alguma forma, sublinhava o dilema que Portugal representava para os EUA, principalmente num ano eleitoral. Este documento do Departamento de Estado pretendia ser um contraponto às declarações do congressista Diggs<sup>217</sup>, o qual considerou a política de Nixon uma colaboração americana com os «regimes brancos», uma expressão linguística que pretendia agrupar numa única realidade os territórios portugueses na África Centro-Austral, a RAS e a Rodésia.

Com este documento, Newson procurou sublinhar que a política americana em relação a essa região do continente africano era constante desde os finais dos anos 50, realçando que os EUA apoiaram sustentadamente o princípio da autodeterminação para todos os povos de África. Além disso, mantinha-se um embargo de armas que segundo o membro do Departamento de Estado requeria constante vigilância, não havendo até à altura prova de que alguma arma dos EUA tivesse sido enviada para a região centro-austral desde 1963, apesar de reconhecer a existência de áreas em que conflitos de interesses afectavam a aplicação das políticas americanas, nomeadamente «os territórios portugueses» (US DEP. STATE, 1972 a, pp. 2-7).

O dilema dos EUA ficou bem ilustrado neste documento quando Newson confessou que a área mais difícil de gerir era precisamente a das relações com Portugal (US DEP. STATE a, 1972, p. 8), uma vez que, segundo ele, Lisboa continuava a ser um aliado de décadas e os EUA beneficiavam de facilidades nos Açores que eram de grande importância estratégica para a defesa anti-submarina tendo em conta a crescente presença submarina soviética no Atlântico (US DEP. STATE a, 1972, p. 8).

Estas tensões anti-Lisboa na capital dos EUA, nos corredores do poder legislativo em Washington, provocaram a escalada na actividade legislativa que visou Portugal<sup>218</sup> e iam sendo relatadas pela diplomacia portuguesa. Num telegrama de 25 de Julho de 1972, o embaixador português em Washington, Hall Themido, deu conta deste dilema da Casa Branca, fazendo referência à luta entre os poderes legislativo e executivo norte-

---

<sup>217</sup> Charles C. Diggs, membro da Câmara dos Representantes pelo Partido Democrático, eleito pelo Estado do Michigan, era um influente político afro-americano, presidente do importante Subcomité para assuntos de África no *House Foreign Affairs* e Presidente do Congressional Black Caucus entre 1969 e 1971.

<sup>218</sup> Recorde-se que, em Maio desse ano, o senador Case voltou a apresentar duas emendas no Senado, uma em que propôs o bloqueio de fundos para a instalação de novas bases militares norte-americanas no estrangeiro e outra que previa o congelamento de todas as contrapartidas financeiras previstas no acordo das Lajes. Ambas foram aprovadas em Setembro desse ano pelo Senado norte-americano com uma expressiva votação de 41 votos a favor e seis contra (Sá, 2016, p. 503).

americanos, que não parou de afectar Lisboa (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1972, p. 1).

Na sequência do encontro que teve com o Secretário de Estado Adjunto Abshire<sup>219</sup>, concluiu que o governo não se deveria preocupar caso o acordo das Lajes fosse submetido ao Senado como tratado, «uma vez que poderia passar no Congresso sem dificuldade», dado que o chefe do Estado-Maior da Armada tinha informado os senadores de que «os Açores eram muito importantes na luta anti-submarina dos EUA» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1972, pp. 2-3).

De qualquer modo, o senhor Abshire tranquilizou o embaixador Hall Themido, dizendo que estava certo de que, no pior dos cenários, o Presidente não aceitaria submeter o acordo dos Açores à aprovação do Congresso, pois isso constituiria «um precedente inaceitável» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1972, pp. 3-4).

Entretanto, o candidato presidencial democrata McGovern<sup>220</sup>, que concorreria contra Nixon, acusou o Presidente norte-americano de estar a apoiar «os regimes ditatoriais racistas brancos» em declarações ao diário argentino *La Opinión*. Com efeito, no dia 3 de Outubro, em plena campanha eleitoral, foram publicadas neste jornal declarações veementes contra Portugal feitas pelo candidato à presidência pelo Partido Democrata, tal como referiram diplomatas portugueses acreditados na Argentina<sup>221</sup>. Nesse depoimento, o senador McGovern garantiu que, a troco de um duvidoso interesse militar de curto alcance, os EUA ajudavam a perpetuar o domínio colonial de Portugal<sup>222</sup>, levando o povo americano até «novos Vietnã em África».

Outro exemplo que ilustrou o aproveitamento do assunto ultramarino português para tema da campanha eleitoral, e que acentuou o clima de confronto político entre a

---

<sup>219</sup> David M. Abshire foi Adjunto do Secretário de Estado para assuntos legislativos de Abril de 1970 até Janeiro de 1973.

<sup>220</sup> George Stanley McGovern (1922-2012) foi membro do Partido Democrata do estado do Dakota do Sul, senador durante três mandatos e candidato presidencial pelo Partido Democrata nas eleições presidenciais de 1972, concorrendo contra Richard Nixon.

<sup>221</sup> Num ofício elaborado pela embaixada portuguesa na Argentina no dia 4 de Outubro, e enviado para o MNE a partir de Buenos Aires (Embaixada Portuguesa na Argentina, 1972).

<sup>222</sup> O senador disse ainda que os EUA, ao apoiarem Lisboa, contribuíram para a consolidação do poder ditatorial português sobre o seu próprio povo e, com esse processo, deteriorou o bom nome e a imagem dos EUA como país defensor dos direitos humanos. O candidato ainda referiu que, embora o Senado tivesse questionado o acordo «unilateral de Nixon com Portugal» sobre a concessão de direitos para a instalação de bases navais e aéreas nos Açores, era evidente que Portugal «recebeu cerca de 400 mil dólares de que a sua economia de guerra precisaria. Esta ajuda não beneficiou o empobrecido povo português, servindo tão-só para que se perpetuasse o domínio colonial do governo de Lisboa em África» (*La Opinión*, 1972).

Administração Nixon e a sua oposição, foram as declarações feitas por outros destacados políticos do Partido Democrata<sup>223</sup>.

O acordo das Lajes, que era alvo de tantas críticas nos EUA, também gerou insatisfação em Lisboa, especialmente em dois níveis: por um lado, pela parcela dos 400 milhões de dólares de financiamento previsto que nunca saiu do papel por razões financeiras, uma vez que os juros nos mercados alternativos aos norte-americanos eram mais competitivos que os dos EUA; por outro, pelo facto de as listas de material disponível recebido dos norte-americanos não se enquadrarem nas reais necessidades militares portuguesas<sup>224</sup>.

#### **4.2.2. AS MUDANÇAS NAS FRENTES POLÍTICA E MILITAR E O EFEITO DA REELEIÇÃO DE NIXON NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

Foi neste ambiente político-militar volátil<sup>225</sup> que se reuniu o colégio eleitoral em Lisboa e se elegeu o chefe de Estado no dia 25 de Julho de 1972, reconduzindo o almirante Américo Tomás no Palácio de Belém. Este acontecimento coincidiu com outro relevante, no dia 5 de Setembro, com a substituição do CEMGFA, saindo o General Deslandes e entrando o General Costa Gomes.

Entretanto, o dilema diplomático que representava Portugal para os EUA, de não querer ferir política e diplomaticamente um aliado importante por causa das Lajes, mas cuja

---

<sup>223</sup> Hubert Humphrey, antigo Vice-Presidente de Johnson e candidato democrata nas primárias em 1972, afirmou que os Estados Unidos deviam fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para acabar com as guerras coloniais nos territórios portugueses de África. Disse igualmente que o Congresso devia rever cuidadosamente o Acordo dos Açores (Antunes, 1992, p. 219). Pelo mesmo diapasão, aquele que era considerado o principal candidato democrata nesse ano de 1972, o último membro vivo do clã Kennedy, Edward Kennedy, afirmou sobre este tema que o dinheiro dos Estados Unidos não podia ser usado para facilitar, subsidiar ou promover, seja de que forma for, o comércio entre os EUA e Portugal e a África do Sul até que estas nações «assumam os valores do século XX» (Antunes, 1992, p. 220).

<sup>224</sup> Este segundo aspecto foi revelado com a missiva que o embaixador Caldeira Coelho do MNE enviou para o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (MNE, 1972 b). Neste documento são relatadas as reuniões de Washington com a embaixada portuguesa e os representantes do Departamento de Estado, da Defesa e dos Transportes americanos que tentaram, em vão, desbloquear o assunto. Segundo o diplomata, ao concluir-se que não havia uma solução para o assunto, sugeriu a constituição de uma comissão, pois de «outra forma receava que esta parte do acordo não chegasse a ter execução» (MNE, 1972 b).

<sup>225</sup> A substituição ou manutenção de Américo Tomás na presidência foi talvez a decisão mais controversa que Marcello Caetano tomou durante todo o seu mandato, num ano em que estava no auge do seu poder. Enquanto os elementos mais reformistas do regime e, em particular, a Ala Liberal tentaram substituir Tomás por Spínola na presidência, Marcello Caetano provavelmente preferiu mexer no topo dos militares em vez de no topo da presidência. A Ala Liberal encarava a substituição de Américo Tomás na presidência como essencial para manter o ímpeto reformista no país; o seu líder, Francisco Sá Carneiro, tentou encontrar um candidato alternativo ao almirante e contactou António de Spínola directamente, por carta datada de 15 de Junho, e também indirectamente através de pessoas próximas ao General (Bernardo, 1996, pp. 261-264). O que é conhecido é que Marcello Caetano tentou demover Spínola da intenção de concorrer a Presidente, levando a ANP a propor a Américo Tomás recandidatar-se. Na sequência destes episódios, a Ala Liberal começou a sua rota de colisão com Marcello Caetano e, como o próprio Spínola confessou mais tarde, «a partir daí deixei de ser marcelista», com as consequências que se conhecem (Bernardo, 1996, p. 239).

política ultramarina o condicionava, acentuou-se neste período de campanha eleitoral, porque exigia-se a Nixon o renovar das credenciais anticolonialistas da administração norte-americana, de forma a não afugentar o voto afro-americano.

Assim, e ainda no início desse ano eleitoral de 1972, no curto espaço de um mês, a diplomacia dos EUA foi confrontada no Conselho de Segurança com duas resoluções condenatórias contra Portugal. Na primeira, de 12 de Outubro de 1972, que resultou de uma queixa do Senegal por causa um ataque militar a um posto fronteiriço senegalês, e terminou com a resolução n.º 321 (UN Security Council, 1972 b)<sup>226</sup>, os EUA abstiveram-se, tal como o Reino Unido e a Bélgica. Porém, a segunda condenação do Conselho de Segurança era mais grave e significativa, no seu conteúdo e importância, e obrigou os norte-americanos a votarem contra Lisboa, numa votação por unanimidade durante uma sessão do CS presidida pela Guiné-Conacri. Esta terminou com a Resolução n.º 322 do Conselho de Segurança de 22 de Novembro de 1972<sup>227</sup>, em resultado da negociação de todos os países membros do CS, e foi votada no mês em que Nixon foi reeleito nos EUA, sendo precedida (com base na regra 39) das audições de representantes<sup>228</sup> da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA nas Nações Unidas.

O texto condenatório da resolução votada por unanimidade reafirmava o direito inalienável dos povos de Angola, Moçambique e Guiné à autodeterminação e independência, declarava legítima a luta desses movimentos para alcançar a autodeterminação, e ainda exortava Portugal «a cessar imediatamente as operações militares e a entrar em negociações com vista a alcançar solução para o conflito armado».

O texto desta Resolução do CS passou por um longo e complexo processo negocial, que envolveu todos os países do CS, de forma que fosse votada por unanimidade, sofrendo no seu decurso substanciais alterações<sup>229</sup> no sentido de moderar o conteúdo.

---

<sup>226</sup> Ver resolução no ANEX.061, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 491.

<sup>227</sup> Ver resolução no ANEX.062, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 495.

<sup>228</sup> Inicialmente, as declarações eram para ser proferidas ao nível de Estados-membros, mas foram efectuadas a título individual, numa alteração negocial do conjunto dos países proponentes da resolução, com vista a obter um consenso diplomático mais alargado (Santos, 2017, p. 287).

<sup>229</sup> O texto inicial da proposta de resolução n.º 322 apresentada pelo bloco afro-asiático foi alterado para que este obtivesse a aprovação dos países que tradicionalmente se abstinham e/ou votavam no CS contra propostas contrárias a Portugal. Foram propostas alterações ao conteúdo por pressão dos países ocidentais do CS, e para que estes votassem favoravelmente a proposta de resolução, como vieram a fazer. Assim, os EUA propuseram que a frase inicial de «adoptar uma solução negociada» fosse alterada para «contribuir para uma solução negociada», a expressão «guerras coloniais» fosse substituída por «operações militares» e «representantes do povo» fosse substituído por «partes interessadas». (Santos, 2017, pp. 288-289). O Reino Unido, que estava num momento de maior aproximação a Portugal também interveio no sentido de introduzir no texto que a luta pela autodeterminação deveria ser realizada por meios pacíficos e que o apelo

Nesse processo negocial, os EUA abstiveram-se na parte do texto relativa à exigência de «que [Lisboa] cessasse imediatamente as operações militares e os actos de repressão», tentando, sem sucesso, que esse parágrafo fosse votado separadamente (Santos, 2017, pp. 280-289). Assim, os países ocidentais do CS, que tradicionalmente vetavam este tipo de resoluções, desta vez encorajados pela «ousadia» norte-americana, votaram favoravelmente, por considerarem o texto «suficientemente vago para permitir diferentes interpretações», nomeadamente ao introduzir a expressão «partes interessadas» em vez de forças independentistas. Abria-se assim espaço à liberdade de escolha de interlocutores, para que o governo português pudesse negociar com quem quisesse<sup>230</sup> e não ser obrigado a negociar apenas com os movimentos de libertação com mais protagonismo na ONU e normalmente associados ideologicamente ao bloco socialista (Santos, 2017, p. 290).

Este comportamento diplomático dos EUA influenciou os restantes países ocidentais na votação, que, receosos de ficarem isolados no seu apoio a Portugal, votaram favoravelmente a resolução depois de inicialmente terem prometido apoiar Lisboa, que só tomou conhecimento desta mudança de orientações praticamente em simultâneo com a votação (Santos, 2017, p. 290). Esta resolução do Conselho de Segurança seria ainda acompanhada de outra resolução da Assembleia Geral da ONU<sup>231</sup>, a qual concedeu o estatuto de observador aos movimentos independentistas, considerando-os como representantes autênticos dos territórios em questão. Deste processo resultou uma derrota diplomática para Lisboa, que se viu isolada e sem o respaldo dos seus tradicionais aliados.

Foi neste enquadramento diplomático que se deu a primeira reunião do CSDN com o General Costa Gomes nas funções de CEMGFA. O encontro, realizado no dia 15 de

---

ao abandono da força teria de ser dirigido a todas as partes, incluindo aos movimentos de libertação (Oliveira, 2007, p. 389).

<sup>230</sup> O voto favorável dos EUA nesta resolução teve também a intenção de encorajar e forçar Lisboa a continuar a intencionalidade demonstrada aquando das negociações no decorrer do processo que culminou na resolução. Um documento encontrado nos arquivos norte-americanos datado de 11 de Dezembro de 1972, referente a uma nota de informações e análise do Bureau do Departamento de Estado, demonstra que «a proposta portuguesa em meados de Novembro de manter discussões sobre os seus territórios africanos com estados africanos independentes é um passo à frente da tradicional intransigência portuguesa sobre o assunto». A nota prossegue com um tom optimista sobre a abertura demonstrada por Lisboa, chegando a referir que «os portugueses alargaram significativamente os assuntos» que se propõem discutir e até trouxeram a novidade de «dialogar com a OUA». Porém, a mesma nota dava sinais de dificuldades desta agenda, afirmando que «Caetano não está em posição, mesmo que deseje, de desafiar as elites militares e comerciais conservadoras» e salientando que o próprio Presidente Tomás teria dito que a defesa do Ultramar era a principal tarefa da nação prevalecendo esta «até mesmo sobre o desenvolvimento económico nacional» (US DEP. STATE, 1972 b). Ver documento no ANEX.064, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 505.

<sup>231</sup> No dia 14 de Novembro na XXVII Assembleia da ONU seria aprovada a resolução n.º 2918 (UN General Assembly, 1972) Ver resolução no ANEX.063, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 499.

Dezembro de 1972<sup>232</sup>, em que os dois territórios ultramarinos principais foram apreciados com exposições dos respectivos comandantes-em-chefe, não terminou sem que se fizesse notar uma nova atitude da chefia militar do novo CEMGFA, cuja assertividade ficou certamente registada com agrado por Marcello Caetano (CSDN, 1972 e, p. 17).

#### **4.2.3. A FUGA EM FRENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA COM A NOVA CARTA DO ATLÂNTICO E O CASO WATERGATE**

Um sintoma paradigmático do estado do relacionamento entre Lisboa e Washington foi o facto de a embaixada americana em Lisboa, no início de 1973, ter ficado sem embaixador. A contrastar com a forte aposta diplomática que Washington fez com a nova administração portuguesa no início do mandato de Marcello Caetano, quando, em simultâneo, nomeou um novo embaixador em Lisboa, Ridway Knight, um novo cônsul-geral para Luanda, Richard Post, e colocou um novo responsável à frente dos assuntos africanos do Departamento de Estado, David Newsom, agora, durante todo o ano de 1973, Washington dava um forte sinal no desinvestimento da relação com Portugal.

Assim, um aliado fundador da NATO, envolvido numa guerra com três frentes noutro continente, passou a ter um encarregado de negócios como principal interlocutor dos norte-americanos, enquanto o embaixador Knight, por necessidades de serviço, foi retirado de Lisboa, consumando o afastamento entre as duas administrações e deixando Portugal sem embaixador durante mais de um ano.

Entretanto, enquanto no Teatro de Operações as dificuldades iam aumentando, a morte de Amílcar Cabral em 1973 trouxe como principal consequência no terreno a radicalização do PAIGC<sup>233</sup>, que aumentou substancialmente as suas acções,

---

<sup>232</sup> Nesta reunião do CSDN, refira-se que propósito de acusações de actos desumanos alegadamente executados, Káulza de Arriaga referiu que, em 18 meses, e das oito mil operações realizadas em Moçambique sob seu comando, apenas duas foram identificadas como potenciais situações de excesso e só em nove casos houve acusações, com cinco investigações que se comprovaram ser verdadeiras, concluindo que, no que diz respeito a disciplina e direitos humanos, «as nossas forças são as mais disciplinadas do mundo» (CSDN, 1972 e, p. 40).

<sup>233</sup> Na sequência do assassinato de Amílcar Cabral, o Departamento de Estado norte-americano elaborou uma nota de informação secreta onde procurou esclarecer os motivos e os responsáveis deste acontecimento. O documento concluiu não haver evidência de envolvimento do governo português, apesar de não poder descartar essa possibilidade, uma vez que, alegadamente, os perpetradores do crime fugiram na direcção da Guiné Bissau (US DEP. STATE, 1973 b, pp. 1-4). Sobre os motivos, o longo documento referiu a luta de poder que existia na altura entre duas facções do PAIGC, «os mulatos de Cabo Verde», que predominavam na Direcção, e a maioria dos quadros negros guineenses, que constituíam o grosso do partido. O documento fez igualmente referência a uma tensão latente entre os comandantes militares do PAIGC e Amílcar Cabral, em que aqueles se insurgiam por este submeter os objectivos políticos do partido a uma condução militar da guerra mais violenta e aguerrida contra os portugueses, como Sékou Touré recomendava. No momento da morte, segundo o documento, esta tensão atingiu um grau de disputa acirrada, eclodindo numa luta interna obstinada e descontrolada entre a facção dos negros que apoiavam

potenciada pela entrada de uma nova arma soviética no interior do território da Guiné, os mísseis terra-ar Strela, enquanto o desapontamento de Marcello Caetano aumentava com a ausência de sinais positivos da diplomacia norte-americana. Nomeadamente, com a falta de resultados práticos das negociações sobre as Lajes, onde esperara que, terminado o ciclo eleitoral das eleições presidenciais nos EUA, houvesse avanços e contrapartidas com armamento militar sofisticado a enviar para o Ultramar.

Em Washington, o ano de 1973 iniciou-se com uma proposta de revisão das políticas norte-americanas de Nixon para África, com um plano de ação<sup>234</sup> que, caso fosse aprovado, iria prejudicar seriamente as relações com os governos de Lisboa, RAS e Rodésia (US DEP. STATE, 1973 a, p. 1). Isto numa altura em que, após ser reeleito folgadoamente, o Presidente Nixon viu os seus dias complicarem-se. A glória de Nixon, a sua *Détente* replicada e louvada por muitos, atingiu o seu zénite ao abrir caminhos diplomáticos inesperados com a China, alcançando acordos para limitação de armamento nuclear com a URSS e conseguindo sair do Vietname sem deixar a honra militar excessivamente manchada, com o resultado eleitoral a parecer traduzir que a dupla Nixon-Kissinger tinha o mundo a seus pés e a opinião pública interna no bolso.

Mas não. A Administração Nixon teria de enfrentar um pesadelo que abalaria os alicerces do seu prestígio e poder e que, em alguns meses, obrigaria o Presidente a renunciar: o caso Watergate.

A presidência vivia lado a lado com um Congresso maioritariamente incómodo e por muitos considerado o único reduto oposicionista, a par da imprensa americana mais liberal, e foram estes que contribuiram para a descredibilização total da Administração Nixon. Assim, e contrariamente a todas as previsões, o ano de 1973 tornar-se-ia um período negro da história dos EUA.

Foi o tempo de um escândalo em que a reputação e a credibilidade de Nixon se viram reduzidas a zero, em que a liderança política, quer interna quer externamente,

---

Cabral e os cabo-verdianos que se opunham agora abertamente contra ele (US DEP. STATE, 1973 b, pp. 2-4). Ver documento no ANEX.066, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 521.

<sup>234</sup> Este memorando para Kissinger alertava para a existência de países africanos, em particular a Nigéria, que acusavam os EUA de serem antipáticos para com a África Negra e de terem mudado a sua política anterior, favorecendo os regimes minoritários da região centro-austral de África como a RAS e Portugal, e recomendava por isso, entre outras coisas, que: 1 – se iniciasse um novo estudo NSSM para a África subsaariana; 2 – o Presidente fizesse uma visita a África durante o ano de 1973, nomeadamente à Nigéria, ao Zaire e ao Quênia, entre outros países; 3 – se iniciasse um NSSM para preparar os EUA para a possibilidade da declaração unilateral na Guiné pelo PAIGC e as implicações que isso teria para os interesses americanos no mundo, incluindo Açores, Portugal, NATO, os EUA e África, tendo em conta a pressão internacional montada contra as políticas portuguesas em África e o incremento da sofisticação da luta dos movimentos africanos na Guiné e em Moçambique (US DEP. STATE, 1973 a, pp. 1-4). Ver documento no ANEX.065, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 511.

desapareceu integralmente por conta de um processo de enfraquecimento político prolongado que se estendeu por mais de 18 meses.

Assim, nesse Janeiro de 1973, mesmo antes de Nixon ser empossado no seu segundo mandato, começou a desfilhar nos tribunais o processo Watergate, que rapidamente se constituiu em novela de horrores servida diariamente nos jornais e na televisão de todo o mundo. Tudo por conta dos *dirty tricks* do homem da Casa Branca e das acções da sua *entourage*.

Logo em Março desse ano, a diplomacia portuguesa começou a dar conta da seriedade do momento para Lisboa, assinalando que os senadores americanos embalados pelo escândalo prosseguiram numa escalada contra a condução da política externa de Nixon, condicionando-a e podendo pôr em causa o processo negocial das Lajes<sup>235</sup>.

Este período foi igualmente agitado em várias chancelarias europeias. Na Alemanha, a *Ostpolitik* de Willy Brant estava em pleno e os problemas comerciais com os EUA mantinham-se com o bloco europeu. O embaixador Freitas Cruz, a partir de Bonn, enviou o telegrama diplomático n.º 185, de 12 de Abril, dando conta da ida do chanceler alemão aos EUA para se reunir com Nixon e tentar resolver os problemas comerciais com a Comunidade Económica Europeia e também para tranquilizar os americanos de que a *Ostpolitik* não representava a Finlandização da RFA (Embaixada Portuguesa na RFA, 1973, p. 1).

No que podemos considerar uma fuga em frente diplomática, ou uma tentativa de reganhar protagonismo e iniciativa internacional, a aproximação à Europa por parte dos Estados Unidos foi evidente, nomeadamente no famoso discurso de Henry Kissinger «O Ano da Europa», proferido num almoço com a *Associated Press* em Nova Iorque no dia 23 de Abril de 1973 (Kissinger, 1973 a)<sup>236</sup>.

Nesse discurso, Kissinger lança as ideias gerais de uma nova Carta do Atlântico, pretendendo abarcar uma geografia mais vasta e não apenas restrita ao oceano que

---

<sup>235</sup> Como se dá conta no telex diplomático n.º 126 de 17 de Março de 1973 do embaixador Hall Themido (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 a), os senadores democratas aprovaram com grande maioria uma resolução para obrigar o Presidente a encerrar as bases americanas no estrangeiro consideradas obsoletas e a reduzir de forma substancial os efectivos militares norte-americanos fora do país. O mesmo diplomata, dias depois, enviou novo telex diplomático, o n.º 145, dando conta de declarações na imprensa do Secretário de Defesa, segundo quem os EUA estudavam reduções de bases situadas no estrangeiro e que, das cerca de 2000 instalações existentes à época, apenas 15% eram «significantes». O embaixador Themido informou ainda que o Secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos Newsom, em audiências no Congresso e relativamente ao embargo de armas a Portugal e ao acordo sobre as Lajes, considerou possível que «nessa altura aquela base não fosse útil para os EUA» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 b).

<sup>236</sup> Ver discurso integral de Henry Kissinger no ANEX.067, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 527.

liga os EUA à Europa. Com esta iniciativa, a Casa Branca pretendeu dar um novo impulso não só à sua associação com os europeus ocidentais, mas inclusivamente alargar esse compromisso a países distantes da geografia tradicional do Atlântico, numa espécie de aliança global de interesses. Na ocasião, Kissinger assinalou que a vontade da diplomacia norte-americana era adicionar os aliados europeus, o Japão e também o Canadá, e recentrar a importância e a necessidade de regular o comércio mundial, para que o dólar não fosse prejudicado com as crescentes exportações dos aliados, exortando a um rumo comum neste domínio.

A diplomacia portuguesa, sempre atenta, deu conta desta tentativa da Casa Branca de recuperar a iniciativa política e informou o MNE da reacção de Londres, Paris e Tóquio sobre a nova Carta do Atlântico<sup>237</sup>, cujos objectivos de reforçar a interdependência económica entre aliados, conter a ambição estratégica europeia e estender a sua influência à Ásia naturalmente poderiam ter consequências nos interesses de Lisboa, que, menos de seis meses antes, tinha assinado a sua adesão à CECA.

Entretanto, sob o céu da Casa Branca a tempestade política não parou de se intensificar. Se nos primeiros meses do ano o Watergate não passou de uma história inacreditável, revelada no jornal *Washington Post* por fontes anónimas mas conhecedoras do assunto, quando as audiências no Senado se tornaram públicas e suportadas pelo próprio sistema de audiovigilância colocado por Nixon na sala oval, tudo ganhou a proporção de um escândalo planetário e inimaginável<sup>238</sup>.

---

<sup>237</sup> O embaixador Coutinho, em Tóquio, relatou no telegrama diplomático n.º A-40 de 26 de Maio que a ideia de dar relevo ao Japão foi acolhida com prudente reserva naquele país, temendo-se em Tóquio que os Estados Unidos colhessem daí uma posição de supremacia. Apesar de o Japão ter apreciado ver-se reconhecido como grande potência, não se mostrava demasiado ansioso por participar num grupo de três blocos em que ocuparia a posição mais subalterna (Embaixada Portuguesa no Japão, 1973). Relativamente a Londres, o diplomata português ali colocado, no seu ofício de 27 de Abril, afirmou que as entidades da Grã-Bretanha consideraram positiva e construtiva a ideia da nova Carta do Atlântico apesar de entenderem ser necessário haver consultas prolongadas entre os interessados, enquanto o jornal *Telegraph* lamentava as depressivas repetições de atitudes de excessiva influência americana na Europa demonstradas pela imprensa em França, que reproduzia as reservas de Paris à ideia de Kissinger (Embaixada Portuguesa no Reino Unido, 1973 b).

<sup>238</sup> Watergate representou uma das piores crises institucionais vividas em toda a história dos EUA e nasceu de inúmeras tentativas da Administração Nixon para encobrir o seu envolvimento na criminosa invasão da sede partidária do Comité Nacional Democrata no edifício Watergate em Washington, D.C., efectuada por pessoas ligadas à campanha de Nixon. Este facto inicial, que desencadeou todo o caso, ocorreu no dia 17 de Junho de 1972, quando jornalistas do *Washington Post* informados por uma fonte anónima, mas bem colocada, o expuseram ao público. Investigações e revelações posteriores durante os julgamentos desses criminosos levaram a Câmara dos Representantes dos EUA a estabelecer um comité judicial com autoridade de investigação adicional, e o Senado a constituir um comité de investigação. Nas audições televisivas no Senado, o país e o mundo ficaram atónitos com a descoberta de que Nixon concebera um plano para encobrir o seu envolvimento no arrombamento dos escritórios do edifício do Partido Democrata e que, inclusivamente, implementara um sistema de gravações automático activado por voz na própria Casa Branca, e em específico na Sala Oval, onde o Presidente recebia os seus convidados, nacionais e internacionais, e toda a sua administração. De escândalo em escândalo, o poder presidencial americano deteriorou-se, levando a uma enorme crise constitucional e à inércia presidencial. Um facto com grande

Enquanto Nixon perdia iniciativa e definhava politicamente, Brejnev, por seu lado, ganhava espaço e iniciativa na Guerra Fria. Para ilustrar, o embaixador Hall Themido enviou um conjunto de telegramas diplomáticos dando conta dos detalhes e do evoluir da situação, e do desconforto causado pelo assunto nos corredores do poder em Washington e nas chancelarias ali instaladas<sup>239</sup>.

#### **4.2.4. A EBULIÇÃO NO PAÍS, NA GUINÉ, EM MOÇAMBIQUE E NAS FORÇAS ARMADAS**

Quando Marcello Caetano chegou ao poder em 1968, o teatro de operações em África menos problemático era o de Moçambique. Este território era o mais distante de Lisboa e a independência branca da Rodésia, em Dezembro de 1965 – que, como consequência, indispôs o Reino Unido contra Portugal – acabou por influenciar o desenrolar da situação económico-militar, em virtude da complexa malha de interesses da Rodésia, com necessidade de importação de petróleo e exportação de matérias-primas como o crómio, e a sua enorme dependência do porto da Beira.

A independência rodesiana, entre outras consequências políticas e diplomáticas, empurrou Lisboa para uma proximidade com Salisbúria formalizada nos acordos ALCORA, como já referimos. No dia 21 de Junho de 1969, o General Kaúlza de Arriaga assumiu o lugar de comandante-chefe do Exército em Moçambique e, no ano seguinte, subiu a comandante-chefe das Forças Armadas desse território, rompendo com a forma como os generais Costa Gomes e Augusto Santos haviam feito a guerra até ali (Garcia, 2010 a, p. 53). Ao contrário de Spínola e de Costa Gomes, que eram oficiais com

---

repercussão sucedeu no dia 20 de Outubro de 1973, em plena guerra do Yom Kippur, quando Nixon tentou que o procurador-geral da América demitisse o promotor especial que investigava o Watergate. Porém tanto o procurador-geral, primeiro, como o vice-procurador, depois, recusaram-se a demitir o investigador especial fazendo com que Nixon, em consequência, tivesse de demitir ambos. Para piorar a situação, descobriu-se, igualmente no final do ano de 1973, que Nixon agiu no sentido de encobrir e contrariar a própria investigação oficial, o que levou o Senado a abrir um processo de *impeachment* para destituição impositiva do Presidente. O assunto chegou ao Supremo Tribunal dos EUA, que decidiu que Nixon tinha de entregar as gravações feitas na Sala Oval para os investigadores averiguarem o que se passara. Essas fitas da Casa Branca revelaram que Nixon havia conspirado para encobrir as actividades ocorridas após o arrombamento. Na sequência, o Comité Judiciário da Câmara aprovou três artigos de *impeachment* contra Nixon por obstrução da justiça, abuso de poder e desacato ao Congresso, e cerca de meia centena de altos funcionários da Administração Nixon ou com ligações ao Presidente seriam condenados. Ao longo das investigações, descobriu-se-ia ainda que Nixon utilizara quer o FBI quer a CIA e até os serviços fiscais federais para escutar, perseguir e elaborar *dossiers* sobre os seus adversários políticos.

<sup>239</sup> Durante o ano de 1973, o embaixador Hall Themido enviou dezenas de telegramas diplomáticos dando conta das consequências imprevisíveis do Watergate (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 e), deixando Nixon muito vulnerável, e com repercussões directas na resolução das Lajes, como lhe confidenciou um membro do Departamento de Estado devido à «actual semiparalisação da Administração» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 f). Outro dado importante era que 1/5 das embaixadas americanas no mundo, e outros 50 outros altos cargos, «estavam por preencher devido ao problema do Watergate» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 c), além de existir o receio na comunidade diplomática de que a visita de Brejnev nesse Verão aos EUA pudesse significar que Nixon fosse obrigado a fazer concessões importantes devido à sua posição de fraqueza (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 f).

posições de comando operacional, ou seja, generais condutores da guerra, Arriaga era um eminente professor do Instituto de Altos Estudos Militares, autor de obras sobre a estratégia e tática da guerra subversiva (Arriaga, 1966), mas não tinha experiência de guerra ou de condução de soldados no campo de batalha (Fraga, 2020, pp. 164-167).

Na opinião do Coronel Luís Alves de Fraga, a rigidez do pensamento clássico deste General de gabinete impediu-o de perceber a flexibilidade da estratégia guerrilheira (Fraga, 2020, p. 168), que é sair de territórios onde já foi semeada a ideia revolucionária e ocupar outros onde a subversão pudesse vir a gerar novos frutos, uma vez que a posse territorial para a guerrilha era menos importante do que a conquista do pensamento da população.

Kaúlza de Arriaga centrou toda a sua estratégia e acção militar na defesa territorial de forma a tornar segura a construção da barragem de Cahora Bassa, um investimento infra-estrutural de energia eléctrica necessário para a Rodésia e a RAS, e assim fortalecer os laços entre os três governos da região centro-austral de África.

Para atingir esse objectivo, desenhou uma grande ofensiva militar no norte de Moçambique, a operação Nó Górdio. Segundo o General Abel Cabral Couto, antigo oficial de Arriaga, antes desta operação a guerra no território de Moçambique situava-se em Cabo Delgado e no Niassa, o que, sendo duro, difícil e desgastante, significava que estava confinada e «não se saía dali» (Gomes, 2002, p. 98). Porém, quando Kaúlza de Arriaga atacou essa faixa de savana na direcção da FRELIMO<sup>240</sup>, esta recebeu a operação como um tónico revitalizador e transferiu a sua operação para Tete. Arriaga devia ser o primeiro interessado em manter a guerra restringida ao norte de Moçambique, mas com esta operação obrigou o seu dispositivo a ficar preso na defesa de barragem de Cahora Bassa e a FRELIMO pôde descer o rio Capoché em direcção ao Zambeze, aproveitando a ajuda da Zâmbia para estender a guerra ao centro do país e assim alargar para afectar Zambézia, Manica e Sofala (Garcia, 2010 a, p. 58). Depois desta operação, Kaúlza de Arriaga prosseguiu a sua manobra com a operação Fronteira<sup>241</sup>, que, por absurdo estratégico, implicava uma enorme logística e a utilização

---

<sup>240</sup> O comandante estrategista da FRELIMO Sebastião Marcos Mabote, mesmo antes da operação Nó Górdio, defendeu transferir para outra zona geográfica a acção política e militar. Definiu como linha principal de infiltração o eixo Tete-Beira com expansão para a província da Zambézia. A operação Nó Górdio deu força a esta estratégia do movimento independentista ao empurrá-lo para Tete e dar-lhe maior campo geográfico (Fraga, 2020, p.168).

<sup>241</sup> A operação Fronteira decorria em Cabo Delgado e previa a construção maciça de aldeamentos (no dizer do General, seriam centenas de vilas a edificar) que serviriam como zona tampão ao longo do rio Rovuma, irradiando de Nangade até Palma, o que representava uma absurda mobilização de meios humanos, técnicos e materiais num plano que incluía a construção de infra-estruturas que iam de estradas a televisão

de uma estrada com 104 kms entre o porto de Palma e Nangade, de picada, em pleno mato, pejada de minas e que requeria fortes escoltas militares sujeitas a frequentes flagelações (Nogueira, 2016, p. 52).

Por outro lado, no território mais difícil do Ultramar africano, o PAIGC, no dia 25 de Março de 1973, introduz uma nova arma que mudou o curso da guerra na Guiné<sup>242</sup>, nomeadamente por afectar o moral e, momentaneamente, a superioridade aérea dos portugueses. Em três dias, em Medina do Boé, a mesma arma atingiu dois Fiat, tendo abatido um e flagelado outro, que conseguiu escapar (Brandão J., 2008, p. 389). Esta perda de superioridade aérea portuguesa permitiu ao PAIGC desencadear simultaneamente ataques militares convencionais e muito violentos<sup>243</sup>, quer na fronteira norte da Guiné, em Guidage, quer na fronteira sul, em Guilege. Isto resultou na derradeira mudança de espírito em Spínola, que, em Maio de 1973, escreveu ao chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Costa Gomes<sup>244</sup>, e ao Ministro do Ultramar, pedindo um reforço de meios para a Guiné temendo a possibilidade de um colapso militar a prazo, pedido que era feito «não tanto em ordem à obtenção do sucesso militar» mas para evitar o colapso da província (Hurtley e Matos, 2014, p. 902).

Como concluiu Freire Antunes, o ano de 1973 representou para Marcello Caetano a perda de controlo de líderes militares como Kaúlza de Arriaga e António de Spínola (Antunes, 1992, p. 224). Talvez por isso, os mesmos acabaram afastados dos respectivos teatros de operações em Agosto desse ano. António de Spínola viria de férias para a metrópole e não regressaria ao território onde era governador, enquanto Kaúlza da Arriaga, na sequência do seu pedido de «destruição total» das bases da FRELIMO bombardeando a vizinha Tanzânia, e a pretensão de unificar sob seu comando militar único Angola e Moçambique, foi afastado por Marcello Caetano a 9 de Julho de 1973, tendo comunicado que via «vantagem para si, para Moçambique, para

---

por cabo (Guerra, 1994, p. 274), isto no início da década de 70 do século XX, no meio do mato, a centenas de quilómetros da costa, sem haver estradas que alimentassem toda essa logística.

<sup>242</sup> Sobre o míssil terra-ar soviético Strela, o relatório que a diplomacia portuguesa transmitiu a 30 de Maio de 1973 para Lisboa dava conta de uma perícia feita por técnicos norte-americanos dessa arma «desconhecida» que parecia ser uma versão melhorada do míssil SA-7 usado contra os EUA no Vietname. Ver ANEX.022, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 155.

<sup>243</sup> O ataque a Guidage na fronteira norte iniciou-se a 8 de Maio e durou um mês, período em que o quartel esteve 20 dias cercado sob fogo cerrado, e terminou no dia 8 de Junho, com as tropas portuguesas a sofrerem pesadas baixas (Brandão J., 2008, p. 394).

<sup>244</sup> Na sequência desta carta alarmante, Costa Gomes chegou no dia 25 de Maio à Guiné e, depois de se reunir com os comandos em Bissau, afirmou que a defesa militar da Guiné era possível (Brandão J., 2008, p. 395).

todos nós, ter outra pessoa para rever os conceitos e as táticas da acção anti-subversiva» (Guerra, 1994, p. 277)<sup>245</sup>.

Entretanto, o Presidente Nixon fez chegar ao Chefe do Governo um documento no qual explicitava a política externa norte-americana, baseado no que tinha preparado para o Congresso e no qual reafirmava a política oficial dos EUA de defesa da autodeterminação para o Ultramar português. Marcello Caetano respondeu, numa nota pessoal, com um pequeno remoque à política «passiva» da *Détente*, dizendo que a paz também era seu objectivo e de todos os portugueses. Mas, frisou Marcello Caetano, esta não podia «consistir na passividade perante ambições perigosas», uma vez que «nem todos os Estados e nem todos os homens, procedem de boa-fé» (Caetano, 1973 b).

Enquanto isso, e depois de ter percebido que Spínola não estava apenas de férias quando veio à metrópole, Caetano nomeou, a 21 de Setembro, um novo governador e comandante-chefe para a Guiné, uma vez que Bissau ficou cerca de dois meses sem comando civil e militar. Na ausência de Spínola, o PAIGC preparava-se para proclamar unilateralmente a independência da designada República da Guiné-Bissau, três dias depois da nomeação do novo comandante-chefe da Guiné.

O processo da escolha de Bettencourt Rodrigues para a Guiné deu-se numa reunião restrita do CSDN convocada por Marcello Caetano e que contou com os ministros da Defesa, do Ultramar, da Marinha e o General Costa Gomes. Nessa reunião, o chefe do governo, dirigindo-se a este último, que tinha regressado recentemente da Guiné e inspeccionara as tropas, acertando os dispositivos a adoptar, questionou-o sobre se aquele território era defensável, acrescentando que, em caso afirmativo, se colocasse ali «o nosso melhor General disponível. Caso contrário, que se preparasse a retirada progressiva das tropas, nomeando um brigadeiro para liquidar a presença [de Portugal]». Costa Gomes respondeu de forma peremptória, segundo o relato de Marcello Caetano, corroborado por Silva Cunha (Cunha, 1977, pp. 53-54): «No estado

---

<sup>245</sup> Passadas apenas duas semanas da publicação do primeiro diploma polémico que tentou resolver o problema da falta de candidatos aos cursos da Academia Militar, e que estariam na origem da agitação militar que originou o 25 de Abril, o comandante-chefe em Moçambique, Káulza de Arriaga, seria substituído, e António Spínola, comandante-chefe da Guiné, sem transmitir poderes, veio de férias para Lisboa sem intenção de regressar a Bissau. O primeiro no dia 1 de Agosto e o segundo no dia 6 de Agosto de 1973. Pelo que se sabe, Spínola mostrava intenção de terminar na metrópole o livro iniciado em Bissau, passando a ser alvo constante do interesse mediático, da imprensa nacional e internacional, que a partir desse Verão publicou múltiplas reportagens promocionais da sua figura. Ainda antes de esse mês de Agosto terminar, no dia 28, nasceu o movimento de contestação de jovens oficiais, na sua maioria capitães, que elaborou um abaixo-assinado, de meia centena de militares, todos antigos subordinados de Spínola, com um texto de repúdio corporativo contrário à nova legislação, o qual foi remetido para as mais altas entidades militares e civis em Lisboa. Este acontecimento deu início ao movimento de contestação militar que culminou nos golpes militares de 16 de Março e 25 de Abril de 1974.

actual a Guiné era defensável e deveria ser defendida.» Quando Marcello Caetano o questionou sobre o significado da expressão «no estado actual», o CEMGFA esclareceu que «estado actual» pressupunha não haver «escalada de meios do inimigo, isto é, não aparecendo aviões para bombardear [Bissau e os restantes centros logísticos da Província, subentenda-se]» (Caetano, 1974, p. 180). Assim, segundo Marcello Caetano, «e em conclusão», ficou decidido nessa reunião nomear o braço direito militar de Costa Gomes em Angola, que ajudara-o a pacificar esse território, o General Bettencourt Rodrigues, e que se faria «o impossível para dotar a Guiné de eficaz defesa antiaérea» (Caetano, 1974, p. 180).

#### **4.2.5. A LUTA ENTRE O CONGRESSO E A ADMINISTRAÇÃO NIXON NA SEQUÊNCIA DO WATERGATE E O INÍCIO DA GUERRA DO YOM KIPPUR**

Do outro lado do Atlântico, a saga do Watergate prosseguiu e entrou inclusivamente numa nova fase, a altura em que se descobriu a existência de gravações das conversas tidas na Sala Oval desde o Verão de 1971, como informou Themido pelo telex diplomático n.º 239 de 7 de Junho, dizendo que a comissão de inquérito do Senado, seguida por milhões de pessoas na televisão, deixou o Presidente verdadeiramente «acossado, estando intimado a entregar aquele material comprometedor ao Senado» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 j).

Na sequência do encontro entre Rui Patrício e William Rogers na reunião da NATO ocorrida em Julho de 1973, em Helsínquia, ficou acordado que as negociações para a renovação do acordo das Lajes, nos Açores, recomeçariam em Washington, entre o Departamento de Estado e a embaixada portuguesa (Rogers, 1973). Segundo um documento interno do Departamento de Estado encontrado nos arquivos americanos, o Secretário Executivo do Departamento de Estado, Pickering<sup>246</sup>, deu sugestões e indicações precisas de como as negociações deveriam prosseguir<sup>247</sup> por forma a

---

<sup>246</sup> Thomas Reeve Pickering (n. 1931) é um importante diplomata norte-americano com uma vasta carreira que, durante os anos de 1973 e 1974, foi Secretário Executivo do Departamento de Estado e Assistente Especial do Secretário de Estado William Rogers e do Secretário de Estado Henry Kissinger, depois de ter sido vice-chefe de missão diplomática norte-americana na Tanzânia entre os anos de 1967 e 1969. Foi posteriormente embaixador dos EUA na Jordânia de 1974 a 1978, na Nigéria de 1981 a 1983, em El Salvador de 1983 a 1985, em Israel entre 1985 e 1988, na Índia entre 1992 e 1993, na Federação Russa de 1993 a 1996, sempre colocado como embaixador. Foi igualmente representante permanente dos EUA nas Nações Unidas entre os anos de 1989 a 1992. Entre 1956 e 1959, serviu na Marinha dos EUA, onde atingiu a patente de tenente, passando nessa data, de 1959 até 1961, a exercer funções no Bureau de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado (US DEP. STATE, 2009 d).

<sup>247</sup> Num memorando do Departamento de Estado para a NSA sobre a melhor forma de negociar com Lisboa a manutenção dos direitos dos EUA sobre a base das Lajes nos Açores, que expirava a 4 de Fevereiro de 1974 (com a possibilidade de prolongar a negociação, num período adicional, até 4 de Agosto de 1974), era referido que, dada a importância estratégica do complexo das Lajes e sua relevância específica para a guerra anti-submarina no Atlântico, o Departamento de Estado recomendava que se encontrasse uma solução que ampliasse o acesso dos EUA a essas instalações. Em troca, previu ele neste memorando, os

defender os interesses norte-americanos e assegurar as Lajes. Tudo isto aconteceu num momento em que a honra de Nixon e a credibilidade e o prestígio da maior potência ocidental desceram a um dos pontos mais baixos de sempre.

Para agravar ainda mais a situação, um escândalo adicional foi descoberto em Washington, desta feita protagonizado pelo Vice-Presidente Spiro Agnew<sup>248</sup>. Incrédulos, os norte-americanos e o mundo assistiram à reputação da presidência dos EUA descer ainda mais, enquanto o Congresso reganhava protagonismo, somando pontos e retirando espaço de manobra, poder e iniciativa à Administração Nixon. Foi neste ambiente político que surgiu no Congresso, no dia 2 de Outubro de 1973, um instrumento legislativo designado por Emenda Tunney-Young (US SENATE, 1973)<sup>249</sup>, dez dias depois de Kissinger assumir a secretaria de Estado que, segundo Freire Antunes, «representou a mais dura forma legislativa produzida no Congresso contra Portugal» (Antunes, 1992, p. 268).

Tiago Moreira de Sá, na sua obra já referida, é da mesma opinião, salientando que, nesta fase, «com Nixon já muito enfraquecido», o congressista Andrew Young submeteu à Câmara dos Representantes uma emenda que obrigava o Presidente a reportar o modo como Portugal estava a usar a ajuda dos EUA, e tendo como objectivo impedir que esse material fosse usado em África. No mês seguinte, essa emenda funde-se com outra iniciativa do senador Tunney, próximo do clã Kennedy, dando origem à «emenda Tunney-Young», um instrumento legislativo imperativo que fazia depender a venda de qualquer material militar a Portugal de uma licença prévia do Congresso, além de exigir um relatório anual feito pela Casa Branca com o equipamento enviado para Lisboa (Sá, 2016, pp. 503-504). O embaixador português nos EUA referiu, no seu livro de memórias, a propósito desta iniciativa do Senado, que esta «foi a única com carácter gravoso para

---

portugueses pretenderiam obter um preço económico e político tão alto quanto possível. O Secretário Pickering, nesse documento sobre a forma de conduzir a negociação, sugeriu que os EUA avançassem lentamente nas discussões que previam iniciar-se no Outono de 1973, recomendando ao novo Secretário de Estado-designado, Kissinger, que este reafirmasse ao Ministro Rui Patrício, em Nova Iorque, que a base das Lajes devia ser fornecida gratuitamente, por forma a preparar «o terreno para as conversações subsequentes de Porter-Themido» (US DEP. STATE, 1973 c). Essa sugestão não foi acolhida, pois Kissinger não aceitou reunir com Rui Patrício quando este se deslocou à AG da ONU em Outubro.

<sup>248</sup> Spiro Agnew era Vice-Presidente de Nixon e por estes dias foi acusado de evasão fiscal federal em troca da retirada das acusações de corrupção política, factos ocorridos num período anterior às funções que nessa altura desempenhava. Agnew acabou por demitir-se e renunciar à vice-presidência, na sequência da pressão crescente dos *media* e da opinião pública. Na véspera de começar a guerra de Yom Kippur tomou a decisão de entrar em negociações com vista a obter um acordo judicial e dessa forma escapar à pena de prisão. Quatro dias depois de a guerra ter iniciado, e no dia em que a Casa Branca descobriu que afinal Israel estava a perder, Spiro Agnew informou Nixon da sua decisão de renúncia iminente, acabando por se demitir no dia 10 de Outubro de 1973.

<sup>249</sup> Ver proposta legislativa designada emenda Tunney-Young no ANEX.068, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 547.

Portugal, originada no Congresso», uma vez que a mesma tinha como finalidade proibir os Estados Unidos de concederem assistência militar ou económica a Portugal. Na opinião do embaixador português, essa proibição tornou muito mais severas as medidas de 1961 e representou «claramente um acto hostil» (Themido, 1995, p. 100). Uma das razões para que esta iniciativa encontrasse espaço adveio do evidente desinteresse que as autoridades americanas demonstravam por Lisboa<sup>250</sup>, num momento em que a política interna não dava margem de manobra a Nixon e a política externa se aproximava de um conflito particularmente delicado para os EUA.

Entretanto, na sequência da abertura da 27.<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Patrício, seguiu para Nova Iorque. Tendo em conta a recente legislação do Congresso e o facto de as negociações sobre o acordo das Lajes estarem paradas – sem que a totalidade das contrapartidas já negociadas tivesse chegado a Lisboa –, Rui Patrício solicitou um encontro com o novo Secretário de Estado, Henry Kissinger. O dirigente americano, talvez sem tempo ou paciência ou agenda para a reunião com Portugal, por razões antes referidas, e apesar de na mesma altura ter reunido com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, alegou não poder receber Rui Patrício por falta de agenda.

Desiludido e sem capacidade de influenciar ou impulsionar as novas negociações pelas Lajes, no dia 5 de Outubro de 1973, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português declarou à imprensa nos EUA que o povo português não estava contente com a presença americana nos Açores e que o governo americano parecia não revelar grande interesse pela posição estratégica que aquela base representava, atendendo ao atraso das negociações para a renovação do acordo<sup>251</sup> (Themido, 1995, p. 120). Aliás, essa frieza de Kissinger em relação a Lisboa traduzia o sentimento geral do Departamento de Estado, conforme ficou claro no memorando de David Newsom, escrito no mesmo dia 5 de Outubro, e dirigido ao próprio Kissinger, com o sugestivo título «Problemas Africanos»<sup>252</sup>, em que identificava que um dos dois maiores problemas que implicavam

---

<sup>250</sup> Freire Antunes, a este propósito, referiu que Pereira de Carvalho, considerado o «homem dos americanos na DGS» e entrevistado por ele, lhe disse que «era notório o desinteresse dos americanos por Portugal» (Antunes, 1992, p. 315). Essa opinião foi corroborada pelo próprio director da CIA à época, William Colby (director da CIA entre Setembro de 1973 e Janeiro de 1976), que admitiu a Freire Antunes, igualmente, que Portugal era um sítio «tão estagnado que em 1973 sugeriu o encerramento do posto da CIA em Lisboa» (Antunes, 1992, p. 315). Segundo o chefe da CIA à época dos acontecimentos, o alheamento em relação a Portugal teve origem na indiferença política de Nixon e Kissinger para com Lisboa, como deixou expresso nas suas memórias.

<sup>251</sup> Na manhã do dia em que começou a guerra do Yom Kippur, 6 de Outubro de 1973, o *Washington Post* e o *Los Angeles Times* publicaram notícias com as referidas declarações de Rui Patrício. Este último jornal enquadrou a mesma num artigo intitulado *Portugal warns U.S. on air base*.

<sup>252</sup> Na véspera de começar a guerra do Yom Kippur, Newsom descreveu as relações dos EUA com África como indo «pela ribanceira abaixo [...por causa] do fosso existente que separa as preocupações

as relações dos EUA com África residia na benevolente atitude norte-americana para com «a África Austral», a qual era responsável pela afectação presente e futura dos interesses americanos, «por gerações», propondo sugestões que, se aceites, provocariam alterações significativas no relacionamento entre EUA e Portugal, agravando-o.

Conforme se referiu atrás, a *Détente* de Nixon que estava a perder a chama e o equilíbrio, por conta da fraqueza política do Presidente, foi colocada à prova no Médio Oriente quando o mundo testemunhou, no dia seguinte, a 6 de Outubro de 1973, o início da agressão militar do Egipto a Israel.

Este acontecimento afectou economicamente todo o planeta, assim como as relações internacionais entre várias potências, regiões e países, tendo inclusivamente consequências que duram até hoje, sobretudo na complicada teia de relações políticas com o Médio Oriente e Israel.

No dia em que começou o Ramadão, que nesse ano curiosamente coincidiu com o dia mais sagrado do calendário religioso do povo hebraico, o Yom Kippur<sup>253</sup>, concretizou-se um enorme e substancial ataque às posições de Israel pelas Forças Armadas do Egipto e da Síria, nomeadamente às zonas ocupadas por Israel nos montes Sinai e Golã. Nesse dia, os exércitos do Egipto e da Síria, dois países árabes vizinhos de Israel, invadiram a «Terra Santa» com o beneplácito, o encorajamento (US DEP. STATE, 1973 h) e o apoio da União Soviética (US DEP. STATE, 1973 l). A guerra que decorreu entre os dias 6 e 25 de Outubro<sup>254</sup> representou mais uma ocasião para as duas superpotências colocarem a *Détente* em pausa, e uma vez mais, por procuração, confrontarem-se através de países aliados. A Europa, muito dependente do petróleo árabe, uma vez que 4/5 do consumo de crude do continente provinha do Médio Oriente, cedo se colocou fora do conflito, deixando Israel nos braços da América. Nixon e

---

manifestadas pelos africanos e as políticas dos EUA», fosse esse que classificou de crescente. Na análise do responsável pelas relações dos EUA com África, os países da África Central estavam frustrados com os EUA, alertando que «o nosso acesso aos seus recursos está em jogo» e temendo que «a continuar assim» estas poderiam decair a um ponto tal que resultaria não só num acesso mais dificultado a esses recursos, «como pior» temia que afectasse «os interesses dos EUA por gerações», o que apenas beneficiaria os chineses e os soviéticos, «que ganham à nossa custa» (US DEP. STATE, 1973 d, p. 1). Ver documento no ANEX.069, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 553.

<sup>253</sup> Yom Kippur é provavelmente o feriado religioso mais sagrado do calendário judeu, o chamado dia da expiação, durante o qual, por 24 horas, os judeus fazem jejum absoluto (não bebem, não comem e abstêm-se de relações sexuais) e purificam-se, procurando deste modo aproximar-se de Deus.

<sup>254</sup> Durante três semanas, desenrolou-se no Médio Oriente o mais intenso confronto militar desde a Segunda Guerra Mundial. Durante o embate entre egípcios e israelitas no Sinai, utilizaram-se mais tanques do que na Batalha de Kursk (1943) onde a União Soviética conteve as aspirações da Alemanha nazi. As perdas de aviões e tanques nos dois campos beligerantes da Guerra do Yom Kippur equivaleram às perdas totais na linha da frente dos países da Europa Ocidental na Segunda Guerra Mundial (Antunes, 2000, p. 7).

Kissinger, ao cabo de uma semana de hesitações políticas e impasses burocráticos, organizaram um dispositivo de auxílio militar a Israel numa ponte aérea accionada com recurso a aviões de carga, basicamente os C-5 e os C-130, os quais necessitavam de reabastecimento. Para isso, Nixon e Kissinger precisaram dos Açores (Antunes, 1992, p. 271), tal como tinha acontecido em 1946. Nesse período de três semanas em que a guerra decorreu, o Presidente Nixon, além de preocupado com o problema do Watergate, viu-se ainda obrigado a substituir o procurador da República bem como o Vice-Presidente Agnew na sequência do escândalo anteriormente referido.

A força do embate, e a falta de previsão dos israelitas puseram as suas Forças Armadas numa posição muito difícil. Após dois dias de incertezas e falta de decisão, a administração americana resolveu responder com o envio maciço de equipamento militar para Israel, respondendo ao apoio pesado que a URSS fez chegar quer à Síria quer ao Egito.

Porém, essa operação militar exigiu uma ponte aérea substancial que requeria uma base em solo europeu para reabastecer os aviões americanos. Apesar de a administração Nixon não ter entendido a importância geoestratégica das Lajes até então, quando chegou o momento, não houve melhor alternativa à base situada nos Açores. Assim nasceu uma nova fase de relacionamento entre os EUA e Portugal.

### **4.3. TERCEIRA FASE: DA VERTIGEM DO PÓS-YOM KIPPUR AO 25 ABRIL DE 1974**

#### **4.3.1. A GUERRA DO YOM KIPPUR, A IMPORTÂNCIA DAS LAJES E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NO RELACIONAMENTO EUA-PORTUGAL**

Com a Guerra do Yom Kippur no Médio Oriente, abriu-se uma grave crise mundial com consequências nas diferentes chancelarias do mundo. Na embaixada dos EUA em Lisboa, sem embaixador atribuído, o encarregado de negócios norte-americano Richard Post ficou três dias sem dormir por causa dos acontecimentos em curso e da intensa troca de correspondência diplomática que os mesmos provocaram entre Portugal e os Estados Unidos da América, com os Açores a assumirem um papel central na viragem do curso da guerra<sup>255</sup>. A Guerra do Yom Kippur, que começou numa altura

---

<sup>255</sup> Setenta e seis horas depois de os aviões americanos terem iniciado a ponte aérea com abastecimento nos Açores, no dia 16 de Outubro de 1973, dez dias depois de ter começado, esta guerra no Médio Oriente teve um ponto de viragem quando os tanques de Ariel Sharon atravessaram o Canal do Suez e neutralizaram as baterias antiaéreas dos egípcios, mudando definitivamente o desfecho da guerra, levando Israel a ganhá-la. Na reunião de balanço da WASG de 14 de Outubro, realizada no dia seguinte à luz verde dada por Lisboa para o uso das Lajes, o almirante Moorer, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, para significar a importância das Lajes no esforço militar, sublinhava que «se a chama portuguesa

inesperada<sup>256</sup>, e que numa primeira fase foi mal interpretada na Casa Branca<sup>257</sup>, chegou a um ponto em que a única possibilidade de os norte-americanos inverterem os acontecimentos passava pelo uso das Lajes<sup>258</sup>, num processo de decisão interno norte-americano muito complicado<sup>259</sup>, mas que no fim representou, do ponto de vista dos interesses portugueses, a oportunidade para reafirmar a importância geoestratégica dos Açores e a possibilidade de provar aos EUA que Portugal era um aliado fiável com quem podiam contar, mesmo nas horas difíceis.

---

se apagar, ficaremos sem nada» (US DEP. STATE, 1973 z1). Ver documento diplomático americano no ANEX.097, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 733.

<sup>256</sup> Passados seis anos da guerra dos seis dias, em que Israel infligiu uma enorme derrota militar aos países vizinhos, resultando num ganho enorme de território árabe, nomeadamente conquistando a Cisjordânia, a faixa de Gaza, o deserto do Sinai e as colinas dos montes Golã, sabia-se que seria uma questão de tempo até haver reacção e contra-ataque militar árabe em larga escala contra Israel. O que ninguém sabia era qual seria o momento ou o dia escolhido. A este propósito, e para ilustrar como foi inesperado o início desta guerra, numa reunião que a Casa Branca promoveu com a liderança bipartidária do Congresso no dia 10 de Outubro para informar os dirigentes norte-americanos sobre os esforços dos EUA para ajudar Israel, numa cronologia dos eventos feita por Kissinger aos membros do Congresso, o Secretário de Estado revelou que «dez dias antes da guerra se iniciou, receberam relatos de um incremento da actividade militar na Síria e no Egipto» que foram «avaliadas por todos como manobras defensivas dos egípcios e sírios» as quais não indicavam um início iminente de guerra no Médio Oriente (US DEP. STATE, 1973 k). Ver documento diplomático americano no ANEX.076, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 611. O próprio Kissinger, noutra reunião no mesmo dia 10 de Outubro, agora com a sua equipa, revelou que ambos os serviços de informações, norte-americanos e israelitas, indicaram não haver o risco de um conflito iminente e que na própria manhã em que começou a guerra o Presidente Nixon recebera um relatório da CIA que concluía «que não ia haver nenhuma acção» (US DEP. STATE, 1973 n). Ver documento diplomático americano no ANEX.078, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 623.

<sup>257</sup> No dia 8 de Outubro, dois dias depois de a guerra começar, na reunião WASG (Grupo de Acções Especiais de Washington, que corresponde a uma espécie de CSDN norte-americano, onde as lideranças militares de topo e da comunidade dos serviços de informações norte-americanos se reúnem com o topo da liderança civil para a condução e apreciação dos desenvolvimentos da guerra), elaborou uma percepção errada dos acontecimentos no terreno, ao ponto de Kissinger dizer que as «coisas estão a ir muito bem» e confessar não entender porque é que os árabes não estavam naquela ocasião a pedir um cessar-fogo que evitasse «a sua destruição total» (US DEP. STATE, 1973 e). Ver documento diplomático americano no ANEX.070, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 565. Isto ao mesmo tempo que a principal preocupação do Presidente nesse dia era ver quando os israelitas terminavam «de espancar os egípcios e os sírios» (US DEP. STATE, 1973 f). Ver documento diplomático americano no ANEX.071, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 575.

<sup>258</sup> É de consenso analítico generalizado que, nesta guerra, e por indisponibilidade de outros aliados europeus dos EUA, Lisboa e as Lajes foram a última possibilidade e escolha dos EUA para ajudar Israel, mas, analisando com alguma profundidade os documentos e os passos dados pelos norte-americanos, conforme a documentação extraída nos seus arquivos e apreciada neste trabalho, prova-se que a base das Lajes não foi usada como último recurso, sendo escolhida e usada como primeiro recurso, num pedido expresso e reiterado do Secretário de Estado da Defesa na determinante reunião WASP de 13 de Outubro, onde por quatro vezes repetiu ao renitente Kissinger que queria e precisava das Lajes para levar a cabo o plano que a administração norte-americana desenhou para salvar Israel (US DEP. STATE, 1973 v). Ver documento diplomático americano no ANEX.091, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 699.

<sup>259</sup> Depois de ter conhecimento de que Israel estava a perder a guerra, na tarde de dia 9 de Outubro, Nixon tomou a decisão na Sala Oval de que «Israel não deve perder a guerra» e mandou enviar os tanques e os consumíveis necessários. Se ficasse difícil, mandou até «identificar, contingentemente, tanques e aviões norte-americanos colocados na Europa», numa reunião onde Kissinger sublinhou a inesperada situação geoestratégica do momento, destacando que enquanto Israel «perdeu a invencibilidade, os árabes perderam o sentimento de inferioridade» (US DEP. STATE, 1973 i). Ver documento diplomático americano no ANEX.074, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 599.

Apesar da forma como Kissinger conseguiu as Lajes<sup>260</sup>, confessou mais tarde ao Secretário da Defesa dos EUA, James Schlesinger<sup>261</sup>, ter-se comportado como um «selvagem com os portugueses quando [estes] inicialmente hesitaram»<sup>262</sup> (Horne, 2009, p. 262), conforme Alistair Horne descreveu no seu livro *Kissinger`s Year 1973*.

Não obstante as consequências para Lisboa, em termos de inflação e na dificuldade da importação de petróleo, a decisão parece ter valido a pena tendo em conta o objectivo de obter equipamento militar sofisticado considerado vital. Isto num período em que a Casa Branca vivia uma agitação conspirativa<sup>263</sup>, com um Presidente ausente, alheado e acossado<sup>264</sup>, e uma crise mundial que acabou mergulhada num choque petrolífero nunca visto anteriormente.

A verdade é que a ajuda indirecta aos israelitas abriu várias portas, nomeadamente a possibilidade de contar com o influente *lobby* pró-israelita no Senado para contrariar o processo legislativo americano anti-português ali em curso, como se comprovou com o conteúdo do telegrama n.º 537 do embaixador Hall Themido. Segundo um contacto do

---

<sup>260</sup> A forma como os EUA conseguiram a autorização das Lajes nesta operação militar foi consequência de uma forte pressão diplomática dos EUA junto de Lisboa, recorrendo inclusivamente a uma comunicação agressiva, que posteriormente foi classificada como um ultimato. Estas pressões resultaram da forma como os EUA se encontravam naquele dia 12 de Outubro, seis dias depois de a guerra ter começado e após quatro dias de paralisia do aparelho militar dos EUA, que não conseguia desbloquear a forma de concretizar a ajuda prometida a Israel, numa série de múltiplos episódios ocorridos em Washington de que hoje temos conhecimento em detalhe pela análise efectuada nos arquivos diplomáticos norte-americanos. À época, Kissinger concluiu e verbalizou inclusivamente que a única explicação para a decisão de Nixon de ajuda dos EUA a Israel ter ficado parada quatro dias estava relacionada com uma «uma sabotagem maciça» perpetrada pela equipa do Secretário da Defesa, que se rebelou contra as instruções da Administração (US DEP. STATE, 1973 w).

<sup>261</sup> James Schlesinger foi director da CIA de 2 de Janeiro de 1973 até 2 de Julho de 1973. A partir dessa data e até 19 de Novembro de 1975 foi Secretário da Defesa dos EUA.

<sup>262</sup> A hesitação a que Kissinger se refere está expressa no processo de intensa troca de mensagens diplomáticas com vista a desbloquear o uso da base das Lajes, que se desencadeou nos dias 12 e 13 de Outubro de 1973 entre as diplomacias dos dois países, numa «crise agudíssima», como mais tarde o embaixador Themido a classificou (Themido, 1995, p. 111). Assim que a diplomacia portuguesa percebeu a intenção e o estado de necessidade dos EUA, aproveitou a oportunidade para «pedir um preço altíssimo, nos planos político e de ajuda militar» (Themido, 1995, p. 119), como reconheceu o mesmo embaixador nas suas memórias.

<sup>263</sup> Por esses dias, o ambiente na Casa Branca não era o melhor. Kissinger desconfiava ser vítima de uma maciça sabotagem por parte dos seus colegas da área da Defesa. Tese que colocou como hipótese ao próprio embaixador de Israel como explicação para o facto de as suas ordens serem desautorizadas (US DEP. STATE, 1973 g) a este propósito ver documento diplomático americano no ANEX.094, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 715 assim como documento diplomático americano no ANEX.085, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 657.

<sup>264</sup> Durante o desenrolar da guerra do Yom Kippur, alguns acontecimentos abalaram muito Nixon e afectaram a sua actuação como Presidente, sendo até reveladores do seu estado de espírito e da sua disponibilidade por esses dias. Durante os 20 dias em que decorreu esta guerra no Médio Oriente, Nixon ficou sem Vice-Presidente (que seria essencial no caso de agravamento da crise do Watergate, não só por ter de o substituir como Presidente mas para haver alguém que garantidamente o amniasse em caso de futuras investigações) (US DEP. STATE, 1973 p), a este propósito ver documento diplomático americano no ANEX.081, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 639.

embaixador no Departamento de Estado, o novo texto da legislação do Senado «já não iria mencionar Portugal» e, na sequência de um encontro com o Vice-Secretário de Estado norte-americano Kenneth Rush<sup>265</sup>, o abastecimento para Israel continuaria a ser feito «por via marítima», deixando de usar os Açores para o efeito<sup>266</sup> (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 n).

O mesmo diplomata informou ainda que, após um encontro com Kissinger, foi informado de este «já ter dado instruções ao Departamento de Estado para que fosse revista a política norte-americana em relação a Portugal e adoptada uma [atitude de] maior compreensão» (Sá, 2016, p. 506), facto comprovado no documento encontrado no arquivo norte-americano<sup>267</sup> (US DEP. STATE, 1973 z2). Os sinais de aproximação encontram-se igualmente evidenciados em mais correspondência diplomática portuguesa emitida por esses dias<sup>268</sup>.

No dia 19 de Outubro, Marcello Caetano enviou uma carta pessoal para Nixon num tom muito duro com vista a colocar pressão sobre os EUA, recordando-o do apoio que Portugal decidiu dar aos EUA num momento particularmente difícil. Nessa missiva, o chefe do governo português sublinhou: «Ao contrário da URSS, que tem uma política mais realista e instituições mais sólidas, os EUA abandonam os países amigos, mesmo quando estes lutam por interesses coincidentes.»<sup>269</sup>

---

<sup>265</sup> Kenneth Rush era Vice-Secretário de Estado dos EUA nessa data, cargo que desempenhou até Maio de 1974. Diplomata de carreira, foi o antigo embaixador dos EUA na RFA entre Julho de 1969 e Fevereiro de 1972, e Vice-Secretário de Estado da Defesa de Fevereiro de 1972 a Janeiro de 1973. Seria nomeado embaixador dos EUA em França em Setembro de 1974.

<sup>266</sup> Como se comprova pela acta da reunião WSAG de dia 17 de Outubro sobre a situação do Médio Oriente, em que se decidiu transferir o esforço da ponte militar para Israel das Lajes para transporte marítimo. Ver documento diplomático americano no ANEX.099, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 759.

<sup>267</sup> Conforme a acta de reunião escrita por Pickering, Secretário Executivo do NSC Pickering, ficaram registadas as decisões do Secretário de Estado Kissinger para que se iniciassem as negociações com Lisboa sobre os Açores, para que se informasse Lisboa da possibilidade de uso do PL-480 para exportação de cereais norte-americanos para Portugal, e para que Marshall Wright (membro do NSC para os assuntos africanos e da ONU) informasse os membros-chave, tanto da Câmara dos Representantes como do Senado, sobre o que representou e significou a decisão de Portugal na ajuda dos EUA a Israel. Ver documento diplomático americano no ANEX.098, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 753.

<sup>268</sup> Outros sinais da reaproximação resultante da luz verde dos Açores estão também registados nos telegramas diplomáticos de Hall Themido enviados para o MNE. Com o telegrama n.º 447, do mesmo dia 15 de Outubro, o embaixador português indicou que o Presidente do comité de África do Senado, um conhecido opositor da política ultramarina portuguesa, o senador Jackson Humphrey, e o senador Tunney, autor de legislação anti-portuguesa, passaram a apoiar as pretensões nacionais no sentido de derrotar a legislação hostil em discussão no Senado (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 l). Três dias depois, o embaixador português informou no telegrama diplomático n.º 458 que visitou o senador Jackson Humphrey e que o mesmo dissera que Kissinger lhe explicara previamente o valor da colaboração portuguesa e que, por isso, prometeu auxiliar Lisboa no Congresso, onde faria tudo o que estivesse ao seu alcance (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 m).

<sup>269</sup> Na carta que Marcello Caetano escreveu a Nixon de rescaldo após o ultimato, recordou-o de que, em resultado da campanha conduzida pelos inimigos de Portugal, o país vinha sendo privado de meios de defesa militar e que todo o esforço de guerra em África era feito com meios domésticos. Mas tal como

Passados apenas três dias após o governo português ter dado «luz verde» ao uso das Lajes, decorreu mais uma sessão do CSDN na qual o MNE, Rui Patrício, detalhou todo o processo diplomático que correu entre as partes e reflectiu sobre a estratégia para retirar desse processo os melhores proveitos negociais<sup>270</sup>. Esse encontro não terminou sem que o CEMGFA tivesse feito uma séria advertência sobre acontecimentos nos teatros da Guiné e de Moçambique, assinalando em relação ao primeiro uma mudança de estratégia que implicava a necessidade de um forte investimento em equipamento militar, como mísseis e novos aviões (CSDN, 1973 b, pp. 13-14), e em relação ao segundo a suspeita da existência de continuada e indiscriminada actuação das tropas portuguesas no terreno, não vendo nenhuma alteração desde uma prévia chamada de atenção anteriormente feita ao respectivo comandante-chefe (CSDN, 1973 b, p. 19).

No fim desse mês de Outubro, no dia 28, realizaram-se em Portugal as eleições para a Assembleia Nacional numa fase em que, internacionalmente, escalava a pressão política sobre Portugal, tanto pela proclamação unilateral de independência da República da Guiné-Bissau pelo PAIGC, ocorrida quatro dias antes, como pelos efeitos públicos da operação Marosca<sup>271</sup>.

Estes dois acontecimentos pressionaram ainda mais a diplomacia portuguesa, que viu a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecer a independência da Guiné-Bissau

---

Marcello Caetano sublinhou, o inimigo tinha uma visão estratégica global que faltava ao Ocidente e na qual, a conquista das posições africanas ocupava lugar destacado (Caetano, 1973 a). As críticas do chefe do governo subiriam ainda de tom quando, na mesma carta, acrescentou: «Não lhe escondo, Sr. Presidente, que a opinião pública portuguesa está hoje convencida de que os Estados Unidos abandonam os países amigos quando os interesses pelos quais estes lutam são no fundo coincidentes com os interesses ocidentais e portanto Americanos.» Em aditamento, Caetano escreveu ainda que se espalhou na opinião pública lusa a convicção de que «ao contrário da URSS, com uma política mais realista e instituições mais seguras, [esta] nunca deixou de apoiar com habilidade, firmeza e oportunidade os países que nela confiam», em contraponto com o sentimento de um abandono com que os EUA habitualmente brindavam os seus aliados. Marcello Caetano terminou a carta com um remoque final dizendo que isto era o «que eu queria, Senhor Presidente, que tivesse perfeita consciência» (Caetano, 1973 a). Ver carta de Caetano para Nixon no ANEX.100, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 773.

<sup>270</sup> Esta reunião iniciou-se com uma longa intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros de enquadramento da situação que resultou na aprovação da utilização da base das Lajes por parte dos EUA, recordando que o acordo das Lajes assinado em 1971 fora feito com um prazo curto (dois anos) porque na ocasião se considerou que em 1973 Nixon estaria já em pleno segundo mandato e, portanto, menos subordinado a pressões políticas eleitoralistas ou partidárias, o que permitiria a Portugal obter melhores contrapartidas do que as obtidas em 1971 (CSDN, 1973 b, pp. 5-6).

<sup>271</sup> A operação Marosca foi uma acção de retaliação militar realizada no norte do território de Moçambique na sequência da morte de dois capitães, comandantes de companhia, ocorrida após um jipe detonar uma mina anti-carro. Esta operação envolveu o uso de quatro caças-bombardeiros que atingiram as povoações de Wiriamu, Juwau e Chawola enquanto cinco helicópteros desembarcaram quatro grupos da 6.<sup>a</sup> companhia de comandos, grupos especiais de pára-quedistas, entre outras forças, que cercaram essas aldeias realizando um massacre que dizimou, alegadamente, mais de 400 civis, entre aldeões, mulheres e crianças (Brandão J., 2008, p. 386). Este acontecimento ocorreu no dia 16 de Dezembro de 1972 no norte de Moçambique, na província de Tete, mas foi tornado público em Julho de 1973 através do *The Times*, no período em que Marcello Caetano visitou o Reino Unido, numa viagem iniciada no dia 16 desse mês.

(UN General Assembly, 1973 a)<sup>272</sup>. Na sequência desse reconhecimento, o novo Estado seria convidado a participar na terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ao mesmo tempo que, na AG da ONU, numa outra resolução, Portugal era referenciado como um território que «existe [e apenas] no interior das suas fronteiras na Europa».

Henry Kissinger, que até então dava mostras de estar pouco interessado nos assuntos de Lisboa, aproximou-se de Rui Patrício e das posições de Lisboa pelo efeito da crise vivida no Yom Kippur, assinalando uma nova fase na diplomacia luso-americana.

No rescaldo dessa guerra, não restavam dúvidas de que as Lajes eram demasiado importantes para serem tratadas como mera arma de arremesso político entre democratas e republicanos, ou argumento político entre o Senado e a Presidência. Um sinal dessa reaproximação foi dado quando Kissinger decidiu desviar um conselheiro jurídico do Departamento de Estado, recém-nomeado pelo anterior Secretário de Estado Rogers, para preencher a posição de embaixador em Lisboa, vaga há um ano.

Outro sinal significativo foi dado com as missivas<sup>273</sup> que enviou nesta altura ao MNE Português, nas quais agradeceu formalmente a ajuda portuguesa prestada aos americanos (Kissinger, 1973 c)<sup>274</sup> e, num memorando secreto, respondia às condições que Lisboa tinha apresentado na altura em que lhe foi pedido o acesso aos Açores (Kissinger, 1973 b)<sup>275</sup>. O passo que corporizou e confirmou a reaproximação foi a visita do próprio Secretário de Estado norte-americano a Lisboa, aproveitando uma reunião da NATO marcada para Dezembro.

Numa longa reunião de preparação da viagem, Kissinger (com a sua equipa) elaborou uma profunda análise sobre a política dos EUA em relação ao Ultramar português, a qual terminou com a decisão de solicitar um NSSM ao NSC para estudar e se ajustar a

---

<sup>272</sup> Com a resolução n.º 3061, de 2 de Novembro, que se pode ver no ANEX.102, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 781.

<sup>273</sup> Enquanto na primeira missiva Kissinger expressou o apreço do governo dos Estados Unidos pela cooperação de Portugal e a compreensão pela atitude de Estado do seu governo na grande ajuda ao combate ao aventureirismo soviético, acrescentou ainda que «entendemos as dificuldades que a vossa decisão de cooperar connosco acarretou e registamos a vossa apreensão de que possa haver consequências adversas para Portugal». O Secretário de Estado americano fez ainda uma referência nessa carta ao facto de ser acompanhada por um memorando que abordava as questões levantadas por Portugal a 13 de Outubro.

<sup>274</sup> Ver Ofício de Henry Kissinger para Rui Patrício no ANEX.103, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 785.

<sup>275</sup> Ver memorando secreto de Henry Kissinger para Rui Patrício no ANEX.104, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 789.

uma nova política norte-americana de longo prazo, a qual nunca saiu da intenção<sup>276</sup>. A acta<sup>277</sup> deste longo encontro contém surpreendentes revelações, nomeadamente a opinião de múltiplos matizes de Kissinger, deixando análises feitas, sob o estrito ponto de vista de «cientista político», sobre a melhor forma de Portugal resolver o seu problema ultramarino<sup>278</sup>, ou as diferentes correntes de opinião dentro do Departamento de Estado sobre essa questão<sup>279</sup>, e ainda, em particular, a diferença de opiniões do

---

<sup>276</sup> É interessante e curioso verificar que, na sequência e em conclusão da profunda discussão entre o Secretário de Estado e o seu *staff* nesta ocasião, chegaram à conclusão de haver necessidade de elaborar um NSSM com vista a rever a política dos EUA de longo prazo face aos territórios ultramarinos portugueses, mas que esta intenção na realidade nunca chegou a ser executada, apesar de 11 dias depois, no dia 14 de Novembro, após a «decisão» tomada, ter sido encomendado outro NSSM, o National Security Study Memorandum 189, com um tema diferente, mas também ligado a interesses de Lisboa, no caso um estudo relativo à negociação da base das Lajes. Este facto é aparentemente demonstrativo de quais eram as prioridades e preocupações diplomáticas de Kissinger relativas a Lisboa. O facto de o NSSM 189 ter sido mandado estudar três dias antes da partida de Kissinger para Lisboa, é igualmente revelador do *mindset* do Secretário de Estado nas suas conversações diplomáticas com as autoridades portuguesas. Ver este documento no ANEX.106, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 805.

<sup>277</sup> No dia em que se iniciava a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em que a Guiné Bissau participa como membro convidado, 3 de Dezembro de 1973, teve lugar uma reunião da equipa sénior diplomática da administração norte-americana para discutir a política relativa ao Ultramar português. O encontro registado numa acta que se encontra nos arquivos norte-americanos, demonstra as diferenças de posição sobre a matéria entre os diferentes intervenientes. Uma linha, a mais clássica do departamento de Estado, pelas intervenções do embaixador David Popper, um diplomata de carreira com décadas de experiência que à época era o Secretário de Estado adjunto para Assuntos de Organizações Internacionais. A outra linha era mais matizada e optimista relativamente à possibilidade de uma evolução de posição de Lisboa sobre esta matéria, do responsável pela política de África na Secretaria de Estado David Newsom, e havia uma posição mais pessimista que considerava a postura de Lisboa imutável – a de Kissinger.

<sup>278</sup> Neste encontro, Kissinger após uma enorme discussão, revelou que, na sua opinião, a solução para o problema ultramarino português era «tirar-lhe isso deles» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 24); considerou ainda que «sempre assumi que a decisão que temos de tomar para que eles saiam de Angola e Moçambique [acontecerá] quando os africanos deixarem a situação suficientemente quente [para eles] saírem» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 30). O Secretário de Estado, após ouvir a exposição com uma visão mais contemporizadora do problema por parte de David Newsom, que apresentou os modelos francês e belga de descolonização como possíveis modelos para Lisboa, respondeu-lhe que «como cientista político posso dizer que talvez a maneira de sair [do problema] seja como De Gaulle fez» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 31), concluindo que por isso a melhor política dos EUA era «tentar tirar os portugueses de lá o mais rapidamente possível» caso Lisboa quisesse preservar os seus vestígios. «Mas esta posição perfeitamente razoável é difícil de conciliar» tendo em conta «o que lhes temos dito nas últimas semanas, de que seremos atenciosos com eles, dado o apoio que nos deram» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 32). Kissinger concluiu afirmando que na sua «opinião eles têm apenas duas opções: seguir o rumo actual, aguentando o máximo tempo possível e esperando que haja alguma mudança no clima internacional, o que é improvável, mas seria um caminho possível, ou o outro caminho que é sair de lá rapidamente» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 32). Terminaria o seu raciocínio dizendo «no meu julgamento a configuração política em Portugal não está preparada, nem remotamente, para essa opção», no entanto deveria ser estudada num NSSM a melhor política dos EUA para fazer Portugal sair de África o mais rapidamente possível (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 34).

<sup>279</sup> David Popper manifestou a necessidade de procurar conseguir-se de Lisboa «uma atitude menos rígida»), nomeadamente aceitando que os territórios fossem dados como independentes e assim «caminhar no sentido da autodeterminação» (US DEP STATE, 1973 z5, pp. 23-24) numa postura mais clássica do tempo da presidência Kennedy. Henry Kissinger, contrariando essa possibilidade porque isso não seria aceite por Lisboa, afirmou: «Eles nunca aceitarão isso, nunca.» O embaixador Popper rebateu-o frisando que nunca «é muito tempo» e que, nesse caso, não haveria solução. Perante isso, Kissinger revelou a sua opinião, dizendo que «não há solução para isto a não ser tirar-lhes isso», referindo-se aos territórios ultramarinos (US DEP. STATE, 1973 z5, pp. 23-24). David Newsom, que tinha estado em Março em Lisboa em conversações com Marcello Caetano e Rui Patrício, sentindo que de alguma forma o clima político em Lisboa estava a evoluir, manifestou interesse em procurar-se uma outra ideia, propondo em primeiro lugar separar a questão da Guiné-Bissau do resto, por considerar que esse era um «assunto emocional [para todas as partes]» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 26), e que os EUA deviam «aproveitar as negociações com os Açores» para conseguir um diálogo mais amplo (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 27).

Secretário de Estado e do responsável pelo *Desk* de África no Departamento de Estado David Newsom que percepcionava sobre a nova abertura que Lisboa demonstrava agora sobre a matéria ultramarina<sup>280</sup>.

A partir desta documentação, parece claro o estado de espírito de Kissinger ao partir para Lisboa, revelador do dilema diplomático que Portugal representava para os EUA tendo em conta a melhor política de longo termo dos EUA para os territórios portugueses de África, que Kissinger defendia passava por tentar tirar os portugueses de África o mais rapidamente possível (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 32), mas que essa sua conclusão seria «difícil de conciliar» considerando «o que lhes temos dito nas últimas semanas, de que seremos mais atenciosos com eles, dado o apoio que nos deram» (US DEP. STATE, 1973 z5, p.32).

Kissinger, não sentindo as alterações subtis de Lisboa percepcionadas por Newsom, estava convicto de que a configuração política em Portugal mostrava que o país não estava preparado, nem mesmo «remotamente» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 34), apesar de Newsom ter defendido poder haver no país «mais correntes de opinião» que os EUA ainda não tinham considerado (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 28). Convicto das suas certezas e dilemas, Kissinger partiu para Lisboa concentrando os seus esforços diplomáticos não na procura de uma solução diplomática para o Ultramar, que lhe parecia ter destino marcado, mas sim na resolução do assunto mais importante e de curto prazo, a renovação do acordo sobre a base das Lajes, fingindo ter vontade em desbloquear o equipamento militar pedido por Lisboa, porque acreditava que a solução do Ultramar africano português passava por «lhes tirar isso» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 30).

Na deslocação a Lisboa, prevista para os dias 17 e 18 de Dezembro, Kissinger aproveitou a oportunidade para relançar as negociações da renovação do acordo das Lajes, o qual seria estudado internamente pelos EUA com a NSSM n.º 189 de 14 de Novembro (NSC, 1973)<sup>281</sup>. Aparentemente, a diplomacia portuguesa sentiu estar a

---

<sup>280</sup> Esta posição mais contemporizadora de David Newsom partiu da sua sensação de «haver mais correntes em Portugal do que [aquelas que] tenhamos considerado [até agora]» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 28), apresentando uma estratégia diferente colocada a «alto nível», deixando de ver o problema apenas sob o prisma da habitual dicotomia do «estar dentro ou ter de sair de África», «porque tenho a sensação de que há ainda tempo para os portugueses chegarem a um acordo» aceitando a independência como o fim último, mas «uma independência com forte presença portuguesa, no modelo francês, ou uma independência total, no modelo belga» (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 31), isto tudo tendo em conta as conversações que tivera com Marcello Caetano, Rui Patrício e Silva Cunha em Lisboa em Abril desse ano (US DEP. STATE, 1973 z5, p. 31).

<sup>281</sup> Ver NSSM 189 – *National Security Study Memoranda* n.º 189 no ANEX.105, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 801.

colher os frutos da decisão arriscada de apoiar os EUA nas operações de guerra do Yom Kippur, nascendo em Lisboa a expectativa de poder finalmente contar com os *Red Eye* solicitados por Costa Gomes, considerados fundamentais para defender Bissau, Cabinda e Cahora Bassa, conforme Tiago Moreira de Sá referiu na sua obra, quando revelou que, por esta altura, o «Secretário de Estado empenhou-se em fornecer [os mísseis] a Caetano através de Israel» (Sá, 2016, pp. 506-507).

#### **4.3.2. O AGRAVAMENTO DA EBULIÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS, SPÍNOLA E KAÚLZA DE ARRIAGA EM LISBOA, A REVOGAÇÃO DOS DECRETOS-LEI E O NOVO GOVERNO**

Na sequência das eleições de 1973, a 7 de Novembro, Marcello Caetano efectuou uma significativa remodelação ministerial. Spínola recusou ocupar o lugar de Ministro do Ultramar, pasta relativamente à qual o chefe de governo sentia ser a hora de substituir a ortodoxia pela ousadia, num ministério estratégico, considerado por muitos um estado dentro do estado, no sentido de dar um impulso reformista e de aprofundar as autonomias administrativas. Nessa remodelação, o chefe do governo quis também dar outro sinal ousado quando decidiu colocar um civil, o segundo do Estado Novo<sup>282</sup>, na pasta da Defesa, substituindo o General Sá Viana Rebelo pelo peso pesado do regime, Silva Cunha.

Igualmente para a área militar, foi chamado ao governo um militar próximo do General Costa Gomes para o lugar de Subsecretário de Estado do Exército, o coronel de artilharia Carlos Viana de Lemos<sup>283</sup>. Marcello Caetano sabia que era alguém «muito da privança também do General Costa Gomes» (Caetano, 1974, p. 91), e era um militar bem recebido nos meios castrenses mais contestatários.

---

<sup>282</sup> O primeiro civil no Estado Novo a ocupar a central pasta da Defesa foi António de Oliveira Salazar entre 13 de Abril de 1961 e 4 de Dezembro de 1962, quando substituiu o General Botelho Moniz aquando da tentativa deste em afastar o Presidente do Conselho. Em Dezembro de 1962, Salazar cedeu o lugar de Ministro da Defesa ao General Manuel Gomes Araújo.

<sup>283</sup> Carlos Henriques Pereira Viana de Lemos (1924-2011) foi um destacado militar português, coronel de patente, da arma de Artilharia, considerado próximo do General Costa Gomes. Foi nomeado Subsecretário de Estado do Exército em Novembro de 1973, na sequência da saída de Sá Viana Rebelo de MDN e do Secretário de Estado do Exército Alberty Correia. Foi Secretário Permanente da comissão mista Luso-Alemã; subchefe do Estado-Maior da RM de Angola, chefe da 3.ª repartição do Estado-Maior do Exército (1969-1971), chefe do Serviço Cartográfico do Exército (1971-1973); e prestou serviço igualmente na 2.ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional e no Gabinete do Ministro da Defesa Nacional. Entre outros, tinha o curso do Estado-Maior em França, o diploma de Estudos Ingleses de Cambridge e o Curso de Economia de Segurança Nacional do Colégio Industrial das FA dos EUA (Lemos, 1977, p. contracapa). Foi oficial do gabinete do Ministro da Defesa Botelho Moniz onde testemunhou a crise de 1961, a qual, juntamente com a crise que deu origem ao 25 de Abril, seriam objecto do livro *Dois Crises*, de que é autor. Igualmente, no período em que foi chefe da 3.ª repartição do Estado-Maior do Exército, foi autor de um parecer sobre a 3.ª e 4.ª partes da exposição sul-africana do «Plano de Defesa para a África Austral» de Março de 1970.

O único Ministro da área militar que permaneceu, e que se manteve desde Setembro de 1968, foi o contra-almirante Manuel Pereira Crespo, na pasta da Marinha, um chefe militar próximo de Spínola. Esta remodelação, pela profundidade, simbolismo e tónica reformista, foi alvo de apreciação e referência na imprensa internacional, como deu nota o sempre diligente e atento Ministério dos Negócios Estrangeiros <sup>284</sup>.

No fim desse mês de Novembro, o embaixador português em Washington deu conta da evolução favorável do processo negocial das Lajes<sup>285</sup> e do avanço do *dossier* dos mísseis *Red Eye*, notícias importantes, tendo em conta que da Guiné chegavam sinais preocupantes relativamente à possibilidade de a Guiné-Conacri fazer uso dos seus Migs soviéticos. Caso a cidade de Bissau não tivesse meios eficazes de defesa aérea, poderia ficar à mercê de ataques da aviação inimiga.

O único teatro militar de operações que não dava sinais inquietantes era Angola<sup>286</sup>, como corroborou o comandante-chefe em Luanda, Luz Cunha, numa exposição no

---

<sup>284</sup> O diplomata Meneses Rosa, colocado na RAS, salientou na nota diplomática n.º 331, a partir de Pretória, que os jornais sul-africanos deram relevo a esta remodelação acentuando ser a primeira vez «em quarenta anos que se verificou a nomeação de um civil para a pasta da Defesa», considerando a remodelação um significativo abalo governamental em Lisboa, especulando que o mesmo fosse consequência das repercussões dos alegados massacres em Moçambique e do recente mandato popular recebido nas eleições legislativas, que permitiu a Marcello Caetano «libertar-se da influência da velha guarda» pelo aumento do «seu crescente poder entre os militares» (Embaixada Portuguesa na RAS, 1973 a). No dia seguinte à remodelação, o embaixador português em Espanha enviou a nota diplomática n.º 1666, onde relatava o significado que a imprensa local deu à substituição na pasta do Interior, de um homem da linha dura «por um homem mais flexível», dizendo que, com esta remodelação, Marcello Caetano pretendeu libertar-se «gradualmente das limitações impostas pelas forças tradicionais do regime». O articulista do jornal *ABC* mencionado pelo embaixador português, acrescentou ainda que Caetano, com as suas aberturas, conquistas e resistência estóica «chocou os rígidos guardiões dos velhos tempos, os ultra-falcões do salazarismo estático» para impor o «caetanismo» (Embaixada Portuguesa em Espanha, 1973 a). Com o mesmo tom e no mesmo sentido, a partir de Londres, o novo embaixador Caldeira Cabral, no ofício n.º 1213 datado de 29 de Novembro, deu conta do artigo no *Financial Times* que discorreu sobre o significado da nomeação do Dr. Baltazar Rebelo Sousa como Ministro do Ultramar, considerando-o um adepto de uma rápida descentralização e um Ministro crente no conceito de autogoverno ultramarino, partidário de uma «comunidade afro-lusitana» (Embaixada Portuguesa no Reino Unido, 1973 g). De Madrid, e em aditamento ao anterior ofício, o embaixador português enviou ainda o n.º 1700 para o MNE, no dia 15 de Novembro, com notícias adicionais publicadas num diário de Barcelona, surpreendentes opiniões jornalísticas, referindo-se ao General Spínola como um africanista que «não encontrou o lugar que pretendia no novo governo, mas que não era segredo» que «dirigia o grupo dos “ultras” que cercam o idoso chefe de Estado almirante Américo Tomás» e que o acompanham nas iniciativas políticas do Presidente português contra o chefe de governo (Embaixada Portuguesa em Espanha, 1973 b).

<sup>285</sup> Através do telegrama diplomático n.º 587, o embaixador Hall Themido informou o MNE sobre o teor de uma conversa entre o General Pina e o almirante Moorer, em que o chefe de Estado-Maior das FA dos EUA referiu que a diplomacia do seu país estava a estudar uma maneira de conseguir efectuar o fornecimento dos mísseis pedidos por Lisboa (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 o). Uma semana decorrida, no telegrama diplomático n.º 609, o mesmo diplomata português informou que o embaixador norte-americano responsável pela negociação das Lajes, o embaixador Porter, teve a ideia, para satisfazer algumas categorias do equipamento militar pedido por Lisboa, de que se contactasse Israel, país que estava muito agradecido a Lisboa e havia dado indicações seguras ao governo norte-americano «da sua disposição de nos ajudar» (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 p).

<sup>286</sup> Como o cônsul geral sul-africano em Luanda deu conta num documento secreto enviado para Pretória, com o título «Angola: the Progress of the War», datado de 27 de Novembro 1973, uma guerra deste tipo é vencida pelo lado que estiver preparado para aguentar mais tempo e, a este respeito, o diplomata sul-africano era da opinião de que, sem revelar temor, «os portugueses têm uma vantagem intrínseca. Embora

CSDN, onde deu conta do aumento da influência comunista no Zaire (CSDN, 1973 c, p. 4) traduzida na chegada de um número significativo de técnicos chineses a esse país, o que, acrescentou, mostrava sinais de afastamento do Presidente Mobutu em relação à sua tradicional proximidade aos EUA, confirmando que este estava cada vez menos vinculado com o Ocidente (CSDN, 1973 c, p. 5). Por outro lado, em Moçambique, os acontecimentos de Wiriamu continuavam na ordem do dia e, por acção de uma resolução da ONU, seriam alvo de uma comissão de investigação<sup>287</sup>.

Foi neste enquadramento que Kissinger iniciou a sua visita a Lisboa a 17 de Dezembro, o que gerou interesse noutras latitudes e que a diplomacia portuguesa registou<sup>288</sup> num memorando existente nos arquivos dos EUA (US DEP. STATE, 1973 z3)<sup>289</sup>. Nesse importante encontro, Kissinger foi confrontado com uma proposta secreta de Rui Patrício contendo uma lista de equipamento a que Portugal gostaria de poder aceder em troca da renovação do acordo das Lajes (Matos e Oliveira, 2023, pp. 52-53). Kissinger prometeu «estudar o problema» e dar rapidamente ao seu congénere «uma resposta» (US DEP. STATE, 1973 z3, p. 3)<sup>290</sup>. Um dos pedidos que Portugal apresentou foi os mísseis terra-ar tão necessários para a defesa antiaérea e que o CEMGFA receava serem necessários no escalar da guerra, quer na Guiné quer em Moçambique<sup>291</sup> cujas

---

lentos e não sendo propriamente um modelo de eficiência, eles são, como raça, extremamente duros e teimosos e nós, África do Sul, temos excelentes razões para agradecer à providência ser este o caso» (Malone, 1973).

<sup>287</sup> Através da Resolução n.º 3114 na XXVIII sessão da Assembleia Geral, aprovada a 12 de Dezembro de 1973 (UN General Assembly, 1973 b). Ver resolução no Anex.107, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 823.

<sup>288</sup> No dia seguinte ao encontro entre Kissinger e Patrício, o embaixador português em Pretória, Meneses Rosa, enviou para MNE o telegrama diplomático n.º 371 dando conta de que a imprensa sul-africana acompanhou as conversações de Lisboa especulando sobre se o governo português teria pedido ao Dr. Kissinger o armamento sofisticado necessário para fazer frente às armas soviéticas utilizadas nos territórios portugueses africanos, em troca da renovação do acordo da base dos Açores (Embaixada Portuguesa na RAS, 1973 b). De França, também no acompanhamento jornalístico da visita, o embaixador português Lencastre, ali colocado, enviou para o MNE o telegrama diplomático n.º 602, no dia 19 de Dezembro, com um relato da imprensa gaulesa. Reproduziu que, segundo as agências de informação, discutiu-se em Lisboa o acordo das Lajes e que o governo português, em contrapartida, iria obter melhores condições na renovação, apesar de se duvidar que teria sido conseguido por Lisboa o «fornecimento de helicópteros para utilização em África» que, num artigo intitulado «Bases militares dos Açores», foram considerados «indispensáveis ao dispositivo militar americano» (Embaixada Portuguesa em França, 1973).

<sup>289</sup> Ver Memorando da conversação entre Henry Kissinger e Rui Patrício no ANEX.108, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 827.

<sup>290</sup> Neste encontro, Kissinger referiu a «impossibilidade de os EUA [fornecerem esse equipamento] por vias normais» devido à lei e à opinião pública norte-americanas, isto quando Patrício sublinhava a importância dessas armas defensivas para que os seus territórios pudessem defender-se contra um ataque dum Exército estrangeiro. O MNE português sublinhava que não estava a pedir espingardas ou armas para combater guerrilheiros, e que lhe parecia absurda a situação que Lisboa vivia, tendo em conta que «os soviéticos e os chineses forneciam armas sofisticadas aos nossos inimigos» (US DEP. STATE, 1973 z3, p. 2). Kissinger respondeu a esta preocupação dizendo que os EUA estavam preparados para explorar a possibilidade de fornecer essas armas «sem qualquer publicidade» (US DEP. STATE, 1973 z3, p. 2).

<sup>291</sup> Ainda antes do *dossier* dos mísseis norte-americanos *Red Eye* terem sido colocados à disposição de Lisboa, Portugal resolveu o problema através da aquisição, a uma companhia de França, de dois pelotões de mísseis *Crotale*.

negociações para a aquisição a Israel de 500 *Red Eyes* iniciaram-se em Março de 1974 «através de uma firma europeia» (Antunes, 1992, p. 304), facto confirmado pelo próprio embaixador Hall Themido no seu livro de memórias, num episódio pouco conhecido<sup>292</sup>.

Tal como referimos, a aproximação diplomática com os EUA também se traduziu no preenchimento do lugar de embaixador em Lisboa, com a nomeação de Stuart Scott<sup>293</sup>. A sua inexperiência, na opinião de Hall Themido, espelhava o desprezo de Kissinger por Portugal<sup>294</sup> (Antunes, 1992, p. 322).

Mais tarde, o mesmo embaixador, Stuart Scott, nas suas memórias adiantou que, no seu curto tempo em Lisboa, as únicas entrevistas politicamente relevantes que teve foram duas ou três severas descomposturas de Rui Patrício, por conta de promessas feitas e não cumpridas por Kissinger quando este esteve em Lisboa em Dezembro de 1973, porque Portugal sentiu mais uma vez que «estava sozinho» a combater comunistas em África (Antunes, 1992, p. 324).

Aparentemente, depois das eleições, estavam criadas as condições para um aprofundamento das autonomias ultramarinas, agora com um governo mais reformista e as Forças Armadas supostamente satisfeitas, e com os EUA, o seu principal aliado,

---

<sup>292</sup> Hall Themido, que foi responsável pela embaixada portuguesa nos EUA neste período, contou no seu livro de memórias o epílogo da longa história da aquisição por parte de Portugal dos mísseis norte-americanos *Red Eye*. O embaixador revela que «tempos depois de minhas conversas em Washington com os israelitas, a embaixada de um país europeu fez uma diligência altamente secreta junto do ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a possibilidade de serem fornecidos a Portugal» os *Red Eye* de fabrico americano provenientes de Israel. Segundo o embaixador, esses mísseis seriam substituídos pelo governo americano para que Israel mantivesse intacto o seu *stock* num processo negocial tão secreto que, na sequência desta sua diligência, as Necessidades deram conhecimento ao embaixador, numa vinda deste a Lisboa, que as próprias comunicações diplomáticas cifradas e o telefone eram considerados inseguros para falar sobre este assunto, o que exigiu adicional prudência nas comunicações entre Washington e Lisboa. O embaixador concluiu a narrativa revelando que, chegado o dia 25 de Abril, os mísseis encontravam-se devidamente acondicionados na Alemanha, estando iminente o seu transporte para Lisboa, e que o próprio Secretário-Geral do MNE solicitou ao líder da junta de Salvação Nacional, General Spínola, uma audiência, que ocorreu no dia 26 de Abril de 1974, para conhecer o destino de tão sigilosa encomenda. O General Spínola respondeu-lhe que deveria ser o General Costa Gomes a ocupar-se desse assunto, o qual, e segundo o embaixador, perante a novidade, resolveu suspender a remessa dos mísseis *Red Eye* (Themido, 1995, p. 146) que tanto tinha feito correr os militares, a diplomacia e o governo português naqueles anos.

<sup>293</sup> Stuart Nash Scott (1906-1992) foi um jurista e um diplomata norte-americano com pouca experiência diplomática que ocupou por um período muito breve o lugar de embaixador dos EUA em Lisboa, tendo apresentado credenciais na capital portuguesa no fim do mês de Janeiro de 1974 e terminado a sua posição menos de um ano depois, a 12 de Janeiro de 1975 (US DEP. STATE, 2009 c).

<sup>294</sup> O embaixador Hall Themido falou no seu livro *Dez Anos em Washington* sobre a escolha de Stuart Scott para Lisboa, qualificando-o como «um advogado desconhecido sem experiência diplomática» e referindo que esta escolha significava por parte de Kissinger «ignorância do que se estava a passar em Portugal», fruto do facto de Kissinger ser, na sua opinião, um homem ambicioso «que não se preocupa excessivamente com os meios para atingir os objectivos», sendo que naquela altura queria atingir «resultados rápidos para se afirmar à frente do Departamento de Estado». O embaixador também considerava que «para o Kissinger dessa época, a África era um continente sem importância, praticamente inexistente, e Portugal, um país em que não pensava quando observava o mapa da Europa» (Themido, 1995, p. 113).

novamente alinhado, parecendo receptivo a fornecer o equipamento sofisticado requerido. Mas não foi bem assim, e Marcello Caetano parecia estar com «a cabeça a prémio», segundo indiciavam as informações chegadas a Kissinger, da embaixada dos EUA em Lisboa, dando conta da existência de um plano que visava substituir o Primeiro-Ministro Marcello Caetano, um plano que partia de altas patentes militares<sup>295</sup>.

O diplomata norte-americano Post informou, entretanto, noutra mensagem diplomática para Kissinger, que continuava a haver dificuldades na negociação da base das Lajes (Embaixada EUA em PT, 1973 b). O problema, desta feita, centrava-se nos cinco milhões de dólares de equipamento não-militar previstos, apesar de ter sido um dos assuntos discutidos na visita de Kissinger a Lisboa nos dias 17 e 18. Segundo o diplomata dos EUA, o Ministro Patrício recordou-lhe todo o esforço feito por ambos os lados e que só por isso «se podia concluir que aquele não tinha sido um bom acordo» (Embaixada EUA em PT, 1973 b).

Entretanto, o PAIGC desenvolvia inesperadas actividades políticas dentro dos EUA, conforme o embaixador Hall Themido deu conhecimento ao MNE<sup>296</sup>.

Nos EUA, 1974 iniciou-se com o adensar do dilema diplomático que Portugal representava para a Secretaria de Estado norte-americana devido ao aparecimento de questões relativas à venda de armamento sofisticado pendente e solicitado pelos seus aliados africanos. A premência da decisão dos EUA em fornecer quer os mísseis terra-ar *Hawk* pedidos por Portugal, quer os pedidos da Nigéria para equipar com mísseis os

---

<sup>295</sup> Segundo o diplomata norte-americano Post escreveu no dia 28 de Dezembro (Embaixada EUA em PT, 1973 c), este golpe contou na sua organização com o ex-Ministro português dos Negócios Estrangeiros Adriano Moreira e os generais Kaulza de Arriaga, Luz Cunha e Silvino Silvério Marques. Teriam convidado também o General Spínola para participar, mas, segundo relatou o diplomata, os generais Spínola e Costa Gomes «falharam o plano ao relatá-lo a Caetano» (Embaixada EUA em PT, 1973 c). No mesmo despacho diplomático, Post referiu que estas figuras militares e políticas de direita tentaram um golpe na crença de que Marcello Caetano se preparava para dar a independência aos territórios africanos e que, de acordo com fontes separadas e qualificadas de «geralmente bem informadas», estas figuras realizaram um conjunto de reuniões nos feriados do Natal para obrigar o Presidente da República a demitir Marcello Caetano e substituí-lo por Adriano Moreira (Embaixada EUA em PT, 1973 c). Ver telegrama diplomático americano no ANEX.109, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 833. Estes rumores foram igualmente acompanhados pela diplomacia portuguesa, que deu conta a partir da embaixada em Bona, através do telex n.º 3 de 2 de Janeiro de 1974, de que a imprensa alemã reproduziu rumores publicados na imprensa britânica de «que por ocasião da visita de Kissinger a Lisboa» teria havido uma tentativa de golpe de estado por parte de Adriano Moreira e Kaulza de Arriaga, entre outras figuras (Embaixada Portuguesa na RFA, 1974).

<sup>296</sup> O embaixador Hall Themido, no dia 24 de Dezembro de 1973, enviou para Rui Patrício um revelador telegrama diplomático dando conta não só de actividades que o PAIGC levou a cabo dentro nos EUA, como dos vastos meios colocados à disposição deste movimento independentista por parte das igrejas metodistas americanas destinadas a propaganda hostil contra Lisboa. Segundo relato do vice-cônsul português de Boston, alguém próximo ao consulado assistiu a uma reunião do PAIGC ocorrida no dia 2 de Dezembro em Plymouth, onde compareceram 150 pessoas para assistir a um filme com a duração de uma hora que mostrava as «realizações» do PAIGC, tentando transmitir a ideia de controlar determinadas áreas libertadas dentro da Guiné (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1973 q, p. 1).

aviões já vendidos e entregues pelos EUA, alargou e engrossou a espessura desse dilema.

Agora o dilema não era apenas por ter de ser amável com Lisboa por causa de Yom Kippur, o que pressupunha algum suporte diplomático à política ultramarina portuguesa, mas porque esse apoio impedia os EUA de exercerem adequadamente a sua diplomacia junto dos seus aliados da restante África negra caso alguma destas vendas contraditórias se concretizasse<sup>297</sup>.

O resultado prático deste dilema resultou no congelamento da decisão já tomada pela Administração de fornecer a Lisboa os mísseis *Hawk*, venda que fora praticamente assumida por Kissinger em Lisboa, e que só mais tarde a diplomacia portuguesa percebeu que essa garantia dada iria falhar.

Esta proposta de tomada de decisão de Newsom para Kissinger, que ilustrou tão bem a dimensão do novo dilema, foi provavelmente um dos últimos documentos que o atento diplomata norte-americano elaborou sobre a região centro-austral de África. Na realidade, o diplomata que assinalou dentro da Secretaria de Estado a mudança do clima político de Lisboa de 1973, potenciador para as vias diplomáticas alternativas e mais reformistas na questão ultramarina portuguesa, nesse mesmo mês de Janeiro de 1974 foi enviado por Kissinger para assumir em Jacarta o lugar de embaixador dos EUA. Assim, com esta rotação diplomática norte-americana, Marcello Caetano perdeu o diplomata que em Washington melhor parecia compreender os ventos de mudança em Lisboa após as eleições de 1973, que estava agora disposta a aceitar soluções mais ousadas para o Ultramar, aquelas que as eleições de 1969 não possibilitaram ao chefe

---

<sup>297</sup> Este problema fica demonstrado nos dois memorandos enviados para Kissinger pelo Major General Brent Scowcroft e pelo responsável pelos assuntos africano David Newsom no dia 5 de Janeiro de 1974. No primeiro documento, fica evidenciado que a cedência dos mísseis terra-ar *Hawk* «para os territórios africanos portugueses» estava, nessa data, praticamente decidida pelos EUA, uma vez que neste documento se recomendava a Kissinger adiar «por alguns dias [a decisão de entregar mísseis *Sidewinders* à Nigéria]. Este memorando ilustrou o dilema e a sensibilidade da Casa Branca na questão relativa à venda de armas sofisticadas aos seus aliados, uma vez que satisfazer um aliado e não corresponder a outro causaria incómodos (US DEP. STATE, 1974 b). Ver este documento no ANEX.110, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 839. O *draft* de David Newsom datado do mesmo dia contém um pedido de tomada de decisão relativo a esta política dos EUA de fornecimento de mísseis para África, contendo propostas de soluções e avaliações quer das vantagens quer das desvantagens de cada uma das possíveis decisões, conforme se pode ver no documento no ANEX.111, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 843. Neste documento de cinco páginas, o autor destacou ainda que para providenciar os mísseis *Sidewider* à Nigéria ou «a qualquer outro país maior de África» deveria ter-se «em consideração o impacto que isso criaria nas relações com Portugal», uma vez que «isso iria complicar os nossos esforços de manter o embargo de armas para os portugueses em África» (US DEP. STATE, 1974 c, p. 3). Porém, e tendo em conta as três opções que Newsom apresentou, o autor recomendou que, «apesar de se poder receber algumas críticas do Congresso e dos portugueses, que se queixariam de os EUA equiparem países africanos negros melhor que eles», deviam avançar e «aprovar um relaxe selectivo na venda de *Sidewinders* aos países negros de África» (US DEP. STATE, 1974 c, pp. 1-4).

do governo português. A hora do «plano dos Brasis» tinha finalmente chegado para Marcello, mas deixou de contar em Washington com o diplomata que o intuiu.

#### **4.3.3. AS NEGOCIAÇÕES DAS LAJES, O LIVRO *PORTUGAL E O FUTURO E O ÚLTIMO CSDN DE MARCELLO CAETANO***

Pressentindo as hesitações dos EUA, o Ministro Patrício levou o novo embaixador norte-americano em Lisboa a enviar um telegrama para Kissinger dando conta de que o MNE português estava impaciente e ressentido por ainda não ter recebido repostas sobre as matérias discutidas durante a visita de Kissinger a Lisboa (Embaixada EUA em PT, 1974 a)<sup>298</sup>. Como resposta, o Departamento de Estado, a 20 de Janeiro, enviou um telegrama para Lisboa onde relativizou o problema, considerando que os portugueses viam as Lajes como o seu vínculo mais importante com os EUA e o principal meio de alavancar a sua posição negocial, mas que na verdade eles é que precisavam de garantir o apoio político dos EUA, porque naquela altura este apresentava-se como o «seu último amigo» para não ficarem colocados numa posição de país pária no mundo (US DEP. STATE, 1974 a). A resposta especulava ainda sobre a sobrevalorização que Lisboa fazia da sua posição negocial por conta das Lajes, e recomendava prudência na negociação do *dossier*<sup>299</sup>.

Coincidindo com o agravamento da situação militar em Moçambique, no dia 16 de Janeiro, a embaixada dos EUA no Zaire enviou um ofício para a Secretaria de Estado e para as suas embaixadas em Bruxelas, para Lisboa e para o consulado dos EUA de Luanda com um perturbador desenvolvimento.

Segundo o diplomata norte-americano Newlin, o Presidente Mobutu acreditava que «os dias dos portugueses em África estavam contados» e defendia que o Zaire tivesse um

---

<sup>298</sup> Neste telegrama de 15 de Janeiro, o embaixador norte-americano deu conta de que, na opinião do Ministro português, quando Portugal foi necessário «fez-se presente, mas que depois somos imediatamente esquecidos», queixando-se igualmente que quando o embaixador Themido recebeu o embaixador norte-americano Porter, foi informado de que este não tinha nada para transmitir (Embaixada EUA em PT, 1974 a). O novo embaixador americano concluiu o seu telegrama reproduzindo a ameaça do Ministro Patrício, que o informou de que o presente acordo das Lajes terminava em Fevereiro e o governo Português podia, nestas circunstâncias, não ter outra alternativa senão cancelar a renovação (Embaixada EUA em PT, 1974 a).

<sup>299</sup> No telegrama que o Secretário de Estado adjunto dos EUA Rush enviou para o seu novo embaixador, mostrou-se convicto de que os portugueses viam as Lajes como o principal argumento para circunscrever a liberdade de acção dos EUA em relação à África portuguesa, alertando a sua diplomacia em Lisboa de que, se a resposta dos EUA sobre as Lajes e outros assuntos fosse de molde a deixá-los convencidos de que estão novamente a ser dar como garantidos, isso podia empurrá-los para «nos enfrentar, preservando o seu orgulho» (US DEP. STATE, 1974 a). Como tal, aconselhou prudência na condução da negociação. O diplomata americano terminou o seu telegrama dizendo que exortava fortemente o Secretário de Estado para que este recebesse o embaixador Themido o mais rapidamente possível para lhe transmitir uma resposta às suas preocupações, ou, se não estivesse pronto, para lhe explicar pessoalmente o estado actual de consideração desses assuntos (US DEP. STATE, 1974 a).

papel na eventual expulsão dos mesmos de África (Embaixada EUA no Zaire, 1974). Esta posição de Mobutu seguiu-se ao processo que o próprio qualificou de «zairização» e que resultou na fuga de inúmeros portugueses do Zaire<sup>300</sup>.

Enquanto a diplomacia portuguesa ia informando o MNE das aparentes intenções do seu parceiro americano sobre a manutenção ou o estabelecimento de novas bases militares no estrangeiro<sup>301</sup>, com informações que pudessem ser úteis no processo negocial das Lajes, finalmente o novo embaixador dos EUA apresentou-se em Lisboa e reuniu com o Presidente do Conselho pela primeira vez. O encontro decorreu no dia 5 de Fevereiro e Primeiro-Ministro português aproveitou para realçar que a chegada daquele diplomata acontecia «num momento em que as relações entre os dois países são extremamente boas», num bom *timing* relativamente às negociações sobre a base das Lajes (Embaixada EUA em PT, 1974 b).

Aparentemente, a referida negociação das Lajes aproximava-se do fim e parecia já ter dado os passos decisivos. Kissinger, numa longa mensagem para Hall Themido, fez o ponto de situação sobre as armas pedidas por Lisboa<sup>302</sup> ao mesmo tempo que procurava acalmar os seus aliados africanos, desmentindo rumores sobre o uso de portos em Moçambique por parte dos EUA<sup>303</sup>, e numa altura em que o novo embaixador em Lisboa deu conhecimento ao Departamento de Estado de que deputados dos Açores pediam

---

<sup>300</sup> Em Novembro de 1973, o Presidente Mobutu provocou a nacionalização e expropriação progressiva de muito imóveis e propriedades comerciais detidas por colonos de origem europeia, afectando, entre outros, milhares de portugueses que, de um dia para o outro, tiveram de abandonar os seus bens no Zaire e fugir desse país, perdendo tudo, numa espécie de ensaio da «descolonização exemplar» de 1974-1975.

<sup>301</sup> Em relação a Diego Garcia, ilha britânica no oceano Índico onde se estabeleceu uma das principais bases norte-americanas fora dos EUA, território em que os britânicos em 1971 forçaram uma evacuação para construir a base militar. Segundo o *New York Times*, os Estados Unidos queriam tirar partido dessa localização privilegiada no oceano Índico para fazerem face ao poderio naval russo, que se previa aumentar, conforme mencionou, a partir de Washington, Hall Themido no seu telegrama diplomático n.º 39 de 22 de Janeiro (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1974 c). O embaixador afirmou ainda que este projecto suscitava a oposição de países próximos dos britânicos e americanos, como indicou mais tarde noutra telegrama complementar, o n.º 98 de 9 de Fevereiro, onde sublinhou que, segundo a sua fonte, a Nova Zelândia e a Austrália declararam oposição à construção dessa base, assim como Madagáscar (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1974 d).

<sup>302</sup> Numa mensagem, Kissinger informou o seu embaixador em Lisboa de que o Secretário de Estado Adjunto Rush informara o embaixador Themido de que os EUA podiam avançar com o P-35 e o sonar naval, mas que, relativamente aos outros artigos da lista apresentada por Lisboa, havia sérios problemas devido às restrições do Congresso. Ainda assim, seriam feitas consultas aos principais líderes desse órgão em relação ao fornecimento de mísseis navais *Sparrow* e mísseis *Hawk* (US DEP. STATE, 1974 d). Porém, em relação aos mísseis *Red Eye* não podiam responder favoravelmente, porque isso ia comprometer os esforços dos EUA em chegar a um acordo com a URSS de não proliferação deste tipo de mísseis, assim como não viam possibilidade que o Congresso aceitasse fornecer os aviões C-130 ou armas antitanque por não configurarem um argumento de possível agressão externa (US DEP. STATE, 1974 d).

<sup>303</sup> Dois dias depois de ter feito o ponto de situação a Lisboa sobre o equipamento que podia fornecer, Kissinger viu-se na obrigação de emitir um outro telegrama do Departamento de Estado, desta feita dirigido às suas embaixadas nos países africanos onde tinha representação e para o seu posto em Lisboa, para que informassem a OUA «em termos categóricos» de que não há nenhuma verdade ou substância na informação que circulava de que os EUA estariam a negociar com Portugal a utilização dos portos de Moçambique para instalações navais no oceano Índico (US DEP. STATE, 1974 e).

apoios para a sua região de forma a saírem beneficiados da negociação (Embaixada EUA em PT, 1974 c).

Todo este processo negocial está documentado ao longo de 26 páginas originadas pelo NSC e datadas de 25 de Fevereiro<sup>304</sup> (US DEP. STATE, 1974 n), em que se reproduz a lista de equipamento militar pedida por Lisboa, os prazos de entrega previstos e a posição negocial recomendada para os EUA, que, num balanço das negociações, referia a base das Lajes como sendo «da maior importância estratégica para os EUA» e que a sua perda «significaria a degradação ou perda de uma capacidade única» (US DEP. STATE, 1974 n, p. 1). Terminava com a recomendação de que «se explore junto do Congresso a modificação do embargo em vigor» para acomodar os pedidos dos diferentes tipos de equipamentos militares, assim como, em relação àquelas armas que o Congresso não aceitasse financiar, «poderiam ser financiadas por acção do poder executivo tendo em conta a importância das bases apesar de o valor do pacote pedido por Lisboa ascender a mais de 183 milhões de dólares» (US DEP. STATE, 1974 n, Anexo A).

No momento em que a negociação com os EUA parecia estar a seguir o curso desejado por Lisboa, deu-se a última sessão do CSDN presidida por Marcello Caetano (CSDN, 1974 a) onde se analisou o agravar da situação militar na Guiné e em Moçambique<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> Este documento, datado de 25 de Fevereiro de 1974, representa o estudo do NSC ao pedido da NSSM 189, sintetizando, num balanço global, as negociações entre Portugal e os EUA. Nele foram analisadas as principais questões e dificuldades desta questão para os EUA, ilustrando, com evidência, o seu dilema de querer e precisar das Lajes mas, simultaneamente, não poder ou querer apoiar integralmente a posição portuguesa ultramarina nos termos que Lisboa pretendia. Porém, no que se refere ao equipamento pedido por Portugal, o documento recomendava que o governo dos EUA procurasse no Congresso um relaxe do embargo necessário para acondicionar os pedidos de Portugal. Revela ainda que Lisboa já fora informada de «que estamos preparados para responder ao pedido deles de armas em troca da renovação das Lajes» apesar de ter de ser «explorada no Congresso uma possível alteração da política de embargo» para acomodar os mísseis *Hawk* e os *Sea Sparrow* pedidos, uma vez que os C-130 e as viaturas com sistemas antitanque não podiam ser vendidos porque seriam usados em África. Quanto aos mísseis *Red Eye*, estes não poderiam ser fornecidos directamente por causa de uma negociação em curso com Moscovo de não proliferação de armas, o que naturalmente deixou em aberto o fornecimento por parte de um país terceiro, caso Portugal insistisse nesse equipamento. Ver documento no ANEX.117, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 899.

<sup>305</sup> Esta reunião contou com cerca de metade dos novos participantes neste órgão, tendo em conta que era a primeira vez que o CSDN reunia depois da tomada de posse do novo governo de Marcello Caetano. Assim, estreou-se um novo Ministro da Defesa (Silva Cunha), um novo Ministro do Ultramar (Baltazar Rebelo de Sousa), um novo Ministro do Interior (Moreira Baptista), um novo Ministro do Exército (Andrade e Silva) e um novo Secretário de Estado da Aeronáutica (Mário Tello). Ver relato da última reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional presidido por Marcello Caetano realizado no dia 15 de Fevereiro de 1974 no ANEX.112, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 851. Desta última reunião, e para dar conta da evolução militar dos três teatros de guerra, seriam produzidos quatro documentos anexos. Um documento sobre a Guiné (CSDN, 1974 b, Anexo A) que se pode ver no ANEX.113, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 871. Um documento sobre Moçambique (CSDN, 1974 c, Anexo B) que se pode ver no ANEX.114, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 877. Um documento com as considerações do General Costa Gomes sobre a situação em geral nos TO (CSDN, 1974 d, Anexo C). que se pode ver no ANEX.115, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 883. E um documento sobre Angola (CSDN, 1974 e, Anexo D) que se pode ver no ANEX.116, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 893.

Mas o acontecimento mais relevante nesse mês de Fevereiro de 1974, e que acabou por determinar o fim do regime, foi a publicação do livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*.

Marcello Caetano, que não lera previamente o livro e confiara a autorização do mesmo a Costa Gomes, e conhecendo as ideias federais de Spínola, não acreditou que pudesse ser surpreendido pelo conteúdo do mesmo. Mas o livro não era apenas a apresentação da ideia spinolista da Comunidade Lusíada. O livro era mais do que isso.

Era uma implícita e pública condenação da linha ultramarina seguida, e, pior do que isso, era uma confissão de derrota ou inevitabilidade militar de um desfecho negativo iminente. Era uma confissão derrotista por parte de alguém que tinha tido como tarefa principal, até esse dia, a condução da guerra.

Quando leu o livro, no dia 20 de Fevereiro, menos de dois meses antes da revolução, o chefe do Governo percebeu que, mais do que uma proposta de solução política para o problema ultramarino, que até já conhecia, o livro era a confissão de uma derrota iminente e generalizada de todo o Ultramar. Era resultado daquilo que considerou ser uma visão influenciada pelo estreito ponto de vista do que o General vivenciara na Guiné, ou, como acusou Marcello Caetano mais tarde, do facto de Spínola ver o problema do Ultramar pela estreita «fresta da Guiné».

Marcello Caetano confessou depois que, ao fechar o livro de Spínola, compreendeu que o golpe de Estado militar cuja marcha pressentia «há meses, era agora inevitável»<sup>306</sup>. Estava consciente de que os homens que escolhera para conduzir a guerra declaravam publicamente, e por escrito, que não acreditavam no que faziam.

Consequentemente, chamou Costa Gomes e António de Spínola ao seu gabinete e convidou-os a tirar as consequências do conteúdo do livro e, sobretudo, a assumirem a falta de lealdade que aquela publicação (e respectiva autorização) representava, aconselhando ambos a assumir junto do Presidente da República as responsabilidades desse acto e, em consequência, se preparassem para tomar as rédeas do poder.

Marcello Caetano informou-os ainda de que tencionava viajar para o Buçaco por uns dias para que os generais agissem em conformidade com as suas palavras. No dia seguinte, o livro *Portugal e o Futuro* foi publicado e teve uma 1.<sup>a</sup> edição de 50 mil exemplares esgotada em poucos dias.

---

<sup>306</sup> Caetano, 1974, p. 196.

No último dia de Fevereiro, Marcello Caetano regressou do Buçaco e, ao ver que os chefes militares não tinham agido, apresentou a sua demissão ao Presidente da República, que a recusou, fazendo com que o ainda chefe do governo levantasse a questão ultramarina e a discutisse na Assembleia Nacional. No dia 5 de Março, remeteu para esta Assembleia recém-eleita a decisão última sobre o rumo a seguir no Ultramar.

#### **4.3.4. O ACOMPANHAMENTO NEGOCIAL DAS LAJES POR PARTE DOS EUA APÓS A PUBLICAÇÃO DO LIVRO DE SPÍNOLA**

A publicação do livro *Portugal e o Futuro* foi objecto de particular atenção por parte dos diplomatas americanos e acompanhada com muito interesse pelo Departamento de Estado, alertado pelas «ondas de choque [que se fizeram sentir] por todo o país»<sup>307</sup>. O documento chegou ao outro lado do Atlântico no dia em que Nixon foi considerado o «grande conspirador do Watergate» pelo grande júri federal americano, o que adensou a humilhação e indiciou o seu fim político próximo.

Kissinger, dias depois de receber novo despacho do embaixador Scott, datado de 5 de Março, intitulado «A autodeterminação na África Portuguesa evocada por Spínola precipita crise política», e depois de ler todos os detalhes contidos neste telegrama, reenviou integralmente o mesmo correio diplomático do embaixador, assinando o seu conteúdo sem o alterar (US DEP. STATE, 1974 h)<sup>308</sup>, para o quartel-general da frota

---

<sup>307</sup> No dia 1 de Março de 1974, a embaixada norte-americana em Lisboa enviou para a Secretaria de Estado, para as embaixadas americanas nas cidades de Blantyre, Conacri, Dakar, Dar es Salam, Londres, Lusaca, Madrid, Paris, NATO, Delegação da ONU em Nova Iorque, e para os consulados dos EUA de Luanda, Lourenço Marques, Porto e Ponta Delgada um extenso telegrama diplomático com o título «Prestigiado líder militar invoca Federação de Estados Lusitanos». Neste documento, referia-se que o General Spínola, «um muito condecorado e vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal», tinha escrito um livro que estava a ser um sucesso de vendas, e que alertava para a necessidade de uma nova Constituição portuguesa que providenciasse liberdade civil e instituições democráticas em todas as áreas administradas por Portugal e para a criação de uma federação de estados soberanos lusitanos, «o qual provocou ondas de choque por todo o país» (Embaixada EUA em PT, 1974 d). Entrando mais em detalhe, o embaixador Scott afirmou ainda no mesmo documento que o livro, que propunha a modernização de Portugal numa linha das democracias ocidentais e uma saída honrosa em África, tinha vendido 50 mil exemplares em dois dias, motivando uma segunda edição com a mesma tiragem, e advogava o estabelecimento de uma federação de estados autónomos, dos quais Portugal seria apenas um, mantendo os laços baseados nos desejos dos seus habitantes (Embaixada EUA em PT, 1974 d).

<sup>308</sup> Neste telegrama, o diplomata norte-americano deu conta de que a linha política mais dura em Lisboa exigia a cabeça de Spínola, prevendo que Marcello Caetano iria, em consequência da crise, convocar um voto de confiança na Assembleia Nacional (US DEP. STATE, 1974 h, p. 2). O diplomata norte-americano ainda referiu que a pressão sobre o chefe do governo o levou a considerar a renúncia (US DEP. STATE, 1974 h, p. 2) e que, segundo relatórios recebidos na embaixada de fontes bem informadas, Caetano saiu de Lisboa para um breve descanso enquanto o Presidente decidiu demitir Spínola, instigado pelos ministros do Exército, da Defesa e do Interior, mas que militares do nível médio, e apoiados por Costa Gomes, mostravam sólido apoio a Spínola com vista a impedir a sua demissão (US DEP. STATE, 1974 h, p. 3). O embaixador deu ainda nota de múltiplos encontros para consultas dentro da elite militar insatisfeita com o conteúdo do livro, incluindo Tenreiro, Nogueira e outros militares que se reuniram em Lisboa no dia 4 de Março, no gabinete do Ministro do Exército, o que, no ver do embaixador, permitia concluir «que todo o tipo de facções políticas parecem estar em permanente confrontação» (US DEP. STATE, 1974 h, p. 3). O embaixador considerou igualmente que a amargura originada pela crise seria difícil de gerir entre Tomás,

atlântica (CINCLANT) em Norfolk, no estado da Virgínia, eventualmente por considerar que a informação ali contida poderia ser útil para a questão das Lajes. O Secretário de Estado viria a repetir o mesmo procedimento e a reenviar outro telegrama recebido de Lisboa para o CINCLANT para que este pudesse acompanhar em detalhe o que se ia passando. Este último continha um resumo da resposta que Marcello Caetano deu na Assembleia Nacional ao livro de Spínola (US DEP. STATE, 1974 g)<sup>309</sup>.

Compreende-se que a diplomacia americana e os seus militares fossem seguindo os desenvolvimentos de Lisboa com redobrada atenção e com os olhos postos na renovação das Lajes no fim do prazo previsto para o acordo, nesse mês de Fevereiro, de forma a talvez desenhar a melhor estratégia a seguir para a própria negociação.

Enquanto o Ministro Rui Patrício continuava a pressionar o novo embaixador na procura de respostas às negociações das Lajes, conforme dá conta a mensagem do embaixador Scott no seu despacho de dia 4 de Março para Kissinger (Embaixada EUA em PT, 1974 e)<sup>310</sup>, o Departamento de Estado, através do seu director de planeamento, enviou para Kissinger um memorando interno, quatro dias depois (US DEP. STATE, 1974 i)<sup>311</sup>,

---

Caetano, Spínola e Costa Gomes, intuindo que «decisões de grande alcance relativamente à política africana poderão estar em projecto» (US DEP. STATE, 1974 h, p. 3).

<sup>309</sup> Num despacho diplomático datado de 8 de Março e intitulado «Primeiro-Ministro responde a Spínola na Assembleia Nacional», o embaixador dos EUA em Lisboa, discorrendo sobre a resposta ao livro de Spínola dada na Assembleia Nacional no dia 5 de Março, deixa em aberto diferentes interpretações quanto aos objectivos a longo prazo de Marcello Caetano com esse discurso (US DEP. STATE, 1974 g). O diplomata americano, depois de se referir nesse telex ao facto de que Marcello Caetano fizera uso de uma prerrogativa usada apenas uma vez desde 1970, acentuando assim a excepcionalidade do momento e da situação política em curso, salientou que este fez um discurso de 55 minutos transmitido pela rádio e televisão, destacando uma passagem em que o chefe do governo afirmou «não poder aceitar negociar com o inimigo na Guiné em termos que privariam Lisboa da autoridade de recusar negociações em Angola e Moçambique» (US DEP. STATE, 1974 g). O embaixador Scott terminou este despacho diplomático dizendo que o debate iniciado por Spínola sobre a política externa de Portugal ficou e continuará a estar em aberto em Portugal (US DEP. STATE, 1974 g). Ver Telegrama diplomático americano no ANEX.120, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 953.

<sup>310</sup> Na ocasião, o embaixador relatou o decurso de uma longa reunião tida com o MNE onde este lhe apresentou a necessidade de os EUA reverem o embargo de armas devido à preocupação de Lisboa não ter as armas defensivas necessárias contra ataques aéreos e tanques por exércitos estrangeiros (Embaixada EUA em PT, 1974 e). O Ministro adiantou-lhe ainda que Mobutu e Sékou Touré tinham feito ameaças abertas e, uma vez que «os tanques estão lá e as aeronaves estão lá e os pilotos estrangeiros estão lá», considerava o alívio do embargo como um pedido modesto (Embaixada EUA em PT, 1974 e). Em jeito de comentário, o embaixador escreveu que ficou com a impressão de que o Governo de Portugal sente que é agora ou nunca que consegue obter a modificação do embargo decretado em 1961 (Embaixada EUA em PT, 1974 e).

<sup>311</sup> Neste documento, o diplomata americano Winston Lord (membro do NSC até 1973 e director da área de Planeamento e Política do Departamento de Estado a partir de Outubro de 1973) revela o desapontamento do embaixador português pelo facto de os EUA considerarem apenas dois itens (os mísseis *Sparrow* e *Hawk*) da lista de cinco considerados prioritários por Portugal e solicitados para uso nos seus territórios africanos, assim como, em particular, com a recusa de fornecerem os C-130 (US DEP. STATE, 1974 i) previstos. O diplomata americano fez um alerta, deduzindo que a posição de Lisboa, caso os EUA não fornecessem as armas ou os equipamentos, seria recusar o uso e acesso futuro das Lajes para qualquer coisa que não fosse estritamente para fins da NATO (US DEP. STATE, 1974 i). O diplomata deixou ainda a Kissinger duas sugestões negociais: primeiro, tendo em conta as dificuldades e desvantagens da recusa, procurar encontrar no Congresso forma de providenciar o equipamento militar e procurar nova

fazendo um ponto de situação para as negociações da base nos Açores, dando conta dos desapontamentos de Lisboa com as negociações e sugerindo que se procurasse no Congresso soluções para garantir o acordo.

Entretanto, o Presidente da República português, dando seguimento ao sentimento prevalecente nos ultras do regime e em reunião com Marcello Caetano, exigiu a 11 de Março a demissão de Spínola e Costa Gomes, que, com ajuda presidencial involuntária e de forma instantânea e automática, no seu novo papel de vítimas ideais, se configuravam, a partir desse momento, como cabeças de cartaz maiores para chefiar o golpe militar iminente.

Marcello Caetano, discordando e pressentindo o que significaria a demissão dos dois generais, numa missiva dirigida ao Presidente, reafirmou a vontade de se demitir, uma vez que a conversa dessa manhã de 11 de Março em Belém «radicou-lhe a convicção de que não devia continuar na chefia do governo». Nessa carta, o Presidente do Conselho solicitou ao Presidente da República que fosse substituído por se considerar o responsável pela autorização de publicação do livro do General Spínola e, por isso, considerando que sua atitude deveria ter consequências.

A este propósito, Freire Antunes sublinhou que o Presidente da República, não sabendo o que fazer, recusou a demissão. Refira-se que num espaço de dias, com esta demissão, Marcello Caetano por três vezes ofereceu o poder aos dois sectores que o desafiavam na altura, mas nem a dupla Costa Gomes-Spínola nem Américo Tomás quiseram assumir essa responsabilidade (Antunes, 1992, p. 333).

Todas estas movimentações no topo da hierarquia militar portuguesa não passaram despercebidas aos diplomatas americanos em Lisboa. Ainda antes de ser anunciada formalmente a substituição de Costa Gomes por Luz Cunha à frente das Forças Armadas, no dia 15 de Março, o embaixador americano enviou para a Secretaria de Estado e para outros 20 postos diplomáticos norte-americanos espalhados pelo mundo um telegrama diplomático intitulado «Chefe e Vice-Chefe das Forças Armadas despedidos» (Embaixada EUA em PT, 1974 f), concluindo que a crise ainda não tinha terminado na sequência da demissão dos dois generais imposta pelo Presidente da

---

legislação para financiar o pacote de ajuda *quid pro quo* necessário para chegar a um entendimento (US DEP. STATE, 1974 i); segundo, informar o Congresso de que os portugueses, além de solicitarem os mísseis *Sparrow* e os mísseis *Hawk* para uso contra ataques externos, também pediram outros itens para uso em África, para «tentarmos avaliar a reacção do Congresso» sobre o fornecimento dos C-130, uma vez que esta é uma exigência *sine qua non* para renovação do contrato das Lajes (US DEP. STATE, 1974 i). Ver Memorando de 8 de Março de 1974 do director de Planeamento da Secretaria de Estado para o Secretário de Estado sobre as negociações das Lajes no ANEX.121, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 959.

República e da cerimónia pública em São Bento das altas patentes militares, em que não compareceram Costa Gomes e Spínola<sup>312</sup>.

Como previu o embaixador norte-americano, a crise não só não tinha terminado como escalou. No dia seguinte à cerimónia, e como consequência da demissão de Costa Gomes e Spínola e da ausência de ambos no evento de desagravo marcado para São Bento, algumas tropas afectas à tendência do General Spínola dentro do Movimento dos Capitães, talvez empolgadas, induzidas ou indignadas com a demissão do seu chefe militar, fizeram uma tentativa de revolta militar – o fracassado golpe das Caldas<sup>313</sup> do dia 16 de Março de 1974.

Este acontecimento foi, como seria de esperar, observado de perto e descrito com minúcia pela diplomacia norte-americana, a partir de Lisboa para Washington, num telegrama elaborado no dia 18 de Março intitulado «Cronologia dos acontecimentos da rebelião militar abortada»<sup>314</sup> (Embaixada EUA em PT, 1974 g). No dia seguinte, o mesmo diplomata elaborou novo despacho reflectindo sobre como a crise poderia impactar nas negociações das Lajes. O diplomata sugeriu uma certa inflexão negocial, uma vez que, naquele momento, defendia estar longe o fim político de Spínola e Costa Gomes, e que, depois do 16 de Março, o preço pedido por Marcello Caetano pelos Açores poderia reflectir «pouca compreensão para as posições do Congresso», sugerindo o embaixador, por essa razão, que a melhor táctica seria jogar com o tempo.

---

<sup>312</sup> Neste telegrama, escrito na véspera do golpe das Caldas, o embaixador norte-americano considerou que a política portuguesa continuava problemática (Embaixada EUA em PT, 1974 f). O embaixador terminou este despacho, em jeito de comentário, sublinhando que a demissão de Costa Gomes e Spínola fora uma vitória do Presidente Tomás, após uma resistência de três semanas do chefe do governo, mas que, por efeito disso, não conseguia estimar qual seria a reacção dos oficiais médios das Forças Armadas pró-Spínola, sentenciando que, na sua opinião, «a crise ainda não terminou» (Embaixada EUA em PT, 1974 f).

<sup>313</sup> O golpe de 16 de Março resumiu-se operacionalmente à partida de uma coluna militar de 15 viaturas do Regimento de Infantaria n.º 5 das Caldas da Rainha em direcção a Lisboa. A este golpe militar ficariam associadas mais duas unidades: a da Escola Prática de Infantaria de Mafra, que chegou a sair mas que recolheu ao quartel pouco depois de iniciar a sua marcha, e a da Companhia de Comandos 4042, em Lamego, que não chegou a sair oficialmente «por as viaturas terem sido sabotadas». Esta partida em falso, que resultou na partida de uma única unidade sozinha para Lisboa, resultou na prisão de 200 oficiais, muitos deles ligados à tendência do Movimento dos Capitães próxima de Spínola. Conhecido como «golpe das Caldas», teve, entre outras, duas consequências: a primeira foi que o golpe do 25 de Abril tenha sido realizado pela facção mais politizada e mais à esquerda do movimento militar, uma vez que a tendência mais moderada, a spinolista, se encontrava na sua maioria presa; a segunda consequência foi revelar o plano de defesa do regime aos revoltosos, levando o próprio regime a acreditar que o movimento de descontentamento militar dos capitães, que era fundamentalmente associado ao General Spínola, depois do fracasso do golpe teria ficado seriamente enfraquecido e não representaria perigo imediato.

<sup>314</sup> Neste documento, o embaixador Scott deu conta de que um grupo de entre 200 e 300 militares tentou, no dia 16 de Março, fazer um golpe militar para destituir o regime. O embaixador revelou que, por volta de uma da manhã, tinham partido tropas da cidade das Caldas da Rainha numa frota de 18 camiões, falhando o apoio da Escola de Cavalaria de Santarém (Embaixada EUA em PT, 1974 g). Segundo o relato do diplomata americano, com a auto-estrada cortada e sem o apoio das unidades de Santarém, a coluna seguiu rumo a Alverca, a 25 kms de Lisboa, e, ali chegada, ao perceber que a estrada estava bloqueada quer por carros civis quer por veículos militares, retomou a sua marcha de regresso para as Caldas da Rainha (Embaixada EUA em PT, 1974 g).

Uma vez que o problema não iria desaparecer, seria possível aos EUA medir os limites do preço mais baixo possível que os portugueses «possam aceitar pelos Açores»<sup>315</sup> (Embaixada EUA em PT, 1974 h).

Nesse mesmo dia, Kissinger, enquanto meditava na sugestão de ganhar tempo, enviou para Lisboa um ponto de situação das «Negociações dos Açores» (US DEP. STATE, 1974 j), informando o embaixador Scott que Hall Themido se reunira na véspera com o Secretário de Estado Adjunto Rush para o informar «ser impossível para qualquer governo em Portugal concordar com a extensão dos direitos da utilização da base sem compensações importantes» (US DEP. STATE, 1974 j) e, nessas circunstâncias, o governo de Lisboa considerou ser desejável para ambos a emissão de uma declaração conjunta anunciando a falha nas negociações (US DEP. STATE, 1974 j), tendo o embaixador Themido entregado, no mesmo momento, um rascunho da tal declaração que encerraria as negociações.

A posição da diplomacia portuguesa ficava clara. Depois dos compromissos e avanços na sequência de Yom Kippur, as novas hesitações e falta de compromisso dos EUA em aceitar a lista de equipamento só podiam ser motivadas pela percepção de uma fragilidade política conjuntural de Lisboa. Por isso, a diplomacia portuguesa, que ia acompanhando os desenvolvimentos de outras negociações importantes para os EUA<sup>316</sup>, resolveu tomar esta posição de força e fazer uma demonstração de desinteresse, caso os EUA não estivessem dispostos a aceitar os pedidos de Lisboa.

---

<sup>315</sup> No dia 19 de Março, o embaixador norte-americano em Lisboa enviou um despacho diplomático intitulado «O efeito da crise política portuguesa nas negociações dos Açores», considerando ser ainda muito cedo para dizer se a crise política em Portugal ficara resolvida ou como «se vai resolver», suspeitando, porém, que era concebível que os acontecimentos colocassem Spínola e Costa Gomes numa posição de maior influência (Embaixada EUA em PT, 1974 h). Porém, o embaixador norte-americano alertou Kissinger que seria de esperar de Marcello Caetano, após 16 de Março, muito menor compreensão para os problemas que a Administração enfrenta no Congresso e que o governo de Lisboa ficasse mais determinado ainda em extrair dos EUA um preço maior e ser rígido, exigindo os meios considerados necessários para a sobrevivência de Portugal em África em troca do direito dos EUA no uso da base nos Açores (Embaixada EUA em PT, 1974 h). Por esta ordem de ideias, concluía o embaixador, a melhor tática dos EUA seria «jogarem com o tempo», uma vez que, na sua opinião, o problema não ia desaparecer com o tempo, mas este faria com que a situação portuguesa se resolvesse por si, permitindo aos EUA conhecer e medir os limites mais baixos do preço que os portugueses aceitariam pelas Lajes (Embaixada EUA em PT, 1974 h).

<sup>316</sup> A diplomacia portuguesa, por seu lado, seguia igualmente com atenção os desenvolvimentos e os problemas negociais dos EUA relativos à sua permanência em bases-chave norte-americanas situadas fora do país. Conforme demonstra o telegrama diplomático n.º 152 originado na embaixada portuguesa em Londres, sobre os problemas que os aliados EUA/RU enfrentavam em relação à base conjunta de Diego Garcia, essencial para ambos no controlo do oceano Índico. A este propósito, o diplomata Caldeira Cabral informava que havia a hipótese de a Grã-Bretanha não conseguir assinar o acordo, para evitar um conflito com a maioria dos países da Commonwealth e o grupo dos não-alinhados que se tinha empenhado no sentido de neutralizar aquela base (Embaixada Portuguesa nos EUA, 1974 e).

Entretanto, em Lisboa, e num período em que o governo tentava implementar a sua nova estratégia para resolver o problema ultramarino<sup>317</sup>, no dia 24 de Março, o grupo de militares insatisfeitos referido, que restou da tentativa falhada no 16 de Março, apostando no factor surpresa, decidiu avançar com um golpe militar que teria lugar entre os dias 20 e 29 de Abril, indicando Otelo Saraiva de Carvalho<sup>318</sup> para elaborar o plano operacional.

Nessa altura, a diplomacia norte-americana em Lisboa, ainda antes de terminar o mês de Março, mais propriamente no dia 30, emitiu mais um longo despacho diplomático intitulado «Tendências político/económicas do primeiro trimestre de 1974 para Portugal» (Embaixada EUA em PT, 1974 i), onde especulava que qualquer passo dado em falso pelo governo pudesse «desencadear uma nova revolta militar» desta vez «mais bem planeada e executada»<sup>319</sup>.

Relativamente às Lajes, o embaixador Scott, em despachos diplomáticos posteriores, de 11 de Abril (Embaixada EUA em PT 1974 j) e de 12 de Abril (Embaixada EUA em PT 1974 k), procurou saber se haveria alguma fragilidade da posição de Lisboa ou alteração de posição do MNE português relativamente à posição de força que Hall Themido tinha transmitido em Março. Como o embaixador norte-americano verbalizou no seu telegrama de dia 12 de Abril, «a linha dura adoptada por Themido no dia 18 de Março

---

<sup>317</sup> A estratégia dos «Brasis» de Marcello Caetano evoluiu no tempo. Impossibilitada de ser enunciada logo na sua tomada de posse, por provocar muita oposição, no rescaldo do ano de 1969, depois dos banhos de multidão ultramarina de Abril e do mandato eleitoral «indeclinável» recebido nas eleições, independentemente de o desejar ou não ou de pressentir a inevitabilidade das independências, decidiu suspender a ideia. Mas em 1973, ao instalar-se o impasse militar, primeiro, e as dificuldades operacionais, depois, quer na Guiné quer em Moçambique, e com os militares nacionais divididos em facções, tornou-se claro para Marcello Caetano a necessidade de avançar na sua estratégia de sempre. Mudando os chefes militares nos territórios da Guiné e Moçambique e aproveitando o balanço das novas eleições em 1973, ajustou o governo no sentido de avançar e concretizar as autonomias participativas, num patamar intermédio, rumo às tais independências inevitáveis e desejáveis para os grandes territórios de Angola e Moçambique. A publicação do Livro de Spínola acelerou o calendário e, ainda em Fevereiro, chamou a Lisboa o governador de Luanda, comunicando-lhe um plano para a futura e próxima independência de Angola, enquanto iniciou negociações directamente com o PAIGC sob os auspícios da diplomacia britânica.

<sup>318</sup> Otelo Saraiva de Carvalho (1936-2021) cumpriu três comissões de serviço militar no Ultramar, a última das quais no território da Guiné, sob o comando do General Spínola, entre 1970 e 1973. Neste território, assumiu-se como um dos principais dinamizadores do movimento de contestação ao Decreto-Lei n.º 353/73 que deu, mais tarde, origem ao Movimento dos Capitães. Em Março de 1974, como responsável pelo sector operacional da Comissão Coordenadora e Executiva do movimento contestatário, elaborou o plano de operações militares e dirigiu o golpe militar no dia 25 de Abril. Conotado com a ala mais radical do movimento revolucionário, foi mais tarde preso e acusado, em 1986, de ter fundado e organizado o movimento terrorista das FP 25 de Abril, acusação pela qual esteve preso preventivamente durante cinco anos, até ter sido amnistiado pela Assembleia da República em 1996 (Carvalho, 2011, contracapa).

<sup>319</sup> Em mais um despacho diplomático do perspicaz embaixador norte-americano a partir de Lisboa, voltando a elaborar considerações sobre o momento político vivido em Lisboa, este manifestou a opinião de que o motim podia muito bem ter decapitado insurrectos metropolitanos em Portugal por agora, mas que aquela que designou de corrente militar dominante de direita estava a refrear-se, o que demonstrava, na sua opinião, que qualquer passo dado nessa direcção poderia desencadear outra revolta militar, a qual provavelmente seria agora muito melhor planeada e executada em comparação com «o impulsivo motim das Caldas» (Embaixada EUA em PT, 1974 i).

com o Secretário de Estado Rush era [provavelmente] resultado da mudança das circunstâncias políticas em Portugal» e os militares do Governo de Lisboa «ainda eram muito insistentes com a necessidade de manter os C-130» que Washington riscara da lista de compras.

Por isso, o embaixador Scott aconselhou esperar pela resposta do governo português à carta de Kissinger, a qual só chegaria ao conhecimento de Lisboa depois de 15 de Abril de 1974. Recorde-se que esta missiva continha a proposta de evolução perante a ameaça de romper as negociações feita por Themido no dia 18 de Março (US DEP. STATE, 1974 k)<sup>320</sup>. Nesta carta, Kissinger dizia «não compartilhar do pessimismo de Hall Themido», traduzindo, na prática, a postura de «ganhar tempo» na negociação de um acordo já caducado, e lamentava a proposta de encerrar as negociações, dizendo que temia não poder assegurar tudo o que Lisboa pedia por estes pedidos estarem nas mãos do Congresso.

Acrescentava ainda que, não podendo dar essas garantias, o melhor seria encontrar «novos caminhos de cooperação nas áreas de desenvolvimento económico, indústria, educação e tecnologia» (US DEP. STATE, 1974 k) como alternativa à compensação exaustiva daquela lista de armas pedidas por Lisboa. No fundo, era uma resposta que quase representava um regresso à casa da partida em termos negociais, voltando-se, em termos de armas, a uma fase quase pré-Yom Kippur.

Nesses últimos meses, semanas e dias do primeiro quadrimestre de 1974, o governo de Marcello Caetano procurou acelerar o processo das autonomias participativas nos territórios em guerra, tendo desenvolvido acções concretas para avançar com soluções

---

<sup>320</sup> Esta carta de Kissinger, que punha um ponto final na possibilidade de vender os C-130 e parte dos mísseis *Hawk*, e que apenas foi entregue depois do dia 15 de Abril de 1974 ao governo português «por causa da dispersão do GOP durante a Semana Santa», explicava que, à luz dos interesses e das responsabilidades do Congresso, qualquer fornecimento de equipamento militar a Portugal devia ser por este ser aprovado, «o que era garantido», mas que ele, Kissinger, «tudo faria no sentido de os sensibilizar nesse domínio [...] junto do Congresso», e que, tal como em relação ao reconhecimento do estado da Guiné na ONU, teriam em conta os ataques «injustos contra Portugal» (US DEP. STATE, 1974 k) Ver telegrama diplomático americano no ANEX.122, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 963.

para Angola<sup>321</sup>, Guiné<sup>322</sup> e Moçambique. Em relação a este último território, no dia 17 de Abril de 1974, Marcello Caetano teve conhecimento do plano de Jorge Jardim conhecido por «programa de Lusaca» considerando que este «tinha ido longe demais» (Antunes, 1996, p. 549), uma vez que o plano traduzia uma realidade semelhante à da Rodésia e não previa uma independência inclusiva e multirracial, conforme Marcello Caetano desejou e procurou quer para Angola quer para Moçambique.

Nessa altura, aliás, o chefe do governo estudava uma saída diferente e uma nova abordagem alternativa, que colocasse outras vozes moçambicanas na cena internacional a competir com as da FRELIMO. Procurou fortalecer outras organizações políticas moçambicanas como potenciais representantes do povo de Moçambique na ONU, como foi o caso do partido e da voz de Joana Simeão<sup>323</sup>. Para o efeito, nesses últimos dias de Abril de 1974, Marcello Caetano procurou articular essa estratégia com a diplomacia dos EUA<sup>324</sup>, querendo e desejando levar Simeão a apresentar-se no

---

<sup>321</sup> Marcello Caetano decidiu colocar em prática um plano com vista a alcançar uma independência multirracial e unilateral de Angola, fomentada a partir de dentro do território, tendo para o efeito convocado a Lisboa o governador-geral de Angola, Santos e Castro, em meados de Fevereiro de 1974, para uma longa e secreta conversa de seis horas, dando-lhe a conhecer a sua ideia de uma independência marcada para 15 de Agosto; a partir daí, o governador transformar-se-ia no novo chefe de Estado e Savimbi, provavelmente, seria o novo chefe do governo (Bernardo, 2022, p. 431). O plano elaborado por Caetano dentro do espírito «tentar salvar o que fosse possível», visava criar um estado soberano, multirracial e multicultural com o concurso de todas as forças que aceitassem a declaração de independência (Lã, 2015, p. 120). Segundo o diplomata, que deu a conhecer este plano no seu livro *Do Outro Lado das Coisas*, o facto de o plano ter deixado de permanecer secreto e de o «partido comunista ter tomado conhecimento do plano num ápice», antecipou o golpe militar do 25 de Abril para «mais cedo do que [este] estaria planeado» (Lã, 2015, p. 121).

<sup>322</sup> Em Londres, entre os dias 25 e 26 de Março, decorreram negociações secretas entre o governo português, com uma delegação chefiada pelo embaixador José Villas-Boas, e a delegação do PAIGC, chefiada por Victor Saúde Maria, tendo ficado marcada para dia 5 de Maio uma segunda ronda negocial. Portugal partiu para estas negociações aceitando dar a independência plena da Guiné em troca de um cessar-fogo (Bernardo, 2022, p. 432) e tendo como estratégia e objectivo separar o destino do território de Cabo Verde dessa equação independentista. Em simultâneo, e na mesma altura, Feytor Pinto, seguindo directrizes de Marcello Caetano, encontrou-se com o governo francês, na pessoa do assessor do Presidente Pompidou para África Jean-Marie Morichaud-Beaupré, no sentido de agregar também os esforços diplomáticos franceses junto de Senghor, na procura de uma solução pacífica para a questão da Guiné (Antunes, 1996, p. 543).

<sup>323</sup> Joana Francisca Fonseca Simeão nasceu em 1937 em Nampula, foi professora e política moçambicana. Militou originalmente na FRELIMO, na cidade de Argel e na COREMO, em Lusaca, tendo no ano de 1973 fundado o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), uma organização política moçambicana que pretendia promover a descolonização de Moçambique de uma forma diferente e alternativa à defendida pela FRELIMO, privilegiando o diálogo com Lisboa e incluindo todos os segmentos multirraciais da população residente em Moçambique, apostando num processo negociado e não na via armada. Posteriormente à independência de Moçambique, foi acusada de colaborar com a PIDE-DGS, considerada traidora e deportada, no ano de 1980, para um campo de reeducação onde se perdeu o seu rasto e paradeiro.

<sup>324</sup> Nos últimos dias de Abril, a diplomacia norte-americana trocou mensagens entre si nesse sentido. Esse movimento partiu de um despacho da embaixada dos EUA em Lisboa enviado para o Departamento de Estado dando conta que o embaixador Scott fora visitado por Joana Simeão, a líder do partido GUMO, um partido de Moçambique que reconhecia a soberania de Lisboa no território e a aplicação das leis e reformas de 1971, que previa a autonomia participativa, como forma de evolução político desse território (Embaixada EUA em PT, 1974 I). Joana Simeão informou o embaixador que era seu desejo ir a Nova Iorque depor na Comissão dos 24, pedindo o apoio dos EUA para esse efeito (Embaixada EUA em PT, 1974 I). No dia seguinte, Simeão informou a embaixada de que se queria encontrar com o Ministro Rui Patrício e esperava também encontrar-se com o Ministro Rebelo de Sousa, manifestando-lhe a intenção de partir para Nova

Comité dos 24 como igual representante de Moçambique, tornando-se noutra interlocutora igualmente válida e alternativa à FRELIMO.

Três dias antes do 25 de Abril, Kissinger deu indicações ao seu embaixador em Lisboa de como fazer para se articular esse desejo de Joana Simeão poder depor no comité dos 24 na ONU, facto que não chegou a ocorrer em consequência do 25 de Abril de 1974.

---

lorque no dia 22 de Abril de 1974 (Embaixada EUA em PT, 1974 m). A 19 de Abril, o Secretário de Estado adjunto Rush enviou para Scott uma mensagem dizendo que o Departamento considerava importante que os EUA fossem vistos como neutrais nesta questão, desaconselhando a visita de Simeão, até porque, segundo Rush, os EUA não tinham a capacidade de impedir ou facilitar a comparência nesse Comité dos 24 (US DEP. STATE, 1974 l). Contudo, três dias depois, o próprio Kissinger rectificou essa posição de Rush, e enviou outra mensagem informando Scott de que o Comité dos 24 teria planos para realizar várias sessões no período até 3 de Maio, sendo assim concebível que «possa ser receptivo à apresentação da GUMO no final do mês» (US DEP. STATE, 1974 m). Ver Telegrama diplomático americano no ANEX.123, no Vol. 2 - Anexos, na pág. 967.



## 5. CONCLUSÕES

Tendo em conta o objectivo da presente investigação e o objecto central da mesma, fica demonstrado que o relacionamento entre os Estados Unidos da América e Portugal durante o governo do Professor Marcello Caetano não foi constante e passou por diferentes fases, condicionando assim as opções do marcelismo.

Quando, no final do ano de 1968, Nixon ganhou as eleições com a promessa de acabar com a participação americana na guerra no Vietname, e coincidindo com a ascensão ao poder em Lisboa de alguém com um perfil mais reformista, liberal e com um pensamento próprio e mais evolutivo para o problema ultramarino, havia indícios da flexibilidade necessária para aproximar ambas as administrações. Os dois políticos pareciam coincidir na vontade de se livrarem do pesadelo de uma guerra distante, consumidora de recursos materiais e humanos, o que se constituía numa convergência de objectivos.

Contudo, essa convergência foi mais aparente do que real e, afinal, por conta da estratégia de *Détente* defendida por Richard Nixon e Henry Kissinger e do imobilizador Watergate, Marcello Caetano e Richard Nixon incompatibilizaram-se quer na estratégia, quer no *timing*, tornando impossível que o chefe do governo português tivesse os meios e o tempo para finalizar a sua solução política para o Ultramar africano.

A ascensão de Marcello Caetano à chefia do governo português trouxe uma expectativa – quer internamente quer externamente – que foi seguida com atenção e interesse nas diferentes chancelarias, apesar de, internamente, a linha mais dura do regime ir arrefecendo e sabotando os ânimos da «evolução». E apesar de externamente os EUA se aproximarem mais de Lisboa, esta aproximação foi mais formal do que efectiva, sem que o embargo de armas fosse levantado o suficiente, como possivelmente imaginou e desejou Caetano.

Quanto ao porquê de as estratégias de Richard Nixon e Marcello Caetano não terem sido convergentes no tempo e o porquê dessa oscilação estratégica norte-americana perante o governo de Lisboa, a resposta reside no facto de que, enquanto Washington encarava esse relacionamento como um dilema, em Lisboa a relação estava assente num equívoco.

O dilema norte-americano nasceu da vontade de manter as Lajes sem ter de dar a expectável contrapartida de um inequívoco apoio político e de material militar que Lisboa esperava. E o equívoco nacional era sobre o papel que Lisboa representava para o

ocidente, com o seu esforço de guerra nas matas de África, o que para os EUA pouco mais era que um embaraço que a *Détente* só viria acentuar.

Foi possível demonstrar que no início do relacionamento entre Nixon e Caetano se deu uma aproximação entre ambas as administrações, motivada pelo facto de Washington querer resolver a negociação pendente do acordo das Lajes que se arrastava desde 1962, enquanto Lisboa acalentava a intenção de obter um apoio americano inequívoco, na esperança de conseguir anular o embargo de armas num formato que lhe permitisse adquirir equipamento sofisticado e repor o que se desgastou pelo uso intensivo de uma guerra que já durava há oito anos.

O valor das contrapartidas do acordo da base das Lajes e o «alinhamento» dos EUA com Lisboa transformaram-se em tema eleitoral nos EUA, obrigando a Administração Nixon a afastar-se publicamente de Lisboa, num processo que culminou, no mês da reeleição do Presidente, num alinhamento com o bloco africano na ONU, condenando Portugal a uma humilhante aprovação pelo Conselho de Segurança da resolução n.º 322.

Este afastamento e o desinteresse dos EUA perante Portugal manteve-se substancialmente inalterável até que, em Outubro de 1973, e de surpresa, surgiu a guerra de Yom Kippur, em que as Lajes reganharam a sua posição geoestratégica de sempre até aos olhos daqueles, que dentro dos EUA, mais se opunham à aproximação com Lisboa.

Este interesse/desinteresse pelas Lajes, a sua necessidade versus o embaraço de ter de apoiar publicamente a política ultramarina de Lisboa, adensou o dilema diplomático dos EUA face a Portugal, intensificado pelo facto de o acordo terminar formalmente em Fevereiro de 1974.

Lisboa não contou foi com o Watergate e com o estado de inércia e desgaste inerente, que não só corroe a Casa Branca por dentro, deixando-a politicamente paralisada, à deriva, em autogestão, como prejudicou gravemente o calendário evolucionista de Marcello Caetano para resolver a questão ultramarina portuguesa, apesar da oportunidade criada por Yom Kippur.

A guerra do Yom Kippur, que representou uma infelicidade para a paz mundial e para o entendimento entre árabes e judeus, acabou por ser uma oportunidade única de sublinhar o papel geoestratégico dos Açores e da sua base crucial das Lajes. Quando a primeira-ministra Golda Meir ameaçou a Administração Nixon dizendo que Israel se

defenderia até à morte e que, provavelmente, se assistiria a um novo holocausto no Médio Oriente, os EUA não tiveram outra opção senão apoiar o esforço de guerra recorrendo à ajuda de Portugal, tal como Truman fez a partir de 1946, aproximando-se novamente de Lisboa, apesar do paradoxo em que se tinha tornado esta relação diplomática. Apesar de todo o potencial, os EUA hesitavam sempre entre uma posição de repúdio calculado e calculista em relação à política ultramarina portuguesa e a enorme «simpatia» pelo papel de contenção do comunismo global desempenhado por Portugal em África, como ficou sublinhado para os EUA a partir de 1946 e 1947.

Na madrugada do dia em que finalmente os EUA obtiveram o acesso às Lajes e puderam finalmente executar o plano que salvou Israel, o Secretário de Estado estava de tal forma pressionado que foi inclusivamente ameaçado por uma espécie de ultimato do embaixador de Israel nos EUA, o qual, na circunstância de estar a perder a guerra, ameaçou Kissinger com um motim na imprensa dos EUA, no seu Congresso e nos sindicatos do seu país caso este não cumprisse rapidamente as promessas feitas de ajudar Israel a ganhar a guerra, levando Kissinger por sua vez a fazer um ultimato a Lisboa devido ao estado de necessidade dos EUA em usar as bases das Lajes.

Esta inconstância no relacionamento entre os EUA e Portugal, o emergir e submergir do interesse americano em relação a Lisboa, leva-nos igualmente a entender o papel e a importância real que os Açores têm para os EUA, ficando clara a importância e a influência directa que a base das Lajes teve nessa oscilação.

Estando clara a razão pela qual Portugal constituía diplomaticamente um dilema para os EUA, a outra questão central que precisava de ser respondida, e que se compreende do ponto de vista de Lisboa, é até que ponto esse relacionamento com os EUA se encontrava preso e mergulhado num equívoco.

Em 1949, Portugal fora convidado para fundar a NATO por ser considerado uma peça fundamental no *puzzle* global geoestratégico na defesa do Ocidente; mas, no ano de 1974, a *Détente* de Nixon reduziu a dimensão dessa peça de *puzzle* ao tamanho da base das Lajes.

Entre 1949 e 1974, a peça do *puzzle*, apesar de continuar a ser importante, tinha assim diminuído de tamanho ou de importância aos olhos dos políticos dos EUA.

Na altura da guerra do Yom Kippur, Kissinger percebeu que sem os Açores não conseguiriam ajudar Israel e compreendeu a dimensão do problema e do dilema norte-americanos. Apesar de querer as Lajes para salvar Israel, Kissinger negou inicialmente

essa possibilidade por não querer o ónus de «perder todos os africanos», pois sabia depois teria de fornecer as armas sofisticadas pedidas por Lisboa, situação que os seus aliados africanos não aceitariam.

Este equívoco da importância geoestratégica do Ultramar para o ocidente prolongou-se durante algum tempo com Marcello Caetano. Porém, do ponto de vista dos EUA, e pelo menos desde a *Détente*, os EUA não tinham o comunismo como alvo primordial. A ideologia deixava de ser o foco da luta e o importante era conter a hegemonia soviética. O essencial, primeiramente, era combater as tentativas de hegemonia unilateral soviética para que todos os diferentes pólos do poder mundial pudessem manter as suas áreas de influência, num equilíbrio e ajuda mútuos, entre todos, para manter uma paz duradoura, numa política designada de *Détente*.

O perigo do alastramento do comunismo ficara historicamente lá atrás, no tempo do NSC-68. Estes novos anos da *Détente* eram aqueles em que os EUA cortejavam e se entendiam com o inimigo numa fórmula renovada do Congresso de Viena de 1815, um século e meio depois. Já não se estava nos anos de Truman em que se procurava atacar qualquer foco de comunismo, onde quer que ele surgisse no mundo. Em 1973-74, a *Détente* reduziu o papel de Lisboa, enquanto aliado, a um precioso porta-aviões no meio do Atlântico, cuja manga de gasolina vinha de Espanha, mas já não era aquele aliado pluricontinental imprescindível, com excelentes posições e potenciais bases espalhadas em todos os oceanos do planeta, e que fora convidado a fundar a NATO em 1949. Naqueles anos, a importância e o papel de Lisboa mudaram aos olhos dos EUA.

Esse foi o equívoco no qual Portugal laborou até muito tarde. O de estar no papel de defensor do Ocidente nas matas ultramarinas, permanecendo nessa posição e nessa luta durante 13 anos em África. Para Kissinger, esse papel já não era um serviço aos EUA, mas sim um embaraço, e até mesmo um problema, como também confessou na reunião onde preparou a sua vinda a Lisboa em Dezembro de 1973, quando afirmou que não via outra solução para o Ultramar português a não ser «tirar-lhes isso» e quando perspectivou que a política de longo prazo para o Ultramar português passava por saírem de África «rapidamente, ou relativamente rápido».

Numa altura em que Portugal continuava iludido com a importância que atribuía a si mesmo e ao papel que desempenhava em África, o maior equívoco era Lisboa achar que o seu papel principal como aliado NATO era o de perseverar em África na luta contra o comunismo universal, em nome do Ocidente, e que os EUA o apoiariam nesse objectivo.

Fechada a porta do outro lado do Atlântico, Lisboa rubricou uma aliança com a RAS e a Rodésia pensando ser essa a via que restava para proporcionar os meios que os militares pediam a Marcello Caetano para conseguir ganhar a guerra. Foi estabelecido então um acordo em que os três países estudavam ameaças, definiam estratégias, técnicas e normas de combate, informações, cartografia aérea, logística e obtinham, entre si, o equipamento necessário para conseguir derrotar a subversão na África centro-austral, num objectivo comum que os unia.

Com as negociações dos Açores congeladas até ao fim de 1971 e sem surgirem as esperadas ajudas para o esforço de guerra, Lisboa aceitou a opção da aliança centro-austral como alternativa no fim do ano de 1970. Por essa altura, a única coisa que Portugal recebia do outro lado do Atlântico eram teorias e ideias militares do Pentágono para incrementar a sua intensidade militar nos teatros de operações, como a realização de acções de grande envergadura, a aplicação da estratégia *search and destroy* ou a política de concentração das populações dispersas em aldeamentos.

Lisboa, remetida ao Alcora, permitiu ainda aos EUA manterem publicamente a face e as suas credenciais anticoloniais, expressas como política externa oficial, como os seus documentos oficiais da época documentam: «A política externa para a década 70» do Presidente Nixon, o «US and Africa in 70`s» do Secretário de Estado Rogers ou o *press realese* de David Newsom elaborado na sequência da revelação da opção *Tar Baby* de Nixon, onde assegurava que, ao contrário do que tinha publicado o *Washington Post*, o embargo de armas a Portugal se mantinha e era para continuar.

A doutrina Nixon alterou a percepção sobre onde se encontrava a verdadeira ameaça para os norte-americanos, na qual o inimigo era agora a União Soviética e não o comunismo. Abraçar Mao esquecendo Taiwan fazia agora todo o sentido na Casa Branca, numa decisão absolutamente realista do ponto de vista teórico, apontando para uma abordagem multidimensional e de distribuição do poder entre as diferentes potências ou pólos do mundo.

A luta ideológica dos dois blocos deixou de ser o foco. Não havia já lugar para o receio de ver o comunismo irromper pelo mundo. Os tempos dos EUA como polícia ideológico no mundo livre terminaram com Nixon. O modelo realista como visão predominante no estudo das Relações Internacionais, quer como analistas quer como tomadores de decisões, baseia a sua racionalidade no facto de que o interesse nacional deve ser provado e obtido ao nível internacional com o menor custo possível e com vista a obter o maior benefício com o mínimo esforço empreendido.

Marcello Caetano, um político igualmente realista, tentou levar a subversão e os movimentos que combateu a aceitarem, com tempo, uma independência para todos. Todos os que, querendo ser africanos, pudessem permanecer juntos, prosperando conjuntamente numa fórmula de «Brasil austral», em territórios racialmente integrados e economicamente viáveis, onde o mérito seria a única forma de distinção entre os homens.

Pela informação acedida neste trabalho, apesar da comissão PIKE ter concluído que os «EUA foram apanhados a dormir» no 25 de Abril, sabemos que a administração norte-americana detinha conhecimento do que se estava a passar em Lisboa. O que Kissinger soube, ou não, do golpe em preparação, a forma como os EUA para ele contribuíram ou não, por acção ou omissão, não foi contudo o objecto deste trabalho. Mas com a informação acedida, as conclusões encontradas e a dúvida que se coloca nesta matéria, estamos em crer haver pistas para que este tema possa ser objecto de um estudo académico futuro, lançando-se aqui essa proposta de investigação futura com base nos dados contidos neste trabalho que revelam algum conhecimento e eventuais pistas sobre possíveis motivos ou possíveis explicações para as hesitações dos EUA neste processo.

Finalmente, quanto ao relacionamento entre os EUA e Portugal, tal como Tiago Moreira de Sá indicou, esse oscilou sempre entre convergência e divergência, ao sabor dos interesses de ambos.

No curto mandato de Marcello Caetano, todas essas oscilações ocorreram, o que, por certo, limitou as suas opções e o enfraqueceu politicamente. Por efeito desta inconstância, ao ser empurrado para soluções distantes da sua estratégia original, foi obrigado a tomar decisões e seguir caminhos contraditórios entre si, que, como é evidente, contribuíram para o desgastar, a si, à sua estratégia e ao seu governo, potenciando por isso as condições para o 25 de Abril de 1974.

## REFERÊNCIAS E FONTES<sup>325</sup>

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2020). *Guerra Colonial*. Porto Editora

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2010). Os anos da Guerra Colonial - 1961/1975. Quidnovi

AGNEW, Spiro (1973). Acta que regista diálogo entre o Vice-Presidente Agnew e o Secretário de Estado Rogers, em que este informa ser portador de mensagem de Mobuto para Caetano. (05.08.71). National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Tapes, Cabinet Room, Conversation 67–11. Sem marcação de classificação. Os editores transcreveram as partes da gravação impressa aqui especificamente para este volume. A troca faz parte de uma conversa mais ampla, das 10h às 11h57. De acordo com o Diário do Presidente, outros participantes da reunião do Gabinete foram John B. Connally, Melvin Laird, John N. Mitchell, J. Phil Campbell, Maurice Stans, James Hodgson, John Veneman, George Romney, John Volpe, George Shultz, Robert Finch, Donald Rumsfeld, George Bush, Raymond K. Price, Herbert G. Klein, Ronald L. Ziegler, Alexander P. Butterfield e Robert Dole. (Ibid., Arquivos Centrais da Casa Branca). Acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d96>

ALEXANDRE, Valentim (1993). «Ideologia, economia e política: a Questão Colonial na Implantação do Estado Novo». *Análise Social*, (123-124)

AMARAL, Diogo Freitas do (1994). A Tentativa Falhada de Um acordo Portugal-EUA sobre o futuro do Ultramar Português. Coimbra Editora

AMARAL, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução*. Bertrand

AMBROSE Stephen E. and BRINKLEY, Douglas G. (2011). *Rise to Globalism – American foreign policy since 1938*. Penguin Books

ANI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS E INFORMAÇÃO (1957) – Despacho noticioso com destaques do discurso Marcello Caetano na cimeira fundacional da NATO (18.12.57). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 41157. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

---

<sup>325</sup> As citações de obras são reproduções fiéis das obras editadas, excepto aquelas que foram traduzidas e cuja responsabilidade da tradução é do autor deste trabalho. Neste domínio, exceptuam-se igualmente correcções ortográficas e linguísticas pertinentes.

ANTUNES, José Freire (1986). *Os Americanos e Portugal vol. I. Os anos de Richard Nixon 1969-1974*. Publicações Dom Quixote

ANTUNES, José Freire (1992). *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. Difusão Cultural

ANTUNES, José Freire (1996). *Jorge Jardim agente Secreto*. Bertrand Editora

ANTUNES, José Freire (2000). *Portugal na guerra do petróleo*. Edeline Multimédia

ARRIAGA, Kaulza (1966). *Lições de estratégia do Curso de Altos Comandos —1966 / 67 (Estratégia e tática da guerra Subversiva)*. IAEM – Instituto Altos Estudos Militares

BARRENTO, António (2010). *Da Estratégia*. Tribuna da História

BARRETO, António (2020). *Três retratos. Salazar, Cunhal, Soares*. Relógio D'Água 1ª reimpressão

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coordenadores) (1999). *Dicionário de História de Portugal - Artigo Marcello José das Neves Alves Caetano, pp. 198-215*. Volume VII. Livraria Figueirinhas

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coordenadores) (2000). *Dicionário de História de Portugal – Artigo António Oliveira Salazar, pp. 283-392*. Volume IX. Livraria Figueirinhas

BARROSO, Luís (2018). «Marcello Caetano e a Origem do Exercício Alcora». *Cadernos de Estudos Africanos* n.º 35. Centro Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

BEAUFRE, André (2020). *Introdução à Estratégia*. Edições Sílabo, 2.ª edição

BERNARDO, Manuel A. (1996). *Marcello e Spínola: a Ruptura*. Editorial Estampa

BESSA, António Marques (1979). *Dicionário Político do Ocidente*. Intervenção

BRANDÃO, Vicente de Paiva (2020). *ALCORA – A derradeira tentativa de manter o ultramar português*. Casa das Letras

BRANDÃO, José (2008). *Cronologia da Guerra Colonial*. Ed Prefácio

BRANDÃO, Fernando de Castro (2008). *Estado Novo. Uma cronologia*. Livros Horizonte

BRITO, J. M. Brandão de (1999). *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Círculo de Leitores

BREZHNEV, Leonid Ilitch (1978). Speech to voters of the Bauman Electoral District of Moscow in 14 June 1974 in *O vnesnei politike KPSS I sovetskogo gosudarstva: Rechi I stat`i*, 3ª edição Moscow Politizdat, de 1978

Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2023). *Henry Kissinger. Encyclopedia Britannica*. Acedido em 03.03.23 em <https://www.britannica.com/biography/Henry-Kissinger>  
BRITO, J. M. Brandão de (1999). *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Círculo de Leitores

CAETANO, Marcello (1944). «Problemas do após-Guerra» (ciclo de conferências), «Predições sem Profecia sobre Reformas Sociais», alocução proferida no dia 10 de Maio de 1944. Associação do Comércio de Lisboa

CAETANO, Marcello (1948). *Portugal e o Direito Colonial Internacional: Estudos de Direito e Administração Colonial*. Livraria Moraes

CAETANO, Marcello (1951). Parecer da Câmara Corporativa, V Legislatura 1951 (Vol. 1) Assembleia Nacional, pp. 25-114. Parecer da Revisão do Acto Colonial (projecto lei n.º 505), Parecer n.º 10/V Relator o procurador Marcello Cetano, diário de sessão n.º 70 de 19 Janeiro de 1951, Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa com código de referência: PT-AHP/SGANCC/SLCC/S9/DC453

CAETANO, Marcello (1964). «Europa», discurso proferido a 28 Agosto de 1964. Separata da *Revista do Ultramar*, n.º 16 Vol. IV (n.º4)

CAETANO, Marcello (1971 a) Carta de agradecimento e resposta ao documento enviado pelo Presidente Nixon sobre política externa dos EUA(ABRIL.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

CAETANO, Marcello (1971 b). África e o Futuro. In Marcello Caetano. *Ensaios Pouco Políticos*. Editorial Verbo, 2.ª edição

CAETANO, Marcello (1971 c). *Renovação na Continuidade*. Editorial Verbo

CAETANO, Marcello (1972) Carta resposta para Richard Nixon sobre a viagem deste à China (26.04.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência:

PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

CAETANO, Marcello (1973 a) Carta para Richard Nixon (19.10.73) - NATIONAL ARCHIVES RG 59 CENTRAL FILES 1970-1973 POL I PORT-US – Acedido 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d127>

CAETANO, Marcello (1973 b) Carta resposta para Richard Nixon de agradecimento pelo documento sobre política externa americana onde refere que a Paz não pode constituir passividade perante ambições perigosas (14.06.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 761 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

CAETANO, Marcello (1974). *Depoimento*. Record

CAETANO, Marcello (1976). O 25 de Abril e o Ultramar – três entrevistas e alguns documentos. Verbo

CAETANO, Marcello (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Verbo

CANN, John P. (1998). *Contra-insurreição em África 1961-1974*. O modo português de fazer a guerra. Edições Atena

CARVALHO, Otelo Saraiva de (2011). *O Dia Inicial*. 25 de Abril, Hora a hora. Objectiva

CEMGFA - CHEFE ESTADO-MAIOR-GENERAL FORÇAS ARMADAS (1973 a) Apoios a obter para cumprimento do acordo pelo lado português. Acessível naspágs. 260-261 Livro “ALCORA – O acordo secreto do colonialismo”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

CEMGFA - CHEFE ESTADO-MAIOR-GENERAL FORÇAS ARMADAS (1973 b) Conceitos da África Austral. Acessível naspágs. 256-257 Livro “ALCORA – O acordo secreto do colonialismo”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

CEMGFA - CHEFE ESTADO-MAIOR-GENERAL FORÇAS ARMADAS (1973 c) Conceitos para um acordo da Defesa Conjunta da África Austral. Acessível naspágs. 258-259 Livro “ALCORA – O acordo secreto do colonialismo”. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

CERQUEIRA, Fernando (2015). *Portugal na Guerra Colonial. Treze anos de Isolamento*. Mercado de Letras Editores

CHEFE ESTADO MAIOR SADF (1971). Carta de CEMSADF para o CEMGFA Português General Deslandes a informar sobre o exame feito à fiabilidade do equipamento de detecção de minas (12.05.71). Acessível na pág. 371, in *ALCORA – O acordo Secreto do colonialismo*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva, 2016

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY USA (1963) – Documento com a avaliação da oposição Portuguesa (Abril.1963). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY USA (1969 a) – Office of National Estimates: The Soviets and Black Africa (13.03.69) - Central Intelligence Agency Files, DDI Files, Job 79-R00967A, Box 1, Folder 1. Secret. Acedido a 18.02.2021 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/51427.pdf>

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY USA (1969 b) – Briefing para reunião do National Security Council (17.12.69). Acedido a 18.02.2021 em [https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/releases/dec10/dec10/dec10\\_37.pdf](https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/releases/dec10/dec10/dec10_37.pdf)

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY USA (1971 a) – Memorandum *What the Chinese Communists are up to in Black Africa* (23.03.71) - Central Intelligence Agency, DDI Files, Job 79-R00967A, Box 3, folder 2. Secret. Acedido a 18.02.2021 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/54533.pdf>

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY USA (1971 b) Documento intitulado “Problemas na zona oriental de África” (07.10.71). - Central Intelligence Agency Files, NIC Files, Job 79R-01012A, Box 421, Folder 1. Secret; Controlled Dissem. Acedido a 18.02.2021 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/54537.pdf>

COUTO, Abel Cabral (2020). *Elementos de Estratégia – Apontamentos para um curso VOL1*. reedição Leya

COUTO, Fernando Amado (2011). *Moçambique 1974. O fim do Império e o nascimento de uma nação*, Ed. Ndjira

CRESPO, Manuel Pereira (1977). *Porque Perdemos a Guerra*, Ed. Abril

CRUZ, Manuel Braga (2012). «Tempos de transição». In Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (organização). *Marcelo Caetano. Tempos de Transição*, Porto Editora

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 a). Relato de sessão da primeira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (04.10.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/002. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 b). Relato de sessão da segunda reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (11.10.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/004. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 c). Relato de sessão da terceira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (18.10.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/007. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 d). Relato de sessão da quarta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (08.11.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/009. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 e). Relato de sessão da quinta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (22.11.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/011. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1968 f). Relato de sessão da sexta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (06.12.68). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/013. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 a). Relato de sessão da sétima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (10.01.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/016. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 b). Relato de sessão da oitava reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (24.01.69). Arquivo Histórico

Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/019. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 c). Relato de sessão da nona reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (25.02.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/022. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 d). Relato de sessão da décima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (11.04.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/024. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 e). Relato de sessão da décima primeira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (02.05.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/026. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 f). Relato de sessão da décima segunda reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (04.07.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/030. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 g). Relato de sessão da décima terceira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (01.08.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/028. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1969 h). Relato de sessão da décima quarta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (07.11.69). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/032. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 a). Relato de sessão da décima quinta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (30.01.70). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/035. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 b). Relato de sessão da décima sexta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (27.02.70). Arquivo

Histórico Presidência da República – AHPR REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/037.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 c). Relato de sessão da décima sétima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (19.06.70). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/039.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 d). Relato de sessão da décima oitava reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (24.07.70). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/041.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 e). Relato de sessão da décima nona reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (07.10.70). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/044.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1970 f). Relato de sessão da vigésima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (20.11.70). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/046. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1971 a). Relato de sessão da vigésima primeira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (29.01.71). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/051.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1971 b). Relato de sessão da vigésima segunda reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (19.03.71). Arquivo Histórico Presidência da República– REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/054.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1971 c). Relato de sessão da vigésima terceira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (07.05.71). Arquivo Histórico Presidência da República– REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/056.  
Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1971 d). Relato de sessão da vigésima quarta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.06.71). Arquivo

Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/056. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1971 e). Relato de sessão da vigésima quinta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (12.11.71). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/065. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1972 a). Projecto de Directiva Nacional n.º 01/72 "Guerra Psicológica - 1972" da Comissão Interministerial constituída na sequência do CSDN de 27 de fevereiro 1970, referente a ações de propaganda e contra-propaganda do regime (22.05.72). Arquivo Histórico Presidência da República – AHPR REF- PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/074. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1972 b). Relato de sessão da vigésima sexta reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (04.02.72). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/067. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1972 c). Relato de sessão da vigésima sétima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (12.05.72). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/071. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1972 d). Relato de sessão da vigésima oitava reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (02.06.72). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/079. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1972 e). Relato de sessão da vigésima nona reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.12.72). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/087. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1973 a). Relato de sessão da trigésima reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (22.05.73). Arquivo Histórico Presidência da República – REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/095. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1973 b). Relato de sessão da trigésima primeira reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (19.10.73). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/0104. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1973 c). Relato de sessão da trigésima segunda reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (30.11.73). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/107. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1974 a). Relato de sessão da trigésima terceira e última reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.02.74). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/111. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1974 b). Anexo A do Relato de sessão da trigésima terceira e última reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.02.74). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/112. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1974 c). Anexo B do Relato de sessão da trigésima terceira e última reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.02.74). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/113. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1974 d). Anexo C do Relato de sessão da trigésima terceira e última reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.02.74). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/114. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CSDN - CONSELHO SUPERIOR DEFESA NACIONAL (1974 e). Anexo D do Relato de sessão da trigésima terceira e última reunião presidida por Marcello Caetano do CSDN (15.02.74). Arquivo Histórico Presidência da República REF:PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/115. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

CUNHA, J. da Luz; ARRIAGA, Kaúlza; RODRIGUES, Bethencourt e MARQUES, Silvino Silvério (1977). *A Vitória Traída*. Editorial Intervenção

CUNHA, Silva (1977). *O Ultramar, a nação e o 25 de Abril*. Atlântida Editora

CUNHA, Silva (1999). Entrevista com José Manuel Barroso. Edição do Jornal *Diário de Notícias* no dia 24 Julho de 1999 pp. 05-07. DN Diário de Notícias.

DOBSON, Alan e MARSH, Steve (2006). *US Foreign Policy Since 1945*. Routledge, 2.<sup>a</sup> edição

DONOVAN, Hedley e GRUNWALD, Henry (1972). «An Interview with the President». *Time Magazine* (03.01.72)

DUARTE, António Rebelo e NEVES, João Pires (2018). *Portugal e a Guerra de África. A Marinha com as “argos” nas águas da Guiné*. Comissão Cultural da Marinha

DUECK, Colin (2010). *Hard Line. The Republican Party and US foreign policy since World War II*. Princeton University Press

EBAN, Abba (1992). *Personal Witness*. G.P. Putnam's Sons

EDMONDS, Robin (1983). *Soviet Foreign Policy – The Brezhnev Years*. Oxford University Press

Embaixada da Austrália na China (1973) - Apontamento Diplomático Australiano de conversa entre Primeiro-Ministro da Austrália Gough Whitlam e Zhou EnLai Primeiro-Ministro da China (31.10.73) – ARQUIVO WILSON CENTER - History and Public Policy Program Digital Archive, National Archives of Australia (NAA), A1838, 3107/38 PART 14. Acedido em 02.02.2002 em <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/175868>

Embaixada Islândia na Suécia (1974). *PRESS REALEASE sobre a base de Keflavík e o estabelecimento de uma data para a saída das tropas dos EUA* (27.03.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa em Espanha (1973 a) – OFÍCIO DIPLOMÁTICO n.º 1666 da EMBAIXADA PT ESPANHA para o MNE que imprensa dá conta que Marcello Caetano afasta duros do Salazarismo do governo (08.11.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa em Espanha (1973 b) – OFICIO DIPLOMÁTICO n.º 1700 da EMBAIXADA PT ESPANHA para o MNE que imprensa dá conta que Spínola dirige os ultras (15.11.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa em Espanha (1973 c) – OFICIO DIPLOMÁTICO n.º 1863 da EMBAIXADA PT ESPANHA para o MNE para dar conta do encontro de H KISSINGER com as entidades de ESPANHA que passaram em revista os acordos de Agosto de 1970 que caducam em 1975 (20.12.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa em França (1973) – Telex Diplomático n.º 602 para MNE – informando que a imprensa francesa dão conta que as Lajes são indispensáveis ao dispositivo militar americano. (19.12.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 81. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1971) Apontamento Diplomático sobre a conferência «A Europa e as relações com as superpotências» realizada em Londres (30.11.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 734 PEA Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 a) – Telex Diplomático n.º 292 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que cita Kaúlza na imprensa britânica que afirma que mais dez mil homens em Moçambique e se China não escalar guerra em dois anos o terrorismo está controlado. (10.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 b) – OFÍCIO DIPLOMÁTICO da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que cita imprensa britânica sobre a nova carta do Atlântico proposta por Kissinger. (27.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 c) – Telex Diplomático n.º 510 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que cita Kaúlza na imprensa britânica em que diz que a guerra está militarmente ganha. (29.06.73) Arquivo Histórico Diplomático

– Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 d) – OFÍCIO DIPLOMÁTICO n.º 722 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que segundo a imprensa britânica Spínola é candidato a quase todos os altos cargos (18.09.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 e) – Telex Diplomático n.º 784 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que indica que imprensa britânica dá possibilidade de Spínola ser sucessor de Caetano (18.10.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 f) – Telex Diplomático n.º 808 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que indica que o Guardian escreve a propósito da importância de Spínola na cena portuguesa um artigo intitulado «Shadow of new Cesar over Lisbon» (30.10.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Reino Unido (1973 g) – Ofício Diplomático n.º 1213 da EMBAIXADA PT no Reino Unido para o MNE que imprensa dá conta que remodelação do governo Marcello Caetano procura avançar nas reformas (29.11.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1962) – Telex Diplomático n.º286 para MNE – solicitação de envio dos métodos autodeterminação já existentes Angola (12.07.62). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI424 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1968 a) – Telex Diplomático n.º 648 para MNE – sobre as «Novas Fronteiras de Portugal» (07.10.68). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI423 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1968 b) – Documento para MNE sobre a passagem entre Administrações Jonhson e Nixon (14.11.68).Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 423 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1968 c) – Documento para MNE sobre a negociação entre EUA e Vietname do Norte (21.11.68).Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 423 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1968 d) – Documento para MNE sobre o que muda na doutrina americana com Richard Nixon (12.12.68).Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 423 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1969 a) – Memorandum conversa entre Marcello Caetano e William Rogers elaborado por embaixador Português em Washington (08.04.69).Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 424 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1969 b) – Nota do encontro com o novo chefe Departamento de Estado para assuntos de África sr. David Newsom (15.10.69).Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 110. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1972) – Telex Diplomático n.º A-48 da EMBAIXADA PT USA para o MNE (25.07.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 734 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 a) – Telex Diplomático n.º 126 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa Senadores Democratas aprovam fecho de Bases Americanas no Estrangeiro (17.03.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 b) – Telex Diplomático n.º 145 da EMBAIXADA PT USA para o MNE sobre possível fecho de Bases Americanas no mundo e Secretário de Estado assuntos africanos Newsom afirma no Congresso que não há negociações sobre as Lajes que terminam em 1974 e que é possível nessa data já não seja de

utilidade para USA (18.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 c) – Telex Diplomático n.º 158 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que 23 embaixadas americanas em todo o mundo e mais de 50 altos cargos da administração Nixon ainda estão por preencher, o que corresponde a 18% de embaixadas em todo o mundo ainda por ocupar devido ao Watergate (28.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 d) – Telex Diplomático n.º 176 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que que Watergate é assunto de todas as conversas e receia-se uma posição de fraqueza de Nixon perante Brejnev na sua próxima visita a EUA (07.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 d) – Telex Diplomático n.º A-29 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que embaixada americana em Moscovo ainda está por preencher a 3 meses por dificuldades e lutas entre o Senado e a Casa Banca (30.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 761 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 e) – Telex Diplomático n.º A-33 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que uma fonte do Departamento de Estado sugere recomeçar as negociações das Lajes o quanto antes ao mais alto nível por receio da semiparalisação da Administração (08.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 f) – Telex Diplomático n.º 190 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que decorrida uma semana após as explicações de Nixon ao país o problema está longe de ter ficado resolvido (16.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 g) – Telex Diplomático n.º 198 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa das novas revelações sensacionais de que Nixon teria abusado do poder e escutado 13 elementos do seu Conselho Nacional de Segurança

(18.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 h) – Telex Diplomático n.º 212 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que o Washington Post considera ridícula a explicação que Nixon deu e que a crise ocupa todas as preocupações (24.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 i) – *Telex Diplomático n.º 225 para MNE – Técnicos USA* dizem que míssil disparado por PAIGC é SA-7 de versão melhorada e desconhecida (30.05.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 j) – Telex Diplomático n.º 331 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que o Watergate entra numa nova fase com a confirmação de existência de gravações de conversas telefónicas e em encontros presenciais na Casa Branca desde o Verão de 1971 e que por isso a situação está a ficar descontrolada (24.07.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 k) – Telex Diplomático n.º 433 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que dá conta que embaixador foi chamado ao State Department para conhecer a gravidade da situação militar de Israel sendo feito pedido de utilização diária das Lajes de 10 a 20 voos várias semanas (12.10.73) In pág. 392 *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. José Freire Antunes. Difusão Cultural, 1992

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 l) – Telex Diplomático n.º 447 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que o Departamento de Estado indica o Senador Jackson Humphrey, Presidente do Comité África no Senado e o Senador TUNNEY como tendo dado apoio para derrotar legislação hostil em preparação no Senado (15.10.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 761 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 m) – Telex Diplomático n.º 458 da EMBAIXADA PT USA para o MNE que informa que o Senador Jackson Humphrey, confirmou que Kissinger lhe explicou o valor da nossa colaboração e prometeu ajudar no Senado (18.10.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 761 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 n) – Telex Diplomático n.º 537 para MNE – informando que a partir daquela data o apoio americano a Israel deixaria de utilizar os Açores, passando a ser feito via marítima e que segundo informação apurada a emenda Tunney-Young já não mencionaria Portugal (15.11.73). In pág. 396 *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. José Freire Antunes. Difusão Cultural, 1992

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 o) – Telex Diplomático n.º 587 para MNE – informando que Almirante Moorer falou com Kissinger para estudar maneira de fornecer material militar desejado (27.11.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 p) – Telex Diplomático n.º 609 para MNE – informando que embaixador Porter teve a ideia de contactar Israel que estaria em posição de nos ajudar (04.12.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1973 q) – Telex Diplomático n.º A-64 para MNE – dá conta que em reunião dentro dos EUA distribui filmes e afirmam receber apoios monetários da igreja metodista americana (24.12.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 a) – Telex Diplomático n.º 21 para MNE – sobre as relações diplomáticas entre Espanha e EUA (12.01.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 b) – Telex Diplomático n.º 34 para MNE – continuação da informação do telex n.º 21, ainda sobre as relações diplomáticas entre Espanha e EUA (17.01.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 c) – Telex Diplomático n.º 39 para MNE – informa que o Departamento de Defesa considera estabelecer uma base militar no atol de Diego Garcia no Indico (22.01.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 d) – Telex Diplomático n.º 98 para MNE – informa sobre os problemas surgidos para estabelecer uma base militar no atol de Diego Garcia no Indico (09.02.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 e) – Telex Diplomático n.º 152 para MNE – informa sobre os problemas com vista a estabelecer uma base militar no atol de Diego Garcia no Indico (25.02.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa nos EUA (1974 f) – Ofício Diplomático n.º 396 para MNE – informa sobre negociações entre Grécia e os EUA para renovação da utilização da sua base militar em território Grego (18.04.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 18 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na Argentina (1972) – Ofício diplomático para o MNE dando conta das declarações ao jornal La Opinión contra política ultramarina de Portugal (04.10.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 734 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na Nicarágua (1968) – Documento para MNE sobre a Política Externa da Presidência Nixon (06.12.68). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 423 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na RAS (1973 a) – Telex Diplomático n.º 331 da EMBAIXADA PT NA RAS para o MNE que indica que imprensa local evidencia o facto de o Ministério da Defesa ter um Ministro civil em 40 anos (07.11.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na RAS (1973 b) – Telex Diplomático n.º 371 para MNE – informando que segundo a imprensa sul-africana, Portugal pede armas a USA no decorrer da visita diplomática de Kissinger a Lisboa (18.12.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 81. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na RFA (1973) – Telex Diplomático n.º 185 da EMBAIXADA PT RFA para o MNE que cita Willy Brant que relança Ostpolitik e diz que não está em curso a Finlandização da RFA (12.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa na RFA (1974) – Telex Diplomático n.º 3 para MNE – dá conta que em imprensa alemã reproduz a inglesa e informa que por ocasião da visita de Kissinger a Lisboa houve uma tentativa de golpe de estado em que estariam envolvidos Adriano Moreira, Kaúlza Arriaga, Silvino Silvério Marques e Luz Cunha (02.01.74). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 761 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Portuguesa no Japão (1973) – Telex Diplomático n.º A-40 da EMBAIXADA PT JAPÃO para o MNE que cita imprensa Japonesa sobre a nova carta do Atlântico proposta por Kissinger (26.05.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada Reino Unido em PT (1971) Carta convite para Portugal se juntar à Operação RUBRIC conjuntamente com os EUA, Canadá, Dinamarca, Holanda, Noruega em esforços voluntários de vigilância das actividades marítimas do pacto de Varsóvia no mar norueguês e no atlântico, norte e sul (19.11.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

Embaixada EUA em PT (1973 a). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1973LISBON03780* da Embaixada USA em Lisboa para o Departamento de Estado (13.10.73). Subject: LAJES FLIGHTS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2472/77797.pdf>

Embaixada EUA em PT (1973 b). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1973LISBON04704* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (26.12.73). - Subject: IMPLEMENTATION OF 1971 AZORES BASE AGREEMENT: NON-MILITARY EXCESS Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2472/107689.pdf>

Embaixada EUA em PT (1973 c). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1973LISBON04737* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (28.12.73). - Subject: COUP PLOT FOILED IN PORTUGAL SUMMARY: PLAN TO

REPLACE PRIME MINISTER CAETANO Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2472/114326.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 a). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00173* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (15.01.74). - Subject: FOREIGN MINISTER'S DESIRE FOR RESPONSE FROM SECRETARY Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474/1474.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 b). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00454* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (05.02.74). - Subject: INITIAL MEETING WITH CAETANO. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/15980.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 c). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00602* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (05.02.74). - Subject: LAJES BASE NEGOTIATIONS: AZORES DEPUTIES PROPOSAL TO CAETANO Acedido a 10.01.22 <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/15203.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 d). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00778* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (01.03.74). - Subject: PRESTIGIOUS MILITARY LEADER CALLS FOR FEDERATION OF LUSITANIAN STATES. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/42472.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 e). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00790* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (04.03.74). Subject: FOREIGN MINISTER MAKES RENEWED APPEAL FOR RELAXATION US ARMS EMBARGO. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/32058.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 f). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00985* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (15.03.74). Subject: CHIEF AND VICE CHIEF OF ARMED FORCES SACKED. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/31140.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 g). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01021* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (18.03.74). Subject: CHRONOLOGY OF EVENTS OF ABORTIVE MILITARY

REBELLION IN PORTUGAL. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/45151.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 h). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01047* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (19.03.74). Subject: EFFECT OF PORTUGUESE POLITICAL CRISIS ON AZORES NEGOTIATIONS Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/30804.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 i). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01214* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (19.03.74). Subject: PORTUGAL: POLITICAL/ECONOMIC TRENDS, FIRST QUARTER 1974 Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/29949.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 j). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01392* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (11.04.74). Subject: GOP FONMIN ON LAJES NEGOTIATIONS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/63101.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 k). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01401* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (12.04.74). Subject: LAJES NEGOTIATIONS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/63200.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 l). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01420* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (15.04.74). Subject: CONVERSATION WITH GUMO LEADER JOANA SIMEAO. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/48696.pdf>

Embaixada EUA em PT (1974 m). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON01435* da Embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado (17.04.74). Subject: JOANA SIMEAO AND COMMITTEE OF 24. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/47528.pdf>

Embaixada EUA no Zaire (1974). *TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974KINSHA00433* da Embaixada dos EUA em Kinshasa para o Departamento de Estado (16.01.74). - Subject: MOBUTU POLICY ON ANGOLA. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/10725.pdf>

FABIÃO, Carlos (1985). *A descolonização na Guiné-Bissau : Spínola - a figura marcante da guerra na Guiné*. Associação da Comunidade de S. Tomé e Príncipe. Acesso em 12.03.23 no <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/DescolonizacaoFabiao.pdf>

FERNANDES, Felipe F. (2018). *Os Empresários de Marcello Caetano*. Casa das Letras

FERNANDES, João Castro (2016). *A política externa Portuguesa e a neutralidade peninsular na II Guerra Mundial (1939-1942)*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Lusíada

FORD, Gerald (1975). Remarks to the American Legion, Minneapolis, Minnesota, discurso proferido no 57º Convenção Nacional da Legião Americana, no dia 19 de Agosto de 1975. Documento em State Bulletin, vol 73, p. 412 (15.09.75) e acedido em 12.02.23 em <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0122/1252464.pdf>

FRAGA, Luís Alves (2020). *Estilhaços da guerra Colonial*. Gradiva

GADDIS, John Lewis (2005). *Strategies of Containment*. Oxford University Press, revised and expanded edition

GADDIS, John Lewis (2021). *A Guerra Fria*. Edições 70

GARCIA, Francisco Proença (2010 a). *A guerra em Moçambique*. Ed. Quidnovi

GARCIA, Francisco Proença (2010 b). *Da Guerra e da Estratégia – A Nova polemologia*. Editoria Prefácio

GARIN, Vasco (1969). Memorandum conversa entre Richard Nixon e Marcello Caetano elaborado por embaixador Português em Washington (01.04.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

GARTHOFF, Raymond L. (1985). *Détente and Confrontation. American – Soviet Relations from Nixon to Reagan*. The Brookings Institution

GOMES, Carlos de Matos (2002). *Moçambique 1970 – Operação Nó Górdio*. Ed. Prefácio

GONÇALVES, Vasco (1974). Relato da reunião de Governo entre ministros e altas chefias militares em que discutiram a agitação no Exército e as actividades do MOFA (FEVEREIRO.74). Documento acedido no dia 07/12/2020 em

<https://www.publico.pt/2014/04/24/fotogaleria/se-um-dia-nao-vos-deixarem-entrar-no-quartel-ou-vos-forem-prender-nao-digam-que-nao-avisei-333517>

GUERRA, João Paulo (1994). *Memórias das Guerras coloniais*. Edições Afrontamento

HORNE, Alistair (2009). *Kissinger's Year: 1973 – Watergate, Vietnam, Yom Kippur, Détente*. Weidenfield & Nicolson

HORTELÃO, Rui; BAËNA, Luis Sanches de e SOUSA, Abel Melo (2012). *Alpoim Calvão. Honra e Dever*. Caminhos Romanos

HURTLEY, Matthew M. e MATOS, José (2014). «A arma que mudou a guerra». *Revista Militar* N.º 2553 - Outubro de 2014, in págs 893 - 907

IRWIN, Douglas A. (2012). «The Nixon Shock after Forty Years: The Import Surcharge Revisited». NBER Working Papers, National Bureau of Economic Research

KENNAN, George (1947) «The Sources of Soviet Conduct». *Foreign Affairs*, (Julho 1947). Acedido a 18.04.2021 em <http://slantchev.ucsd.edu/courses/pdf/Kennan%20-%20The%20Sources%20of%20Soviet%20Conduct.pdf>

KENNAN, George (1946) Long Telegram para Departamento de Estado sobre comportamento soviético no pós guerra (22.02.46). Acedido 18.04.2021 em [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/68/The\\_Long\\_Telegram.pdf](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/68/The_Long_Telegram.pdf)

KISSINGER, Henry (2003). *Anos de Renovação*. Gradiva

KISSINGER, Henry (2007). *Diplomacia*. Gradiva, 3.<sup>a</sup> edição

KISSINGER, Henry (2014). *A Ordem Mundial*. Dom Quixote

KISSINGER, Henry (1973 a) – Discurso «Ano da Europa» proferido num almoço com a Associated Press em Nova Iorque (23.04.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 324 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

KISSINGER, Henry (1973 b) Memorando Secreto do Secretário de Estado para Rui Patrício em resposta ao memorando deste de 13 de Outubro (02.11.73) – in págs. 305-313 in *Dez anos em Washington*, João Hall Themido. Dom Quixote, 1995

KISSINGER, Henry (1973 c) Ofício do Secretário de Estado para Rui Patrício (02.11.73) – in pág. 304 in *Dez anos em Washington*, João Hall Themido. Dom Quixote, 1995

KOREY, W. (1972). The Origins and Development of Soviet Anti-Semitism: An Analysis. *Slavic Review*, 31(1), 111–135

LA OPINIÓN (1972) – «McGovern criticó el apoyo de EE.UU. a regímenes dictatoriales racistas» (03.10.72) –. Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 734 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

LÃ, João Rosa (2015) *Do outro lado das Coisas (in)confidências diplomáticas*. 2.<sup>a</sup> edição Outubro 2015. Book Builders

LANDAU, George (1969). Memorandum conversa entre Richard Nixon e Marcello Caetano elaborado por director do desk Portugal e Espanha do State Department (01.04.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

LEAL, Cunha (1963). *Cântaro que vai à fonte*. Edição de autor

LE MOS, Viana de (1977). *Duas Crises*. Edições Nova Gente

LEITE, Vasco Pinto (2003). A Ala Liberal de Marcello Caetano – O sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite. Ed. Tribuna

LESLIE, Jacques (1971). «John Tunney, Kennedy's Friend in Muslie's corner». *The New York Times* (26.12.71)

LÓPEZ-RODÓ, Laureano (1992). *El Principio del Fin. Memórias*, vol III. Plaza & Janes/Cambio 16.

LOUDON, Bruce (1973 a). «The Spínola Challenge». *Financial Times* (18.10.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

LOUDON, Bruce (1973 b). «Portugal may give more autonomy to territories». *Financial Times* (26.11.73) Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 274 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

LUCENA, Manuel de (1976 a). A evolução do sistema corporativo português I - O Salazarismo. Ed. Perspectivas & Realidades

LUCENA, Manuel de (1976 b). A evolução do sistema corporativo português II - O Marcelismo. Ed. Perspectivas & Realidades

MACEDO, Jorge Borges de (1974). Enciclopédia Verbo. Verbo

MACEDO, Jorge Borges de (1979). «Salazar e Salazarismo». In António Marques Bessa (organização). *Dicionário Político do Ocidente*. Intervenção.

MCFADDEN, Robert D (1992). «Ex-Senador Clifford P. Case 77 is Dead». *The New York Times*

MACMILLAN, Harold (1960) Discurso «Vento da Mudança» proferido no parlamento sul-africano na Cidade do Cabo (03.02.60). Acedido a 01.02.22 em <https://afreekasite.files.wordpress.com/2017/09/discurso-o-vento-da-mudanc3a7a-portuguc3aas2.pdf>

MALONE, Mike (1973) ANGOLA:THE PROGRESS OF THE WAR BY MIKE MALONE TO MNE RAS (27.11.73) – ARQUIVO WILSON CENTER - History and Public Policy Program Digital Archive, Angola: Political Situation and Developments, 16, 1/22/1 OS, South African Department of Foreign Affairs Archives. Obtained by Jamie Miller. Acedido 02.02.2022 em <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/134621>

MARCOS, Daniel (2011). «Eisenhower, Portugal e o "ano da África" nas Nações Unidas». Editado na revista *Relações Internacionais*, edição n.º 30 de Junho de 2011

MARTINS, Paulo Miguel (2014). Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó. Aletheia Editores

MATOS, José e OLIVEIRA, Zélia (2023). *Rumo à Revolução. Os meses finais do Estado Novo*. Editora Guerra e Paz

MATOS, Norton (1946 a). «Colonizar». *Primeiro de Janeiro*, (18.01.46)

MATOS, Norton (1946 b). «A Internacionalização dos Territórios Coloniais». *Primeiro de Janeiro*, (04.02.46)

MATOS, Norton (1946 c). «Mandatos Coloniais». *Primeiro de Janeiro*, (14.02.46)

MDN - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (1969) Minuta da carta dirigida ao Ministro da Defesa da África do Sul, P.W.Botha, pelo Ministro de Defesa Nacional, propondo o fornecimento às Forças Armadas de Portugal de materiais e equipamentos militares e à concessão de um empréstimo de 35 milhões de Rands. (23.02.69). Arquivo Histórico Presidência da República – PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/021. Acessível no Arquivo Histórico Presidência da República, Lisboa, Portugal

MDN - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (1970) minuta de acordo bilateral de Exercício ALCORA (14.10.70). Acessível na pág. 22 Livro *ALCORA – O acordo secreto do colonialismo*. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

MDN - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (1971) Exemplar n.º 4 de 10 do acordo tripartido Portugal-Rodésia-África do Sul do Exercício ALCORA, da versão ratificada no mês seguinte por Portugal (Março.71). Acessível nas págs. 376 - 386 Livro *ALCORA – O acordo secreto do colonialismo*. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

MDN - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (1972) Conceitos gerais do conceito estratégico militar para os territórios ALCORA (anexo C-ATLC/8) (Janeiro.72). Acessível na pág. 245 Livro *ALCORA – O acordo secreto do colonialismo*. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

MEAD, Walter Russell (2001). *Special Providence. American Foreign Policy and how it changed the World*. Routledge

MENDES, Pedro (2012). «PORTUGAL E A EUROPA: Fatores de afastamento e aproximação da política externa portuguesa (1970-1978)». CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

MENDES, Pedro (2013). «A questão Europeia no Marcelismo: o debate geracional». *Revista População e Sociedade*, n.º 21 / 2013, Afrontamento

MENDES, Pedro (2020). «Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno». *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.12 n.29, e0205, jan/abr. 2020.

MESQUITA, António Pinto (2001). *Embaixador António Braga Leite de Faria*. *Revista de Guimarães*, 111 Jan.-Dez. 2001, p. 27-36. Acedido em 12.01.23 em <https://www.csarmento.uminho.pt/site/files/original/b005625fcb82f8bee8be8114b23681e46ff8ac4d.pdf>

MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS RAS (1971) Apontamento de Conversa entre os ministros de negócios estrangeiros de Portugal e da RAS na cidade do Cabo (23.06.71). Acessível no ARQUIVO WILSON CENTER - History and Public Policy Program Digital Archive, Portugal Relations With SA, 1, 1/14/3, South African Department of Foreign Affairs Archives. Obtained by Jamie Miller. Acedido a 02.02.2022 em <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/134628>

MINISTRO DEFESA RAS (1968) Carta do Ministro da Defesa da RAS para Ministro Defesa Nacional General Gomes de Araújo sobre empréstimo de equipamento militar sul-africano a Portugal (16.02.68). Acessível na págs. 110-111 Livro *ALCORA – Oacordo secreto do colonialismo*. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

MOFA (1974). "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação". Comunicado aprovado na reunião do Movimento de Oficiais das Forças Armadas (MOFA) realizado no dia 5 de Março de 1974, em Cascais, onde estiveram representantes dos 3 ramos das Forças Armadas Fundação Mário Soares / Documentos Ana Coucello. Este documento foi acedido no dia 12.02.22 encontra-se disponível digitalmente em HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.001>

MOREIRA, Adriano (2007). «Sobre o último Presidente do Conselho da Constituição portuguesa de 1933». UNED - Revista Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea, t. 19, 2007, págs. 37-47. Acedido em 12.02.22 no: [espacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerie5-2007-0009/Documento.pdf](http://espacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerie5-2007-0009/Documento.pdf)MORRIS, Roger (1969 a). Memorandum de NSC staff para Kissinger onde faz ponto situação da revisão política informando da contribuição de Dean Acheson. (23.04.69) - National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 741, Country Files, Africa, Nigeria, Vol. I. Secret. Kissinger wrote in the margin next to section 4, Succession Problems, "Can't we pull this into NSC." Acedido 02.02.2022 em <http://2001-2009.state.gov/documents/organization/54519.pdf>

MORRIS, Roger (1969 b). Memorandum de NSC staff para Kissinger onde faz ponto situação da revisão política para região austral e coloca em alternativa os Territórios PT terem tratamento igual ou mais soft do que seria dado à RAS/Rodésia. (13.05.69) - National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 741, Country Files, Africa, Nigeria, Vol. I. Secret. Kissinger wrote in the margin next to section 2, Contingency Planning for Nigeria, "Right But practically how do we do it?". Acedido 02.02.2022 em <http://2001-2009.state.gov/documents/organization/54520.pdf>

MOYE, J. (2020) "Andrew Young." New Georgia Encyclopedia. Acedido a 3.03.23 em <https://www.georgiaencyclopedia.org/articles/government-politics/andrew-young-b-1932/>

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1962 a) – Apontamento de Conversa entre Franco Nogueira e Dean Rusk (27.06.62). Arquivo Histórico Diplomático

– Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 424 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1962 b) – Apontamento de Conversa entre Oliveira Salazar e Dean Rusk (28.06.62). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 424 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1968) – Apontamento de Conversa entre Marcello Caetano e Dean Rusk (26.11.68). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 424 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1969 a) – Documento para embaixadas sobre a nomeação de Henry Kissinger (10.01.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 489 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1969 b) – Documento alertando para a criação de um grande directório na Europa (25.02.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 489 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1969 c) – Documento elaborado pelo Director Geral do MNE para o MDN informando sobre a posição do General Franco sobre as bases EUA em território de Espanha (Maio.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1969 d) – Documento elaborado pelo Director Geral do MNE para embaixadas sobre a política Ultramarina Portuguesa destinado presidência Nixon (24.08.69). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 489 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1970) – Documento elaborado pelo Director Geral do MNE para embaixadas sobre a necessidade de criação sistema Segurança Atlântico Sul (09.03.70). Arquivo Histórico Diplomático – Código de

referência: PT/MNE/AHD/UI 489 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 a) Agenda do Ministro Rui Patrício para encontro a ter lugar na cidade do Cabo com seu homólogo sul-africano (Junho.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 35. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 b) Apontamento diplomático sobre as relações Portugal-EUA (Agosto71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 c) Apontamento diplomático com os temas para encontro Marcello Caetano e Richard Nixon (Dezembro.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 d) Apontamento diplomático com os temas para encontro Marcello Caetano e Georges Pompidou (Dezembro.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 e) Apontamento encontro entre Marcello Caetano e Richard Nixon (12.12.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 f) Apontamento encontro entre Marcello Caetano e Georges Pompidou (12.12.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1971 g) Apontamento encontro entre Rui Patrício e Maurice Schumann (15.12.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 8 – 9 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE - MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1972 a) Circular diplomática sobre os resultados da reunião de Conselho de Segurança de dia 04 de Fevereiro (09.02.72).

Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 41572. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1972 b) – Documento do MNE para o MDN com apontamento da reunião sobre o problema dos excedentes militares previsto no acordo das Lajes e ainda não resolvido (27.12.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 734 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1973 a) – Telex Diplomático n.º 240 enviado do MNE para a Embaixada Portuguesa em EUA dando conta da mensagem de Kissinger recebida em Lisboa via embaixada USA (13.11.73). In pág. 384 *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. José Freire Antunes. Difusão Cultural, 1992

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1973 b) – Telex Diplomático n.º 241 enviado do MNE para a Embaixada Portuguesa em EUA dando conta da resposta portuguesa ao pedido americano numa espécie de caderno de encargos (13.11.73). In págs. 385-386 *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*. José Freire Antunes. Difusão Cultural, 1992

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1973 c) – Telex Diplomático n.º 242 enviado do MNE para a Embaixada Portuguesa em EUA com uma mensagem pessoal de Richard Nixon para Marcello Caetano (13.11.73) in págs. 301-302 *Dez anos em Washington*. João Hall Themido. Dom Quixote. 1995

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1973 d) – Telex Diplomático n.º 243 enviado do MNE para a Embaixada Portuguesa em EUA com a resposta de Marcello Caetano para Richard Nixon (13.11.73) in pág. 303 *Dez anos em Washington*. João Hall Themido. Dom Quixote. 1995

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2023 a). Portal Diplomático da República Portuguesa. Documento Acedido em 01.03.2023 em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/onu-titulares>

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2023 b). Portal Diplomático da República Portuguesa. Documento Acedido em 01.03.2023 em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/pesquisa?q=Vasco+Vieira+Garin+>

MNE – MINISTÉRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2023 c). Portal Diplomático da República Portuguesa. Documento Acedido em 01.03.2023 em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/pesquisa?q=hall+themido>

MOREIRA, Adriano (1957). «Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas». Separata n.º 15 da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, Centro de Estudos de Ciências Políticas e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar do Ministério do Ultramar.

NIXON, Richard (1969) Doutrina Nixon (03.11.69). Acedido a 03.03.2021 em [http://cf.linnbenton.edu/artcom/social\\_science/clarkd/upload/Nixon%20Doctrine.pdf](http://cf.linnbenton.edu/artcom/social_science/clarkd/upload/Nixon%20Doctrine.pdf)

NIXON, Richard (1970) Documento «Política Externa para a década 70 – Crescer pela Paz» do Presidente dos EUA dirigido ao Congresso (25.02.70). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 13893. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

NIXON, Richard (1970 b) Memorandum para Haldeman, Ehrlichman e Kissinger – Onde Nixon defeniuaonde concentrar a sua atenção e o seu tempo para vencer «as grandes batalhas» (Definição das prioridades diplomáticas de Nixon) (02.03.70) - National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Subject Files, HAK/President Memorandums 1969-1970. Noclassification markings; Eyes Only. Acedido a 18.02.2021 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/54527.pdf>

NIXON, Richard (1971) Carta de Richard Nixon para Marcello Caetano contendo documento «Política Externa para a década 70 – Crescer pela Paz» (03.03.71). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

NIXON, Richard (1972) Carta para Marcello Caetano sobre a viagem histórica que fez à China (27.03.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 15 PEA CONFIDENCIAL. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

NGOENHA, Severino (2019). *Mondlane: Regresso ao futuro*. Publiflix

NOGUEIRA, António Inácio (2016). *Capitães do fim...do quarto império*. Âncora Editora

NOGUEIRA, Franco (1961). *As Nações Unidas e Portugal*. Ática

NOGUEIRA, Franco (1971). *As Crises e os Homens*. Ática

NOGUEIRA, Franco (1984). *Salazar. Vol. V – A Resistência (1958-1964)*. Livraria Civilização

NOGUEIRA, Franco (1985), *Salazar. Vol. IV – O Ataque (1945-1958)*, (2.<sup>a</sup> ed.), Livraria Civilização

NOGUEIRA, Franco (1986). *Um Político Confessa-se*. Livraria Civilização

NOGUEIRA, José Manuel Freire e BORGES, João Vieira (2006). *O Pensamento Estratégico Nacional*. Edição Cosmos IDN – Instituto da Defesa Nacional

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1969 a) Memorandum da reunião do Nacional Security Council na sequência do NSSM 39(17.12.69). Acedido a 18.02.2021 em [https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/releases/dec10/dec10/dec10\\_36.pdf](https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/releases/dec10/dec10/dec10_36.pdf)

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1969 b) Nacional Security Study Memorandum 39 solicitado por Henry Kissinger (10.04.69). Acedido a 24.02. 2021 em [https://fas.org/irp/offdocs/nssm-nixon/nssm\\_039.pdf](https://fas.org/irp/offdocs/nssm-nixon/nssm_039.pdf)

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1970 a) Nacional Security Decision Memorandum 38 assinado por Henry Kissinger (28.01.70). Acedido a 24.02.2021 em <https://fas.org/irp/offdocs/nsdm-nixon/nsdm-38.pdf>

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1970 b) Nacional Security Decision Memorandum 81 assinado por Henry Kissinger (17.08.70). Acedido a 24.02.2021 em [https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/documents/nsdm/nsdm\\_081.pdf](https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/documents/nsdm/nsdm_081.pdf)

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1972) Memorandum From Helmut Sonnenfeldt of the National Security Council Staff to the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) (03.07.72). National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 701, Country Files—Europe, Portugal, Vol. II. Secret. Sent for action. Initialed by Haig, who drew an arrow to Sonnenfeldt's typed name and wrote: "See Haig." The tabs are not printed. Acedido a 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v41/d271>

NSC - NATIONAL SECURITY COUNCIL (1973) Nacional Security Study Memorandum 189 solicitado por Henry Kissinger (14.11.73). Acedido a 24.02.2021 em [https://fas.org/irp/offdocs/nssm-nixon/nssm\\_189.pdf](https://fas.org/irp/offdocs/nssm-nixon/nssm_189.pdf)

OLIVEIRA, John d' (1977). *Vorster – The Man*. Ed Ernest Stantion Publishers

OLIVEIRA, Pedro Aires (2001). «A Política externa do Marcelismo: A questão Africana» in Fernando Martins (Editor). *Diplomacia & Guerra – Política Externa e Política de Defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Edições Colibri - CIDEHUS - Universidade de Evora pp.233-265 (Oliveira, 2001)

OLIVEIRA, Pedro Aires (2002). «Uma mão cheia de nada? A política externa do Marcelismo», *Penélope*, Revista de História e Ciências Sociais, n.º 22

OLIVEIRA, Pedro Aires (2007). *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial Portuguesa (1945-1975)*. Tinta-da-China

OLIVEIRA, Pedro Aires (2011). «Os Ventos da Mudança e a Crise Colonial Portuguesa (1960-1961)». Revista *Relações Internacionais*, n.º 30, Julho 2011

PATRÍCIO, Rui (2012). «Política Externa Portuguesa 1970-1974». In Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (organização). *Marcelo Caetano. Tempos de Transição*, Porto Editora

PASSOS, Marcelino Lyra (1988). «Resistências e desfasamentos num processo de modernização e desenvolvimento. Os reformadores no governo de Marcello Caetano» Uma comunicação apresentada no colóquio «Modernização e desenvolvimento em Portugal» realizado pelo ISCTE em Novembro de 1988 e publicado na publicação trianual *Sociologia, Problemas e Práticas nº 10 em 1991*

PEREIRA, Bernardo Futscher (2022). *Orgulhosamente Sós. A diplomacia em Guerra (1962-1974)*. Edições D. Quixote

PINTO, Joaquim Silva (2014). *Do Pântano não se sai a nado*. Gradiva

PINTO, Joaquim Silva (2018). *O Benefício da dúvida*. Gradiva, 2.ª edição

RAMOS, Rui (2012). «Nossas memórias de Marcello Caetano». In Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (organização). *Marcelo Caetano. Tempos de Transição*, Porto Editora

ROBERTO, Joaquim José da Cunha (2022). *Ultramar Colonial. O modo Português de fazer a guerra (1961-1974)*. Manufactura (Edipress)

RODRIGUES, Luís Nuno (2000). «A solidão na Política Externa Portuguesa no início da década de 60: O caso dos EUA». In Fernando Martins (ed.) *Diplomacia & Guerra:*

*Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do final da Monarquia ao Marcelismo.*  
Edições Colibri – CIDEHUS – Universidade de Évora

RODRIGUES, Luís Nuno (2004). «Missão impossível: O Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965». Revista *Relações Internacionais* n.º 1 – 2.ª série Março 2004

RODRIGUES, Luís Nuno (2010). Spínola – Biografia. A Esfera dos Livros

RODRIGUES Luís Nuno (2013). «Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo». Revista *Ler História* nº65, pp. 39-56. Acedida na <https://journals.openedition.org/lerhistoria/447?lang=pt> em 12.03.21

ROGERS, William (1970) *Documento «US and Africa in 70's»*. Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 110. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

ROGERS, William (1973) Carta para MNE com proposta formal de abertura de novas negociações das Lajes (02.08.73). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) (2004). *A Transição Falhada*, Editorial Notícias

SÁ, Tiago Moreira (2016). História das Relações Portugal-EUA (1776-2015). D. Quixote

SADF - SOUTH AFRICAN DEFENCE FORCE (1970) Exposição da RAS sobre Plano de Defesa África Austral – 3.º e 4.º extrato (Março70). Arquivo Histórico Militar – Código de referência: PT/AHM/FO/007/B/44 – CX 370 Nº 1. Acessível no Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Portugal

SALAZAR, Oliveira (1977). *Como se levanta um Estado*. Golden Books (traduzido do original de 1937 publicado em Francês pelas Éditions Flammarion)

SALVADA, Rui (2023). Abril em Novembro. As verdadeiras razões do 25 A, 11M e 25N contadas por quem as viveu. Lisbon International Press

SANTIAGO, Maria José Tíscar (2017). Diplomacia peninsular e operações secretas na Guerra Colonial (2.ª ed.). Colibri

SANTOS, Aurora Almada e (2017). *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*. IDN – Instituto da Defesa Nacional

SANTOS, Boaventura de Sousa (2012) – (Organização). *A Fita do Tempo da Revolução. A noite que mudou Portugal*. Edições Afrontamento

SARDINHA, António (1959). *Ao princípio era o verbo* (2.<sup>a</sup> edição). Editorial Restauração

SCHNEIDMAN, Witney W. (2005). *Confronto em África*. Tribuna da História

SGDN - SECRETARIADO GERAL DEFESA NACIONAL (1970) Análise feita pelo Tenente-Coronel Viana de Lemos ao conteúdo da Exposição da RAS sobre Plano de Defesa África Austral – 3º e 4º extrato (Março.70). Arquivo Histórico Militar – Código de referência: PT/AHM/FO/007/B/44 – CX 370 Nº 1. Acessível no Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Portugal

SGDN - SECRETARIADO GERAL DEFESA NACIONAL (1971) Documento «Ameaças aos países ALCORA» (Novembro.71). Arquivo Histórico Militar – Código de referência: PT/AHM/FO/007/B/44 - CX 371 Nº18. Acessível no Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Portugal

SGDN - SECRETARIADO GERAL DEFESA NACIONAL (1972) Avaliação da Ameaça Contra territórios ALCORA pela Sub-comissão de Informações (Março.70). Acessível nas págs. 248-249 Livro *ALCORA – O acordo secreto do colonialismo*. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Objectiva. 2016

SILVA, António Duarte (1995). «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)» in *Análise Social* – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. N.º 130, Vol. XXX, 1995

SILVA, António Duarte (1997). *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Ed. Afrontamento

SILVA, António Duarte (2019). *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa*. Imprensa de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, João Carlos Lourenço (2020). *O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)*. Acedido a 30.02.2021 em

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33531/1/TIA%20ASP%20ART%20SILVA.pdf>

SMITH, Terence (1972) US WIDENS TIES TO AFRICAN WHITES. *NEW YORK TIMES*, (02.04.72). Acedido a 24.02.2021 em <https://www.nytimes.com/1972/04/02/archives/us-widens-ties-to-african-whites-us-is-quietly-tightening-its-ties.html>

SOUSA, Baltazar Rebelo (1999). Entrevista com José Manuel Barroso. Edição do *Jornal Diário de Notícias* no dia 25 Julho de 1999 pp. 05-07. DN Diário de Notícias.

SOUSA, Pedro Marquês de (2021). *Os números da guerra de África*. Guerra e Paz Editores

SPINOLA, António de (1978). País sem Rumo, SCIRE

STANEK, Ł (2020). *Architecture in global socialism: eastern europe west africa and the middle east in the cold war*. Princeton University Press.

TAVARES, João (2023). *Franco Nogueira e a Política externa Portuguesa do Estado Novo*. Editora D`Ideias

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coordenador), DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouveia (2017). *História Militar de Portugal*. A Esfera dos Livros

THEMIDO, João Hall (1995). *Dez anos em Washington. 1971-1981* (2.<sup>a</sup> ed.). Dom Quixote

TOMAZ, Américo (1982). *Últimas décadas de Portugal. Volume IV*. Edições FP (Fernando Pereira Editor)

TORGAL, Luís Reis (2007). «Marcello Caetano antes do marcelismo». *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, (19). doi: <https://doi.org/10.5944/etfv.19.2007.3154>

TRUDEAU, Pierre (1973) – Apontamento Diplomático Canadiano de conversa entre Primeiro-Ministro do Canadá e Zhou EnLai Primeiro-Ministro da China (11.10.73) – ARQUIVO WILSON CENTER - History and Public Policy Program Digital Archive, MG26-O19, vol. 151, file 151.4 (Ivan Head - Travel and Events - October 1973 - Prime Minister's Visit to China - Objectives and Substance - n.d., 1973), Library and Archives Canada. Obtained by James G. Hershberg. Acedido a 02.02.2022 em <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121973>

UN. Dep. Economic and Social Affairs (2015). *The World Population Prospects: 2015 Revision*. *United Nation Department of Economic and Social Affairs*

UN. GENERAL ASSEMBLY (15th sess.: 1960-1961). (1960 a). Resolução n.º 1514 (XV): Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples(14.12.60). Acedido a 05.03.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. GENERAL ASSEMBLY (15th sess.: 1960-1961). (1960 b). Resolução n.º 1541 (XV): Principles which should guide Members in determining whether or not an obligation exists to transmit the information called for under Article 73 e of the Charter (15.12.60). Acedido a 05.03.2021 [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1541\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1541(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. GENERAL ASSEMBLY (15th sess.: 1960-1961). (1960 c). Resolução n.º 1542 (XV): Transmission of information under Article 73 of the Charter (15.12.60). Acedido a 05.03.2021 [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1542\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1542(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. GENERAL ASSEMBLY (15th sess.: 1960-1961). (1961). Resolução n.º 1603 (XV): The situation in Angola (20.04.61). Acedido a 05.03.2021 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/198/18/PDF/NR019818.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (16th sess.: 1961-1962). (1962 a). Resolução n.º 1742 (XVI): The situation in Angola (30.01.62). Acedido a 05.03.2021 <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/167/95/PDF/NR016795.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (17th sess.: 1962-1963). (1962 b). Resolução nº 1807 (XVII): Territories under Portuguese Administration (14.12.62). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/193/15/PDF/NR019315.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (17th sess.: 1962-1963). (1962 c). Resolução n.º 1819 (XVII): Territories under Portuguese Administration (14.12.62). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/193/27/PDF/NR019327.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (18th sess.: 1963-1964). (1963). Resolução n.º 1913 (XVIII): Territories under Portuguese Administration (03.12.63). Acedido a 05.03.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/185/88/PDF/NR018588.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (20th sess.: 1965-1966). (1965). Resolução n.º 2107 (XX): Territories under Portuguese Administration (21.12.65). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/70/PDF/NR021870.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (21th sess.: 1966-1967). (1966). Resolução n.º 2184 (XXI): Territories under Portuguese Administration (12.12.66). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/004/87/IMG/NR000487.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (22th sess.: 1967-1968). (1967). Resolução n.º 2270 (XXII): Territories under Portuguese Administration (17.11.67). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/236/05/PDF/NR023605.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (25th sess.: 1970-1971) (1970). Resolução n.º 2707 (XXV): Territories under Portuguese Administration (14.12.70). Acedido a 05.03.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. GENERAL ASSEMBLY (27th sess.: 1972-1973) (1972). Resolução n.º 2918 (XXVII): Territories under Portuguese Administration (14.11.72). Acedido a 05.03.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/269/48/IMG/NR026948.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (28th sess.: 1973-1974). (1973 a). Resolução n.º 3061 (XXVIII): Illegal occupation by Portuguese military forces of certain sectors of the Republic Guinea-Bissau and acts of aggression committed by them against the people of the Republic (02.12.73). Acedido a 05.03.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/285/86/IMG/NR028586.pdf?OpenElement>

UN. GENERAL ASSEMBLY (28th sess.: 1973-1974). (1973 b). Resolução n.º 3114 (XXVIII): Establishment of the commission of Inquiry on the Reported Massacres in

Mozambique (12.12.73). Acedido a 05.03.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/86/IMG/NR028186.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1963 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 178: Complaint by Senegal (24.04.63). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/200/51/PDF/NR020051.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1963 b). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º180: Question relating to Territories under Portuguese administration (31.07.63). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/200/53/PDF/NR020053.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1963 c). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º183: Question relating to Territories under Portuguese administration (11.12.63). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/200/56/PDF/NR020056.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1965 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º204: Complaint by Senegal (19.05.65). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/222/75/PDF/NR022275.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1965 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º218: Question relating to Territories under Portuguese Administration (23.11.65). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/222/89/PDF/NR022289.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1966). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º226: Question concerning the Democratic Republic of the Congo (14.10.66). Acedido a 05.03.2021. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/227/49/PDF/NR022749.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1969 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 268: Complaint by Zâmbia (28.07.69). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F268\(1969\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F268(1969)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1969 b). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º273: Complaint by Senegal (09.12.69). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F273\(1969\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F273(1969)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1969 c). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 275: Complaint by Guinea (22.12.69). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F275\(1969\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F275(1969)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1970 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 289: Complaint by Guinea (22.11.70). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F289\(1970\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F289(1970)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1970 b). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 290: Complaint by Guinea (08.12.70). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F289\(1970\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F289(1970)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1971 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 294: Complaint by Senegal (15.07.71). Acedido a 03.01.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/261/54/PDF/NR026154.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL. (1971 b). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 295: Complaint by Guinea (05.08.71). Acedido a 03.01.2021 em [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F295\(1971\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F295(1971)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)

UN. SECURITY COUNCIL. (1971 c). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 302: Complaint by Senegal (24.11.71). Acedido a 03.01.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/261/62/PDF/NR026162.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL (1972 a). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 312: Question relating to Territories under Portuguese administration (04.02.72). Acedido a 03.01.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/275/43/PDF/NR027543.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL (1972 b). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 321: Complaint by Senegal (23.10.72). Acedido a 03.01.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/275/52/PDF/NR027552.pdf?OpenElement>

UN. SECURITY COUNCIL (1972 c). Resolução do Conselho de Segurança ONU n.º 322: Question relating to Territories under Portuguese administration (22.11.72).

Acedido a 03.01.2021 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/275/53/PDF/NR027553.pdf?OpenElement>

US DEP. STATE (1969 a). Memorandum conversa entre Richard Nixon e Marcello Caetano (01.04.69). Acedido a 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v41/d253>

US DEP. STATE (1969 b). MEMORANDUM EUA COM CONVERSAÇÃO NIXON-NOGUEIRA - National Archives, RG 59, Central Files 1967-69, POL PORT-US. Segredo; Exdis. Elaborado por Landau e aprovado pela Casa Branca em 22 de abril. Segundo o Diário do Presidente, a reunião foi realizada no Salão Oval e terminou ao meio-dia. (Ibid., Nixon Presidential Materials, White House Central Files). (10.04.69). Acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d88>

US DEP. STATE (1969 c). MEMORANDUM DE KISSINGER PARA NIXON SOBRE O MANIFESTO LUSAKA. Nacional Archives, Materiais Presidenciais de Nixon, Arquivos NSC, Caixa 747, Arquivos de Países, África, Zâmbia, Vol. I. Confidencial. Enviado para informação. Uma anotação carimbada no memorando indica que o Presidente o viu. (15.05.69). Documento acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d9>

US DEP. STATE (1970 a). MEMORANDUM EUA SOBRE CONVERSAÇÃO ROGER-CAETANO. National Archives, RG 59, Central Files 1970-73, POL PORT-US. Confidencial; Exdis. Parte III de III. A reunião decorreu no Forte de Catalazete. Rogers esteve em Portugal para se reunir com Caetano e altos responsáveis portugueses. (30.05.70). Documento acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d90>

US DEP. STATE (1970 b). Note Intelligence do Bureau of Intelligence and Research SOBRE INCREMENTO DO APOIO URSS AOS INDEPENDENTISTAS EM AFRICA. Departamento de Estado, INR/IL Historical Files, África, América Latina, Inter-Agency Intelligence Committee Files, Angola-Washington. Segredo; Nenhuma Dissem Estrangeira. Redigido por Wayne Smith e aprovado por Irwin Tobin (INR/URSS e Leste Europeu). (11.08.70). Documento acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d92>

US DEP. STATE (1970 c). DOC. SOBRE ANGOLA APROVADO PELO NSC INTERDEPARTMENTAL GROUP FOR AFRICA. National Archives, RG 59, Central

Files 1970–73, POL 1–2 ANG–US. Segredo; Nofofn. Este documento foi aprovado pelo NSC Interdepartmental Group for Africa. Transmitido no CA–5102 para Luanda a 2 de Outubro. (SETEMBRO.70). Documento acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d93>

US DEP. STATE (1970 d). DOC. SOBRE MOÇAMBIQUE APROVADO PELO NSC INTERDEPARTMENTAL GROUP FOR AFRICA. National Archives, RG 59, Central Files 1970–73, POL 1–2 MOZ–US. Segredo; Nofofn. Este documento foi aprovado pelo NSC Interdepartmental Group for Africa. Transmitida no CA–5103 para Lourenço Marques a 2 de Outubro. (SETEMBRO.70). Documento acedido no dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d94>

US DEP. STATE (1971 a). Memorandum entre Richard Nixon e Leopold Senghor (18.06.71). National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 743, Country Files, Africa, Senegal, Vol. I. No classification marking. Drafted on June 23. Acedido a 01.03.2021 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/54532.pdf>

US DEP. STATE (1971 b). Memorandum de Planeamento político para relacionamento EUA/Movimentos independentistas de África elaborado pelo Bureau of African Affairs. Nacional Archives, RG 59, Central Files 1970–73, POL 1 AFR–US. Segredo. Redigido por Frank R. Golino (AF/PPS) em 10 de novembro; revisado em 2 de dezembro. (02.12.71) Enviado a todos os postos diplomáticos da África como anexo ao CA–5713, 23 de dezembro. Este documento foi acedido dia 01.03.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d68>

US DEP. STATE (1972 a). Press Release do Secretário de Estado para os assuntos de África David Newsom (28.06.72). Arquivo Histórico Diplomático – Código de referência: PT/MNE/AHD/UI 766 PEA. Acessível no Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa, Portugal

US DEP. STATE (1972 b). Note Intelligence do Bureau of Intelligence and Research Sobre proposta dialogo de Portugal proposta na sequencia debate resolução 322 CS ONU - Nacional Archives, RG 59, Arquivo Central 1970–73, POL AFR–PORT. Confidencial; Nenhuma Dissem Estrangeira. Redigido por James Connell em 8 de dezembro, liberado por Martin Packman e liberado por David Mark (INR/Europa e URSS). (11.12.72). Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d97>

US DEP. STATE (1973 a). Memorandum de Fernando Rondon para Kissinger com recomendações para África Austral (02.01.73) - National Archives, Nixon Presidential

Materials, NSC Files, Box 747, Country Files-Africa, Africa General, vol. II. Secret. Acedido a 24.02.2021 <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/66678.pdf>

US DEP. STATE (1973 b). Nota de Inteligencia do Bureau of Intelligence and Research sobre o Assassinato de Amilcar Cabral (01.02.73) - National Archives, RG 59, Central Files 1970-73, POL 13-9 PORT-GUIN. Secret; No Foreign Dissem; Controlled Dissem. Drafted by Johnnie Carson (INR/AAR), cleared by Summ, and released by Mark. Acedido a 24.02.2021 <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/67534.pdf>

US DEP. STATE (1973 c). Memorandum do Departamento de Estado para o NSA (National Security Affairs) sobre estratégia de condução das negociações dos Açores (18.09.73). NA- NATIONAL ARCHIVES NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS NSC FILES BOX 701 COUNTRY FILES EUROPE PORTUGAL VOL II. Acedido 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d123>

US DEP. STATE (1973 d). Memorandum de Newsom para Kissinger sobre Problemas em África” com recomendações endurecer posição com Lisboa (05.10.73). National Archives, RG 59, Central Files, 1970-73, POL AFR-US. Secret. Acedido a 24.02.2021 <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/66694.pdf>

US DEP. STATE (1973 e).REUNIÃO WSAG SOBRE MÉDIO ORIENTE onde se faz balanço da guerra Yom Kippur (09.10.73) - 01.55 (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-117, Minutes Files, WSAG Meetings Minutes, Originals, 1973. Top Secret; Nodis; Codeword. The meeting took place in the White House Situation Room. Acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d131>

US DEP. STATE (1973 f).TELEFONEMA ENTRE PRESIDENTE NIXON E SEC EST KISSINGER onde Secretário de Estado fez o ponto de situação da Guerra Yom Kippur e os desenvolvimentos diplomáticos (09.10.73) – 03.08h (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 22. Acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d132>

US DEP. STATE (1973 g).REUNIÃO DO SEC EST KISSINGER E EMBAIXADOR ISRAEL DINITZ onde este informou sobre as más notícias sobre a guerra (09.10.73) – 16.20h (hora Lisboa). National Archives, RG 59, Records of Henry Kissinger: Lot 91 D 414, Box 25, Arab-Israeli War. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. The

meeting was held in the Map Room of the White House. Acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d134>

US DEP. STATE (1973 h).ACTA REUNIAO WSAG ESPECIAL (SÓ DIRECTORES) onde a restante Casa Branca conhece difícil situação da posição de Israel na Guerra do Yom Kippur (09.10.73) – 17.40h (hora Lisboa). Ford Library, National Security Adviser, Memoranda of Conversation, Box 2. Secret; Nodis. The meeting was held in the Situation Room at the White House. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d135>

US DEP. STATE (1973 i) ACTA REUNIÃO SALA OVAL para análise da situação onde o Presidente deu indicação que Israel não deve perder a guerra. (10.10.73) – 00.45h (hora Lisboa). Ford Library, National Security Adviser, Memoranda of Conversation, Box 2. Secret; Nodis. The meeting was held in the Oval Office. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d140>

US DEP. STATE (1973 j) REUNIÃO DO SEC EST KISSINGER E EMBAIXADOR ISRAEL DINITZ onde o SEC EST informa que EUA vai apoiar Israel com os suprimentos pedidos (10.10.73) – 02.10h (hora Lisboa). National Archives, RG 59, Central Files 1970–73, POL ISR–US. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. The meeting was held in the Map Room of the White House. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d141>

US DEP. STATE (1973 k) REUNIÃO DA CASA BRANCA E LÍDERES DO CONGRESSO para informar das decisões tomadas pela Casa Branca (10.10.73) – 17.05h (hora Lisboa).Ford Library, National Security Adviser, Memoranda of Conversation, Box 2. Confidential. The meeting was held in the Cabinet Room at the White House. A list of attendees at the meeting is in the President's Daily Diary. (National Archives, Nixon Presidential Materials, White House Central Files) Among others, Senators Robert C. Byrd (D–West Virginia), J. William Fulbright, and John L. McClellan (D–Arkansas); and Speaker of the House Carl Albert and Congressman George H. Mahon (D–Texas). Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d143>

US DEP. STATE (1973 l) TELEFONEMA ENTRE ALMIRANTE MOORER E SEC EST DEFESA SCHLESINGER onde o Chefe de estado-maior das Forças Armadas norte-americano informa que a URSS está a fazer uma ponte aérea maciça para apoiar o esforço de guerra árabe (10.10.73) – 18.02h (hora Lisboa). National Archives, RG 218, Records of Admiral Thomas Moorer, Diary, October 1973. Secret. The original is an entry

in Moorer's Diary. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d144>

US DEP. STATE (1973 m) NOTA DO DIÁRIO DO ALMIRANTE MOORER onde este faz referências que tem dúvidas na condução estratégica de Kissinger e diz EUA estar em apuros com as opções tomadas (10.10.73). National Archives, RG 218, Records of Admiral Thomas Moorer, Diary, October 1973. Secret. The entry summarizes Moorer's 10:48 a.m. telephone conversation with the Chief of Naval Operations, Admiral Elmo R. "Bud" Zumwalt. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d145>

US DEP. STATE (1973 n) REUNIÃO DA EQUIPA DO SEC EST KISSINGER onde fez o ponto de situação e cronológico da Guerra (10.10.73) – 23.15h (hora Lisboa). National Archives, RG 59, Transcripts of Secretary of State Kissinger's Staff Meetings, 1973–77: Lot 78 D 443, Box 1, Secretary's Analytical Staff Meetings. Secret. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d148>

US DEP. STATE (1973 o) TELEFONEMA ENTRE PRESIDENTE NIXON E SEC EST KISSINGER onde Nixon dá instruções para ajudar o embaixador Israel e responsabiliza pessoalmente Kissinger (11.10.73) – 19.00h (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 22. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d153>

US DEP. STATE (1973 p) TELEFONEMA ENTRE SEC EST KISSINGER E COWCROFT (NSC) onde decidem que Nixon não está em condições de falar telefonicamente com o Primeiro-Ministro do Reino Unido, conforme este solicitou (12.10.73) – 03.55h (hora Lisboa) National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 22. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d156>

US DEP. STATE (1973 q). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO n.º 202479 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (12.10.73) 15.09h – hora de Lisboa. NATIONAL RG 59 CENTRAL FOREIGN POLICY FILES 1973 (NO FILM NUMBER) – Acedido 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d124>

US DEP. STATE (1973 r). TELEFONEMA ENTRE PRESIDENTE NIXON E SEC EST KISSINGER onde Kissinger garante que Israel ainda não tem falta de equipamento, mas que o equipamento de substituição que EUA se comprometeu finalmente iria ser entregue pelo DEP EST DEF a Israel (12.10.73) - 16.38 (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 23. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d159>

US DEP. STATE (1973 s). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1973STATE202706 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (12.10.73) 18.53h – hora de Lisboa. Subject: LAJES BASE. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2472/77658.pdf>

US DEP. STATE (1973 t). TELEFONEMA ENTRE ALMIRANTE MOORER E VICE SEC EST DEFESA CLEMENTS onde foi manifestado desagrado por a guerra ser decidida com decisões casuísticas entre Kissinger e Schlesinger e tomadas fora do âmbito das reuniões WSAG (12.10.73) – 18.55 (hora Lisboa). National Archives, RG 218, Records of Admiral Thomas Moorer, Diary, October 1973. Secret. The original is an entry in Moorer's Diary. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d161>

US DEP. STATE (1973 u) REUNIÃO DO SEC EST KISSINGER E EMBAIXADOR ISRAEL DINITZ com duração de duas horas e onde mantiveram uma conversa muito dura em que o embaixador informou Kissinger que Israel mudou de estratégia na guerra em consequência do esgotamento provocado pela falha de ajuda norte-americana prometida, ameaçando a com a comunidade israelita nos EUA se não enviarem directamente para Israel os suprimentos e onde o próprio Kissinger colocou a questão de poder ter havido sabotagem por o equipamento ter demorado quatro dias a sair dos EUA e ainda não ter chegado a Israel (13.10.73) - 07.20 (hora Lisboa). Library of Congress, Manuscript Division, Kissinger Papers, Box TS 33, Geopolitical File, Middle East, Middle East War Chronological File, 9–15 Oct. 1973. Top Secret; Sensitive; Exclusively Eyes Only. The meeting was held in Kissinger's office at the White House. Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d166>

US DEP. STATE (1973 v) ACTA REUNIAO WSAG ESPECIAL (SÓ DIRECTORES) onde Schlesinger diz a Kissinger, por 4 vezes, que precisa dos Açores e Kissinger diz que vai resolver o problema (13.10.73) - 18.45h (hora Lisboa). Ford Library, National

Security Adviser, Memorandos of Conversation, Box 2. Secret; Nodis. A reunião foi realizada na Sala de Situação da Casa Branca. Acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d173>

US DEP. STATE (1973 w) TELEFONEMA ENTRE SEC EST KISSINGER E SEC EST DEFESA SCHLESINGER APÓS REUNIÃO WSAG onde Kissinger retoma a teoria da sabotem interna massiva e Schlessinger lhe pergunta pelas negociações com Lisboa (13.10.73) – 20.49 (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 23. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d167>

US DEP. STATE (1973 x) TELEFONEMA ENTRE SEC EST KISSINGER E EMBAIXADOR ISRAEL DINITZ onde Kissinger informa que vai enviar directamente os 10 C-130 dos EUA para Israel, e que vão usar as Lajes para que a EL AL possa ir buscar lá o equipamento (13.10.73) – 21.03 (hora Lisboa). National Archives, Nixon Presidential Materials, Kissinger Telephone Conversations, Transcripts (Telcons), Chronological File, Box 23. Documento acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d168>

US DEP. STATE (1973 y) TELEFONEMA ENTRE CROWCROFT (VICE NSC) E CHEFE ESTADO-MAIOR EUA, ALMIRANTE MOORER ONDE ESTE FOI INFORMADO QUE LISBOA DEU OK PARA USAR LAJES (14.10.73) – 00h.14m (hora Lisboa). National Archives, RG 218, Registos do Almirante Thomas Moorer, Diário, outubro de 1973. Ultrassegredo. Documento acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d176>

US DEP. STATE (1973 z) TELEFONEMA ENTRE KISSINGER E SECRETÁRIO ESTADO DEFESA, SCHLESINGER ONDE ESTE FOI INFORMADO QUE LISBOA DEU OK PARA USAR LAJES (14.10.73) - 00.15h. National Archives, Materiais Presidenciais de Nixon, Conversas Telefónicas de Kissinger, Transcrições (Telcons), Arquivo Cronológico, Caixa 23. Documento acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d177>

US DEP. STATE (1973 z1) ACTA REUNIAO WSAG com ponto situação da guerra (14.10.73) - 17.16h. National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-117, WSAG Meetings Minutes, Originals, 1973. Ultra Secret; Confidencial. A reunião aconteceu na Sala de Situação da Casa Branca.

Acedido no dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d181>

US DEP. STATE (1973 z2). Acta regista decisões do Secretário Estado Kissinger, pelo Secretário Executivo do NSC Pickering para que se inicie as negociações com Lisboa sobre os Açores e informe Lisboa da possibilidade de uso do PL-480 para exportação de cereais, assim como determina que Marshall Wright informe os membros chave tanto da Casa dos representantes como do Senado do que significou a decisão de Portugal para a possibilidade de ajudar Israel. (16.10.73). National Archives, RG 59, Transcripts of Secretary of State Kissinger's Staff Meetings, 1973–77: Lot 78 D 443, Box 1, Secretary's Analytical Staff Meetings. Secret. Este Documento foi acedido dia 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d187>

US DEP. STATE (1973 z3). Memorandum conversação entre Rui Patrício e Henry Kissinger (17.12.73). – NATIONAL ARCHIVES NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS NSC FILES BOX 1027 PRESIDENTIAL/HAK MEMORANDA OF CONVERSATION DEZ 73. Acedido a 24.02.2021 <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d130>

US DEP. STATE (1973 z4). ACTA REUNIÃO WSAG SOBRE MEDIO ORIENTE – Onde se decidiu transferir o esforço da ponte militar para Israel das Lajes para transporte marítimo. (17.10.73) - 23.05 (hora Lisboa). Clements National Security Papers Project - BOX H-117 Collection Nacional Security Council Institutional Files. Physical Location Rixard Nixon Presidential Library and Museam. Acedido em 24.02.2023 em <https://ns.clementspapers.org/clementsns/2597>

US DEP. STATE (1973 z5). Acta Reunião da Equipa do Secretário Estado Henry Kissinger realizada 2 semanas antes de vir a Lisboa (03.12.73). - National Archives, RG 59, Transcripts of Secretary of State Kissinger's Staff Meetings, 1973-1977, Entry 5177, Box 1, Secretary's Analytical Staff Meetings. Secret. Acedido a 24.02.2021 <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/66987.pdf>

US DEP. STATE (1974 a). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE012681 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (20.01.74). - Subject: GOP IMPATIENCE OVER LACK RESPONSE FROM SECRETARY. Acedido 4 Fevereiro 2022 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474/1433.pdf>

US DEP. STATE (1974 b). Memorandum de Brent Scowcroft para Kissinger onde alerta para um problema da proposta que Kissinger ia fazer ao Presidente sobre os misseis

Terra-Ar Hawk para PT (05.01.74). - National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 747, Country Files, Africa, Africa General. Secret; Sensitive. Acedido no dia 10.01.22 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/66699.pdf>

US DEP. STATE (1974 c). Memorandum de Newsom para Kissinger sobre permissão de equipar os aviões vendidos Nigéria com os misseis mesmo que isso resulte de críticas de Portugal (05.01.74).- National Archives, RG 59, AF/I Files: Lot 75 D 420, Box 1, POL 23 Nigeria. Secret. Drafted by A. Navez and Newsom. Acedido no dia 10.01.22 em <https://2001-2009.state.gov/documents/organization/66700.pdf>

US DEP. STATE (1974 d). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE027412 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (11.02.74). - Subject: AZORES BASE NEGOTIATIONS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/15695.pdf>

US DEP. STATE (1974 e). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE030281 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (14.02.74). - Subject: NAVAL USE OF PORTS IN MOZAMBIQUE. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/15154.pdf>

US DEP. STATE (1974 f). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974LISBON00807 do Departamento de Estado para CINCLANT em NORFOLK (05.03.74). - Subject: SPINOLA'S CALL SELF-DETERMINATION IN PORT. AFRICA PRECIPITATES POLÍTICAL CRISIS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/31931.pdf>

US DEP. STATE (1974 g). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE047335 do Departamento de Estado para CINCLANT em NORFOLK (08.03.74). - Subject: CAETANO REPLIES TO SPINOLA IN NATIONAL ASSEMBLY ADDRESS Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/31648.pdf>

US DEP. STATE (1974 h). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE045989 do Departamento de Estado para CINCLANT em NORFOLK (07.03.74). - Subject: SPINOLA'S CALL SELF-DETERMINATION IN PORT. AFRICA PRECIPITATES POLÍTICAL CRISIS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/31755.pdf>

US DEP. STATE (1974 i). Memorando do Director de Policy Planning to Secretário de Estado Henry Kissinger (08.03.74). NATIONAL ARCHIVES RG 59 POLICY PLANNING

COUNCIL POLICY PLANNING STAFF DIRECTOR FILES (WINSTON LORD) 69-77 ENTRY 5027 BOX 345 MARCH 1974 – Acedido 24.02.2021 em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2Ed2/d131>

US DEP. STATE (1974 j). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE054891 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (19.03.74). - Subject: AZORES NEGOTIATIONS. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/30768.pdf>

US DEP. STATE (1974 k). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE074513 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (12.04.74). - Subject: AZORES NEGOTIATIONS - LETTER FROM SECRETARY TO FOREIGN MINISTER PATRICIO. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/47621.pdf>

US DEP. STATE (1974 l). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE079854 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (19.04.74). - Subject: JOANA SIMEAO AND COMMITTEE OF 24. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/47456.pdf>

US DEP. STATE (1974 m). TELEGRAMA DIPLOMÁTICO, DOCUMENT n.º: 1974STATE081270 do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em PT (22.04.74). - Subject: SIMEAO APPEARANCE AT UN. Acedido a 10.01.22 em <https://file.wikileaks.org/oc/2474.2/60278.pdf>

US DEP. STATE (1974 n). DOC ANALISE SOBRE NSSM 189 US Azores Base Agreement Negotiations Documento que posição negocial de EUA para renovação dos Lajes. (25.02.74) Clements National Security Papers Project - BOX H-201 Collection Nacional Security Council Institutional Files. Physical Location Richard Nixon Presidential Library and Museum. Documento acedido no dia 24.02.2023 em <https://ns.clementspapers.org/clementsns/2645>

US DEP. STATE (1974 o). DOC SUPORTE PEDIDO NSSM 193 DE 02-14-1974, US Policy Towards Spain, Documento que contém a razão por que EUA não pediu a utilização das Bases de Espanha na Guerra Yom Kippur (FEVEREIRO.74) Clements National Security Papers Project - BOX H-202 Collection Nacional Security Council Institutional Files. Physical Location Richard Nixon Presidential Library and Museum. Acedido no dia 24.02.2023 em <https://ns.clementspapers.org/clementsns/pdf/5318>

US DEP. STATE (2009 a) *Department State USA Archive*. Arquivo Digital com a lista dos Chefes de Missão dos EUA em Portugal (1778-2009) relativo ao embaixador William Tapley Bennett Jr. Acedido em 22.03.21 no <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/po/com/11147.htm>

US DEP. STATE (2009b) *Department State USA Archive*. Arquivo Digital com a lista dos Chefes de Missão dos EUA em Portugal (1778-2009) relativo ao embaixador Ridgway B. Knight Acedido em 22.03.21 no <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/po/com/11147.htm>

US DEP. STATE (2009c) *Department State USA Archive*. Arquivo Digital com a lista dos Chefes de Missão dos EUA em Portugal (1778-2009) relativo ao embaixador Stuart Nash Scott. Acedido em 22.03.21 no <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/po/com/11147.htm>

US DEP. STATE (2009 d) *Department State USA Archive*. Arquivo Digital relativo ao embaixador Thomas R. Pickering, que entre 1973 e 1974 foi Secretário Executivo do Departamento de Estado e Assistente Especial do Secretário de Estado Rogers e do Secretário de Estado Kissinger. Acedido em 22.03.21 no [https://1997-2001.state.gov/about\\_state/biography/pickering.html](https://1997-2001.state.gov/about_state/biography/pickering.html)

US SENATE (1971) Resolução n.º 214 do Senado Americano proposta pelo Senador Clifford Case no sentido de ser obrigatória a ratificação pelo Congresso EUA de qualquer tratado militar de cedência de bases portuguesas (16.12.71). Acedido a 24.02.2021 em <https://www.congress.gov/92/crecb/1971/12/16/GPO-CRECB-1971-pt36-4.pdf>

US SENATE (1973) EMENDA TUNNEY-YOUNG proposta pelos Senadores Tunney e Young no sentido de alterar a Foreigner Assistant Act do Senado para proibir assistência militar e económica a Portugal (02.10.73). Acedido a 24.02.2021 em <https://www.congress.gov/93/crecb/1973/10/02/GPO-CRECB-1973-pt25-3.pdf>

VALENTE, VASCO Pulido (1990). «Marcello Caetano as desventuras da razão». *Revista K* n.º2 (Novembro1990)

VELEZ, Rui Bonita (2017). *Caetano, Spínola e Mobutu*, Fronteira do Caos Editores

WAALS, W. S. Van Der (2015). *Guerra e Paz – Portugal/Angola 1961-1974*. Casa das Letras

XAVIER, Leonor (2010). *Rui Patrício – A vida conta-se inteira*. Temas e Debates

## **ARQUIVOS/ BIBLIOTECAS CONSULTADOS (As)**

Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Arquivo Histórico Militar, Exército, Portugal

Arquivo Histórico da Presidência da República, Palácio de Belém, Portugal

Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, Portugal

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Portugal

NA - The National Archives and Records Administration, Estados Unidos da América

Wilson Center Archives, Digital Archive International - History Declassified, Estados Unidos da América

Clements National Security Papers Project, Estados Unidos da América

Wikileaks multinational media organization and associated library

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Biblioteca CML, Lisboa

Biblioteca/Mediateca Universidade Lusíada, Lisboa

United Nations Digital Library

Bibliotecas particulares

**ANEXOS<sup>326</sup>**

---

Anexo A: Resumo das reuniões do CSDN (Out. 1968 – Fev. 1974)

Anexo B: Resumo da actividade na Adm. Nixon na crise do Yom Kippur

---

<sup>326</sup> Este trabalho contém dois Anexos-resumo neste volume e um conjunto de 123 Documentos Anexos disponibilizados no volume 2 - Anexos da dissertação.



## **ANEXO A**

---

### Resumo das reuniões do CSDN (Out. 1968 – Fev. 1974)

No períodotempo que decorreu entre Outubro de 1968 e Abril de 1974, e durante as três fases do relacionamento entre Nixon e Caetano, ocorreram 35 reuniões do CSDN – Conselho Superior de Defesa Nacional, das quais apenas 33 tiveram actas; das outras duas existem apenas relatos diferentes de alguns intervenientes. Na primeira fase, houve 25 reuniões (num período de 43 meses); na segunda fase de relacionamento, realizaram-se sete reuniões (num período 18 meses); e na última fase, a terceira, realizaram-se apenas três reuniões (num período de seis meses).

### **1.ª REUNIÃO (04.10.68)**

A primeira reunião do CSDN presidida por Marcello Caetano teve lugar no dia 4 de Outubro de 1968, com o MDN e o MNE a fazerem longas exposições relativas ao ponto de situação sobre as alianças militares e diplomáticas. Na ocasião, Franco Nogueira exprimiu a opinião de que se devia avançar com as negociações com os EUA sobre as Lajes, saindo desse encontro a decisão de se abrir esse processo negocial<sup>327</sup>.

### **2.ª REUNIÃO (11.10.68)**

Na semana seguinte, no dia 11 de Outubro, ocorreu a segunda reunião do CSDN, onde foi tomada a decisão de estudar o processo de africanizar o contingente militar e onde se analisou, com mais detalhe, o ponto de situação nos diferentes teatros de guerra. Neste encontro, ficou registado que, no período entre 1961 e 1967, o esforço financeiro implicado na guerra tinha praticamente triplicado, e que estariam cerca de 150 mil tropas portuguesas em África, sendo Moçambique o território considerado mais consolidado, o da Guiné, o pior – com «áreas totalmente controladas pelo inimigo» e cerca de metade da província afectada por actividades subversivas. Relativamente à província de Angola, a percentagem de território atingido por actividades subversivas seria de 40%<sup>328</sup>.

---

<sup>327</sup> O ministro da Defesa Nacional fez igualmente uma exposição-balanço sobre as alianças de Portugal (nomeadamente, elaborou sobre a aliança com a Inglaterra, o Pacto Ibérico, a NATO e os acordos bilaterais com os EUA, a França e a RFA), concluindo que, do seu ponto de vista, a aliança com os britânicos não trouxe nenhum benefício para o Exército português; a aliança com os espanhóis pouco mais serviu do que para uns exercícios conjuntos esporádicos; a NATO obrigava Portugal a um conjunto de incumbências difíceis de cumprir, em termos humanos, devido ao esforço de guerra em África; deu conta ainda da existência de um acordo bilateral com os EUA, a quem se cedeu as Lajes sem que Portugal recebesse quaisquer contrapartidas financeiras ou materiais; quanto ao acordo com a RFA, referiu que, em troca da cedência da base de Beja, Portugal recebeu algumas aeronaves da Alemanha e apoio na recuperação de alguns mutilados de guerra em instalações hospitalares alemãs, com estes entretanto a desinteressarem-se da base alentejana; por fim, em relação ao acordo bilateral com a França, a base das Flores fora cedida à França com a contrapartida de obter vantagens especiais de pagamento em relação a fragatas que viessem a ser construídas em portos franceses (CSDN, 1968 a, p. 4). Nesta primeira reunião, o ministro Franco Nogueira apresentou um resumo histórico do acordo das Lajes, concluindo que lhe parecia «justificado» que se iniciassem negociações com o governo dos EUA, «devendo os departamentos militares portugueses iniciar estudos necessários para a definição precisa do seu valor estratégico». Na sequência destas intervenções, tomou-se a decisão de avançar com esse estudo, com vista à abertura de um processo negocial com os EUA e com o objectivo de cedência formal das Lajes (CSDN, 1968 a, pp.10-11).

<sup>328</sup> Nesta reunião, a frente de guerra de Moçambique foi considerada a mais consolidada, com a guerra situada junto das zonas fronteiriças, contíguas aos distritos do Norte da província, nomeadamente, nas zonas de Cabo Delgado, Niassa e Tete, devido à «política de concentração da população em aldeamentos». O ministro da Defesa Nacional, na sua exposição, referiu que a área afectada em Angola correspondia a 40% do território, enquanto na Guiné «as actividades subversivas atingem os 50% havendo [inclusivamente]

### **3.ª REUNIÃO (18.10.68)**

Na semana seguinte, em nova reunião do CSDN, Marcello Caetano apontou para a necessidade de se estudar com profundidade o aumento da eficiência das tropas no terreno, aceitando que se iniciassem as negociações com a RAS para resolver os problemas sociais em Luanda, identificados e expostos em CSDN<sup>329</sup>.

### **4.ª REUNIÃO (08.11.68)**

A 8 de Novembro, prosseguiram os trabalhos do CSDN na sua quarta sessão<sup>330</sup>, desta vez com uma exposição por parte do governador da Guiné, António de Spínola, onde se considerou imperativa a permanência de Portugal na Guiné. Para atingir esse objectivo, Spínola ponderou a necessidade de manter a população ainda fiel controlada, o que só se conseguia «com atribuição urgente dos reforços solicitados» (CSDN, 1968 d, p. 6).

### **5.ª REUNIÃO (22.11.68)**

Passadas duas semanas, foi a vez de o governador de Moçambique participar no CSDN para expor a situação nesse território. A exposição terminou com uma felicitação de Marcello Caetano pela apresentação clara do ambiente político e militar feita por Costa Gomes, questionando sobre a possibilidade de incrementar o recrutamento local para benefício das Forças Armadas e das forças de segurança (CSDN, 1968 e, pp. 2-4).

---

áreas totalmente controladas pelo inimigo». Nesses Teatros de Operações, segundo o ministro, estavam empenhados, entre Forças Armadas e militarizadas, cerca de 150 mil homens nas três regiões (CSDN, 1968 b, pp. 4-5), sendo que destas apenas um quarto eram originárias de África, facto que originou a indicação de Caetano para se avançar com um estudo no sentido de africanizar as Forças Armadas. O governador-geral de Angola apresentou ainda um documento sobre a situação no terreno, sublinhando que a linha de caminho-de-ferro de Benguela estava a salvo de acções adversas, apesar de um «espectacular regresso das actividades subversivas na região Leste de Angola» (CSDN, 1968 b, p. 14). O ministro das Finanças fez ainda uma comparação entre os valores das despesas militares entre 1961 e o ano anterior, referindo que este esforço quase triplicou, passando de 2,4 milhões de contos para 5,7 milhões de contos.

<sup>329</sup> Na terceira reunião do CSDN presidida por Marcello Caetano, este questionou sobre a possibilidade de aumento da eficiência das tropas no terreno. O ministro do Exército esclareceu que o custo médio por combatente no Ultramar era de 95\$00, a cujo valor acrescia 35\$00 quando este estava em operações. Assim, concluiu o ministro: «Se o Ministério do Exército pudesse dispor dos correspondentes 130\$00 por homem/dia necessariamente o rendimento subiria.» Na sequência, Caetano pediu que se estudasse aprofundadamente como incrementar a eficiência das tropas no terreno, assim como recomendou que o problema do ordenamento dos musseques de Luanda fosse resolvido com urgência no sentido proposto pelo governador-geral: abrir arruamentos, reinstalando deslocados e expropriados, propondo que se iniciassem negociações com a RAS para o efeito (CSDN, 1968 c, pp. 4-10).

<sup>330</sup> Este encontro viu aprovada, sob proposta do ministro do Exército e por unanimidade, a promoção dos brigadeiros Costa Gomes e Kaúlza de Arriaga a generais. O ponto principal foi a apresentação do governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné, onde se apreciou a questão da permanência de Portugal nesse território. Caetano concordou com a manutenção da presença de Portugal tendo em conta a importância de manter o arquipélago de Cabo Verde, considerando-o como chave estratégica do oceano Atlântico, e dizendo que o conjunto Guiné-CV constituía a posição avançada do Ocidente que impediria o cerco à Europa, o qual considerou ser o objectivo intermédio da política global da URSS. Marcello Caetano afirmou ainda que isso «interessa à própria NATO», uma vez que a defesa do Atlântico Norte depende do controlo do Atlântico Sul, considerando a presença portuguesa na Guiné como essencial para a defesa de Portugal e do próprio Ocidente (CSDN, 1968 d, pp. 4-5). O brigadeiro Spínola considerou imperativo que o inimigo não pudesse atingir a fase de implementação militar em todo o território sob pena de a soberania de Portugal ficar irremediavelmente perdida naquele território.

### **6.ª REUNIÃO (06.12.68)**

A 6 de Dezembro foi a vez de o TO de Angola ser apreciado pelo CSDN, com o chefe do Governo a ressaltar que os contactos com a RAS deviam ser cautelosos, por forma a não criar situações que afectassem a soberania portuguesa ou provocassem repercussões internacionais negativas (CSDN, 1968 f, p. 11). Relativamente a Kaunda, chefe de Estado da Zâmbia, Marcello Caetano mostrou-se apologista de manter uma posição político-diplomática dúbia e defendeu que dever-se-ia ter as maiores cautelas militares a fim de evitar incidentes de fronteira, ou outras, que pudessem ser explorados internacionalmente a desfavor de Portugal. O chefe do Governo concluiu, a propósito, que Portugal deveria «manter uma posição inatacável» (CSDN, 1968 f, pp. 13-14).

### **7.ª REUNIÃO (10.01.69)**

A sétima reunião do CSDN promovida pelo Presidente do Conselho foi uma espécie de resumo das sessões anteriores, teve lugar no Palácio de Belém e contou com o Presidente da República. Na ocasião, o chefe do governo expressou que assistia ao chefe de Estado o direito de ser mantido ao corrente «de tudo o que diz respeito à defesa da nação»<sup>331</sup>. Marcello Caetano fez um resumo da situação relatando que os territórios que se encontravam em pior situação eram a Guiné e Angola (CSDN, 1969 a, p. 15), salientando que o custo da acção militar portuguesa em África pesava consideravelmente no orçamento do Estado, estando o país no limite das suas possibilidades orçamentais (CSDN, 1969 a, p. 16). Os números apresentados neste encontro, que corroboraram estas conclusões, significavam que metade da população da província da Guiné estava controlada pelo PAIGC ou se encontrava refugiada fora do país, o mesmo acontecendo com cerca de 8% da população angolana. Porém, estes números continham discrepâncias se comparados com os dados publicados pela ONU referentes às suas estimativas populacionais para o ano de 1968 para estes territórios<sup>332</sup>, que faziam uma leitura pior da realidade. Tendo em conta a projecção da ONU para 1968, um em cada sete angolanos não estava sob controlo das autoridades portuguesas e dois em cada três guineenses eram controlados pelo PAIGC ou encontravam-se refugiados fora do país<sup>333</sup>. Isto demonstrava a

---

<sup>331</sup> Marcello Caetano recordou que pretendia manter um permanente contacto sobre as questões militares junto da Presidência, dando igualmente conta do processo e da forma como se faria o registo das decisões deste órgão. Segundo o presidente do Conselho, seriam elaboradas actas escritas com o relato circunstanciado das reuniões do CSDN, das quais se extrairiam duas cópias, uma delas destinada à Presidência da República. O acesso às 33 actas das reuniões do CSDN ocorridas entre Setembro de 1968 e o 25 de Abril de 1974 foi possível a partir das cópias depositadas no Arquivo Histórico da Presidência da República, onde foram entregues as cópias n.º 1 de todas as actas elaboradas neste período.

<sup>332</sup> Segundo os dados apurados pelo *United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects: The 2015 Revision*, a população de Angola no ano de 1968 era de 5,7 milhões de pessoas, em Moçambique, de cerca de 8 milhões de pessoas, e na Guiné a população era constituída por 0,58 milhões. Estes números diferem muito das estimativas apresentadas neste encontro, uma vez que, pelos dados apresentados na reunião, e segundo as autoridades militares portuguesas, a população de Angola seria de 1,4 milhões, a de Moçambique seria de 6,6 e a da Guiné, de 0,36.

<sup>333</sup> Nesta reunião com o ponto de situação militar foi referido que o número total de forças portuguesas militarizadas e outras era cerca de 330 mil homens, dos quais metade estavam colocados nos três teatros de operações em África. Nestes TO, tinham sido registadas desde o início da guerra cerca de três mil baixas de tropas oriundas da metrópole, em consequência de operações de combate, acidente ou doença. Quanto à percentagem de população controlada pelo inimigo em relação à população total dos territórios, o ministro

precariedade no território da Guiné e uma situação preocupante em Angola, a principal província ultramarina portuguesa. Neste encontro foi feita ainda uma exposição relativa à situação diplomática do país, por Franco Nogueira, que indicou o novo caminho diplomático de aquisição de «novos amigos», como eram os casos da Zâmbia e do Zaire, os quais, sendo zonas de *hinterland*, tinham necessidades de escoar as suas produções pelos portos de Angola e Moçambique<sup>334</sup>. Sobre os «velhos amigos», Nogueira fez um ponto de situação destacando evoluções positivas relativamente à RAS e aos EUA<sup>335</sup>. O chefe do governo concluiu a reunião dizendo que, perante as dificuldades enumeradas de ordem interna e externa, não podia deixar de ponderar larga e maduramente a possibilidade de uma solução política que libertasse o país de «tantos sacrifícios de sangue e fazenda». Porém, considerou que o mundo não deixava outra solução ou alternativa que não fosse o desenvolvimento económico dos territórios e cultural das populações, procurando conquistar o interesse de todos, devendo-se apostar numa política de integração progressiva da população nativa na administração ultramarina<sup>336</sup>.

---

da Defesa Nacional disse que esta era de 39% na Guiné; 7,3% em Angola e 4,2% em Moçambique (CSDN, 1969 a pp. 13-14).<sup>o</sup> que em termos totais populacionais representaria cerca de meio milhão de pessoas nessas zonas controladas pelo inimigo (280 mil em Moçambique, 140 mil na Guiné e cem mil em Angola). Quanto a população refugiada em países limítrofes, seria cerca de outro meio milhão de pessoas (350 mil, 80 mil e 28 mil pessoas refugiadas em países vizinhos de Angola, Guiné e Moçambique respectivamente).

<sup>334</sup> Na exposição de Franco Nogueira sobre os países vizinhos no Ultramar, foi referido que o panorama no tocante à Tanzânia era francamente mau, por ser o país onde se centralizava a origem de todas as dificuldades sentidas em Moçambique; quanto à Zâmbia, confirmou que, desde a crise da Rodésia, esta ficou prejudicada no escoamento dos seus produtos e havia contactos confidenciais por iniciativa da Zâmbia, adiantando mesmo que se aguardava a chegada de um emissário da confiança de Kaunda no seguimento de um contacto estabelecido com o presidente do Conselho. Por outro lado, Franco Nogueira assinalou a alteração de posição de Mobutu, que, apesar de hostil, começou «a estabelecer alguns contactos que nos permitem encarar com certo optimismo as negociações no campo dos abastecimentos e transportes, ao contrário do Congo-Brazaville, que nem vale a pena a mais pequena iniciativa e contactos» (CSDN, 1969 a, pp. 12-15).

<sup>335</sup> O ministro dos Negócios Estrangeiros concluiu a resenha internacional alargada dizendo, que quanto à Rodésia, a colaboração estreitou-se, e que a posição da RAS em relação aos interesses portugueses evoluiu num sentido favorável à causa de Lisboa, afirmando: «Tanto o governo como a opinião pública do país evoluíram no sentido de concluir que a luta que travamos em Angola e Moçambique está directa e indirectamente ligada à segurança da RAS» Relativamente aos EUA, Franco Nogueira vaticinou uma melhoria de ambiente com a chegada da nova administração, acreditando que isso pudesse aportar mais vantagens à posição portuguesa nas negociações em curso a propósito da base das Lajes. Quanto à França e à RFA, previu que estas continuariam a progredir favoravelmente no sentido de continuar a obter destas ajudas úteis quanto à prossecução da política externa portuguesa (CSDN, 1969 a, pp. 12-15).

<sup>336</sup> Caetano sublinhou esta ideia dizendo que a ONU desejava a autodeterminação e a retirada total das forças militares portuguesas e uma ampla amnistia política, mediante uma consulta eleitoral nos territórios. Segundo o seu parecer, essa retirada implicaria de imediato o «domínio dos terroristas», o que conduziria ao caos e ao sacrifício de bens e vidas dos portugueses no Ultramar. Caetano afirmou ainda que, como se viu na ONU com a Rodésia, um governo racialmente minoritário significava não haver outra solução senão a adoptada por Lisboa. Segundo o chefe do Governo, a experiência demonstrava ainda que a subversão representava um perigo latente em todo o lado, e, por este motivo, «a solução exclusivamente militar dum conflito de natureza subversiva não pode por forma alguma constituir a chave de um êxito desejável, e só será conseguido com base na captação das populações garantindo-lhes o desenvolvimento e as condições de promoção social de trabalho e de convivência racial». O chefe do Governo considerou ainda que «a realização deste vasto empreendimento de captar as populações e desenvolver os territórios implicava a sua ocupação territorial intensiva e o desenvolvimento económico e cultural das populações, realizações que exigem disponibilidades vastas financeiras como de potencial humano». Concluiu dizendo que, por isso, devia ser prosseguida uma política de integração progressiva da população nativa na administração ultramarina (CSDN, 1969 a, pp. 16-19).

### **8.ª REUNIÃO (24.01.69)**

A nova estratégia diplomática de Marcello Caetano passava muito por conseguir estreitar as relações com os EUA e, por isso, na reunião do CSDN do dia 24 de Janeiro de 1969, fez-se a apreciação do que se passara na última reunião da NATO, fazendo-se um ponto de situação sobre as negociações com os EUA da base das Lajes, decidindo-se retirar essa negociação do âmbito da NATO e enquadrá-la preferencialmente num acordo bilateral com os EUA. Determinou-se ainda nesse encontro que as contrapartidas a obter dos EUA deveriam consistir em material de guerra e compensações financeiras (CSDN, 1969 b, p. 10).

### **9.ª REUNIÃO (25.02.69)**

Um passo importante nesta nova estratégia diplomática de atracção de novos amigos, enquanto se cimentavam as ligações com os velhos amigos, ficou evidenciado na reunião do CSDN de 25 de Fevereiro de 1969, onde o ministro da Defesa Nacional fez um relato circunstanciado das suas visitas a África, reportando o aprofundamento do empréstimo financeiro de longo prazo e de fornecimento de material de guerra por parte da Republica da África do Sul (CSDN, 1969 c, p. 7), nomeadamente de aeronaves e helicópteros.

### **10.ª REUNIÃO (11.04.69)**

Entretanto, para dar conta dos desenvolvimentos diplomáticos do governo, em meados de Abril, mais precisamente no dia 11, teve lugar outra reunião do CSDN, duas semanas depois de Marcello Caetano se ter encontrado com Nixon e três dias antes de o chefe de governo efectuar a sua penúltima viagem ao Ultramar<sup>337</sup>, naquele histórico périplo por Guiné, Angola e Moçambique que decorreu entre 14 e 21 de Abril de 1969. Nesta reunião, o ministro da Defesa deu conta das negociações com a Lufthansa para a utilização da base de Beja e relatou a visita, a 24 de Março, de uma delegação da RAS que integrava o ministro da Defesa, o senhor Botha, da qual resultou a cedência de 60 aviões Harvard T6 (armados e equipados), acrescida de material rádio, no valor global de 11 milhões de rands, assim como da negociação de um empréstimo adicional de 50 milhões de rands entre material e ouro (CSDN, 1969 d, p. 9).

### **11.ª REUNIÃO (02.05.69)**

Recorde-se que, na sequência da visita histórica que Caetano efectuou ao Ultramar em Abril<sup>338</sup> e na sequência dos problemas que verificou *in loco* sobre a forma como estavam organizados

---

<sup>337</sup> Ao contrário do que se tem como adquirido, esta foi a penúltima viagem que Marcello Caetano fez aos territórios ultramarinos. A última viagem de Caetano a territórios ultramarinos aconteceu no dia 23 de Fevereiro de 1971, tendo ido ao território de Cabo Verde para se inteirar das consequências da seca vivida no arquipélago (Brandão J., 2008, p. 371).

<sup>338</sup> Confiante com a aparente boa vontade que encontrou na Casa Branca, Marcello Caetano realizou uma viagem ao Ultramar em Abril de 1969 entre os dias 14 e 21, passando por Guiné, Angola e Moçambique, com a ideia de romper o isolamento diplomático externo demonstrando que era possível viajar livremente em territórios teoricamente em guerra e, em simultâneo, que havia vontade de sentir e ouvir as populações aquém e além-mar num ano eleitoral. Marcando uma diferença com Salazar, Caetano procurou no contacto com as populações a oportunidade de passar as suas ideias e anunciar pessoalmente o seu projecto de autonomia progressiva e participada, que implicava descentralizar a burocracia, envolvendo na participação da gestão pública as populações autóctones, reforçando o carácter multirracial da administração e

os comandos militares nos diferentes territórios ultramarinos, foi decidida uma reorganização profunda dos comandos-chefes na reunião de 2 de Maio do CSDN<sup>339</sup> por iniciativa do chefe do governo.

### **12.ª REUNIÃO (02.07.69)**

Esta reunião apenas teve como ponto de trabalho a promoção de seis quadros militares, dos quais se destacou a elevação de António de Spínola de brigadeiro a general.

### **13.ª REUNIÃO (01.08.69)**

Na sequência da apresentação da queixa da Zâmbia no Conselho de Segurança que deu origem à resolução do CS n.º 268, realizou-se três dias depois uma sessão do CSDN, três dias depois no dia 1 de Agosto onde Marcello Caetano identificou a deterioração das relações com a Zâmbia logo a partir da intervenção deste país na sessão comemorativa do 50.º aniversário da OIT (CSDN, 1969 g, p. 2). Sobre as atitudes do governo da Zâmbia, o ministro dos Negócios Estrangeiros referiu que considerava absolutamente inviável um acordo amigável com o presidente Kaunda (CSDN, 1969 g, p. 6). Sobre a análise da evolução da situação político-militar no Ultramar, o ministro da Defesa, num balanço das operações militares dos últimos quatro meses, sublinhou um agravamento sensível da situação na Guiné apesar de os persistentes pedidos de reforços do comando-chefe terem sido atendidos «dentro do possível», assinalando também um ligeiro agravamento em Moçambique, e considerando a situação estacionária em Angola<sup>340</sup> (CSDN, 1969 g, p. 3).

---

apostando forte na atracção de investimentos estrangeiros com vista a proporcionar um forte crescimento económico e o progresso nesses territórios.

<sup>339</sup> Nesse encontro, entre outros reparos duros, Caetano notou evidentes deficiências na «máquina militar» e mandou encontrar a curto prazo efectivas decisões para as resolver (CSDN, 1969 e, p. 4), criando-se um órgão de trabalho de tipo Estado-Maior que tornasse possível e eficiente a coordenação dos três ramos das Forças Armadas nos TO (CSDN, 1969 e, pp. 4-5). Foi decidida igualmente, sobre a questão da «Segurança Interna», a criação de um órgão de comando para a defesa interna como um órgão operacional do CSDN (CSDN, 1969 e, p. 11).

<sup>340</sup> É de notar que, no decorrer desses quatro meses, o MPLA iniciou no dia 6 de Junho a acção armada no Bié, assim como ocorreu no interior de Angola a visita de uma delegação da comissão militar da OUA ao Oeste de Angola, de que fizeram parte Argélia, Egipto e Congo, e que foi presidida por Agostinho Neto. Nesse período ocorreu igualmente o maior acidente militar em toda a guerra do Ultramar, com a morte de 103 militares portugueses no afundamento de um batelão no rio Zambeze (Brandão J., 2008, pp. 229-230). Nenhum destes acontecimentos foi mencionado na reunião, excepto por uma chamada de atenção do ministro Silva Cunha, que referiu que «lhe leva a crer que o objectivo do MPLA agora é o Bié» (CSDN, 1969 g, p. 4). A reunião definiu ainda que o ministro de Defesa Nacional passava a dirigir e coordenar, numa fase pré-insurreccional que pudesse a ocorrer, a vigilância a exercer dos órgãos de comando e dos meios militares dos três ramos das Forças Armadas para a actuação numa fase de subversão violenta do conjunto de todas as forças militares e militarizadas, assim como foi definida a elaboração de planos de segurança interna que, segundo a recomendação e decisão, deveriam ser «mantidos actualizados e revistos anualmente, pelo menos». Ficou ainda determinado que, em caso de grave emergência, o CSDN e o comando-geral de Segurança Interna concentrar-se-iam em local previamente escolhido e preparado, dispondo de instalações adequadas e comunicações rápidas e seguras (CSDN, 1969 g, pp. 8-9). A reunião terminou com a promoção ao posto de brigadeiro do então coronel Joaquim da Luz Cunha.

#### **14.ª REUNIÃO (07.11.69)**

A 7 de Novembro ocorreu um novo encontro do CSDN onde se deu conta do efeito positivo provocado pela melhoria das condições de serviço proporcionada às tropas no Ultramar<sup>341</sup>.

#### **15.ª REUNIÃO (dividida por dois dias) (30.01.70 e 03.02.70)**

Entretanto, a guerra no terreno ia-se desenvolvendo e, na Guiné, o PAIGC atacou Bolama com munições de 122 mm a 3 de Novembro de 1969. No mesmo mês, a 16, Spínola iniciou a operação Juve, que resultou na captura do capitão cubano Pedro Peralta, ao que o PAIGC respondeu com uma grande ofensiva militar sobre Guilege, Guidage, São Domingos e Gadamael (Brandão J., 2008, p. 267) no decorrer do mês de Janeiro de 1970. Foi neste enquadramento que se deu uma extensa reunião do CSDN, dividida em dois dias. Este encontro iniciou-se com um balanço dos três teatros de operações e do evoluir das relações e esforços diplomáticos com os países fronteiriços nesses territórios, dando-se conta, em particular, do agravar da situação na Guiné e das circunstâncias que proporcionaram as queixas do Senegal e da Guiné Conacri contra Portugal no CS da ONU. Houve também o balanço da situação feito pelo antigo governador de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa, que deixara de estar à frente desse território<sup>342</sup>.

---

<sup>341</sup> Naquela que foi a primeira reunião do CSDN sem a presença de Franco Nogueira, o qual, segundo João Tavares, saiu do governo de Marcello Caetano não só por diferenças irreconciliáveis com a «formação e condução da Política externa», mas acima de tudo pelo modo como Caetano «queria gerir a política ultramarina» (Tavares, 2023, p. 244), o ministro da Defesa deu conta do efeito positivo das medidas entretanto tomadas no sector militar: transporte gratuito de familiares; extensão do subsídio eventual de custo de vida àqueles que prestavam serviço no Ultramar; assistência médica e hospitalar gratuita para as famílias dos militares e um aumento de 10% no vencimento a partir da 3.ª comissão, por cada comissão. Outras decisões seriam tomadas igualmente no sentido de aumentar a mobilidade das tropas no terreno, nomeadamente com a aquisição de mais helicópteros e mais viaturas-auto, e a transferência para as províncias ultramarinas da instrução para aperfeiçoamento operacional, encontrando-se tudo preparado para que, a partir do início de 1970, isso acontecesse com as tropas destinadas à Guiné (CSDN, 1969 h, pp. 7-8). Nesse mesmo encontro, o CEMGFA, o general Deslandes, relatou que na Guiné a reorganização do comando-chefe tinha sido aprovada e que o material destinado ao sector de transmissões foi uma importante melhoria realizada (CSDN, 1969 h, p. 9). Em jeito de conclusão, o presidente do Conselho alertou os presentes para a preocupação de evitar o aparecimento de mais saldos negativos sob pena de se tornar impossível realizar uma boa administração dos dinheiros públicos, devendo-se evitar o aparecimento de atrasados em dívida que perturbassem o eficiente planeamento financeiro e orçamental (CSDN, 1969 h, p. 12). Referiu igualmente que, para obviar a falta de quadros na província da Guiné, o melhor era estudar a possibilidade da passagem daquela província para o «regime de Governo militar» (CSDN, 1969 h, p. 12).

<sup>342</sup> No primeiro dos dois dias que durou esta reunião, a 30 de Janeiro de 1970, o ministro da Defesa deu conta de ter havido uma pequena expansão da área territorial por parte do inimigo na Guiné, o qual, segundo a sua avaliação, detinha 6000 elementos, dos quais 4500 no interior do território e 1500 distribuídos pelo Senegal e pela Guiné Conacri. O ministro Sá Viana Rebelo referiu igualmente que, em resposta a acções de flagelação com armamento pesado a partir de posições no exterior, Spínola retaliou, o que provocou a queixa do Senegal no dia 9 de Dezembro no Conselho de Segurança da ONU. Na sequência, referiu ainda que o governo da Guiné-Conacri apresentou outra queixa contra Portugal no Conselho de Segurança relativa a incidentes ocorridos «um ano antes». O ministro da Defesa Nacional disse ainda que, dada a repercussão internacional destas queixas, tinham sido emitidas ordens no sentido de evitar atacar posições do inimigo no estrangeiro, devido à continuação das flagelações vindas a partir da República do Senegal. Isso provocou, segundo o ministro Viana Sá Rebelo, uma certa desmoralização do próprio comandante-chefe das FA na Guiné. Na ocasião, o ministro concluiu dizendo que, apesar das reiteradas promessas do presidente Senghor de tentar controlar as atitudes agressivas do PAIGC, isso significava que o governo senegalês não tinha o poder para as efectivar (CSDN, 1970 a, pp. 3-4). No mesmo encontro, Baltazar Rebelo de Sousa, na qualidade de ex-governador-geral de Moçambique, fez um balanço da província, deixando uma estimativa do número de guerrilheiros da FRELIMO, que avaliou serem 500 homens estacionados na zona ocidental do Niassa, 250 na zona oriental da mesma província, enquanto na região

## 16.ª REUNIÃO (27.02.70)

Enquanto decorriam na cidade de Dakar conversações secretas entre delegações de Marcello Caetano e do presidente Senghor com vista a um cessar-fogo na Guiné (Brandão J., 2008, p. 268), no dia 27 desse mês de Fevereiro decorreu a reunião do CSDN onde se discutiu um aspecto de grande importância para o chefe do Governo, que era aquele relativo às medidas necessárias para impedir que a propaganda anti-ultramarina singrasse em Portugal<sup>343</sup>.

---

de Cabo Delgado estariam mais 3000 elementos; segundo informações da DGS, na zona de Tete haveria ainda pequenos grupos que, num total, se estimara serem cerca de uma centena (CSDN, 1970 a, pp. 8-9). Baltazar R. Sousa alertou ainda para a existência de factores negativos observados por si, nomeadamente desinteligências entre comandos, «especialmente nos níveis mais elevados», que levou a descoordenação de esforços, a má preparação técnica e tática das tropas em geral, assim como a uma «inexplicável opção da obrigatoriedade de consumo de rações vindas da metrópole», quando na província se conseguiriam rações melhores, «mais ao gosto do pessoal e mais baratas». Convidado a dar a sua opinião, o CEMGFA alegou que, apesar de a situação ser do seu conhecimento, a solução não estava sob a sua dependência directa (CSDN, 1970 a, p. 11). Marcello Caetano tomou a palavra e referiu que a descrição apresentada em Angola, Moçambique e Guiné não era tranquilizadora, mas que, perante a realidade, dever-se-ia reagir, procurando as soluções mais convenientes e capazes (CSDN, 1970 a, p. 13). Por outro lado, sobre a possibilidade de conseguir uma melhoria de relações com os governos dos países limítrofes, Caetano concluiu que, quanto ao Senegal, havia dúvidas sobre as boas intenções do presidente Senghor em procurar controlar no seu território as actividades do PAIGC, justificando-se evitar acções de retaliação sobre território senegalês de forma a facilitar a acção diplomática que Lisboa estava no momento a desenvolver. Quanto à República da Guiné, o governo guineense não pareceu capaz de controlar os elementos do PAIGC, sendo estes mais poderosos do que as forças armadas locais, tornando o diálogo entre governos «ineficaz». Relativamente à República do Congo, observou que as relações com o governo do general Mobutu melhoravam progressivamente, estando em curso medidas daquele governo para um eficiente controlo de fronteiras. No que respeita à Zâmbia, Caetano afirmou não lhe restarem dúvidas de que este país era uma placa giratória dos movimentos subversivos de toda a África meridional e que esse governo admitiu no seu território a instalação de bases do inimigo, autorizando o seu armamento e não colocando entraves na sua circulação, considerando por isso que a Zâmbia era a ameaça principal para a África Austral e que só um esforço concertado dos países interessados (Portugal, Malawi, Rodésia, RAS) poderia pôr cobro de forma radical à sua atitude agressiva. Para concluir, Caetano salientou que, para aumentar a eficiência das tropas, se deveria apostar em dois aspectos: na coordenação dos comandos e no esforço no âmbito da acção psicológica (CSDN, 1970 a, pp. 14-16). No segundo dia da reunião do CSDN, retomada a 3 de Fevereiro, foi analisado o plano de aquisições de novos meios militares para o ano em curso, com o secretário de Estado da Aeronáutica a mencionar a obsolescência dos meios aéreos existentes e a reforçar a necessidade de aquisição de pelo menos dois aviões BOEING 707 para transporte interterritorial, tendo em conta o elevado custo das reparações dos DC-6 e a dificuldade de obtenção de sobressalentes (CSDN, 1970 a, p. 21).

<sup>343</sup> Neste encontro, além dos habituais membros, participou o ministro da Educação Veiga Simão, o subsecretário da Juventude e o director-geral da Informação, Clemente Rogeiro, em representação do secretário de Estado da SEIT. O problema da propaganda inimiga constituía um motivo de grande preocupação para Caetano, «dado o esforço de minar o moral da juventude portuguesa» como pressuposto da existência de uma estrutura bem financiada e organizada. O chefe de governo identificou a existência desse tipo de apoio como uma das principais razões para que a concessão de liberdade absoluta à imprensa não fosse possível em Portugal, «pois se assim sucedesse» verificar-se-ia a canalização imediata de fundos que são atribuídos aos movimentos emancipacionistas para actividades de propaganda através de órgãos de informação metropolitanos (CSDN, 1970 b, p. 3). Assim, Caetano advogou apostar «com rapidez e oportunidade» na difusão de acções de propaganda intensivas, contínuas, eficazes e coordenadas, orientadas no sentido de formar uma opinião pública esclarecida (CSDN, 1970 b, pp. 5-6). Seguiu-se um período de debate sobre a questão, onde o ministro Veiga Simão concordou e apontou a necessidade de «acções de repressão assim como impor uma actuação mais ajustada dos serviços de Censura» para tentar obviar o problema apresentado (CSDN, 1970 b, p. 13). Para finalizar o assunto, ficou decidido que deveria ser constituído um grupo de trabalho, sob a presidência do director-geral da Informação, para elaborar um plano de acção das actividades de contra-subversão (CSDN, 1970 b, p. 16).

### **17.ª REUNIÃO (19.06.70)**

Por esta altura, circulou no Secretariado Geral da Defesa Nacional um documento sul-africano sobre um plano de defesa da África Austral<sup>344</sup>. Num momento em que o primeiro-ministro da RAS visitou Lisboa, em Junho desse ano, decorreu novo CSDN em que, entre outros assuntos<sup>345</sup>, se debateu a aquisição dos aviões de transporte proporcionada pela única brecha aberta pelas NSDM de Nixon relativamente ao embargo de armas dos EUA.

### **18.ª REUNIÃO (24.07.70)**

Com a operação Nó Górdio em curso, teve lugar outro CSDN no dia 24 de Julho de 1970 (CSDN, 1970 d)<sup>346</sup>, onde Marcello Caetano considerou que a guerra na Guiné estava dependente do grau de hostilidade dos governos dos países limítrofes e «que alguns resultados podiam ser colhidos» das manobras diplomáticas com o Senegal, concluindo dever-se «tirar o máximo proveito da boa vontade de Senghor sem perder o apoio da França», dando indicação para que se evitasse quaisquer conflitos com o governo senegalês (CSDN, 1970 d, pp. 9-10).

### **19.ª REUNIÃO (07.10.70)**

Entretanto, enquanto a operação Nó Górdio prosseguia e a operação Mar Verde se ultimava, deu-se nova reunião do CSDN, a 7 de Outubro de 1970, onde ficou decidida a encomenda dos

---

<sup>344</sup> Este documento, datado de Março de 1970, encontra-se no Arquivo Histórico Militar Português (SADF, 1970), e possui agregadas as conclusões que o Secretariado Geral da Defesa Nacional português fez relativamente a esse plano (SGDN, 1970 a).

<sup>345</sup> Nesse encontro, o ministro da Defesa apresentou um relatório sobre a reunião do *Defense Planing Committee* da NATO, onde se discutiu a situação militar do Mediterrâneo e da presença da esquadra da URSS nesses mares, dando conta de que, na sua opinião, o limite sul de zona de acção das forças da NATO, o Trópico de Câncer, «já não tem razão de existir» (CSDN, 1970 c, p. 5). O ministro considerava que este limite devia ser alargado a sul para melhor controlar as saídas do Mediterrâneo. Marcello Caetano concordou e salientou que aproveitava todas as oportunidades para insistir nesse conceito, mas que, apesar da concordância das esferas militares, o mesmo não acontecia «por parte dos elementos políticos, condicionados que estão pela opinião pública» (CSDN, 1970 c, p. 7). Em relação à evolução nos teatros de operações e à situação na Guiné, o ministro da Defesa sublinhou que se assistia a uma ligeira melhoria, enquanto em Moçambique se verificava um ligeiro aumento da zona afectada. De seguida, debateu-se a aquisição dos aviões de transporte que, segundo o ministro Sá Viana Rebelo, estava dependente do *State Department* dos EUA, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou que, das conversações com o secretário de Estado Rogers, concluiu-se que a negociação dos Boeing através da TAP seria mais simples. Em relação às negociações sobre as Lajes, a posição do governo norte-americano oferecia contrapartidas na modalidade de auxílio económico, mas não contemplaria ajudas de carácter militar como foi solicitado pelo governo português, observando-se um adiamento das discussões até ao próximo mês de Setembro (CSDN, 1970 c, p. 11).

<sup>346</sup> Neste encontro, o ministro da Defesa referiu um recrudescimento na situação na Guiné, explicando que o abrandamento verificado e descrito na reunião anterior se deveu à presença da Comissão dos Direitos do Homem nas fronteiras do Senegal. O ministro da Defesa Nacional afirmou ser de admitir que foi devidamente preparada uma encenação que permitiu àquela comissão concluir não haver actividades do PAIGC no Senegal (CSDN, 1970 d, p. 4). Ainda sobre este assunto, o mesmo referiu que, com elevada probabilidade, o governo do Senegal desejava a todo o custo manter radicalizados nos seus territórios os refugiados portugueses de Casamansa (CSDN, 1970 d, p. 5). O ministro Rui Patrício interveio nesta matéria para dizer que o Senegal fez, através de França, pressões sobre Lisboa para se evitarem acções militares em território senegalês, e que esta era uma questão de melindre diplomático, uma vez que a política seguida por Senghor em relação a Portugal estava estreitamente condicionada pela falta de poder em relação ao controlo efectivo da região de Casamansa e às actividades dos elementos do PAIGC no seu território (CSDN, 1970 d, p. 7). Para o CEMGFA, o general Deslandes, era evidente que o presidente Senghor fazia jogo duplo apoiando, no fundo, as actividades do PAIGC (CSDN, 1970 d, p. 8).

dois aviões Boeing (CSDN, 1970 e, p. 17) que possibilitavam transportar os militares para os teatros de operações de forma mais expedita e eficaz.

### **20.ª REUNIÃO (20.11.70)**

A 20 de Novembro de 1970, teve lugar mais uma CSDN, onde foram evidenciados os efeitos positivos das estratégias de Costa Gomes no teatro de guerra mais importante: Angola<sup>347</sup>.

### **21.ª REUNIÃO (29.01.71)**

Internamente e nos meios militares, o processo de revisão constitucional provocou alguma agitação, como relatou o ministro Sá Viana Rebelo na reunião do CSDN do dia 29 de Janeiro de 1971<sup>348</sup>, em que deu conta do que percebeu na sequência de uma visita que fez às províncias de Angola e Moçambique (CSDN, 1971 a, p. 4).

### **22.ª REUNIÃO (19.03.71)**

A 19 de Março, teve lugar novo CSDN, que foi integralmente ocupado com a exposição optimista de Kaúlza de Arriaga com o balanço da operação Nó Górdio e com o ponto de situação militar em Moçambique. Arriaga concluiu a exposição assegurando que «a guerra actualmente em Moçambique é uma guerra que poderemos ganhar» (CSDN, 1971 b, p. 20).

### **23.ª REUNIÃO (07.05.71)**

Seis semanas depois, a 7 de Maio, seria a vez de o governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, António de Spínola, expor no CSDN a situação no território da Guiné. Este militar, ao contrário de Kaúlza de Arriaga, não fez em concreto o balanço da operação Mar Verde, mas aproveitou o momento para trocar pontos de vista e conceitos militares antagónicos com as suas chefias directas, tanto o ministro da Defesa como o ministro do Ultramar, ambos ali presentes, nomeadamente sobre a possibilidade, ou não, de uma guerra subversiva poder ter uma solução militar<sup>349</sup>. Esta discussão terminou com Marcello Caetano a ter de fazer ele próprio

---

<sup>347</sup> Na 20.ª reunião do CSDN do tempo de Caetano, além dos ministros habituais, participaram a SEIT – Secretaria de Estado da Informação e Turismo e o director provincial da DGS em Angola, o qual relatou ao Conselho a experiência operacional dos Flechas e a forma como esse grupo actuava em acções de contraguerrilha. Os presentes, impressionados, decidiram nesse encontro recrutar mil novos Flechas (CSDN, 1970 f, p. 8). Outro ponto importante discutido nessa reunião foi uma matéria em que Marcello Caetano sempre apostou, no caso, o projecto de directiva Nacional de Acção Psicológica n.º 1/70 como dispositivo de contrapropaganda do regime. Mais tarde, e ainda neste domínio, este órgão avaliou o Projecto de Directiva Nacional n.º 1/72 no CSDN no dia 22 de Maio de 1972.

<sup>348</sup> Esta reunião do CSDN deu conta do referido relato de viagem do MDN, assim como abordou o problema da falta de aeronaves e pilotos, e a necessidade de renovação da Força Aérea. O MNE fez o relato da sua visita a França, onde tratou de assuntos de ordem militar. Sobre a falta de pilotos, o secretário de Estado da Aeronáutica salientou que esta se agravava pela concorrência da procura de pilotos por parte das companhias civis de aviação (CSDN, 1971 a, p. 9). Rui Patrício deu conta das conversas tidas quer com o ministro da Defesa francês quer com o seu homólogo gaulês, em que estes abriram a possibilidade do levantamento da proibição da entrega das encomendas pendentes, assim como permitiram abrir o caminho para se fabricar em Portugal determinados materiais indispensáveis à continuação do esforço de defesa (CSDN, 1971 a, p. 12).

<sup>349</sup> Nessa ocasião, manifestou-se entre os presentes uma divergência e houve discussão sobre conceitos militares. Spínola exprimiu uma ideia que apontava para a impossibilidade de uma guerra de carácter

uma espécie de balanço dos efeitos que a operação Mar Verde produziu, nomeadamente os efeitos diplomáticos, perante a aparente desmoralização de Spínola, que ali demonstrou, com falta de ânimo, alguma descrença nas capacidades das forças militares portuguesas na Guiné.

#### **24.ª REUNIÃO (15.06.71)**

Para fechar o ciclo de pontos de situação militar, no CSDN de dia 15 de Junho de 1971<sup>350</sup>, Costa Gomes falou sobre Angola, num contraste total em relação aos cenários delirantemente otimistas de Kaúlza de Arriaga e a atitude derrotista de Spínola. Costa Gomes apresentou uma situação militarmente estável e resolvida em Angola, o que, a par das ideias sólidas e personalidade apresentadas, discordando da estratégia proposta pelos militares da RAS, pode ter dado ideias futuras a Marcello Caetano: dos generais experimentados nos teatros de operações e com provas dadas, já sabia quem, eventualmente, poderia ser colocado no topo da hierarquia militar quando fosse o melhor momento para o fazer.

---

subversivo poder ser ganha militarmente, o que foi de alguma forma contrariado quer pelo ministro da Defesa Nacional quer por Silva Cunha. Sá Viana Rebelo, que afirmou na ocasião não perfilhar daquela rigidez conceptual absoluta de Spínola, admitiu que num conflito daquela natureza talvez fosse difícil conseguir uma vitória só pelas armas (CSDN, 1971 c, p. 3). O ministro do Ultramar discordou da conclusão apresentada por Spínola, uma vez que a solução política dependia da obtenção prévia de uma vitória pelas armas, de forma a demonstrar às populações de que lado se encontrava a força (CSDN, 1971 c, p. 8). Spínola insistiu dizendo que a solução de um conflito subversivo ultrapassa largamente as possibilidades de uma vitória militar «como é exemplo flagrante no Vietname». O general, denotando uma certa descrença nas capacidades do dispositivo ao seu dispor, disse ainda que militarmente não seria possível alcançar uma vitória decisiva, argumentando que «só no quadro duma plataforma política e diplomática seria possível encontrar as soluções que resolvam o problema da Guiné e o esforço militar que ali devia ser continuado, para ganhar o tempo necessário que fosse ao encontro daquelas soluções». Preconizava que soluções para conflitos desta natureza são de natureza política e a consecução de tal objectivo só era conseguindo resistir e permanecer, concluindo que «nestes moldes o quadro que se depara era de sobremaneira difícil e sombrio» (CSDN, 1971 c, pp. 10-12). Caetano, corroborando de alguma forma o ponto de vista do general, afirmou que naquele momento não era apenas na vertente militar que se procurava a vitória, exemplificando com o esforço diplomático: «Dia e noite, trabalha-se na frente política, quer seja a da opinião interna quer a da acção diplomática» Caetano salientou ainda que o esforço, apesar de silencioso e ignorado, não era menos intenso e devotado, havendo de se pesar bem as probabilidades de êxito das missões especiais cujos resultados negativos têm reflexos desfavoráveis na acção diplomática e política (CSDN, 1971 c, p. 14), num certo remoque às consequências desastrosas que a operação Mar Verde produziu nos esforços diplomáticos globais e, particularmente, junto do Senegal. Como que para ilustrar esse esforço invisível, Rui Patrício interveio expondo em pormenor as conversações secretas com o Senegal em França, no sentido de tentar levar o Senegal a compreender o comportamento das tropas portuguesas na fronteira, estando a ser estudada a possibilidade de implementar um acordo de princípio que previa a criação de uma comissão tripartida de Portugal, Senegal e uma terceira potência para verificar e averiguar as causas *in loco* das violações de fronteira entre Senegal e Bissau (CSDN, 1971 c, p. 14).

<sup>350</sup> Esta reunião do CSDN ocorreu uma semana antes de Rui Patrício partir para a RAS devido à entrega em Angola do material militar acordado com o governo sul-africano e que, segundo Costa Gomes, estava praticamente concretizado, faltando apenas algum material de transmissões (CSDN, 1971 d, p. 11). Numa extensa e segura apresentação, Costa Gomes deu a opinião de que, ao contrário das pretensões da RAS, lhe parecia que se devia manter um maior potencial de tropas portuguesas no distrito do Moxico, visto ser a zona de maior actividade do MPLA, ao contrário de uma maior concentração de forças no Cuando-Cubango como desejava a RAS (CSDN, 1971 d, p. 10). O general Costa Gomes fez igualmente uma apreciação e quantificação da população de Angola relativamente ao seu grau de envolvimento com o inimigo, dividindo-a em quatro categorias, e concluindo que 84,2% da população angolana estava no grau 1, que correspondia às populações que não denotavam indícios de aliciamento subversivo sensível; 2,9% da população corresponderia ao grau 2, já apresentando indícios de aliciamento; as populações classificadas como grau 3, cerca de 5,9% da população, correspondiam àquelas que se encontravam sob um acentuado aliciamento subversivo; e cerca de 1,5% da população angolana podia ser considerada controlada pelo inimigo (CSDN, 1971 d, p. 21).

### **25.ª REUNIÃO (12.11.71)**

A decisão da marcação da cimeira Nixon-Pompidou nos Açores, que motivou um acelerar da negociação do acordo da Base das Lajes, tão desejado por Marcello, aconteceu na mesma altura desta reunião do CSDN, a qual deu conta do agravar da situação da Guiné e onde, apesar do mandato de Spínola estar perto de terminar, este deu um sinal ao chefe do governo de poder adiar a sua saída<sup>351</sup>.

### **26.ª REUNIÃO (04.02.72)**

Neste encontro do CSDN, foi novamente abordada a evolução positiva verificada no território de Angola, com nova e extensa exposição de Costa Gomes, o comandante-em-chefe desse território. Expôs a situação política interna dos países vizinhos e fronteiros de Angola, nomeadamente da República Popular do Congo, do Zaire e da Zâmbia, assim como expôs com detalhe a evolução da situação em Cabinda e no leste de Angola, concluindo ter havido uma redução sensível na penetração das forças independentistas, em particular nas zonas leste e norte de Angola (CSDN, 1972 c, p. 10).

### **27.ª REUNIÃO (12.05.72)**

Em meados de 1972, quando o PAIGC ameaçava avançar com a independência unilateral no ano seguinte, e se processou a mudança de estratégia de Spínola como comandante-chefe da Guiné, que procurava conversações indirectas com o PAIGC através do presidente Senghor, realizou-se em Lisboa mais uma reunião do CSDN dedicada a esse tema muito caro a Marcello Caetano, tendo em conta o que considerava ser a «forte pressão psicológica» a que o país estava sujeito, tanto na propaganda que atingia toda a população como nas Forças Armadas. Os meios de comunicação de massas eram usados para provocar, nas palavras do chefe do governo, «sérias apreensões e desmoralização»<sup>352</sup>.

---

<sup>351</sup> Este CSDN apreciou o agravar da situação na Guiné que, segundo o ministro da Defesa, foi consequência do crescente número de armas e aumento do poder de fogo do inimigo (CSDN, 1971 e, p. 3). Nesta ocasião, o ministro Sá Viana Rebelo recordou que Spínola terminaria a sua comissão dentro de meses e Caetano referiu que, em conversa recente com o general, ficou com a impressão de que talvez fosse possível conseguir-se um adiamento dessa saída (CSDN, 1971 e, p. 11). Também neste encontro seria dado conhecimento de acções de sabotagem e da destruição de várias instalações ligadas à NATO no país, o que levou Caetano a referir que era imperioso que existissem, se criassem ou aperfeiçoassem órgãos de contra-espionagem dentro das Forças Armadas, uma vez que o país estava em guerra e havia «que acautelar todas as possibilidades» (CSDN, 1971 e, p. 28). Recorde-se que a 7 de Novembro as Brigadas Revolucionárias de Isabel do Carmo e Carlos Antunes iniciaram as suas acções armadas na metrópole e sabotaram a base da NATO na Fonte da Telha (Brandão J., 2008, p. 323).

<sup>352</sup> Nesta reunião do CSDN, discutiram-se assuntos sobre contra-informação e acção psicológica, e um tema que se adivinhava poder ganhar relevo num futuro próximo: o dos «governos das zonas libertadas» pelos movimentos emancipalistas, como o PAIGC ameaçava implementar no ano seguinte. O primeiro dos pontos discutidos era um assunto do maior interesse e preocupação para Caetano que, no decorrer da discussão, chegou a apontar para informações que recebeu sobre o preocupante uso de droga entre os militares, particularmente nos territórios de Moçambique, como sintoma da necessidade de actuação na área em discussão (CSDN, 1972 c, p. 2). Esta reunião sobre contra-informação e acção psicológica levou à aprovação de directivas sobre a guerra psicológica, como a directiva n.º 1/72. O segundo ponto discutido foi a análise da possibilidade do reconhecimento da soberania de zonas denominadas «libertadas», um assunto que, segundo o ministro Sá Viana Rebelo, se agudizou com a recente tentativa de visita do «Comité dos 24» a Guiné, Angola e Moçambique (CSDN, 1972 c, p. 10). A este propósito, o ministro da Defesa deu conta na reunião de que, apesar de a imprensa internacional ter relatado que um sueco, um tunisino e um

### **28.ª REUNIÃO (1.ª sem acta) (25.05.72)**

Em Maio de 1972, sequência da mudança do seu estado de espírito quanto à possibilidade de uma solução político-militar para a Guiné, Spínola encetou uma conversação indirecta com o PAIGC, autorizada por Marcello Caetano, através do Presidente Senghor do Senegal, cujo resultado não foi aceite pelas autoridades portuguesas (Silva, 1997, pp. 107-108)<sup>353</sup>, se tivermos em conta o resultado de uma reunião restrita do CSDN<sup>354</sup> ocorrida no dia 25 de Maio de 1972, entre outras razões, pelo padrão reiterado de comportamento observado no interlocutor senegalês<sup>355</sup>.

### **29.ª REUNIÃO (28.ª com acta) (02.06.72)**

Decorridos oito dias após a reunião do CSDN que rejeitou a proposta de Senghor trazida por Spínola, deu-se a ultima reunião do CSDN com a presença do general Deslandes como CEMGFA, em que se discutiu fundamentalmente a situação de Moçambique<sup>356</sup>.

---

equatoriano tinham penetrado na Guiné, o general Spínola afirmou que isso não se verificara (CSDN, 1972 c, p. 11). Saliente-se que a missão da ONU que o ministro referiu na reunião do CSDN e que, segundo Spínola, não ocorreu, efectivamente teve lugar, produziu relatórios e prolongou-se durante sete dias, tendo-se iniciado no dia 27 de Março de 1972. Assinale-se que, no mesmo dia, o governo norueguês decidiu conceder um subsídio ao PAIGC (Brandão J., 2008, p. 352).

<sup>353</sup> Marcello Caetano recusou a solução trazida por Spínola por recear os efeitos que essa negociação provocaria, pela efectivação da teoria do dominó, que podia inviabilizar a sua «estratégia dos Brasis» por efeito de contaminação, objectando formalmente a proposta por questões de oportunidade, falta de idoneidade dos medaneiros, não existência de garantias internacionais face à pressão negativa superveniente e por poder também implicar a perda de Cabo Verde (Silva, 1997, pp. 107 e seguintes).

<sup>354</sup> Esta decisão foi tomada numa reunião restrita do CSDN, da qual não existe acta, existindo apenas múltiplos relatos da ocorrência da mesma, e onde estiveram presentes o Presidente da República, os ministros da Defesa, da Marinha, do Ultramar, dos Negócios Estrangeiros e o CEMGFA, no dia 25 de Maio de 1972. Mais tarde, Américo Tomás afirmou ter estranhado o pedido dessa reunião, marcada de véspera, e, após a realização da mesma, confessou não ter ficado «com uma ideia clara e precisa da gravidade da situação» da Guiné (Tomaz, 1982, p.166), mas que em caso algum aceitava aquelas sugestões do general Spínola (Silva, 1977, p. 107). Silva Cunha, por sua vez, registando nas suas memórias esse encontro, disse que, após o relato dos contactos com o Senegal, as sugestões de Senghor e a forma como Spínola reagiu às mesmas, todos os presentes concordaram por unanimidade que não havia «razão suficiente para seguir as sugestões do Presidente do Senegal» como Spínola nesse encontro defendeu (Cunha, 1977, p. 51).

<sup>355</sup> Estas não foram as primeiras negociações que o chefe do governo de Lisboa teve com o Senegal. Nem foram as primeiras que o Senegal deixou cair, sem dar sequência às mesmas. Um segundo encontro com Spínola seria marcado para 27 de Julho, mas Senghor acabou por não comparecer ao mesmo (Rodrigues, 2010, pp. 171-172). Tal como em 1971, quando ocorreram as primeiras negociações entre Portugal e Senegal, Senghor prometeu enviar um emissário a Lisboa, o qual nunca chegou (Caetano, 1974, p. 190).

<sup>356</sup> Esta reunião foi essencialmente uma exposição do comandante-chefe em Moçambique, Kaúlza de Arriaga, sobre esse território. Nesse relato extenso, referiu não ser possível levar a cabo a operação Hércules, com que pretendia conseguir a impermeabilização da fronteira de Tete, por falta de minas e empreiteiros capazes nas obras de construção de estradas e aeródromos necessárias para o concretizar (CSDN, 1972 d, p. 32). O comandante-chefe das FA em Moçambique referiu ainda a necessidade de «soluções novas», insistindo na remodelação da instrução e mencionando a opinião que o batalhão não tem significado operacional relevante neste tipo de guerra, sendo até por vezes prejudicial um comando com elevado espírito de grupo, havendo, na opinião de Kaúlza de Arriaga, a vantagem em transformar os comandos de batalhão em comandos de subsector (CSDN, 1972 d, p. 20). Depois da troca de opiniões entre os presentes, o CEMGFA afirmou que o sistema descrito por Kaúlza obrigava à rendição individual dos comandos uma solução que mereceu várias críticas e que levou ao seu abandono, num estudo realizado no Secretariado Geral da Defesa Nacional (CSDN, 1972 d, p. 22).

### 30.ª REUNIÃO (29.ª com acta) (15.12.72)

A primeira reunião do CSDN com o general Costa Gomes nas funções de CEMGFA deu-se no dia 15 de Dezembro de 1972<sup>357</sup>, com os dois territórios ultramarinos principais a serem objecto de apreciação através das exposições dos respectivos comandantes-em-chefe, que não terminaram sem que se fizesse notar uma certa assertividade por parte da nova chefia militar de Costa Gomes. Depois de discordar publicamente da estratégia militar apresentada por Kaulza de Arriaga, Costa Gomes alertou os presentes que a carência de pessoal, na sua opinião, era de uma gravidade tal que exigia uma urgente resolução, considerando que a mesma devia ser colmatada com brevidade para impedir que se chegasse «a uma situação impossível, sem solução satisfatória». O ministro Sá Viana concordou, informando a esse propósito estar em estudo no Estado-Maior uma solução que previa a integração de milicianos. Foram ainda levantadas questões sobre abusos alegadamente perpetrados pelas Forças Armadas portuguesas explorados na imprensa internacional, depois negados por Kaulza de Arriaga, que

---

<sup>357</sup> O general Joaquim Luz Cunha apresentou uma exposição circunstanciada do território de Angola, tendo Costa Gomes dito na sua primeira intervenção que o problema do Cunene era de extrema gravidade e que devia ser resolvido, mas que para isso havia que contar também com os relevantes contributos contra-subversivos de âmbito civil (CSDN, 1972 e, p. 16). Terminada esta exposição, iniciou-se a do general Kaulza de Arriaga, que afirmou que, ao contrário do que pensava a RAS, esse país não teria Forças Armadas capazes de fazerem frente a uma guerra subversiva pelo menos nos dois anos mais próximos, nem estaria preparado para resistir a um esforço subversivo intenso, pelo que, caso Moçambique e o Botswana caíssem, todo o mundo ocidental ficaria afectado nos seus interesses estratégicos (CSDN, 1972 e, p. 17). Após a exposição de Kaulza, Caetano deu a palavra a Costa Gomes para este poder fazer uma apreciação, ao que o novo CEMGFA respondeu dizendo que lhe pareceu que poderiam ser consideradas outras estratégias para o caso de Moçambique, diferentes das que o senhor general Kaulza de Arriaga advogava, pelo que pediu a este que «passasse pelo seu gabinete, no sentido de discutirem o problema pormenorizadamente» (CSDN, 1972 e, p. 38). Não havendo mais observações ou perguntas dos presentes, Caetano convidou Costa Gomes para fazer uma apreciação aos pontos mais salientes das duas exposições anteriores, com Costa Gomes a dizer que, a seu ver, os principais problemas comuns aos dois teatros de operações se resumiam a carências graves de pessoal e de material. Costa Gomes afirmou ainda que o problema de equipamento seria facilmente solucionável pela atribuição de disponibilidades financeiras, mas quanto ao pessoal o problema atingira uma tal gravidade que exigiria uma urgente resolução de fundo, sob pena de, não sendo feita num prazo relativamente curto, implicar a impossibilidade de se conseguir qualquer solução satisfatória (CSDN, 1972 e, p. 38). A este propósito, o ministro da Defesa referiu que, concordando que o problema de pessoal dos quadros permanentes do exército era de facto preocupante, estaria em elaboração, no respectivo Estado-Maior, um estudo que previa a integração de milicianos, alguns com provas dadas na prática (CSDN, 1972 e, p. 39). O secretário de Estado do Exército mencionou ainda que o problema de pessoal era também grave na Metrópole, uma vez que praticamente 50% dos efectivos dos quadros permanentes do exército estavam em comissão no Ultramar. Assim, a instrução estava praticamente entregue a milicianos e as unidades não tinham o pessoal de que deveriam dispor, sendo que as previsões para o ano de 1973 davam um défice de cerca de mil oficiais dos quadros do complemento, «o que agravava o panorama existente» (CSDN, 1972 e, p. 39). O ministro Sá Viana Rebelo fez ainda uma intervenção sobre a forma como a conjuntura internacional evoluía desfavoravelmente, fazendo uma referência implícita à *Détente* americana e à *Ostpolitik* alemã, por razão da oposição militante dos países de leste mas também resultado de o Ocidente ter adoptado uma estratégia generalizada de retirada; deste modo, e com vista a contrariar as atitudes concertadas da OUA, referiu que era importantíssimo que se intensificasse a acção psicológica portuguesa no estrangeiro, já que eram largamente exploradas e orquestradas situações em que as tropas portuguesas eram acusadas de actos desumanos contra as populações. A este propósito, Kaulza de Arriaga referiu que, em 18 meses, e das oito mil operações realizadas em Moçambique sob seu comando, só foram identificados nove casos como potenciais situações de excesso, dos quais cinco investigações estavam terminadas e dadas como falsas, enquanto duas das outras quatro foram comprovadas, encaminhando-se os processos para o tribunal competente, restando apurar as conclusões de mais duas acusações pendentes, ainda sob averiguação, concluindo então que «as nossas forças são as mais disciplinadas do mundo» (CSDN, 1972 e, p. 40).

afirmou que, no que dizia respeito à disciplina e aos direitos humanos, considerou que «as nossas forças são as mais disciplinadas do mundo»<sup>358</sup>.

### **31.ª REUNIÃO (30.ª com acta) (22.05.73)**

Na sessão do CSDN de 22 de Maio de 1973 (CSDN, 1973 a), deu-se conta de uma preocupante evolução militar na Guiné, com a entrada de uma nova arma no terreno, que acentuou quer a obsolescência quer a crescente dificuldade na aquisição e substituição de material de guerra. O CEMGFA exprimiu ainda, e novamente, que apesar dos problemas materiais considerava que os problemas de pessoal eram os piores e aqueles que requeriam acção urgentes. Assim, transmitiu as suas preocupações considerando imperativo que «se encarassem os graves problemas da preparação de pessoal e da reestruturação dos quadros permanentes do Exército e da Força Aérea», assim como os problemas que se prendiam com a falta de mobilização psicológica da população metropolitana e branca ultramarina<sup>359</sup>.

### **32.ª REUNIÃO (2ª sem acta) (06.08.73 a 21.09.73)**

Entre Agosto e Setembro de 1973, quando Marcello Caetano percebeu que Spínola não pretendia regressar à Guiné, resolveu nomear a 21 de Setembro um novo governador e comandante-chefe para a Guiné, uma vez que Bissau ficou dois meses sem comando civil e militar. Recorde-se que, durante a ausência de Spínola, o PAIGC se preparou para proclamar

---

<sup>358</sup> No dia seguinte a esta reunião do CSDN, no dia 16 de Dezembro de 1972, deu-se a operação Marosca, que resultou no caso de Wiriamu, onde foram mortas cerca de quatro centenas de civis na região de Tete pela 6.ª companhia de comandos de Moçambique. Este episódio dramático foi desencadeado em reacção pela morte de dois capitães, comandantes de companhia portugueses, e ocorreu nas povoações de Wiriamu, Djemusse, Riachu, Juawu e Chaworha, com cerca de um terço da população destas aldeias a ser dizimada. O caso foi denunciado pelo Jornal *Times* sete meses depois, no dia 10 de Julho de 1973, ensombrando a visita de Estado de Marcello Caetano à capital do Reino Unido, que tinha o propósito de fortalecer a mais antiga aliança do mundo, entre Portugal e o Reino Unido, que nesse ano comemorou os seus 600 anos.

<sup>359</sup> Neste encontro foi apreciado o facto que resultou da potencial eliminação da supremacia aérea portuguesa na Guiné e consequente dificuldade nas deslocações, quer em missões de combate quer de assistência sanitária, evacuação ou reconhecimento (CSDN, 1973 a, p. 2), assim como as dificuldades crescentes para aquisição de material de guerra (CSDN, 1973 a, p. 3). Sobre o primeiro tópico, o ministro da Defesa informou que enviou para a Guiné bombas de vários tipos, desviando uma companhia de comandos que estava preparada para seguir para Angola, a que foram adicionadas e preparadas mais duas companhias de caçadores para seguir para a Guiné juntamente com artilharia (CSDN, 1973 a, pp. 3-4). Sobre a arma usada na Guiné, o CEMGFA informou que os mísseis solo-ar usados eram do tipo *Red Eye*, «uma arma moderníssima» que se julga do modelo Strela 7 de fabrico russo e de seguimento autodirigido (CSDN, 1973 a, p. 9). O secretário de Estado da Aeronáutica informou ainda que o aparecimento do míssil solo-ar na Guiné acarretou a necessidade de fazer bombardeamento rasante, exigindo uma bomba apropriada (com retardo) (CSDN, 1973 a, p. 10) e que foram efectuados contactos nos Estados Unidos para aquisição de engodos para os mísseis com vista a contrariar a arma do PAIGC (CSDN, 1973 a, p. 12). Caetano referiu ainda que, além da escalada que se verificou na Guiné, a situação em Moçambique o preocupava, pois, contrariamente ao que havia sido dito pelo ministro Sá Viana Rebelo, a expansão inimiga nos distritos de Tete e de Vila Pery não deu mostra ou tendência para abrandar, e muito menos para retroceder, provocando consequente inquietação psicológica nas populações (CSDN, 1973 a, p. 15). O CEMGFA exprimiu preocupações por ver avaliar unicamente o problema das necessidades em material de guerra quando lhe parecia absolutamente imperativo que se encarasse os graves problemas da preparação de pessoal, de infra-estruturas, de reestruturação dos quadros permanentes do Exército e da Força Aérea e da mobilização psicológica da população metropolitana e branca ultramarina (CSDN, 1973 a, p. 15). Todos os elementos do Conselho expressaram a decisão de tomar medidas urgentes, nomeadamente no sentido de resolver os problemas destacados, como infra-estruturas, treino, pessoal e moral das populações (CSDN, 1973 a, p. 16).

unilateralmente a independência da designada República da Guiné-Bissau. Facto ocorrido apenas três dias após a nomeação do novo comandante-chefe da Guiné. O processo da escolha de Bettencourt Rodrigues para a Guiné deu-se numa reunião restrita do CSDN, de que não se conhece a data certa, mas que ocorreu entre a chegada de Spínola a Lisboa e a nomeação do novo governador da Guiné, a qual foi convocada por Marcello Caetano e que contou com os ministros da Defesa, do Ultramar, da Marinha e o general Costa Gomes<sup>360</sup>.

### **33.ª REUNIÃO (31.ª com acta) (19.10.73)**

Apenas seis dias depois de o governo português ter dado luz verde ao uso das Lajes para os EUA poderem ajudar Israel na guerra do Yom Kippur, decorreu uma sessão do CSDN onde, numa longa exposição, ficou registado todo o processo diplomático que culminou nessa cedência e se reflectiu na estratégia seguida para obter os melhores proveitos negociais das Lajes<sup>361</sup>. Esse encontro do CSDN não terminou sem que o CEMGFA tivesse feito uma séria advertência sobre acontecimentos na Guiné e em Moçambique: relativamente ao primeiro território, assinalou uma mudança de estratégia, que implicava um forte investimento na aquisição de mísseis e na compra de novos aviões; em relação ao segundo território, assinalou a existência de uma indiscriminada actuação das tropas portuguesas, informando ter feito uma chamada de atenção ao respectivo comandante-chefe<sup>362</sup> sem que, aparentemente, se tenha alterado significativamente a situação.

---

<sup>360</sup> Nessa reunião, o chefe do governo, dirigindo-se a Costa Gomes, que tinha regressado recentemente do território da Guiné onde inspeccionou as tropas e acertou dispositivos a adoptar, questionou-o sobre se aquele território era defensável, acrescentando que, em caso afirmativo, se deveria então colocar ali «o nosso melhor general disponível. Caso contrário, devia-se preparar a retirada progressiva das tropas, nomeando um brigadeiro para liquidar a presença [de Portugal]». Costa Gomes perante a questão, respondeu de forma peremptória, segundo o relato de Marcello Caetano, corroborado por Silva Cunha (Cunha, 1977, pp. 53-54), dizendo: «No estado actual a Guiné era defensável e deveria ser defendida.» Quando Marcello Caetano o questionou sobre o significado da expressão «no estado actual», o CEMGFA esclareceu que «estado actual» pressupunha não haver «escalada de meios do inimigo, isto é, não aparecendo aviões para bombardear [Bissau e os restantes centros logísticos da Província, subentenda-se]» (Caetano, 1974, p. 180). Assim, segundo Marcello Caetano, «e em conclusão», ficou decidido que, para substituir Spínola, seria nomeado o antigo braço direito militar de Costa Gomes em Angola, que o ajudara a pacificar esse território, o general Bettencourt Rodrigues, assim como seria feito «o impossível para dotar a Guiné de eficaz defesa antiaérea» (Caetano, 1974, p. 180).

<sup>361</sup> Essa reunião começou com uma longa intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros de enquadramento da situação vivida. Sobre o acordo das Lajes, recordou neste encontro que este fora feito com um prazo curto (dois anos) porque na ocasião se considerou que em 1973, no seu segundo mandato, Nixon estaria menos subordinado a uma política eleitoralista e partidária, o que permitiria a Portugal obter melhores contrapartidas. Contudo, lamentou-se o ministro, a queda do prestígio do presidente dos EUA criou uma situação imprevisível, apesar de as Lajes terem readquirido e robustecido a sua importância estratégica, quer pelo aparecimento de novos tipos de submarinos russos, armados com mísseis balísticos superiores aos dos EUA, quer pela política anti-NATO que a Islândia seguiu nos últimos tempos (CSDN, 1973 b, pp. 5-6). Caetano sublinhou a ideia do seu ministro dizendo que, aquando da assinatura do acordo de 1971, tudo indicava que a boa táctica seria adiar a resolução dos principais problemas das contrapartidas para o segundo mandato de Nixon, uma vez que nessa altura o interesse político norte-americano pela importância estratégica das Lajes era praticamente nulo. Esperou assim que o prestígio de Nixon e 1973 o encontrar isento de preocupações eleitorais permitisse a Portugal obter melhores condições. Mas o caso Watergate veio alterar completamente o problema e colocou a Administração Nixon numa posição de evidente desprestígio que não permitia sequer que os EUA cumprissem alguns dos poucos compromissos assumidos no acordo de 1971 (CSDN, 1973 b, pp. 8-9).

<sup>362</sup> Neste encontro, o CEMGFA fez uma exposição sobre a situação nos três teatros de guerra, salientando a intenção declarada de Sékou Touré em unir as suas Forças Armadas com as do PAIGC, o que poderia conduzir a uma escalada, tanto mais que aquele país dispunha de MIG 15 e MIG 7 e pilotos treinados na

### **34.ª REUNIÃO (32.ª com acta) (30.11.73)**

No fim desse mês de Novembro, o embaixador português em Washington deu conta da evolução favorável do processo negocial das Lajes<sup>363</sup> e do avanço do *dossier* dos mísseis *Red Eye*, notícias importantes para satisfazer a questão na Guiné, uma vez que havia sinais preocupantes sobre a possibilidade de Conacri fazer uso dos seus MIG, havendo inclusivamente a informação de que o PAIGC tinha já pilotos treinados para visar Bissau. Caso a cidade não tivesse meios eficazes de defesa aérea, poderia ficar à mercê de ataques inimigos. O único teatro de operações militar que não dava sinais inquietantes era Angola, como se pode constatar pela exposição do comandante-chefe em Luanda, Luz Cunha, na penúltima reunião do CSDN, apesar de ter sido dado conta de um aumento da influência comunista no Zaire (CSDN, 1973 c, p. 4), tanto pela chegada de um número elevado de técnicos chineses para a agricultura como pelo afastamento do presidente Mobutu em relação à sua tradicional linha favorável aos EUA, havendo indicações de que este estava cada vez menos vinculado com o Ocidente e com a China Popular (CSDN, 1973 c, p. 5), isto numa altura em que os acontecimentos se degradavam em Moçambique, em especial pelos acontecimentos de Wiriamu, que continuavam na ordem do dia.

### **35.ª REUNIÃO (33.ª com acta) (15.02.74)**

No momento em que a negociação com os EUA para encerrar o *dossier* da renovação das Lajes parecia estar a seguir o curso desejado por Lisboa, deu-se a última sessão do CSDN presidida por Caetano (CSDN, 1974 a), onde se fez a análise do agravar da situação militar na Guiné e em Moçambique. Segundo Costa Gomes informou, apesar de tudo Bissau já se encontrava com defesa antiaérea naquele momento, encontrando-se protegida por mísseis franceses entretanto adquiridos, assim como em Moçambique fora alterada a estratégia errada implementada pelo general Kaulza de Arriaga. Esta última reunião do CSDN terminou com a decisão de Marcello Caetano de acelerar a forma de aquisição dos esquadrões *Mirage*, considerados igualmente urgentes para a defesa dos territórios, e não no prazo anteriormente planeado de aquisição a dois anos<sup>364</sup>.

---

URSS, quer ao serviço de Conacri quer do PAIGC (CSDN, 1973 b, p. 13). Sobre o conceito de manobra no terreno do PAIGC, o CEMGFA igualmente assinalou uma mudança relativamente ao passado, fazendo notar que agora havia grandes concentrações à volta das bases, que isolavam e bombardeavam com elevado poder de fogo, advertindo para uma nova escalada do inimigo em função do uso de MIG para os quais «não estamos preparados e o mesmo poderia conduzir ao colapso militar neste teatro de operações» se o inimigo paralisasse toda a logística (situada em Bissau). Costa Gomes concluiu que esta nova ameaça exigia obter meios de defesa como mísseis terra-ar e aviões de caça modernos (CSDN, 1973 b, pp. 13-14). Sobre o teatro de operações em Moçambique, salientou que as baixas comunicadas comparando com o material capturado indicavam uma certa indiscriminação na actuação das nossas forças, tendo o CEMGFA esclarecido os presentes de que havia feito a devida observação e chamada de atenção ao respectivo comandante-chefe (CSDN, 1973 b, p. 19).

<sup>363</sup> Conforme o embaixador Hall Themido informou o MNE via telegrama diplomático n.º 609, o embaixador norte-americano Porter tinha tido a ideia, para satisfazer alguns pedidos de Lisboa, de se contactar Israel, país muito agradecido pela ajuda dos Açores, havendo indicações seguras de que este estaria na «disposição de nos ajudar» (Embaixada Portuguesa em EUA, 1973 p).

<sup>364</sup> Cerca de metade dos presentes nesta reunião estavam a participar pela primeira vez, porque este órgão reuniu depois da tomada de posse do novo governo de Caetano, realizada três meses antes. Pela segunda vez consecutiva, Caetano abriu a sessão passando a palavra não ao ministro da Defesa, como era tradicional, mas sim ao CEMGFA, para que este fizesse a exposição sobre o evoluir da situação nos três

teatros de operações. Costa Gomes deu início ao seu relato com o pior dos três cenários, a Guiné, começando por dizer que as forças e o material ali colocados não eram suficientes nem estavam aptos a resistir no caso de o inimigo vir a dispor de meios mais sofisticados, como se previa, mas deu igualmente nota de já ter sido firmado um contrato para a aquisição de uma bateria de mísseis que se destinava a Bissau (CSDN, 1974 a, p. 2). Passando em revista a situação de Moçambique, salientou que a situação interna se tinha deteriorado francamente, quer por aspectos políticos quer por aspectos económicos, frisando Costa Gomes que a maioria da população, com razão ou sem ela, continuava convencida de que a regulamentação sobre as transferências estava na origem da deterioração económica e até social de Moçambique (CSDN, 1974 a, p. 4). Costa Gomes apontou também como causa a segregação social das várias camadas populacionais, com reflexos graves no esforço contra-subversivo, uma vez que tal divórcio tornava mais fácil o aliciamento da massa negra, como até de alguma população branca (CSDN, 1974 a, p. 5). Adicionalmente, reportou o CEMGFA que as directivas do Conselho de Defesa não chegariam aos escalões inferiores e, em termos militares, assistia-se a uma notória inversão das prioridades, pois satisfiziam-se as necessidades dos quartéis-generais em detrimento das do mato, nomeadamente retirando para aqueles os melhores oficiais (CSDN, 1974 a, p. 6). Costa Gomes terminou a apreciação sobre Moçambique de forma lapidar, afirmando que a estratégia do anterior comandante-chefe estava errada. Foi até mais longe, relatando que recebera uma mensagem de Kaulza de Arriaga a 10 de Janeiro de 1973 na qual o ex-comandante-chefe das Forças Armadas afirmava a sua intenção de prosseguir com a manobra anterior (CSDN, 1974 a, p. 6). Costa Gomes falou retrospectivamente, uma vez que Arriaga já não era comandante-chefe há seis meses, referindo que não tinha tido poderes para o demitir, limitando-se na altura a pôr o problema à consideração do senhor ministro da Defesa e a enviar ao senhor general Kaulza de Arriaga uma mensagem exprimindo as suas preocupações para o futuro (CSDN, 1974 a, p. 7). A propósito da necessidade de defesa aérea referenciada para os diferentes teatros de operações, afirmou que uma defesa aérea não era apenas uma defesa anti-aérea, mas que lhe parecia adequado manter o programa de reequipamento que previa a aquisição dos *Mirage*, cujo fornecimento se iniciava em dois anos (CSDN, 1974 a, p. 15). Rui Patrício concordou, referindo que se devia manter a aquisição dos aviões *Mirage* pois poderiam ser decisivos para a defesa do país, e em dois anos poderiam «estar todas as portas fechadas» em termos de aquisição de equipamento (CSDN, 1974 a, p. 15). A sessão terminou com a observação do presidente do Conselho de que, estando o país perante uma ameaça iminente, que se poderia concretizar no prazo de escassos meses, deviam encontrar soluções o mais rapidamente possível, uma vez que a urgência não é consentânea com a aquisição de aviões *Mirage* a prazo (CSDN, 1974 a, p. 16). Ver relato da última reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional presidido por Marcello Caetano, realizada no dia 15 de Fevereiro de 1974, no ANEX.111 no Vol. 2 - Anexos na p. 843. Desta última reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, e para dar conta da evolução militar dos três teatros de guerra, seriam produzidos quatro documentos anexos. Um documento sobre a Guiné (CSDN, 1974 b): ver o documento Anexo A sobre a situação na Guiné no ANEX.112 no Vol. 2 - Anexos na p. 851. Um documento sobre Moçambique (CSDN, 1974 c): ver o documento Anexo B sobre a situação de Moçambique no ANEX.113 no Vol. 2 - Anexos na p. 871. Um documento com as considerações do general Costa Gomes sobre a situação em geral nos TO (CSDN, 1974 d): ver o documento Anexo C com considerações feitas pelo CEMFA no ANEX.114 no Vol. 2 - Anexos na p. 877. Um documento sobre Angola (CSDN, 1974 e): ver o documento Anexo D sobre a situação em Angola no ANEX.115 no Vol. 2 - Anexos na p. 883.



## **ANEXO B**

---

### Resumo da actividade na Adm. Nixon na crise do Yom Kippur

## 1 – Como foi percebido o início da guerra do Yom Kippur nos EUA

No dia 8 de Outubro, dois dias depois de a guerra começar, na reunião WSAG (Grupo de Acções Especiais de Washington, que corresponde a uma espécie de CSDN norte-americano, onde as lideranças de topo militares e dos serviços de informações norte-americanos se reúnem com o topo da liderança civil para a condução e apreciação dos desenvolvimentos da guerra), elaborou-se uma percepção errada dos acontecimentos que ocorriam no terreno, ao ponto de Kissinger dizer que as «coisas estão a ir muito bem» e confessar não entender porque é que os árabes, não estavam a pedir um cessar-fogo que evitasse «a sua destruição total» (US DEP. STATE, 1973 e). Ver documento diplomático americano no ANEX.070 no Vol. 2 - Anexos na p. 563.

Nesse mesmo dia, numa conversa telefónica entre Nixon e Kissinger, a principal preocupação do Presidente era olhar para o futuro, para o momento em que os israelitas «terminassem de espancar os egípcios e os sírios» (US DEP. STATE, 1973 f). Ver documento diplomático americano no ANEX.071 no Vol. 2 - Anexos na p. 573.

Quatro dias depois, na reunião WSAG de 14 de Outubro, Kissinger confessou o erro de análise cometido pelos EUA, referindo que «há uma semana atrás estávamos perguntar se os egípcios poderiam aguentar, agora estamos a perguntar se Israel pode aguentar» (US DEP. STATE, 1973 z1). Ver documento diplomático americano no ANEX.097 no Vol. 2 - Anexos na p. 733.

Esta guerra do Yom Kippur, numa verbalização provavelmente demasiada apaixonada de Kissinger, representou para Israel, no dizer do Secretário de Estado, nos primeiros cinco dias de guerra, em termos de mortos, o equivalente ao dobro do que os EUA perderam no Vietname em oito anos (US DEP. STATE, 1973 n). Ver documento diplomático americano no ANEX.079 no Vol. 2 - Anexos na p. 627.

A dimensão do desastre só foi devidamente compreendida pelos norte-americanos quando o embaixador de Israel nos EUA, Dinitz, no dia 9 de Outubro pelas 8h20 da manhã, informou a Casa Branca de que Israel acabara de perder 500 tanques e 49 aviões no terreno nas últimas horas, enquanto a Síria e o Egipto receberam reforços do mundo árabe que totalizavam 66 novos aviões, aos quais se juntou uma divisão blindada iraquiana para a Síria, acompanhada de um esquadrão de caças e helicópteros, uma brigada de infantaria do Sudão e a oferta de centenas de mísseis Strela e sistemas antimíssil franceses doados pela Líbia, enquanto no terreno se encontrava cercada uma brigada blindada israelita (US DEP. STATE, 1973 g). Ver documento diplomático americano no ANEX.072 no Vol. 2 - Anexos na p. 581.

O conhecimento desta realidade desencadeou uma reunião WSAG de emergência que durou a manhã toda desse dia 9 de Outubro na Casa Branca, onde se estudou como ajudar Israel «numa batalha que os árabes estão a ganhar», apesar do receio de que esse apoio dos EUA pudesse colocar o país «em apuros», segundo a opinião do secretário de Defesa dos EUA Schlesinger. Porém, segundo Kissinger, a instrução de Nixon foi «dar tudo» entre consumíveis e equipamento que fossem necessários para Israel vencer a guerra. Após uma avaliação concreta do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos EUA, o almirante Moorer, explicou que a mudança de postura de Israel, que em 48 horas passou «do estado da euforia para o estado de perda de ar», se deveu à quebra de *stock* de armamento e não a erros táticos militares, o que motivou a decisão de enviar rapidamente munições para repor *stocks*. Segundo Kissinger, essa intensão deveria ser acompanhada de uma «promessa firme de substituir o equipamento após a batalha» de forma que, diplomaticamente, não gerasse «a fúria árabe» (US DEP. STATE, 1973 h). Ver documento diplomático americano no ANEX.073 no Vol. 2 - Anexos na p. 589.

## **2 – A forma como a Casa Branca tentou inverter a situação na Guerra do Yom Kippur**

É de consenso analítico generalizado que nesta guerra, e por indisponibilidade de outros aliados europeus dos EUA, Lisboa e as Lajes foram a última possibilidade dos EUA para ajudar Israel. Mas, analisando com alguma profundidade quer os documentos quer os passos dados pelos norte-americanos, conforme a documentação extraída dos seus arquivos e apreciada neste trabalho, prova-se que a base das Lajes foi na verdade escolhida e usada como primeiro recurso, num pedido expresso e reiterado do secretário de Estado da Defesa na determinante reunião WASP de 13 de Outubro, onde por quatro vezes repetiu, como um mantra, ao renitente Kissinger, que queria e precisava das Lajes para levar a cabo o plano que a administração norte-americana desenhou para salvar Israel (US DEP. STATE, 1973 v). Ver documento diplomático americano no ANEX.091 no Vol. 2 - Anexos na p. 699.

Essa reunião determinante teve início às 18h45 (hora de Lisboa), apenas 15 minutos depois de Lisboa ter expedido o famoso longo telegrama de Patrício para Kissinger, com o caderno de encargos que Lisboa requeria aos EUA para usarem as Lajes (MNE, 1973 b). Ver documento diplomático português no ANEX.089 no Vol. 2 - Anexos na p. 691.

No decorrer dessa crucial reunião, o director da CIA defendeu que para resolver o problema se devia «usar apenas as Lajes». Kissinger negou essa intenção porque, na sua opinião, isso custar-lhe-ia dar a Lisboa os mísseis *Hawk*, o que teria como consequência para os EUA «perder todos os africanos por causa de Israel». O secretário da Defesa Schlesinger, na primeira vez em que falou das bases necessárias para pôr em marcha o plano, mencionou Espanha, por estar lá

o combustível necessário para a operação logística, mas no decorrer da reunião recentrou o assunto, dizendo que «precisamos de uma base, ou as Lajes, ou Espanha ou Itália». No decorrer da reunião, Schlesinger foi evoluindo na sua opinião, e passou a pedir, com insistência, as Lajes, porque recordou-se de estarem ali já colocados e prontos os C-141 (aviões de transporte militar estratégico necessários para levar esse equipamento para Israel), concluindo de forma peremptória que «temos de agarrar as Lajes». Estas palavras originaram a decisão de Kissinger de redigir a missiva de Nixon para Marcello Caetano, que é considerada o «Ultimato» das Lajes (US DEP. STATE, 1973 v). Ver documento diplomático americano no ANEX.091 no Vol. 2 - Anexos na p. 699.

Terminada esta reunião, e numa conversa telefónica posterior entre Kissinger e Schlesinger, igualmente registada nos arquivos norte-americanos, o secretário de Estado da Defesa voltou a insistir com Kissinger sobre os Açores, perguntando-lhe sobre o estado das negociações com Lisboa. Kissinger respondeu dizendo que já tinha enviado um telegrama há «duas horas», concluindo ambos com a ideia de que, para conseguir um fim rápido da guerra, era preciso «uma ofensiva de Israel» no terreno; para tal, segundo Schlesinger, o «passo mais próximo são os Açores» (US DEP. STATE, 1973 w). Ver documento diplomático americano no ANEX.093 no Vol. 2 - Anexos na p. 715.

Quinze minutos depois, e para ilustrar a volatilidade dos planos norte-americanos, mesmo antes de Washington obter a luz verde de Lisboa, Kissinger telefonou ao embaixador Dinitz informando-o de que seriam adicionados mais 10 C-130 ao plano de ajuda inicial, enviados directamente dos EUA para Israel (US DEP. STATE, 1973 x). Ver documento diplomático americano no ANEX.095 no Vol. 2 - Anexos na p. 723.

### **3 – Como se processou a decisão norte-americana de apoiar Israel**

Depois de ter conhecimento de que Israel estava a perder a guerra, na tarde do dia 9 de Outubro, Nixon tomou a decisão na Sala Oval de que «Israel não deve perder a guerra» e mandou enviar os tanques e os consumíveis necessários. Caso a situação ficasse difícil, mandou até «identificar, contingentemente, tanques e aviões norte-americanos colocados na Europa», numa reunião onde Kissinger anotou a inesperada situação geoestratégica do momento, ao sublinhar que enquanto Israel «perdeu a invencibilidade, os árabes perderam o sentimento de inferioridade» (US DEP. STATE, 1973 i). Ver documento diplomático americano no ANEX.074 no Vol. 2 - Anexos na p. 599.

Passada uma hora desta reunião, Kissinger informou o embaixador israelita nos EUA, Dinitz, de que, «atendendo aos pedidos especiais», o Presidente aprovou todos os consumíveis, munições

e equipamentos electrónicos pedidos, assim como a substituição de «todos os aviões e tanques perdidos», entregando de forma imediata um número substancial de tanques, acrescido de dez aviões F-4, enquanto os aviões remanescentes seriam entregues «numa questão de dias» conforme um cronograma a definir. Perante a novidade, o embaixador Dinitz afirmou: «Vamos levar tudo de avião». Kissinger, por prudência diplomática, concordou dizendo «combinado, mas teriam de ser camuflados como se fossem EL AL» para esconder a origem norte-americana da ajuda (US DEP. STATE, 1973 j). Ver documento diplomático americano no ANEX.075 no Vol. 2 - Anexos na p. 605.

Esta promessa esteve na origem da «crise dentro da crise», que acabou num ultimato a Lisboa. Decorridos cinco dias desta combinação, todo este plano não chegou a sair do papel, conforme se pode concluir pelos acontecimentos seguintes observados na documentação dos arquivos norte-americanos, numa vertigem de acontecimentos que só foi invertida após as Lajes terem entrado em equação e utilização.

Assim, e para piorar a situação, muito poucas horas após a promessa e apresentação deste plano de ajuda militar a Israel, o almirante Moorer, chefe de Estado-Maior dos EUA, informou o secretário de Estado da Defesa Schlesinger de que a URSS estava a fazer uma «ponte aérea maciça» de dezenas de toneladas de equipamento, material e consumíveis militares, quer para o Cairo quer para a Síria, (US DEP. STATE, 1973 l), classificando este facto como «desastroso e que encurralava os EUA». Schlesinger concordou classificando a notícia como o «colapso da política externa dos EUA». Ver documento diplomático americano no ANEX.077 no Vol. 2 - Anexos na p. 619.

Contudo, passadas 48 horas após a decisão presidencial de apoiar Israel imediatamente, nada aconteceu, uma vez que a ajuda não passou de mera intenção nem saiu do papel. No dia 11 de Outubro, Nixon dando conta de como essa paralisia o desconfortou pelo facto de saber pela imprensa de versões oriundas de fontes israelitas que davam conta que a administração norte – americana não estaria «apoiar Israel» (US DEP. STATE, 1973 o). Ver documento diplomático americano no ANEX.080 no Vol. 2 - Anexos na p. 635.

No dia seguinte, noutra chamada telefónica de Nixon, ao querer saber sobre a situação e se o reabastecimento tinha avançado alguma coisa, Kissinger respondeu que apesar de terem «tentado tudo as companhias aéreas civis não fretavam directamente para Israel», mas para o Presidente estar descansado porque Israel ainda não estaria numa situação de não ter consumíveis e que estes podiam «gastar o que têm» porque sabem «que receberão mais» (US DEP. STATE, 1973 r). Ver documento diplomático americano no ANEX.084 no Vol. 2 - Anexos na p. 651.

Após 24 horas adicionais de inércia nos corredores do poder civil e militar norte-americano, na madrugada de dia 12 para dia 13, a menos de dez horas de o ultimato dirigido a Lisboa ser redigido por Kissinger em nome de Nixon ameaçando usar das Lajes, o secretário de Estado voltou a ser mais uma vez surpreendido pelo embaixador Dinitz num duríssimo diálogo pouco diplomático, onde o embaixador de Israel chegou a ameaçar Kissinger perante a ineficiência da máquina dos EUA. O embaixador começou por dizer que, «com base na autoridade do seu primeiro-ministro», estava ali para informar os EUA de que, «em resultado dos últimos quatro dias de espera» e da falta do apoio prometido, Israel «mudou de estratégia no terreno por se encontrar [militarmente] esgotado». A conversa seguiu séria e surpreendente pelos termos, pelo conteúdo e pela forma, chegando mesmo Kissinger a verbalizar a hipótese de estar a ser sabotado. O embaixador de Israel respondeu dizendo «que tem o dever de informar [Kissinger] que precisamos de 20 aviões em dois ou três dias» ou Israel estará sujeito «a ataques no Sinai», e que «para salvar a [actual] situação os aviões têm de voar directamente daqui para Israel». Kissinger respondeu que isso «será impossível» por isso «provocar um motim» internamente, ao que o embaixador replicou com uma ameaça: «Motim haverá aqui [nos EUA] se não houver aviões [enviados para Israel tendo em conta] a comunidade judaica, os [nossos] muitos amigos, o movimento sindical e a imprensa [amiga de Israel aqui radicada nos EUA].» Em resultado desta ameaça nada diplomática feita a Kissinger, e provavelmente em choque, o Secretário de Estado ligou para Schlesinger na frente de Dinitz, expondo-lhe a sua teoria da sabotagem afirmando não ter a certeza de que «[o pessoal da Secretaria de Estado de Defesa dos EUA] não esteja a sabotar isto a cada passo do caminho». Na sequência de um longo diálogo, os dois secretários norte-americanos desenharam em directo, e à frente do embaixador israelita, uma nova estratégia que envolvia usar o material que já estava nos Açores, enviando os dez C-130 directamente para Israel, usando aviões norte-americanos que até então tinham estado fora de cogitação, assim como combinaram que Israel podia ir buscar às Lajes, com os seus próprios aviões, o que já lá estava (US DEP. STATE, 1973 u). Ou seja, nove horas antes de o ultimato ser feito a Lisboa, desenhava-se um estado de necessidade tal que tornava obrigatório o uso das Lajes para desbloquear o apoio a Israel, que durante quatro dias a máquina da Secretaria de Estado de Defesa dos EUA não tinha arranjado forma de resolver. Ainda à frente do embaixador, Kissinger ligou para o todo-poderoso chefe de gabinete de Nixon, Alexandre Haig, dizendo-lhe «Al, sabe que estamos com grandes problemas com Israel porque “os filhos da puta” da Defesa estão parados há quatro dias e nenhum avião se mexeu, nem um carregamento, e agora eles não têm munição», pedindo que Haig exercesse pressão sobre a equipa da Secretaria de Estado da Defesa para que finalmente a ajuda pudesse avançar (US DEP. STATE, 1973 u). Ver documento diplomático americano no ANEX.087 no Vol. 2 - Anexos na p. 669.

Colocada a pressão nos ombros do relutante Secretário de Estado Schlesinger, na manhã seguinte, no dia 13 de Outubro pelas 10h45 da manhã, na WSAG restrita só a directores, foi decidido que a melhor forma para se avançar o mais rapidamente com a ajuda a Israel seria a utilização das Lajes. Note-se que esse encontro teve lugar com um ambiente pesado, em que

Kissinger começou por dizer, transmitindo ordens de Nixon, que se «houver mais atrasos no cumprimento das ordens [de Nixon, o Presidente quer] que se demita quem estiver envolvido [nessa recusa]». Depois de uma extensa troca de opiniões, ficou decidido solicitar o uso das Lajes apesar da recusa inicial de Kissinger. Este mudou entretanto de opinião durante a reunião e anuiu dizendo, em conclusão, que conseguir as Lajes «é um problema meu [e que iria resolver]» (US DEP. STATE, 1973 v). Ver documento diplomático americano no ANEX.091 no Vol. 2 - Anexos na p. 699.

#### **4 – A crise aguda no relacionamento entre Portugal e os EUA por causa dos Açores que fez Kissinger considerar-se um «selvagem» quando Lisboa hesitou em ceder as Lajes**

Para conseguir as Lajes, conforme mais tarde confessou ao secretário da Defesa dos EUA James Schlesinger, Kissinger auto-classificou o seu comportamento diplomático como um «selvagem com os portugueses quando [eles] inicialmente hesitaram» (Horne, 2009, p. 262) para conseguir o objectivo considerado crucial para salvar Israel: a base das Lajes.

A hesitação a que Kissinger se refere está expressa num processo intenso de troca de mensagens diplomáticas com vista a desbloquear o uso da base das Lajes, que se desencadeou nos dias 12 e 13 de Outubro de 1973 entre as diplomacias dos dois países, numa «crise agudíssima», como mais tarde a classificou o embaixador Hall Themido (Themido, 1995, p. 111).

Assim que a diplomacia portuguesa percebeu a intenção e o estado de necessidade dos EUA, aproveitou essa oportunidade para «pedir um preço altíssimo, nos planos político e de ajuda militar» (Themido, 1995, p. 119), como reconheceu nas suas memórias o próprio embaixador português nos EUA.

Tudo começou com um telegrama de Kissinger do dia 12 de Outubro, pelas 15h09, no qual instruía a embaixada norte-americana para que informasse Lisboa do desejo dos EUA em usar as Lajes para reabastecer aeronaves, prevendo que fossem feitos cerca de 10 a 20 voos por dia. O pedido veio acompanhado de uma vaga promessa de que os EUA não se esqueceriam da ajuda e cooperação portuguesas desse esforço (US DEP. STATE, 1973 q). Ver telegrama diplomático americano no ANEX.082 no Vol. 2 - Anexos na p. 643.

Menos de quatro horas depois, Kissinger enviou novo telegrama para a sua embaixada em Lisboa informando que o senador Henry Jackson confirmava que iria ajudar no Senado no esforço de remover a restrição à lei de assistência e vendas militares a Portugal, caso houvesse

apoio português para usar a base das Lajes (US DEP. STATE, 1973 s). Ver telegrama diplomático americano no ANEX.083 no Vol. 2 - Anexos na p. 647.

Entretanto, Hall Themido, contactado em Washington pelo Departamento de Estado sobre o mesmo assunto, enviou pelas 22h30 do mesmo dia para o MNE um telegrama que dava a conhecer a gravidade da situação militar para Israel, o que alimentou as esperanças de Lisboa de finalmente desbloquear de forma favorável os diferentes processos de ajuda militar com a administração dos EUA (Embaixada Portuguesa em EUA, 1973 k). Ver telegrama diplomático português no ANEX.086 no Vol. 2 - Anexos na p. 663.

No dia seguinte, 13 de Outubro, pelas 7h55, a embaixada norte-americana em Lisboa informou Kissinger de que Patrício deu uma resposta negativa, alegando os riscos que poderiam ocorrer, especialmente com um boicote de petróleo e terrorismo, ao mesmo tempo que recordou a reiterada recusa americana em fornecer os mísseis *Red Eye* que Lisboa tinha pedido anteriormente (Embaixada EUA em PT, 1973 a). Ver telegrama diplomático americano no ANEX.088 no Vol. 2 - Anexos na p. 681.

Pelas 14h, o MNE colocou a sua embaixada em Washington ao corrente do pedido de Kissinger enviado para Lisboa, no qual os EUA reiteravam a urgência da decisão porque precisavam de começar a operação «imediatamente» (MNE, 1973 a). Ver telegrama diplomático português no ANEX.089 no Vol. 2 - Anexos na p. 687.

Percebendo o estado de necessidade norte-americano, o MNE achava ter chegado o momento para fazer valer a posição negocial forte de Lisboa. Assim, Rui Patrício elaborou um longo telegrama de seis páginas, cerca de quatro horas depois, com a resposta formal ao pedido norte-americano, no qual resumiu o seu ponto de vista, representando uma espécie de caderno de encargos negocial em troca do uso das Lajes (MNE, 1973 b). Ver telegrama diplomático português no ANEX.090 no Vol. 2 - Anexos na p. 691.

O telegrama foi emitido 15 minutos antes de se iniciar a WSAG onde as Lajes foram apresentadas como a solução imprescindível e a melhor forma de conseguir ajudar Israel rapidamente. Por esta razão, Kissinger resolveu escrever o tal «ultimato», que mais tarde reconheceu ter sido «selvagem», pressionado que estava quer pela posição negocial forte de Lisboa, quer por se encontrar ameaçado por Nixon, que o responsabilizou por a condução da ajuda a Israel ter ficado parada, além das ameaças veladas do embaixador Dinitz, recebidas na véspera na Casa Branca. Assim, Kissinger escalou a resposta dos EUA emitindo uma carta supostamente escrita por Nixon dirigida a Marcello Caetano, qualificando aquele momento como uma «hora difícil para a paz mundial e para as relações Portugal/EUA», acrescentando não ser

a altura para «regatear e negociar vantagens hipotéticas da cooperação pedida», dando ao mesmo tempo a entender que iriam usar a base mesmo sem a luz verde de Lisboa, dado o estado de necessidade e urgência dos EUA (MNE, 1973 c). A carta seguiu numa mensagem diplomática enviada pela embaixada portuguesa em Washington, através do telegrama diplomático n.º 242. Ver telegrama diplomático português no ANEX.092 no Vol. 2 - Anexos na p. 707.

Esta resposta foi interpretada por Lisboa como uma oportunidade para colocar Washington em dívida. Em conformidade, Marcello Caetano respondeu uma hora depois via telegrama diplomático n.º 243, fazendo notar que, apesar de não ser possível consultar outros órgãos de soberania ou aliados como Espanha, como era obrigado por tratado, mas tendo em conta o apelo de Nixon «formulado em termos de extrema necessidade, autorizaria a passagem dos aviões pelas Lajes» (MNE, 1973 d). Ver telegrama diplomático português no ANEX.093 no Vol. 2 - Anexos na p. 711.

A conclusão do chefe do governo de Lisboa deste processo foi reflexo do entendimento de que o melhor a fazer seria ficar credor de um favor dos norte-americanos para, num futuro próximo, fazer valer o mesmo em benefício de Lisboa. A luz verde recebida de Lisboa foi transmitida por Kissinger aos responsáveis militares dos EUA em duas chamadas telefónicas feitas praticamente em simultâneo, quer para o almirante Moorer (US DEP. STATE, 1973 y) quer para o secretário da Defesa Schlesinger (US DEP. STATE, 1973 z).

Esta última conversa telefónica revelou ainda uma última ironia histórica de todo este processo. Quando Kissinger informou Schlesinger que já podia usar as Lajes como tanto tinha pedido, este confessou ao Secretário de Estado que afinal, e ao contrário do que pensava, o material não estava ainda nas Lajes pois «ainda estava parado aqui nos Estados Unidos» porque não «tinham obtido autorização do Departamento de Estado [para sair, mas] que iam para os Açores agora» (US DEP. STATE, 1973 z). Ou seja, o principal argumento para os EUA usarem preferencialmente as Lajes, por os C-141 já estarem lá, não correspondia à realidade.

Recorde-se que as bases em Espanha foram equacionadas naquela decisiva reunião, uma vez que era ali que estavam os 135 mil barris do combustível necessário para a operação, e que foram desviados para os Açores (ver documento no ANEX.118 no Vol. 2 - Anexos na p. 935). Contudo, esta opção, não foi considerada na reunião, tendo os presentes preferido os Açores com base no falso argumento de que os C-141 já ali estariam, o que afinal não era verdade (Ver documento no ANEX.096 no Vol. 2 - Anexos na p. 729).

## **5 – O ambiente de agitação, de autogestão e conspirativo na Casa Branca durante a guerra do Yom Kippur**

Por esses dias, o ambiente na Casa Branca não era o melhor. Kissinger desconfiava ser vítima de uma maciça sabotagem por parte dos seus colegas da área da Defesa. Tese que apresentou como hipótese ao próprio embaixador de Israel como explicação para o facto de as suas ordens serem desautorizadas (US DEP. STATE, 1973 g) e ao próprio secretário de Estado da Defesa Schlesinger, quando referiu temer estar a ser vítima de uma «maciça sabotagem» da sua equipa (US DEP. STATE, 1973 w). Ver documento diplomático americano no ANEX.094 no Vol. 2 - Anexos na p. 715.

Simultaneamente, o vice-secretário de Estado da Defesa William Clements (que estava nesse lugar desde 1971) e o almirante Moorer, chefe do Estado-Maior dos EUA mantiveram conversas conspirativas, registadas nos arquivos norte-americanos, onde discordavam da estratégia de Nixon e Kissinger e do curso dos acontecimentos, chegando a acusar Kissinger e Schlesinger de usurparem funções do Presidente e de que, numa «qualquer esquina», «tomavam decisões informais em assuntos importantes» [como o envio de equipamento norte-americano para uma zona em conflito] fora do âmbito das reuniões WSAG. Ambos os dirigentes defendiam que este tipo de decisões deveria ser tomado no âmbito das reuniões WSAG «para protecção do próprio Presidente, que precisa de ter isso documentado» (US DEP. STATE, 1973 t). Ver documento diplomático americano no ANEX.085 no Vol. 2 - Anexos na p. 657.

Outro exemplo do espírito conspirativo foi evidenciado pelo chefe das Forças Armadas dos EUA, o almirante Moorer, no dia em que recebeu a informação de que a URSS realizava uma ponte aérea maciça em curso no Médio Oriente, que visava garantir a vitória árabe na guerra de Yom Kippur. Chegou anotar no seu diário as suas dúvidas sobre se «Kissinger estaria focado no facto de estar prestes a perder a cabeça no Médio Oriente», conforme igualmente ficou registado nos arquivos dos EUA, concluindo ainda que «estamos em apuros por ficarmos ligados a Israel neste desastre» (US DEP. STATE, 1973 m). Ver documento diplomático americano no ANEX.078 no Vol. 2 - Anexos na p. 623.

## **6 – Como Nixon viveu a crise do Yom Kippur de forma ausente e alheada**

Durante o desenrolar da guerra do Yom Kippur passaram-se alguns acontecimentos que abalaram muito Nixon, que afectaram a sua actuação como Presidente e até foram reveladores do seu estado de espírito e da sua disponibilidade por esses dias. Durante os 20 dias desta guerra no Médio Oriente, Nixon ficou sem vice-presidente, o que o obrigou a escolher um novo

(era essencial no caso de agravamento da crise do Watergate, não só por ter de o substituir, mas para poder amistiá-lo mais tarde caso a investigação se agravasse).

Esta foi também a altura em que Nixon foi forçado a substituir o procurador-geral da República por conta do caso Watergate, no próprio dia em que responsabilizou pessoalmente Kissinger pela falta de concretização do apoio militar a Israel. Reveladora do alheamento e do estado anímico e físico do Presidente, foi a conversa telefónica que o vice-secretário do NSC, Scowcroft (tenente-general dos EUA que, em Novembro de 1975 e até 1977, foi o responsável máximo do NSC), manteve com o secretário de Estado no dia 12 de Outubro, quando este informou Kissinger de que o primeiro-ministro do Reino Unido pretendia saber da disponibilidade de Nixon para falar com ele dali a 30 minutos. Kissinger negou tal possibilidade justificando com o facto de o Presidente se encontrar «loaded» e que, por isso, o melhor seria esse contacto ser estabelecido no dia seguinte (US DEP. STATE, 1973 p). Ver documento diplomático americano no ANEX.081 no Vol. 2 - Anexos na p. 639.